

*Henrique  
digitalizado*

# **VISÕES DE COOPERATIVISMOS: reinventando utopias**

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO  
 **PROGRAMA  
DE COMUTAÇÃO  
BIBLIOGRÁFICA**  
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

por

Beatriz Volpato Machado Pinto

---

Dissertação apresentada à  
Faculdade de Educação  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
como Requisito Parcial à Obtenção do  
Título de Mestre

Março / 1999

*UNIFÉ  
F3523*

A dissertação **Visões de Cooperativismos: reinventando utopias**

elaborada por **Beatriz Volpato Machado Pinto**,  
orientada pela **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Speranza França da Mata**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação e homologada pelo Conselho de Ensino Para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

**MESTRE EM EDUCAÇÃO**

Data 30 de março de 1999.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Speranza França da Mata



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Teresinha Accioly Corseuil Granato



Prof. Dr. Luiz Cavaliéri Bazílio

Dedico esse trabalho  
a todos os homens e mulheres,  
espalhados por esse mundo de Deus,  
que buscam cooperar uns com os outros  
das mais diferentes formas  
e melhorar-se  
como seres humanos  
a cada dia.

## AGRADECIMENTOS

---

Metáforas costumam dizer muita coisa. A que se poderia comparar o processo de construção de uma dissertação? A uma gravidez: com concepção, gestação, ida ao ginecologista, contração, trabalho de parto, resguardo, ansiedade, angústia, alegria...? Ou a uma maratona, que vai sendo vencida quilômetro após quilômetro, com o apoio de amigos que incentivam - "Vai, vai, você pode!" - e oferecem uma laranjadinha pra hidratar de vez em quando?

Como ainda não sou mãe, comparo-o às aventuras de um atleta, mais fáceis de imaginar... Ao longo dos quilômetros percorridos neste *multiatlon*, muitas são as modalidades a serem cumpridas: quando você acaba de escrever um projeto, mergulha na bibliografia e já é hora de iniciar o trabalho de campo. Ufa, estão concluídas as entrevistas... Hora de transcrevê-las, para depois analisá-las, redigir a conclusão, a introdução e fazer a revisão do trabalho todo. É isso e mais aquilo, até que finalmente chega-se a essas páginas de agradecimento. Em certos momentos, a faixa de chegada parece afastar-se mais e mais. Mas muitas são as pessoas que não nos deixam abandonar a prova. Meus agradecimentos:

À minha *técnica*, querida *Mestra Speranza*, que me orientou com tanta disponibilidade, sabedoria e compreensão:

Aos meus amados pais, Maria Libera e Cláudio, e irmãos, Bernardo e Rodrigo, pelo apoio e confiança de sempre:

Aos assessores e cooperativados que, de diferentes formas, colaboraram ao longo do trabalho de campo;

A todos os amigos, colegas, funcionários da pós-graduação e professores - de toda uma vida - que, com sua participação e incentivo, tornaram possível a realização desse trabalho;

Ao CNPq, pelo valioso auxílio concedido através da bolsa de estudos;

E Àquele que, certamente, em tantos momentos, tem me carregado amorosamente em Seu colo...

Muito obrigada a vocês!

## RESUMO

---

O final deste acelerado século XX vem desarticulando estruturas sociopolítico-econômicas e padrões de pensamento construídos ao longo da modernidade. Face ao colapso do socialismo de Estado e às enormes incertezas decorrentes da economia de mercado capitalista, coloca-se a necessidade de projetar novas utopias que respondam profunda e amplamente a uma crise que perpassa indivíduos e sociedades, com efeitos nas esferas econômica, política, social, cultural e ética.

O contexto de globalização desafia o Estado a equacionar problemas sociais agravados com o crescimento do desemprego em todo o mundo. O presente trabalho se propõe a investigar caminhos alternativos de desenvolvimento vinculados ao cooperativismo. Com base no referencial teórico adotado - particularmente orientado na linha da Escola de Frankfurt - e no mapeamento de diferentes visões acerca da questão, procura-se estimular uma reflexão em torno das noções de: sistemas político-econômicos, paradigmas de Estado, perfis de cidadania, desenvolvimento local e "economia popular".

A temática do cooperativismo apresenta grande complexidade por se tratar de uma forma de organização socioeconômica que pressupõe um duplo trabalho educativo: de capacitação, visando à qualificação profissional e à autogestão coletiva, e de formação, para que se processem mudanças éticas e culturais em concordância com valores solidários e práticas participativas.

## ABSTRACT

---

The end of this accelerated 20th century has been disarticulating social, political and economical structures and thought patterns built up since the modern history. In view of the collapse of the real socialism and the enormous uncertainties caused by the capitalist market economy, it becomes necessary projecting new utopias in order to answer in a deep and large way to the crisis that affects individuals and societies, reflecting on the economical, political, social, cultural and ethical areas.

The globalization context challenges the State to solve the social problems intensified by the unemployment growth all over the world. The present dissertation investigates alternative development paths connected to the cooperativism. Based on the theoretical referencial adopted - particularly orientated on the Frankfurt School line - and on the mapping of different visions of the question, this work intends to encite a discussion about the following notions: political and economical systems, State models, citizenship profiles, local development and "popular economy".

The cooperativism subject presents a great complexity since it is a social and economical organization form that requires a double educational work: involving professional qualification and capacitation for the collective autonomous management, as well as a formation process to promote ethical and cultural changes according to solidary values and participative practices.

## O HOMEM E O MUNDO

Um cientista vivia preocupado com os problemas do mundo e estava resolvido a encontrar meios de minorá-los. Passava dias em seu laboratório em busca de respostas para suas dúvidas. Certo dia, seu filho de sete anos invadiu o seu santuário decidido a ajudá-lo a trabalhar. O cientista, nervoso pela interrupção, decidiu que o filho fosse brincar em outro lugar. Vendo que seria impossível removê-lo, o pai procurou algo que pudesse ser oferecido ao filho com o objetivo de distrair sua atenção. De repente, deparou-se com o mapa do mundo: o que procurava. Com o auxílio de uma tesoura, recortou o mapa em vários pedaços e, junto com um rolo de fita adesiva, entregou ao filho dizendo:

- Filho, você gosta de quebra-cabeças? Então, vou lhe dar o mundo para consertar. Aqui está o mundo todo quebrado. Veja se consegue consertá-lo bem direitinho! E faça tudo sozinho. Então, calculou que a criança levaria dias para recompor o mapa. Passadas algumas horas, ouviu a voz do filho que o chamava calmamente:

- Pai, pai, já fiz tudo! Consegui terminar tudinho!

À princípio, o pai não deu crédito às palavras do filho. Seria impossível, na sua cidade, ter conseguido recompor um mapa que jamais havia visto. Relutante, o cientista levantou os olhos de suas anotações, certo de que veria um trabalho digno de uma criança. Para sua surpresa, o mapa estava completo. Todos os pedaços haviam sido colados nos devidos lugares. Como seria possível? Como o menino havia sido capaz?

- Você não sabia como era o mundo, meu filho, como conseguiu?

- Pai, eu não sabia como era o mundo, mas quando você tirou o papel da revista para recortar, eu vi que do outro lado havia a figura de um homem. Tentei, mas não consegui. Foi aí que me lembrei do homem: virei os recortes e comecei a consertar o homem que eu sabia como era. Quando consegui consertar o homem, virei a folha e vi que havia consertado o mundo...

(Anônimo, via Internet)

---

**SUMÁRIO**

UMA (AUTO) APRESENTAÇÃO POUCO ORTODOXA	x
CAPÍTULO 1 - SUPERANDO UM PADRÃO DE PENSAMENTO DICOTÔMICO: ELEMENTOS PARA SE PENSAR NOVAS UTOPIAS A PARTIR DE UMA LEITURA HUMANISTA DO REAL	01
CAPÍTULO 2 - PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO: RELATIVIZANDO O PAPEL DA ESCOLA	11
2.1 - Sujeito, educação e trabalho	11
2.2 - Juventude, violência e educação em contextos metropolitanos	16
CAPÍTULO 3 - DO DIAGNÓSTICO DA GLOBALIZAÇÃO À UTOPIA: UM PASSO NECESSÁRIO	31
3.1 - Faces da globalização	31
3.2 - Habermas e o colapso do socialismo real	38
3.3 - Fromm e o “socialismo comunitário”	46
3.4 - Experiências cooperativas de produção e vida em Israel	52
CAPÍTULO 4 - DO PALIATIVO AO PREVENTIVO: RUMO A PROJETOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO	57
4.1 - Educação ambiental e qualidade de vida	58
4.2 - Desemprego e exclusão	61
4.3 - Paradigmas de Estado e perfis de cidadania	63
4.4 - Desenvolvimento local e economia popular	67

CAPÍTULO 5 - O COOPERATIVISMO ONTEM E HOJE	74
5.1 - Antecedentes históricos e ideológicos do cooperativismo	75
5.2 - O cooperativismo no Brasil e a OCB	79
5.3 - O “cooperativismo popular”	83
CAPÍTULO 6 - VISÕES DE COOPERATIVISMOS: REINVENTANDO UTOPIAS	86
6.1 - Trabalho de campo: universo, objetivos e metodologia	86
6.2 - A voz dos sujeitos: análise dos dados	91
6.2.1 - Estado, mercado e sociedade no contexto de globalização	91
6.2.2 - Sistemas político-econômicos e cooperativismo	99
6.2.3 - Estado e cooperativismo	118
6.2.4 - Educação e cooperativismo	130
6.2.5 - O trabalho de assessoria	139
6.2.6 - Desenvolvimento local e regional	149
6.2.7 - Outros aspectos relevantes	158
CAPÍTULO 7 - REFLEXÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
ANEXOS	182

## UMA (AUTO) APRESENTAÇÃO POUCO ORTODOXA

Já faz algum tempo, em minha infância...

Nos finais de semana, nossos cafés-da-manhã em família costumavam ser bastante filosóficos, ou sociológicos. Tudo de forma muito natural e divertida. Sem citações, notas, conceitos e bibliografia. Algumas vezes, papai nos fazia imaginar a situação de uma ilha habitada por homens que trabalhavam para satisfazer suas necessidades. Quais seriam? Como satisfazê-las? Brincando e rindo, entre um pão com requeijão e um gole de café com leite, papai e mamãe promoviam nossa iniciação nos caminhos do livre pensar. Falávamos de sentimentos, de dúvidas, de senso de responsabilidade, de capacidade de amar, de injustiças sociais e pessoais...

Vovó também participava, silenciosamente, ou rindo quando meu pai lhe perguntava se não era ela na gravura da embalagem do café, com o pilão na mão. Por essa época, a catarata já não lhe permitia ver muito bem e, por isso, a brincadeira rendia. Até ela começar a ficar chateada - também por já estar ficando meio esclerosadinha - diante de tanta insistência de meu pai. E olha que vovó não tinha preconceitos com trabalhos manuais. Sempre os fizera e, como filha de imigrantes italianos, gostava de dizer que, na infância, o pai, pequeno comerciante do interior do Espírito Santo, a colocava num banquinho para encher garrafas de querosene. E ela gostava de contar essa história... Nós víamos a foto antiga da *venda* e podíamos imaginar como era a cena da pequena trabalhando.

Bem, eu devia ter uns dez ou onze anos quando cheguei a uma conclusão que me parecia muito simples: por que não dividir o Brasil em dois, pacificamente, um socialista e um capitalista? Eu ainda não estudara em Geografia e em História as complexidades de ambos os sistemas. Tudo me parecia tão simples... Bastava que cada um pulasse para o lado em que se sentisse melhor. Mas, por que falo tudo isso??

Sempre achei, desde a minha graduação em Ciências Sociais, que a auto-relativização por parte do pesquisador era algo importante. Valorizo a subjetividade e acho que a melhor forma de se conseguir o distanciamento científico é deixando um pouco claro quem somos, o que pensamos e de que ângulo observamos as situações. Por essa razão, procuro, no início dessa dissertação, explicitar meu modo humanista de ver o real, buscando não cair nas armadilhas do pensamento dicotomizante. Parece-me que a própria opção pelo tema do cooperativismo já fala muito de mim, pois, como a filosofia cooperativista, valorizo a liberdade individual e a solidariedade coletiva.

Estudei em colégios religiosos, do maternal ao final do segundo grau, nos anos 70 e 80, num momento histórico em que a Igreja Católica já se mostrava mais sensível às questões sociais. Particpei de atividades pastorais, nas quais éramos levados a refletir sobre a miséria e as injustiças do mundo, às vezes, de modo muito duro, inclusive. Aquelas dinâmicas e filmes me tocavam profundamente, mas eu sabia que práticas meramente assistencialistas não eram solução. Ouvia muito meu pai insistir que não adiantava dar o peixe; era preciso dar o anzol e ensinar a pescar. Mais tarde, compreendi que, em determinadas situações emergenciais, é preciso também dar algum peixe para que o sujeito consiga ficar de pé.

Some-se a isso toda a bagagem humanista que nos foi transmitida - a mim e a meus dois irmãos - por nossa mãe, educadora sempre presente. Fomos educados para a verdade e a coerência: para dizermos *por favor* e *obrigado*, não por formalidade, mas por reconhecimento; para pedirmos desculpas com sinceridade; para termos senso de responsabilidade; para sermos criativos e amigos de todos. O mundo não tem se encarregado de nos mostrar que não é possível ser tão *lorde* assim. Não nesta selva. Não ainda. Estamos aprendendo a nos defender, sem abandonar nossos princípios, mas nos protegendo de alguma forma, enquanto não chega o *reino da delicadeza*. Educar para que mundo? Educar para se dar bem na selva? Ou educar segundo valores como respeito, humildade e transparência. aquelas *virtudes que nunca caem de moda*?

Acabei por tornar-me educadora. Antes, desde os 21 anos, eu já trabalhava como voluntária num curso de alfabetização de adultos. Mas, aos 23, chegaram-me às mãos

crianças e jovens, de 5ª a 7ª séries de uma escola municipal, que não receberam a mesma atenção que eu, na infância e adolescência. Pude implantar um tempo de aula que chamei de *Tempo de Reflexão*. Trabalhava valores, resgatando fábulas, letras de música, textos de jornais e revistas etc., mas havia muito conspirando contra.

Pra início de conversa, as carências diversas e a indisciplina dos alunos denunciavam histórias de vida muitas vezes marcadas por situações de violência em casa ou em suas comunidades, quando dominadas pelo narcotráfico e outras formas de contravenção. Outro fator dificultador era a enorme influência da mídia, particularmente da televisão. Difícil fazer mágica e conseguir, em 50 minutos semanais - sem descontar o tempo gasto para *apascentar o rebanho* e sem efeitos especiais - trabalhar com eles idéias tão contrárias a todo imediatismo, individualismo, consumismo e superficialidade reinantes. Nadar contra a corrente ou se deixar levar por ela? Minha proposta era nadar contra a corrente. E nós conseguimos crescer juntos. Falamos com o exemplo, as palavras, os desenhos e mesmo com o silêncio daqueles valores que eu tinha como nobres. Fiz muitos amigos, entre colegas professores, funcionários da escola e alunos, alguns deles apenas 5 anos mais novos que eu.

Aprendi muito ali, naquele ano em que a escola fez parte da minha vida. Aprendi, inclusive, que não bastava *pôr a mão na massa*. Minha formação em Sociologia já me dizia isso, mas depois do excessivo teorismo de 4 anos de graduação, eu fui para o extremo de acreditar que no plano micro, com amor e sensibilidade, as coisas se resolveriam. Não era bem assim. E disso eu me convencia percebendo a falta de perspectivas daqueles jovens e uma certa descrença nos próprios professores da possibilidade de que seus trabalhos pedagógicos tivessem uma maior repercussão social.

Eu não acreditava que a situação se resolveria apenas com ajustes curriculares e revisões didáticas. Era evidente que as raízes mais profundas do problema estavam para além da escola. A crise era social, econômica, política, cultural, ética, existencial. E eu, que saíra da graduação e da licenciatura querendo me inserir e agir na realidade concreta, resolvi fazer concurso para o Mestrado em Educação na minha já familiar

UFRJ para falar de crise de valores. Eu vinha ao mestrado para encontrar origens dos problemas e, se possível - por que não? - indicações de equacionamento. Em Educação, este trabalho parecia possível. Já na licenciatura, eu soube que pedagogos devem pensar, não apenas sociológica, psicológica e biologicamente, mas também filosoficamente.

A Filosofia permitiria este reencontro com a Ética, com os ideais de Homem e de sociedades já pensados e por serem formulados. Era preciso resgatar a capacidade de *utopizar* e eu estava no mestrado também para isso: além de diagnosticar a crise, eu desejava vislumbrar novos horizontes sem tirar os pés do chão.

Do cenário de crise generalizada dos anos 90, uma questão se afigurava crítica e emergencial, ainda que outras também o fossem: a problemática do desemprego. Não há emprego para minha mãe, portadora de dois diplomas de nível superior, porque ela tem mais de 35 anos, nem para o irmão e tantos amigos recém-formados em diferentes áreas, porque falta-lhes experiência. Que dizer, então, daqueles meus alunos que, quando conseguiam chegar à 8ª série, mal interpretavam um texto ou escreviam bem uma pequena redação? Não havia dúvida de que esta era uma das facetas mais severas e desafiadoras da grande crise.

Eu queria falar de velhos e novos valores, queria pensar soluções para questões éticas e materiais. Eu percebia que antigas ideologias não concretizavam os eternos ideais de emancipação humana e que partidos, sindicatos e nações pareciam desnoroados, como atores em busca de um papel. Por onde começar a puxar o fio da meada?

Interessava-me pela questão do cooperativismo, que eu associava aos mais puros princípios de liberdade, participação e democracia postos em prática numa atividade econômica. Afinal, era possível *humanizar a economia*! E, para tal, não era preciso que se fizesse uma revolução sangrenta que obrigasse todos a viverem do mesmo modo. Não, era possível criar ilhas de socialismo. De um novo socialismo. Ilhas para as quais iriam aqueles que assim o desejassem. Despertava minha atenção e admiração essa

possibilidade de uma associação espontânea de indivíduos que pensassem e quisessem viver de modo parecido.

Por esses tempos, empolgava-me com os *kibbutzim* em Israel. Comunidades voltadas para a auto-sustentação, onde todos têm oportunidade de conhecer todas as funções, do campo à indústria, passando pela cozinha e pela creche comunitárias. Que sonho! Planejava, então, ir a Israel, onde faria, em um *kibbutz*, parte do meu trabalho de campo. Minha compreensiva orientadora possivelmente achava meus projetos pouco viáveis - para não dizer meio lunáticos - mas, em momento algum, disse-me para esquecer tais idéias. Pelo contrário, falou-me uma vez que poucos eram os alunos tão envolvidos com seus objetos de pesquisa. Fiquei feliz em ouvir isso; ela percebia que meu interesse pela questão do cooperativismo não era meramente intelectual, era existencial. Aliás, eu sonhava em ajudar a construir algo como um *kibbutz* no Brasil. Não havia dúvida de que eu era apaixonada pelo tema. Paixão de missionária? Arroubo de juventude? Talvez, de certa forma.

Pesquisando sobre o assunto e informando-me aqui e ali, fui percebendo que nem os *kibbutzim* nem as cooperativas reais eram o *Paraíso na Terra*. Amadureci muito com o mestrado. Dizem que não se deve confiar em ninguém com mais de 30. Por quê? Não, as pessoas não se vendem cinicamente aos 29, não todas. Mas a vida tem muitas fases e nós temos muitas dimensões por desenvolver. Hoje, me aproximo dos meus 30 anos e, naturalmente, tenho também meus anseios de realização pessoal, aqueles projetos comuns: encontrar um companheiro, ter um lar e, um dia, ajudar também a perpetuar a espécie. Projetos que relativizam o ser missionária, ou, pelo menos, daquela forma tão total.

Mas, voltando ao cooperativismo... Percebi muitas disfunções nas concretizações dessa proposta por ocasião do meu trabalho de campo. Ademais, quando as dificuldades não são inerentes às cooperativas isoladas, decorrem do contexto extremamente selvagem e concentrador em que estamos todos mergulhados nesse final de milênio globalizado. Contudo, apesar de tudo, ainda assim e mesmo por isso, as cooperativas ainda me despertam grande interesse. A natureza da idéia parece muito adequada a um processo

## Capítulo 1 - Superando um padrão de pensamento dicotômico: elementos para se pensar novas utopias a partir de uma leitura humanista do real

Pensar as bases de projetos utópicos para a contemporaneidade pressupõe a retomada de questões filosóficas da maior importância, devido a suas profundas repercussões teóricas, metodológicas e políticas. Dentre estas, encontra-se a necessária compreensão do que vem a ser uma postura dialética de análise. Antes de abordá-la, convém refazer breve percurso histórico.

Retornando à Idade Média, encontra-se uma visão de mundo nitidamente marcada por pares de oposição, recaindo, sobre pólos extremos, inequívocos juízos de valor. Pode-se dizer que a percepção hegemônica se fazia em preto e branco, pois opunha-se em dois pólos, sendo um positivo (+) e outro negativo (-): Deus / homem; Céu / inferno; Bem / mal; Espírito / matéria; Fé / razão ...

A Idade Moderna marca uma profunda redefinição destas formulações. A Igreja Católica, por elas responsável, enfraqueceu-se econômica, política e ideologicamente, e o Renascimento despertou os espíritos para a grandeza humana, a partir de um resgate de tradições da antiguidade greco-romana. Assim, define AQUINO (1978: 83):

*O Humanismo e o Renascimento representaram uma reação aos padrões culturais medievais. Ao teocentrismo opuseram o antropocentrismo, à fé contrapuseram a razão, ao espírito de associação defrontaram o individualismo, à religiosidade opuseram o paganismo...*

Contemporânea desse movimento, a Reforma Protestante contribuiu significativamente para esvaziar o poderio católico, bem como para acentuar as noções de autonomia individual e de valorização da razão, dois pilares básicos da chamada modernidade.

A concretização destas noções no interior do pensamento filosófico, então recém-emancipado da tutela teológica católica, evidenciou-se na Europa do século XVIII, no

também denominado “Século das Luzes”, em oposição à dita “Idade das Trevas” medieval. O Iluminismo acendeu as luzes da razão e o universo passou a ser compreendido como mutável, em constante movimento. Esta nova conjuntura ideológica foi concomitante a transformações qualitativas no plano político - marco histórico na Revolução Francesa - e também no plano econômico - com o advento da Revolução Industrial. Desta forma, o poder mudou de mãos nos planos religioso, político, econômico e ideológico.

O crescente exercício do livre pensar, já expresso anteriormente no racionalismo da Revolução Científica do século XVII - nitidamente sintetizado no “Penso, logo existo” de Descartes -, possibilitou, nas diferentes áreas do conhecimento humano, as primeiras manifestações do que ficaria conhecido por Ciência. Esta surgiu estreitamente vinculada à Filosofia, bastando lembrar, por exemplo, que Bacon, Descartes e Newton, além de cientistas, físicos e matemáticos, eram também filósofos. Contudo, o estabelecimento de uma metodologia científica própria - baseada na construção, experimentação e confirmação de hipóteses - acabou por conduzir à cisão com a Filosofia e à afirmação da hegemonia científica (AQUINO, 1978: 99-100). A Ciência tornou-se, a partir de então, o saber legítimo, o conhecimento insuspeitável e verdadeiro por excelência, ainda que se constituísse num contexto histórico específico, de afirmação da burguesia e de desenvolvimento do capitalismo, o que não a isentava de nítidos condicionamentos.

No longo processo de constituição dos diversos campos científicos, ocorre um suceder de paradigmas explicativos cujo reconhecimento costuma se fazer pela substituição ou pela relativização/ampliação dos modelos teórico-metodológicos precedentes (KUHN, 1962). Nestes mercados acadêmicos, a disputa pelo poder, as condicionantes subjetivas, a formulação de novas questões e a almejada apreensão da totalidade suscitam investigações bastante diferenciadas e contraditórias. Frequentemente, no entanto, esta contradição é apenas aparente, podendo ser compreendida a partir da contextualização histórica e acadêmica das pesquisas e da explicitação dos ângulos de análise que as caracterizam. Contudo, podem ocorrer rupturas efetivamente basilares e significativas.

Nas Ciências Sociais, os pressupostos liberais receberam, no século passado, o devastador impacto do pensamento marxista, questionando pressupostos e metodologias. Através do que se poderia chamar de uma projeção dicotômica, o marxismo, enquanto ideal político, opôs à hegemonia burguesa uma contra-hegemonia proletária.

O marxismo representa um passo essencial na contestação da natureza e da dinâmica expropriativas do capitalismo. Entretanto, pode-se verificar, nesta resposta ao capitalismo, uma reação que reconhece e reafirma a relação de opressão ao ser incapaz de alçar à sua superação, à sua transcendência. Ao se optar pela estratégia política da luta de classes sem um referencial humanista mais abrangente - buscado nos primeiros escritos por Marx -, perdeu-se de vista o horizonte de uma emancipação mais completa e profunda, que revolucionasse o homem por dentro, numa escala individual e não apenas de classe, possibilitando-lhe romper com a noção de dominação nele impregnada porque presente em seus valores e relações cotidianas. Assim, enfatizou-se excessivamente os fatores econômicos e políticos em detrimento do cultural, do simbólico; frisou-se a luta sindicalista em detrimento da experimentação de formas cooperativas de associação dos trabalhadores.

O pensamento dicotômico impregna, ainda hoje, muitas percepções e ideais. Seja por necessidade ou estratégia de se marcar uma posição política; seja por disputa de poder no meio acadêmico ou em outros; seja por incapacidade emocional de se admitir mudanças que demandam novas perguntas e respostas, ou mesmo a crítica à “*pertinência do próprio conceito de paradigma*” (PLASTINO, 1994: 45). As razões são muitas, conscientes ou não, intencionais ou não. O fato é que, na ausência de uma capacidade analítica mais orgânica e integradora, aquele padrão de raciocínio em preto e branco se perpetua, ficando-se a pensar de modo binário, como *pensam* os computadores:

## 0 OU 1

bom OU mau

teoria OU prática

matéria OU espírito

indivíduo OU sociedade	estado OU mercado	popular OU erudito
macro OU micro	universal OU particular	corpo OU mente
consumismo OU ascetismo	omissão OU paternalismo	ético OU estético
individualismo OU altruísmo	réu OU vítima	bom OU belo
preservação OU destruição	econômico OU cultural	prazer OU dever
permanente OU temporário	automatização OU artesanato	eu OU você
pensar OU sentir	público OU privado	yin OU yang
religião OU ciência	dedutivo OU indutivo	rico OU pobre
metrópole OU tribo	liberal OU marxista	hoje OU amanhã
capitalismo OU socialismo	qualitativo OU quantitativo	gastar OU poupar
liberdade OU igualdade	reprodução OU mudança	certo OU errado
masculino OU feminino	burguesia OU proletariado	ser OU ter
manual OU intelectual	ocidente OU oriente	pensar OU agir
opressor OU oprimido	homem OU natureza	tudo OU nada
engajado OU alienado	realismo OU idealismo	local OU global
estrutura OU dinâmica	sociedade OU comunidade	meios OU fins
universalismo OU localismo	(...)	

Desenvolver uma percepção mais holística dos processos implica em se reconhecer o que a dialética marxista chama de mediação: os elos de uma cadeia, as etapas de um ciclo. Da mudança quantitativa à qualitativa (a gota que faz o copo transbordar), da causa imediata à causa primeira, há muitas mediações. Antes de determinados processos se manifestarem no plano material, eles já estão se processando no espiritual e no emocional. A realidade apresenta múltiplas dimensões e escalas que, negadas, podem conduzir ao dualismo, ao maniqueísmo, ao simplismo, ao linearismo, ao abstracionismo, ao mecanicismo e à generalização indevida.

O processo de maturação das idéias se faz, na maior parte das vezes, por contrapontos e não por sínteses imediatas. Além de questões relativas à disputa por poder, verifica-se uma necessidade recorrente de não apenas intuir mas de experimentar, vivenciar o novo, através de mudanças frequentemente radicais e bruscas. Respeitadas a singularidade e a espontaneidade dos processos de autoconstrução individuais e

coletivos, torna-se necessário, contudo, alertar para a necessária busca da síntese, do equilíbrio, de um nível de totalização mais abrangente.

A compartimentalização da Ciência, consequência de uma especialização extrema que obscurece a percepção espacial, carece de revisão se pretende-se atingir uma visão holística do real. Referindo-se ao campo da Educação, afirmam BONAMINO e BRANDÃO (1994: 91):

*Se, àquela época (do Movimento da Escola Nova), a consciência da impossibilidade do saber enciclopédico foi exigindo a distribuição dos educadores em campos de conhecimento especializados, o crescimento exponencial destes saberes revela hoje limitações que, diferentemente do momento anterior das especializações, estão a exigir, com frequência cada vez maior, a capacidade de transgressão das fronteiras disciplinares.*

Contudo, paralelamente a esta redefinição interna, o exercício de uma interdisciplinaridade para além da Ciência pressupõe o reconhecimento da legitimidade de outros interlocutores, como a Filosofia, a Teologia e a Arte. Hoje, já se observa um processo de suavização dessas fronteiras, mas a resistência em todos estes campos ainda impede saltos maiores no sentido de uma compreensão mais viva das questões atuais. Conhecidas as fases mítica, teológica, filosófica, artística e científica da civilização ocidental, faz-se necessária uma síntese de todas, e destas, com as tradições orientais.

O século XX conheceu o impulso significativo dado a este processo por um grupo de filósofos alemães, reunido no que se convencionou chamar de “Escola de Frankfurt”. Superando, em parte, uma leitura mecânica e economicista realizada por muitos seguidores do marxismo, eles detectaram processos da maior importância para uma compreensão mais orgânica de determinadas formas de dominação cultural (FROMM, 1965; MARCUSE, 1982) que conduzem à mercantilização e à fetichização - de coisas e pessoas - características das sociedades de consumo no capitalismo contemporâneo.

Ao questionarem a falaciosa - porque pré-determinada e quase que restrita à esfera do consumo cultural e geral - liberdade de escolha propalada pela “Indústria Cultural”, eles mostram os limites de vôo dentro da gaiola de ouro à qual estariam os indivíduos confinados e, afinal, fazem perceber a própria existência da gaiola. Questionar o que é

apresentado como natural, como o único modo de ser e viver, desvelando o arbitrário das várias construções culturais: eis uma de suas principais contribuições, que não por acaso vem de filósofos. No entanto, a não-relativização de algumas destas análises críticas à sociedade ocidental e industrial tende a derivar em reações niilistas e fatalistas, em desdobramentos anti-iluministas como a pós-modernidade (JAY, 1996), ou mesmo em certas tendências demasiado românticas com relação a povos primitivos e tradições orientais.

Outra de suas contribuições reside na discussão acerca do caráter ideológico da produção científica e tecnológica. Por definição metodológica, a Ciência objetiva o conhecimento isento, distanciado, comprovável e verdadeiro. Desta forma, ela pretende expurgar os juízos de valor e, com eles, as discussões de natureza ética. Os filósofos da Escola de Frankfurt analisam esta pretensa neutralidade científica e, contrapondo a uma “razão instrumental” a “razão crítica”, alertam para a questão do comprometimento ético não explicitado mas sempre inerente às pesquisas científicas e tecnológicas.

Efetivamente, a questão central da orientação ética exige da Ciência uma relativização de seus pressupostos e métodos e a abertura para um pensar filosófico e teológico, o que lhe retira a autonomia absoluta que vem, majoritariamente, exigindo e praticando. O reconhecimento das múltiplas dimensões e escalas do real (ou, melhor dizendo, dos *reais*) como partes de um mesmo quebra-cabeça, possibilita uma superação daqueles “OUs” anteriormente elencados porque sofisticava-se a capacidade de percepção e explicitação do todo e das partes que o compõem. De tal modo que aqueles “OUs” seriam substituídos por “Es” ou por “NEM...NEM...” e as realidades seriam apreendidas em suas várias causas, consequências, tendências, dimensões, escalas, relações, processos, tempos, lugares...

A leitura de tal diversidade como fragmentação conduz a um dos postulados da chamada pós-modernidade, segundo o qual, observa-se ao fim das ideologias. Algo similar ao que, em fins da década de 80, quando da queda do muro de Berlim, proclamou-se como sendo o “Fim da História”. Antes de identificar tais diagnósticos com intenções neoliberais desmobilizantes e conservadoras, pode-se perguntar se

efetivamente não se coloca uma necessidade de recriação dos modos de fazer política. Será que a uma nova percepção da totalidade não correspondem novos projetos utópicos? Ou será que uma tal diversidade de realidades dentro de um mesmo planeta, país ou cidade ainda comporta ideologias homogeneizadoras, totalitárias e estáticas? Entretanto, se não se fala em ideais comuns, em consensos, aonde esta fragmentação tende a levar a humanidade?

Quando confrontados com desafios, os indivíduos tendem a recorrer às já conhecidas perguntas e respostas, ainda que insatisfatórias. Muitas vezes, o problema está em se absolutizar premissas relativas; em se eleger determinados elementos de análise e descartar outros; em se fechar num consistente porém cristalizado, homogêneo e limitado círculo de interlocutores; em se apegar a antigas certezas e comportamentos; em não saber dizer “não sei”; em não se dispor a ouvir e entender o que diz o *outro*.

Outra das afirmações mais contundentes do pós-modernismo consiste em rejeitar a razão, visto que ela teria conduzido às maiores atrocidades da História. Alega-se: “Em nome da razão, quanta barbárie já foi considerada produto da civilização!”. Contudo, tal conclusão pode ser convincentemente contestada se aceita-se o fato de que a modernidade não conheceu o pleno exercício da razão. Assim, o humanismo arrogante, apontado por muitos como o principal causador de tantos desequilíbrios sociais e ambientais, é reflexo de uma civilização basicamente orientada por uma racionalidade especificamente econômica, ou melhor dizendo, economicista e instrumental, posto que se hipertrofiou e deturpou a preocupação legítima e natural com a materialidade para a existência humana.

Abandonada a crença na razão, os autores pós-modernos diagnosticam na atualidade o domínio do relativismo e do ceticismo, da mídia e do simulacro. Quando desestruturadas as bases éticas sobre as quais se relacionam os homens nos planos pessoal, cultural, social, político e econômico, o radar surge como instrumento de orientação, ou seja, os indivíduos passam a procurar seu referencial de localização e definição fora de si. Se informada por concepções utilitaristas e imediatistas, tal postura redundará em relações efêmeras e inconstantes.

Onde, afinal, reencontrar a bússola perdida? Parece que na “psicanálise radical humanista” de FROMM (1965), na “ética universal do ser humano” de FREIRE, P. (1996), no “pensamento complexo” e no humanismo de MOURIN (1973; 1996), dentre outros autores que enfatizam a importância da orientação ética, encontram-se diretrizes seguras a orientar neste oceano de variáveis e incertezas.

Trata-se de um humanismo resignificado. Não mais um humanismo abstrato e nivelador, que desconsidera singularidades e desigualdades, legitimando a prepotência humana sobre a natureza e a de uns homens sobre outros; mas um outro, que é resultante de um aprofundamento nas diferentes realidades indivíduo-socioambientais, culminando numa apreensão complexa e densa dos aspectos que caracterizam a condição humana em suas potencialidades, limitações, tendências e necessidades. Um humanismo que, tendo realizado suas expedições em busca das mediações concretas do real, reafirma aquilo que há de universal na condição humana, possibilitando a superação de percepções parciais e desagregadoras, mas preservando a necessidade da livre e espontânea formação de consensos entre os homens (HABERMAS, 1989).

O filme “Ponto de Mutação” (EUA, 1990), baseado no livro de CAPRA (1982), apresenta - através do encontro de uma cientista desencantada com os rumos do projeto Guerra nas Estrelas, um candidato à presidência norte-americana derrotado e um dramaturgo em crise - um diálogo em torno de ecologia, política, ética, tecnologia e futuro que bem caracteriza o desafio cognitivo e ético que ora se apresenta e o salto qualitativo que ele exige. Quando se pensa a superação do pensamento dicotômico - compartimentalizante e maniqueísta - rumo a um pensamento holístico, dialético e orgânico que a cientista do filme denomina de “pensamento ecológico” e se observa o processo evolutivo da humanidade em suas idéias e ideais, é possível perceber que a sucessão de paradigmas explicativos e de padrões de comportamento parece fazer-se por antíteses, projeções dicotômicas reativas com relação a um referencial - tese - anteriormente hegemônico.

Uma imagem muito utilizada para ilustrar este movimento é a da curvatura da vara ou do pêndulo. Tomando-se um pêndulo, percebe-se que ele tende de um extremo a outro, oscilando em distâncias cada vez menores até atingir seu ponto de equilíbrio. No plano das idéias, as sociedades e os indivíduos parecem comportar-se de modo muito semelhante, sempre ousando a experimentar o desconhecido e registrando novas impressões. No intuito de conhecer a si e ao seu ambiente natural e social, o homem explora possibilidades diferentes de pensar e viver. Neste processo, como já dito, algumas mudanças de rota ocorrem de modo brusco e radical. Hoje, após tantas experimentações e incursões teóricas, certas posturas reativas tendem a ser infantis e primárias, porque a antítese é sombra, escrava da tese, e a experiência acumulada pela humanidade parece enfim indicar um ponto de equilíbrio, uma resultante, uma síntese possível. Entretanto, tal síntese depende do reconhecimento daquela multiplicidade de fatores inter-relacionados que compõem qualquer realidade individual, coletiva e ambiental.

Neste sentido, convém resgatar o método dialético, precisado por Lênin em três aspectos, definidos como leis gerais da dialética (KONDER, 1981: 58):

- 1) Lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa);
- 2) Lei da interpenetração dos contrários;
- 3) Lei da negação da negação (pela negação da tese e de sua antítese, prevalece a síntese).

Tais leis têm como decorrência a negação de determinismos, fatalismos, mecanicismos, imobilismos e absolutismos, tanto em diagnósticos quanto em prescrições políticas. Em seus lugares, afirmam o condicional, o possível, o orgânico, o mutante, o relativo; fazendo recordar a ruptura que o Iluminismo promoveu, porém, agora, num nível de totalização superior.

Para que uma postura dialética se verifique nas diferentes esferas existenciais, uma disposição de abertura para o outro torna-se fundamental. E isto depende de um ajuste espiritual, ou, dito de outra forma, ético. Aliás, importa dizer que esta interação não é compatível com monólogos. Também na linguagem, coloca-se a necessidade de buscar

um canal comum aos vários interlocutores e de realizar um esforço para apreender a lógica do outro, afinal, o que  
o cientista talvez chamasse de auto-relativização,  
o teólogo talvez denominasse humildade e comunhão,  
o filósofo, disposição dialética,  
o político, negociação,  
e, o poeta, encontro.

## Capítulo 2 - Processos de socialização: relativizando o papel da escola

### 2.1. Sujeito, educação e trabalho

Pensar a centralidade da educação na relação sujeito-educação-trabalho é tarefa que se justifica devido à conexão por ela mediada entre o mundo do vivido e o mundo do trabalho. A educação - seja compreendida em sentido *stricto*, escolar, seja compreendida em sentido lato - pode ser definida como a forma específica que assume o processo de socialização dos indivíduos. Daí decorre sua natureza histórica, temporal e espacialmente variável. A educação é sempre uma resposta cultural à pergunta nem sempre explicitada: Que homem formar e para que sociedade? Por esta razão, a formação pedagógica se alicerça não apenas nas ciências (Sociologia, Biologia, Psicologia...), mas também na Filosofia.

Em “sociedades primitivas”, a socialização dos indivíduos transcorre de modo mais uniforme e estável que em “sociedades complexas”. Nestas, a estrutura das relações de produção se complexifica devido à ampla especialização em papéis para além da divisão sexual do trabalho encontrada nas primitivas. Por esta razão, as mediações socializadoras ficam a cargo de diversos atores sociais: família, escola, Estado, instituições religiosas, meios de comunicação, agentes econômicos, agentes de representação social figuram entre os principais.

De cada instituição, os indivíduos recebem um tipo de orientação, de visão de mundo, de educação. Informando cada uma delas, existe um projeto de homem e de sociedade, uma hierarquia de valores e prioridades. Implícita em cada práxis, uma filosofia, uma leitura, uma proposta. Assim, propostas pouco ou muito semelhantes, pouco ou muito antagônicas, disputam espaços, estudam alianças, arquitetam estratégias, em busca de maior repercussão, maior influência, maior poder. Nesta tumultuada ciranda, alguns projetos saem vitoriosos nos diferentes “campos” (BOURDIEU, 1989) e, pelas mais

diferentes razões - infra-estruturais e superestruturais, estruturais e conjunturais - passam à posição de hegemonia, difundindo amplamente seus valores. Os sistemas político-econômicos são um exemplo dos mais evidentes desta difusão.

A posição hegemônica se evidencia por seu poder em fazer concretizar-se uma dada forma de organização da vida social em meio a outras e por fazer com que este modelo se reproduza. Tal reprodução depende da transmissão, aos sujeitos, no processo de socialização, daqueles conhecimentos técnicos e daqueles valores morais considerados os mais relevantes de todo um legado cultural acumulado.

Dado o planejamento a que é passível a educação formal e ao amplo espectro de influência que tem a instituição escolar nas sociedades ocidentais contemporâneas, a definição de políticas educacionais é algo sempre polêmico. Atualmente, o paradigma político-econômico conhecido por neoliberalismo apregoa a importância central de uma "educação de qualidade" para o desenvolvimento econômico. Tal vinculação não é nova: nela se assentava a Teoria do Capital Humano desenvolvida nos Estados Unidos nos anos 50/60 e difundida no Brasil na década de 70. A atenção que se deve dar a estas premissas reside no fato de que estruturas de ensino, currículos e conteúdos mínimos são definidos a partir de tais pressupostos acerca das finalidades do sistema educacional.

Desde os primórdios, o capitalismo tem se caracterizado pela divisão social e técnica do trabalho. Se no processo artesanal, o aprendiz conhecia e executava todas as etapas do processo de produção, verificou-se posteriormente a busca por maior especialização e produtividade, que deu origem ao atual estágio de organização capitalista. A especialização extrema, que hoje se observa no mundo industrializado e burocratizado, leva a uma grande complexificação da vida social, aumentando a interdependência entre as partes que a compõe. Pouco espaço há para a autonomia familiar, característica dos feudos medievais.

Já no século passado, Marx, observando o modo de produção capitalista, atentou para o fenômeno de "alienação" do trabalhador. Tal alienação deve ser compreendida a partir

da expropriação do trabalhador, que sem a posse dos meios de produção, dispõe apenas de sua força de trabalho para vender; e, ainda, da perda de sua capacidade de visualização do processo produtivo total, das matérias primas ao produto final, resultando no fetiche da mercadoria.

Na linha de produção, estabelecidas as competências relativas a cada função, estaria o trabalhador aprisionado. Basicamente, distinguem-se duas capacidades, *dois trabalhadores*: aquele que *desenha*, planeja e aquele que *segue o figurino*, executa, ambos alienados. Assim, os trabalhos intelectual e manual são isolados, assumindo características muito específicas, até que um muro parece erguer-se entre os que *sabem pensar* e os que *sabem fazer*, como se não houvesse aí uma relação dialética, de saberes complementares. Hoje, tal dicotomização é relativizada, na medida em que se demanda um trabalhador polivalente e flexível.

Sendo a Escola uma importante instituição socializadora, assim como a Família, a Igreja, o Estado e a Empresa, o projeto educacional reproduz muito da sociedade, da cultura e dos interesses hegemônicos num dado momento. É possível perceber, observando-se a política educacional brasileira, que a dualidade manual/intelectual da esfera do trabalho tem correspondência na esfera da educação.

A contextualização histórica é imprescindível à análise de qualquer fato social e, como produto social, a Escola não foge à regra. Para que se compreenda de forma não-mecânica a política educacional brasileira ao longo das últimas décadas e a produção intelectual relativa à temática Educação e Trabalho, faz-se necessário relacioná-las à conjuntura sociopolítico-econômico-cultural de cada período.

Segundo KUENZER (1988), até 1981, em torno de 45% dos mestres e doutores brasileiros haviam se graduado no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Diante disto, sua formação estava informada por esquemas teóricos remetidos a outras realidades. Nos anos 60, de instauração do regime militar e de implementação de *medidas racionalizantes*, a Teoria do Capital Humano - de origem norte-americana - encontra solo propício à sua efetivação. Entram em vigor a Lei 5540 e a Lei 5692.

Argumenta-se que a Educação - já revista - teria o papel e o poder de alavancar o desenvolvimento econômico, minorando os desequilíbrios sociais.

A Teoria do Capital Humano relaciona intimamente educação e desenvolvimento, em dois níveis/dimensões/escalas (FRIGOTTO, 1984). Do ponto de vista da dimensão macroeconômica, a Educação seria um investimento que viria a atender à demanda por mão-de-obra especializada, promovendo um incremento da produtividade e alavancando o desenvolvimento econômico de um país. Os reflexos deste desenvolvimento seriam constatáveis através dos indicadores econômicos - PIB, renda per capita, etc, que não revelam desigualdades na distribuição da riqueza, social e regionalmente. Isto significa dizer que muitas vezes *a economia vai bem e o povo vai mal*. A Teoria do Capital Humano apresenta, baseando-se em números e estatísticas, a desigualdade social como fator necessário a este salto qualitativo da economia, na medida em que a concentração de renda, o acúmulo de capital é condição básica para que isto se dê.

Na dimensão microeconômica, a Educação propiciaria uma maior mobilidade social dos indivíduos. Estes, agora qualificados, seriam melhor remunerados e estariam aptos a disputar melhores salários e condições de trabalho. Assim, a Educação teria um importante papel como instrumento de distribuição de renda e nivelador social. Teoricamente, ocorreria um aumento de salário, que permitiria maior consumo, aquecendo a economia, que geraria mais empregos para pessoal qualificado, com melhores salários... num processo cíclico.

A Lei 5692/71, como expressão da Teoria do Capital Humano, buscou solucionar, no interior da Escola, a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, aos quais correspondiam a escola propedêutica e a escola técnica. Esta segmentação do ensino reproduzia a própria estrutura de classes na sociedade capitalista. Neste sentido, instituiu-se a profissionalização obrigatória no 2º grau, dando a este um caráter de terminalidade. A Educação aparece, então, como investimento produtivo, daí a expressão "capital humano" que coloca o homem ao nível de outros bens de capital.

Se, em teoria, se processaria um nivelamento socioeconômico, o que se observou, na prática, foi que a segmentação escolar persistiu. As escolas que privilegiavam a formação universalista, com vistas à continuidade no 3º grau, não investiram, de fato, no ensino profissionalizante. Aquelas de ênfase mais técnica não adquiriram maior abrangência propedêutica. E as instituições públicas de 2º grau, em função da precariedade de recursos, foram perdendo sua qualidade propedêutica sem conseguir desempenhar satisfatoriamente sua nova obrigação profissionalizante.

Na realidade, a profissionalização compulsória e o tal “caráter terminal” do segundo grau, bem como o “milagre econômico”, não dão os frutos esperados. Em meados dos anos 70, pressente-se que *o bolo que deveria crescer* - e que efetivamente cresceu, ainda que à base de enorme endividamento externo - já fora distribuído de modo um tanto quanto desigual e que a Escola não cumprira *seu* papel nivelador.

Entra, então, na cena acadêmica, a abordagem crítico-reprodutivista (WARDE, 1983), utilizando-se do referencial marxista para pensar a Educação no Brasil. De determinante, a Escola passa a determinada. No contexto capitalista, a Escola é agora vista como *locus* privilegiado de reprodução da “ideologia dominante”, sutil e imperceptivelmente, já que é apresentada como espaço neutro de transmissão do capital cultural acumulado. Como “aparelho ideológico do Estado” que serve à classe dominante, a Escola incutiria o saber dominante como o *saber legítimo*, expulsando alunos com um conteúdo e uma metodologia inadequados aos não-originários das classes cultas e selecionando previamente os futuros recursos humanos. Uns seriam alienados na “profissionalização estreita” dos cursos técnicos, outros no “academicismo superficial” dos cursos propedêuticos, como tão bem define KUENZER (1988: 12).

Feita a crítica à Teoria do Capital Humano, surge a crítica aos crítico-reprodutivistas. No início dos anos 80, o país encontra-se em fase de abertura política e a sociedade começa a organizar-se em movimentos diversos. Os críticos ao crítico-reprodutivismo parecem estar atentos a esta movimentação, porque reconhecem na escola uma dimensão antes desconsiderada. A sala de aula aparece não mais como apenas determinante ou apenas determinada. Observada de modo mais dialético, ela assume

características de importante mediador. Dependendo da mediação, ela pode atenuar ou acentuar os traços da formação social em que está inscrita e este microdevir pode mesmo repercutir na macroestrutura.

Ao abstracionismo mecanicista das leituras anteriores, esta última responde com uma leitura mais concreta da realidade educacional brasileira, resgatando a possibilidade de transformação que existe onde há contradição. Lembrando que é possível reapropriar-se de espaços, símbolos, práticas e tecnologias em nome de novos significados.

## 2.2. Juventude, violência e educação em contextos metropolitanos

Inúmeros são os recortes e abordagens possíveis em se tratando de relacionar os conceitos de juventude, violência e educação. As reflexões a seguir sintetizadas, surgidas a partir de leituras realizadas, intencionam relacionar alguns indicadores infra-estruturais e superestruturais, de modo a captar aspectos relevantes da realidade empírica observável, na atualidade, principalmente, nos dois maiores centros urbanos brasileiros: São Paulo e Rio de Janeiro.

O estudo das realidades encontradas nestas metrópoles pode ser revelador, por diversas razões. São Paulo e Rio de Janeiro refletem, de forma sintética, não as ainda inexploradas possibilidades de desenvolvimento do país (GOMES e TRAUMANN, 1997), mas o quadro sociopolítico-econômico-cultural de extrema desigualdade social e regional, que se intensificou nos anos 60, 70 e 80, e que caracteriza o que se apelidou de "Belíndia" (Bélgica+Índia), devido a ser o Brasil um país de enormes contrastes. Que quadro é este?

Apresentado de forma sucinta, em seus aspectos negativos, o Brasil é um país que se caracteriza por:

- \* aguda concentração de renda;
- \* aguda concentração fundiária;

- \* ineficiência e insuficiência de serviços públicos básicos, tais como saúde, educação, acesso à Justiça;
- \* imenso contingente populacional alijado do mercado de trabalho formal, alocado no subemprego, no mercado informal e mesmo em atividades ilegais como o narcotráfico e sem perspectivas de inserção no mercado formal;
- \* modelo de desenvolvimento atrelado à economia mundial, ao mercado externo e ao capital financeiro nacional e internacional, secundarizando-se o atendimento das mais básicas demandas do mercado interno: alimentação, habitação, saneamento básico, saúde, educação, emprego;
- \* ainda intensa concentração de investimentos, particularmente nas capitais e na região sudeste, acentuando a decadência de pequenos centros e os fluxos migratórios para centros maiores (recentemente, não mais para as saturadas capitais nacionais, mas para as médias cidades), sem infra-estrutura e oferta de empregos compatível com o crescimento populacional;
- \* setor público, mas não apenas ele, corroído por práticas como nepotismo, clientelismo, fisiologismo, corporativismo e corrupção, havendo verdadeiras “máfias” a nível federal, estadual e municipal, tanto no executivo, como no legislativo, no judiciário, na polícia, na previdência, na saúde, na educação... Importando lembrar que onde há corrupto, há corruptor e que político não é fabricado em laboratório;
- \* crise de autoridade e de legitimidade devida, em grande medida, ao enunciado anterior;
- \* desigualdade de acesso à concessão de meios de comunicação;
- \* ausência de um plano nacional de desenvolvimento, oficialmente apresentado e executado, que considere a necessária articulação entre as diversas políticas públicas em nome de objetivos claros e através de meios adequados e condizentes;
- \* sua condição de periferia no sistema econômico internacional, mostrando-se o governo incapaz - em parte por força das circunstâncias, em parte por falta de vontade política - de traçar um caminho de desenvolvimento que vise à maior autonomia nacional possível e que seja socialmente respaldado, obrigando o país a permanecer econômica, política e culturalmente dependente, o que acentua as já mencionadas desigualdades internas;

- \* um Estado refém e cúmplice de uma lógica econômica que se pretende total e se assenta em valores como produtividade, competitividade e lucratividade acima de quaisquer outros;
- \* desrespeito generalizado à lei e ao princípio da autoridade, que configura uma devastadora crise ética, atrelado a um comportamento cético e cínico de descrença em saídas coletivas, que acentua o individualismo e se reforça com a cultura da impunidade.

Nos contextos metropolitanos, são patentes os resultados de todo um processo histórico de cidadania inexistente e de abrangente exclusão social a marginalizar a grande maioria da população brasileira; desde o nosso passado colonial baseado na monocultura escravocrata e no pacto colonial ao contexto atual da chamada globalização que integra sem equalizar.

Em reportagem intitulada “Tempo de Violência” (PRADO, 1996), é mencionada a natureza explosiva dos grandes centros urbanos:

*A tentativa de explicar a violência tem levado muito cientista a olhar também para fora do indivíduo, para o ambiente que o rodeia, ou seja, as cidades. Ali, a conjunção de fatores aparentemente ligados à questão é de deixar tonto. Há problemas como má distribuição da renda, o desemprego, o narcotráfico, o despreparo da polícia, a precariedade do sistema judicial e até a tensão de se viver em lugares feios, sujos e barulhentos. Só para ficar em alguns exemplos.*

Apenas enfocando os três conceitos em questão, percebe-se a complexidade destes espaços urbanos marcados pela multiplicidade, pela contradição e pela mutabilidade constante dos processos: De que juventude falar? Que violência abordar? De que educação tratar?

Considerando-se a juventude pertencente à camada popular e residente em locais - favelas e periferias, principalmente - nos quais se faz presente o narcotráfico, pode-se constatar as diferentes formas de violência a que este segmento populacional está sujeito, em virtude do contato que estabelece com agentes socializadores vários.

O conceito de juventude abarca definições que se diferenciam em função da pergunta que se faz e da disciplina em que se situa o estudioso. Assim, encontram-se tanto definições biológicas baseadas nas transformações físico-químicas observáveis no corpo humano, quanto definições psicológicas formuladas a partir de modificações na estrutura mental e emocional; e, ainda, dentre outras, definições sociológicas e antropológicas, a considerar o fator cultural, representações, posições e papéis dos jovens numa dada estrutura social. PAIS (sem data: 23) aponta as duas principais tendências entre as quais tem vacilado a sociologia da juventude:

*a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada 'fase da vida', prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam esta fase da vida - aspectos que fariam parte de uma 'cultura juvenil' específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;*

*b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Isto é, nesta tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais. Neste outro sentido, seria um abuso de linguagem, como refere Bourdieu [Questions de Sociologie... : 145], subsumir sob o mesmo conceito de 'juventude' universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum.*

Sem eleger uma ou outra tendência, seria possível trilhar um caminho híbrido, como sugere o referido autor ao considerar a juventude tanto como um conjunto social em certo sentido homogêneo, por ser constituído por indivíduos que vivenciam uma dada fase da vida e o conflito geracional numa conjuntura histórica específica; quanto como um conjunto social heterogêneo, no que é constituído por jovens em diferentes situações sociais.

Considerando-se esta fração menos favorecida socialmente e residente em áreas de atividade do narcotráfico, compreende-se a singular situação deste grupo frente a outros, como faz a chamada "corrente classista". Entretanto, dada a abrangência de certos fenômenos considerados, o viés de análise mais uniformizante da "corrente geracional" também seria pertinente e teria muito por revelar, captando os traços de

continuidade entre jovens de diferentes classes. Se não se pode reduzir o conceito de juventude à transição etária, desconsiderando os modos particulares como isto ocorre concretamente, também não se deve, ao estudar “as juventudes”, perder de vista certas condições macrocondicionantes que *pairam*, em sua forma genérica, sobre todos os jovens, como por exemplo: conflitos em família; incertezas quanto ao futuro profissional com o aumento do desemprego; apelos para o consumo e para a modificação de valores, hábitos e padrões de comportamento feitos através dos meios de comunicação, dentre outros.

O ser humano, em uma plena definição, pode ser compreendido como sendo, concomitantemente, um ser físico, emocional, intelectual, moral e social. Assim, inúmeras são as formas de violência a que um indivíduo pode ser submetido. Certamente, considerado o preceito do relativismo antropológico, deve-se salientar que a própria caracterização do que seja uma atitude violenta varia em função do contexto cultural. As observações a seguir refletem estudos realizados a partir de sociedades ocidentais complexas, o que implica em dizer que os pressupostos de integridade - e violência - física, moral, intelectual, emocional e social correspondem a representações encontradas nestas sociedades.

Considere-se o mais visível aspecto: o físico, o material. A criança e o jovem da classe popular convivem - em grande parte - com condições ambientais degradadas; na presença de lixo, animais e doenças dele decorrentes; com a precariedade no abastecimento de água e na rede de saneamento básico; com a subnutrição e a pouca assistência médica. Nestas condições de *vida*, sua saúde física sofre constantes agressões. Além destas, outras formas de violência física a que são submetidos podem partir de familiares, policiais e criminosos com quem entram em contato, indo tais práticas do espancamento à mutilação e mesmo ao assassinato.

Em GUIMARÃES (1995: 114-115), encontram-se relatos que atestam a familiaridade destes jovens com tais situações, chegando-se ao risco de uma naturalização da violência como forma de agir inquestionável ou inevitável quando da existência de conflitos ou diante da necessidade de sobrevivência:

*Seus padrões de relacionamento com os bandidos constituem-se, por um lado, através da regra básica de não se misturar, dimensão importante da cultura da evitação; embora reconhecendo-os como pessoas boas, para as quais o problema é que 'têm que matar, têm que roubar, para sobreviver.*

Também emocionalmente este jovem sente-se agredido. Dada a condição social desfavorável de seu grupo de origem, ele sente-se vítima de um estigma intransponível: o de ser pobre, sem perspectivas de mobilidade social ascendente pelas vias legais e moralmente legítimas (a menos que tenha talento de craque ou beleza de modelo, *dons naturels*); ou, o que é ainda pior: o de ser “favelado” (GUIMARÃES, 1995: 109).

No cotidiano das relações familiares, situações de alcoolismo, abandono, adultério, desemprego e violência doméstica são comuns e afetam a estrutura emocional destes indivíduos em formação.

O clima de medo e tensão devido ao co-habitar com o tráfico de drogas é outro agravante emocional, sendo o impasse solucionado a partir da já mencionada “cultura da evitação” (GUIMARÃES, 1995: 114) dentro da qual são socializados, de modo a conviver com os criminosos sem com eles se misturar.

Observando-se a enorme relevância dos meios de comunicação enquanto agente socializador no mundo ocidental contemporâneo, torna-se evidente seu poder: difundindo versões dos fatos, gostos, padrões de comportamento/consumo e valores. A disseminação de símbolos de *status*, sonhos de consumo e valores perpassa transversalmente o imaginário de jovens de todas as camadas sociais. Tal fato se traduz em crise emocional, ocasionando furtos quando não se tem como adquirir aquilo que são levados a desejar. Referindo-se a realidades de países desenvolvidos, afirma WACQUANT (1994: 24-25):

*Finalmente, existe a maldição de ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se um sine qua non da dignidade social -um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos. Como testemunham a proliferação do “assalto à mão armada” na inner city britânica, de dépouille (ato de tirar as roupas sob ameaça de uso da força) nos terrenos da banlieue, o roubo de correntes de ouro e o tráfico de drogas nas ruas do gueto negro americano, a violência e o crime são amiúde o único meio à mão dos jovens de classe trabalhadora sem perspectivas de emprego*

*para adquirir dinheiro e os bens de consumo indispensáveis para ascender à existência socialmente reconhecida.*

A título de problematização, importa questionar o que representa tal pressão para o consumo mesmo entre jovens de poder aquisitivo maior. Na medida em que são pressionados para corresponder às expectativas de seus familiares, *vencendo* na vida e nos negócios e dando continuidade aos padrões materiais e valorativos herdados, advém a angústia. Quando sensíveis, estes jovens também sofrem com um sentimento de culpa e responsabilidade frente à desigualdade social. Enfim, são as várias faces de uma mesma moeda de opressão simbólica, da cultura do ter mais, a afetar toda uma geração de jovens.

O que dizer da violência sofrida por jovens da classe popular em sua dimensão intelectual? Neste aspecto, BOURDIEU (1982) enfatiza, através dos conceitos de “habitus” e de “capital cultural”, a desigualdade estrutural que posiciona os indivíduos no interior das sociedades. Ao transmitir o capital cultural dominante, a escola - segundo Bourdieu - apenas aparentemente democratizaria o acesso a este saber e à mobilidade social, visto que a desigualdade de origem, expressa no ambiente cultural familiar, seria elemento facilitador ou dificultador da aprendizagem e mesmo da futura inserção profissional dos indivíduos.

Tal constatação parece evidente, entretanto, coloca a instituição escolar frente a um dilema de difícil solução. A menos que surjam outras lógicas de funcionamento da vida social, a escola é pensada de modo a estruturar seu currículo segundo os saberes e valores eleitos pela hegemonia sociopolítico-econômico-cultural vigente. Se intelectual, emocional e moralmente, estes jovens são socializados pela escola segundo padrões que não têm estreita correspondência com suas vivências culturais mais específicas - o que pode ser interpretado como uma forma de violência simbólica (BOURDIEU, 1989) - mas com a “cultura dominante” (numa leitura classista), o fato é que, se a escola nega este acesso, ela é acusada de segregacionista.

Inúmeros são os fatores pedagógicos e sociais responsáveis pela crise no ensino público, estando a ausência de uma maior motivação de professores, funcionários e

alunos, entre os principais. Tal fato, bastante generalizado, deve-se, majoritariamente - em se tratando da realidade de saturação e falta de perspectivas de mudanças estruturais nos centros do Rio e de São Paulo (GOMES e TRAUMANN, 1997) -, ao sentimento de descrença com relação a um futuro pessoal e coletivo mais promissor. No entanto, é inegável o poder potencial da escola, ao ser ela, juntamente com a família, responsável por transmitir muitos daqueles saberes - como o domínio da língua falada/escrita e das operações numéricas, bem como valores morais e de conhecimentos acerca do meio ambiente e da vida em sociedade - que são pré-condições essenciais à continuidade da dinâmica produtiva em sociedades complexas, à construção da cidadania e ao pleno desenvolvimento humano.

A idéia de uma democracia dialogal presente em ARENDT (1990) e em HABERMAS (1987) pressupõe a existência de canais de livre comunicação no interior das sociedades e entre estas e os poderes constituídos, bem como o domínio de um código de expressão de pensamentos, sentimentos, valores e deliberações por parte dos sujeitos. Socializar um jovem segundo conhecimentos relativamente estranhos ao seu meio pode ser uma violência sob o seu ponto de vista, mas, impedido o acesso à “estrutura estruturante” (BOURDIEU, 1989) hegemônica - ao conhecimento do arbitrário estatuído - é vetada a possibilidade de a ela transcender através do vislumbre do novo, do ideal. Dentro da estrutura social existente - que pode ser superada tanto em seus aspectos infra quanto nos superestruturais -, a assimilação dos saberes socialmente valorizados é uma condição importante para se ascender econômica e culturalmente.

Diante da inexistência de outras ordens sociais, a própria escola encontra-se cerceada, aprisionada a currículos e metodologias que reproduzem desigualdades e não contribuem para a construção do homem omnilateral, como intenciona o projeto filosófico-pedagógico da politecnia. Em MARKERT (1996-a: 31-32), encontra-se que:

*A característica principal da práxis da politecnia precisa de orientação conteudística e didática integral com o objetivo de educação geral e de formação para o trabalho integradas. Uma separação rigorosa das disciplinas do ensino, o isolamento didático do trabalho produtivo, sem aspectos de formação geral, bem como a importância exagerada atribuída às disciplinas técnicas e ao conhecimento das ciências naturais em detrimento de uma formação humanista geral integrando conteúdos filosóficos, estéticos e culturais*

*dariam razão aos que criticam a obra de Marx por entender que nela se defende a primazia das categorias produtivistas.*

A crença no potencial emancipatório do espaço escolar reside no fato de que, vencidos os desafios políticos que dificultam sua implementação,

*uma educação politécnica que levasse em conta as dimensões aqui discutidas e que tomasse como sua moldura teórica e prática a perspectiva da omnilateralidade (a dialética entre trabalho e não-trabalho; o cultivo dos cinco sentidos e da sensibilidade humana; a formação do eu socialmente competente; a integração entre educação geral e educação profissional; a escola unitária e sua combinação com experiências práticas de trabalho concreto; o estímulo da iniciativa dos alunos por meio de projetos e de experimentos conduzidos por eles mesmos etc.) desembocaria naturalmente num duplo engajamento: em prol do desenvolvimento das capacidades humanas e em prol das transformações sociais necessárias.*

Por fim, resta abordar a violência moral a que este segmento juvenil encontra-se submetido. Num âmbito mais imediato, estes jovens são socializados segundo parâmetros morais contraditórios. Segundo GUIMARÃES (1995: 115), eles encontram-se

*cotidianamente submetidos a dois códigos de conduta distintos, um definido e imposto pelo mundo do crime, o outro referendado pela sociedade vigente - no qual se inclui a escola -, os jovens da área são levados a reordenar e a re-hierarquizar seus próprios padrões de vida para incluir alguns dos modos de conduta dos primeiros ao mesmo tempo que estabelecem formas de distanciamento em relação a eles.*

Assim, considerando-se a juventude como um momento de definição dos padrões de inserção e de relacionamento com o mundo adulto, percebe-se quão complexo isto se torna. Principalmente sabendo-se da incoerência visível na própria sociedade e do fato de que as condições para a integração aos valores e padrões de comportamento e consumo referendados pela sociedade são insuficientes. Isto dá margem a que grupos criminosos venham a compensar certas necessidades das comunidades locais que o Estado não atende e a aliciar os jovens para o tráfico de drogas.

Num âmbito mais geral, toda a juventude brasileira, e não apenas esta parcela desfavorecida, se constrói no interior de uma sociedade perpassada por vícios morais de toda espécie. Comentando o artigo "Narcisismo em tempos sombrios" (In *Percursos na*

*história da psicanálise*), de autoria do psicanalista Jurandir Freire Costa, CASTELLO (1988) apresenta a leitura de Brasil feita por Costa. Segundo este, vigorava, então, no Brasil, uma razão cínica, a preencher o vazio deixado por regras, valores, ética e compromissos, baseada no discurso desmoralizante segundo o qual toda lei é convencionalismo, formalismo, idealismo, conservadorismo. Afirma o psicanalista: *“Existe um elo indissolúvel entre o político que lesa o erário público, o cidadão que ultrapassa o sinal vermelho e o assaltante que mata. Todos deixaram de levar em conta a lei.”* Se a lei é a convenção que nos protege da desordem, *“a aniquilação da lei é, então, um ato suicida”*, complementa Castello. Na ausência da lei como um valor e justificando-se no fato de que a delinquência e a impunidade existem entre os próprios governantes - o que detona uma crise de toda autoridade constituída, inclusive a dos professores -, a sociedade brasileira incorpora o cinismo, a delinquência, a violência e o narcisismo à cultura nacional. Talvez, escrevendo após episódios como o moralizador *impeachment* de Collor ou as CPIs que se sucedem, Costa relativizasse a abrangência e a gravidade de algumas de suas colocações.

Na mesma linha de análise, tratando da responsabilidade civil pela segurança pública, GARCIA (1996) aborda a condescendência da cultura carioca para com a transgressão:

*Os apitos que avisam os maconheiros da chegada da polícia explicam por que não houve protesto contra as drogas quando os cariocas saíram às ruas para protestar contra a violência, que é causada pelas drogas. Mas explicam muita coisa mais. Explicam que a falta de a sociedade assumir sua responsabilidade pela segurança de todos, - que é uma regra básica de sobrevivência desde os primórdios da história da civilização - é também uma causa da violência que nos oprime. O Rio está aí como modelo a ser evitado. Começou entronizando a malandragem como uma virtude. “Oi, malandro!” passou a ser cumprimento, não uma ofensa. Junto com ela, vieram o jeitinho e a esperteza (com o “s” bem chiado) - eufemismos para estimular o egoísmo e a desobediência às regras de bem viver, que implicam o respeito aos direitos alheios. Depois veio a desobediência coletiva aos semáforos; a convivência com o jogo-do-bicho. Da transgressão ao crime, foi um passo natural. Quando se deram conta, os cariocas se tornaram reféns dos sequestradores, contrabandistas de armas e traficantes.*

Ainda que omitindo relevantes aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que singularizam a história desta cidade - e, principalmente, a responsabilidade histórica das

elites econômicas, políticas, religiosas e intelectuais para com a banalização deste valeduto -, o trecho citado revela algumas formas sociais de cumplicidade na atualidade.

Acostumados que estão os jovens desta geração a verem infração, corrupção e impunidade como práticas banais e cotidianas, não será a escola, isoladamente, que solucionará tal crise de princípios. Assumir tal limitação não equivale a aceitar que ela se esquive de sua responsabilidade pela dimensão educativa da formação de valores. Significa, contudo, dizer que a discussão ética precisa perpassar os diversos agentes educativos - família, Estado, mídia, agentes produtivos, sindicatos, partidos políticos, instituições religiosas etc. - de modo que a noção de co-responsabilidade seja compreendida e incorporada na teoria e na práxis.

Neste sentido, é de se esperar, por exemplo, que os canais de televisão não apenas façam documentários e alertas sobre a crescente explosão da violência, a multiplicação das máfias nos órgãos de governo, ou os inúmeros casos de estupro e de adolescentes grávidas; mas que reformulem suas programações de modo a reverem seus critérios de escolha de filmes, produção de novelas e outros programas que, subliminar ou explicitamente, *deseducam* a população, incentivando à permissividade inconsequente e à utilização quase gratuita da violência. Paralelamente a esta autocensura por parte da mídia, escola e família precisam discutir com crianças e jovens as mensagens veiculadas e o Estado tem por obrigação democratizar o acesso aos meios de comunicação, permitindo que o telespectador/ouvinte tenha oportunidade de maior escolha e participação a partir de uma concorrência efetivamente livre entre diferentes emissoras (HERZ, 1993; GUILLON, 1993).

Diante deste breve mapeamento de alguns dos muitos desafios que se colocam àqueles que trabalham com a juventude carente na realidade dos grandes centros urbanos, quais seriam os limites e as possibilidades da escola hoje? Não se pode esperar que a escola resolva o que foge à sua alçada - discussão de competências, aliás, que a sociedade brasileira precisa fazer o quanto antes: papel da escola, do Estado, da família, do empresário, do cidadão etc. -, mas, dentro do seu âmbito de ação, o que precisaria e poderia ser feito?

Antes de tudo, importa dizer que enquanto os números, e não a qualidade do ensino, continuarem sendo as prioridades dos governos, em pouco se avançará. Cumpre dizer que mantêm-se elevadas as taxas de evasão e repetência, a despeito das modificações que vêm sendo feitas nos critérios de avaliação, pela Secretaria de Educação no município do Rio de Janeiro, de modo a tornar a aprovação dos alunos quase automática. BARRETO (1992: 109) sinaliza para este e outros importantes indicadores da crise na educação quando afirma que:

*No caso brasileiro, a crise da educação vem sendo agravada pela inserção da violência em suas diversificadas formas no mundo racional da escola, derrubando os alicerces da educação, desde a autoridade do professor até o abandono de exigências mínimas de aprovação dos alunos. (...) O fenômeno chamado por Hanna Arendt como crise da autoridade materializa-se no sistema educacional também na forma de violência intelectual e física, que se expressa na destruição física das escolas e na negação intelectual do diálogo.*

Em meio a uma crise econômica, social, política e moral, a escola é bastante afetada, principalmente quando próxima de focos de criminalidade (GUIMARÃES, 1995: cap.3). Professores e funcionários vivenciam a insegurança física, recebem baixos salários, contam com instalações precárias, insuficiente material de trabalho e equipamentos avariados. Além disto, estão socialmente desprestigiados, sem autoridade frente aos alunos, com a auto-estima em baixa - numa sociedade em que o indivíduo vale o quanto ele compra - e mesmo sem saberem mais de que forma seu trabalho pode repercutir significativamente na vida de seus alunos. Desfez-se, na sociedade, a crença numa saída coletiva, o que, quando não leva ao cinismo, pode redundar em imobilismo cético.

A aquisição de educação e cultura é um valor na sociedade brasileira atual? Já foi algum dia? Tais perguntas merecem um profundo estudo, pois, diante do observável, tem-se a impressão de que a ausência de perspectivas destes jovens, o imediatismo, o individualismo e o materialismo que caracterizam a contemporaneidade ocidental parecem tornar o aprimoramento intelectual e cultural algo desejável apenas na medida em que acessa o ter mais dinheiro, poder e *status*.

A conjuntura atual de crescente desemprego (WACQUANT, 1994; PAIS, sem data), inclusive nos países de centro, tem feito com que se associe, mais uma vez - como a Teoria do Capital Humano, nos anos 60/70 -, com ênfase, educação e trabalho. Diante da incorporação - ainda relativamente lenta no Brasil quando comparado aos países desenvolvidos - das novas tecnologias de base informática, um novo perfil de trabalhador - mais participativo, dinâmico e com maior capacidade de abstração e adaptação - precisa ser formado.

O que tais prescrições não reconhecem, em público, é que mesmo que todos se *qualifiquem adequadamente*, não haverá - nesta lógica - vagas para todos, como se observa na Europa atual. No Brasil, as principais causas do desemprego são estruturais, mas a insuficiência de postos de trabalho é uma realidade que atinge os jovens, hoje, em todo o mundo, talvez à exceção dos Estados Unidos. A exclusão no mercado de trabalho é operada de várias formas: raça (lê-se "boa apresentação"), idade (menos de 35 anos), sexo (mulher engravida), nível educacional (no mínimo, 2º grau), tempo de experiência (mínimo de 2 anos), etc.

Em países social-democratas, o sistema de seguridade social, hoje em crise (OLIVEIRA, 1996), assegura um padrão de vida mínimo face ao desemprego; mas, no Brasil, o indivíduo, quando desempregado, sobrevive mesmo às custas de biscates e favores da família.

Um dos pilares em que se assenta a educação é a filosofia. Na raiz de qualquer projeto pedagógico reside a já mencionada pergunta: Que homem formar e para que sociedade? Diante do modelo de sociedade hegemônico, restam à escola duas possibilidades: reproduzir os homens alienados no processo produtivo e na relação interpessoal de que esta sociedade necessita para continuar funcionando, ou, ir ao âmago da discussão filosófico-ética e repensar a indagação acima. Respondida a pergunta, será possível saber se o perfil é de um homem cínico, individualista, inconsequente e violento, ou se de um homem desalienado, solidário, responsável e propositivo. Do real para o ideal, são muitos os passos e muitas as estratégias a serem formuladas. A já mencionada proposta da politecnia é uma das possibilidades.

Quando a escola e outros espaços pretensamente educativos se reconhecem como mero depósito de crianças e jovens, afastando-os momentaneamente do convívio com o crime e o abandono, isto é sinal de que a educação deixou de ser o objetivo maior (MAIA, 1995: 8).

Educar não é amordaçar nem tudo permitir. Educar é apresentar os limites, os porquês dos limites e instrumentalizar os indivíduos de modo a que eles não apenas possam questionar mas sejam capazes de propor novos limites, transcendendo ao arbitrado, ao dado como natural. O cidadão é aquele que conhece seus direitos e seus deveres, que goza de liberdade com responsabilidade.

A vida em sociedade é baseada em regras, a partir das quais os homens comprometem-se uns com os outros. Quando esta base ética, este código de princípios, deixa de fazer sentido na vida dos indivíduos, verifica-se o que Durkheim chamou de “estado de anomia” ou o que Hobbes define como “estado de natureza”. Nestas circunstâncias, os homens perdem sua capacidade dialógica. Posta de lado a razão, as sociedades ficam sujeitas a *autoridades* que se *legitimam* de outras formas, através da ameaça e da violência repressiva, como atestam totalitarismos de direita e de esquerda ou comandos paralelos e ilegais. Em sociedades anômicas, há sempre a possibilidade, conforme alerta Costa (*apud* CASTELLO, 1988), de que os indivíduos, confrontados com o caos social, venham a desejar o autoritarismo, na escola, na comunidade, no país: Eis o perigo... E o desafio, expresso nas sábias e proféticas palavras de FROMM (1965: 333; 346):

*Somos uma cultura de consumidores. 'Sorvemos' os filmes, os noticiários de crime, as bebidas alcoólicas, os divertimentos. Não há participação produtiva alguma, nenhuma experiência unificadora comum, nenhuma ação significativa resultando em resposta significativa para a vida. Que esperamos de nossa geração jovem? Que farão eles se não têm oportunidade alguma para atividades significativas e compartilhadas? Que mais poderão eles fazer senão fugir pela bebida, divagações cinematográficas, crimes, neuroses e insânia? (...)*

*O homem só poderá proteger-se das conseqüências de sua própria loucura criando uma sociedade sadia de conformidade com as necessidades humanas, as quais estão arraigadas nas próprias condições de sua existência. Uma sociedade na qual o homem se relaciona com os demais amorosamente, na qual está preso por laços de fraternidade e solidariedade, e não por laços do sangue e do solo;*

*uma sociedade que lhe dê a possibilidade de transcender à Natureza pela criação e não pela destruição, na qual cada um adquira a noção do eu identificando-se como súdito de seus poderes e não pela conformidade, na qual exista um sistema de orientação e devoção sem que o homem tenha de adular a realidade e adorar ídolos.*

*Criar tal sociedade significa dar o próximo passo; significa o fim da história 'humanóide' - a fase na qual o homem não se havia tornado completamente homem. Não significa 'o fim dos dias', 'a conclusão', o estado de harmonia completa na qual o homem não se defronte com nenhum conflito ou problema. Pelo contrário, é destino do homem confrontar-se com contradições, as quais tem de resolver sem nunca as resolver. Quando ele tiver ultrapassado o estágio primitivo de sacrifício humano, seja na forma de ritual dos astecas ou da guerra secular, quando estiver capacitado para regular sua relação com a Natureza, razoavelmente e não cegamente, quando as coisas se tiverem de fato transformado em suas servas e não em seus ídolos, ele se defrontará com os conflitos e problemas verdadeiramente humanos; terá de ser aventureiro, corajoso, imaginativo, capaz de sentir prazer e dor, mas seus poderes estarão a serviço da vida e não da morte. A nova fase da história humana, se ela chegar a processar-se, será um novo começo e não um fim.*

## Capítulo 3 - Do diagnóstico da globalização à utopia: um passo necessário

A multifacetada e socialmente relevante questão da relação sujeito-educação-trabalho em tempos de globalização do capitalismo é o tema deste capítulo. Longe de pretender esgotar a questão, a proposição é apresentar uma linha de raciocínio diferente da que vem sendo desenvolvida em sub-áreas como sociologia do trabalho, sociologia do desenvolvimento, sociologia da educação, educação e trabalho, dentre outras a estas correlatas.

Partindo de alguns conceitos centrais na filosofia e nas ciências sociais contemporâneas e, em particular, de considerações presentes nas obras de Jürgen Habermas e Erich Fromm, pretende-se (re)colocar a problemática da educação face à modernidade tecnológica em outros termos: *Do educar para melhor competir para o educar para melhor cooperar.*

### 3.1. Faces da globalização

Com o fim do “socialismo real”, o paradigma capitalista passou a hegemônico. O fenômeno conhecido por “globalização” tem várias faces. Seus desdobramentos se fazem sentir na esfera da produção e circulação econômica e financeira; na esfera política, na medida em que o papel do Estado é rediscutido; na esfera social, na medida em que cresce, por exemplo, o desemprego; e, ainda, na esfera cultural, visto que a produção cultural passa a transitar de forma extremamente facilitada com a incorporação das chamadas novas tecnologias.

Entretanto, se globalização significa integração, não é sinônimo de equalização. Da mesma forma que a filosofia econômica liberal formulada por Adam Smith defende a auto-regulação do mercado pela “mão invisível” da lei da oferta e da procura - omitindo

os desiguais *cacifes* (tanto capital econômico, quanto capital cultural) de que partem os *jogadores* e a inexistência da livre concorrência, dada a formação de oligopólios -, o receituário da globalização promete uma harmonização de interesses gerais que não pode cumprir. É fictício se falar em igualdade de condições/oportunidades e em liberdade econômica no atual cenário econômico, político e cultural mundial. Isto não significa que a integração dos mercados seja um mal em si, mas que, da forma como está se fazendo a globalização, os efeitos são necessariamente diferenciados para cada país e, mesmo no interior destes, para diferentes regiões.

Desde a Revolução Industrial, a capacidade produtiva de economias industrializadas vem crescendo enormemente, mas, com a modernização tecnológica crescente, a informática e a robótica vêm permitindo o antes inimaginável. Os novos parâmetros conquistados alteram o volume, a velocidade e a natureza da produção de uma tal forma que o atendimento às demandas passa a ser algo quase instantâneo - política do *just-in-time* e de fim dos estoques. Tal flexibilidade produtiva, acessada com a incorporação das novas tecnologias (a mais-valia relativa de Marx), torna a competição por novos mercados consumidores bastante acirrada por parte daqueles que as detêm, do que decorre a assinatura de acordos internacionais que vão da redução de impostos à abolição destes, e mesmo à criação de moedas únicas como o *euro* na União Européia. Importa dizer que o fim do protecionismo econômico nem sempre é adotado por aqueles países que o defendem. Por tudo isto, a inserção no mercado global não somente é desigual (quem detém ou não a tecnologia), como aprofunda desigualdades (quem exporta tecnologia e quem exporta matéria-prima) já existentes.

Do ponto de vista do consumidor, a intensificação da concorrência entre produtos similares nacionais e estrangeiros pode significar variedade e economia, mas também resulta em desemprego, ou seja, em perda total da capacidade de consumo, ao menos naqueles países em que a social-democracia nunca foi uma realidade, como no Brasil. O fenômeno do desemprego é preocupação mundial, mas adquire feições locais. Nos países centrais, a modernização tecnológica nos setores primário e secundário corresponde uma maior ocupação da população economicamente ativa no setor terciário. Já em países "em desenvolvimento" (poder-se-ia questionar o próprio

referencial de desenvolvimento perseguido, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista humano), ou ditos periféricos, os efeitos da modernização tecnológica e da perda de competitividade, também devida à abertura comercial, sobre a taxa de desemprego vêm a acentuar um quadro de desemprego estrutural histórico. Cumpre dizer que este desemprego gerado pela modernização tecnológica é estrutural, só sendo minimizado, como nos países centrais, com a oferta de vagas em outros setores da economia que, certamente, também têm um limite de absorção, por maior e mais eficaz que seja a multiplicação de *necessidades* pela Indústria Cultural (FROMM, 1965). É o fim do sonho do pleno emprego.

Diante de tal quadro, são compreensíveis o diagnóstico e o prognóstico feitos por KURZ (1992) de que o capitalismo estaria caminhando para seu auto-estrangulamento à medida em que aumenta a capacidade produtiva, mas intensifica a concentração de capitais, reduzindo sobremodo o número de consumidores. Nas regiões desenvolvidas dos países centrais, o ato final deste processo pode ainda demorar, mas, na periferia do sistema, os sintomas desta descapitalização da grande maioria já são visíveis há muito e se acentuam velozmente a cada dia (Basta acompanhar a escalada da crise brasileira apenas no primeiro mês de 1999). Daí a preocupação em gerar divisas, aumentando o volume de exportações do país, que é a nona economia do mundo, a despeito do enorme potencial de consumo que teria o seu mercado interno não fosse a estrutura social brasileira uma das mais injustas, figurando entre as campeãs em concentração de renda em todo o mundo.

Outros ângulos devem ser observados. Cresce o número de desempregados que se incorporam ao exército de reserva e, com isto, mas não apenas por isso, decresce o poder de reivindicação daqueles que permanecem inseridos na estrutura produtiva capitalista. Em IANNI (1996), encontra-se uma detalhada análise de uma série de dificuldades que hoje enfrenta a organização sindical em todo o mundo.

Observados alguns desdobramentos do fenômeno da globalização na esfera econômica, que dizer dos mesmos na esfera política? Hoje, tanto nos países de centro, como nos de periferia, se rediscute o papel do Estado: sua abrangência, sua participação, sua

intervenção, suas responsabilidades, suas capacidades. Dada a extrema agilidade e a diversificada e mutante composição do capital econômico e financeiro, e mesmo dada a fluidez e a velocidade de comunicação entre os *quatro cantos do mundo*, o Estado perdeu, em grande medida, seu poder de visualização e previsão das principais tendências nos campos econômico e financeiro. Além da necessária revisão dos instrumentos legais e tributários de que dispõe o Estado (nem sempre possível devido aos inúmeros *lobbies*), alastram-se por todos os países práticas de corrupção e de sonegação fiscal que vêm a enfraquecer ainda mais os cofres públicos já debilitados devido:

1. Às dívidas públicas internas, anteriormente assumidas, não apenas para financiar obras e serviços públicos, mas também para injetar recursos no setor privado (OLIVEIRA, 1996);
2. À evasão de capitais para paraísos fiscais e mercados financeiros com taxas de juros atraentes;
3. À crescente mobilidade das indústrias para outros países, em busca de mercados consumidores e/ou mão-de-obra menos reivindicante;
4. À redução do volume de contribuições trabalhistas, em virtude do desemprego estrutural crescente e, em contrapartida, ao maior volume de benefícios como salário-desemprego a serem pagos;
5. Aos pesados investimentos sociais que passam a ter que ser feitos pelo Estado em áreas de periferia, que crescem mesmo nos países de centro.

Em países como o Brasil, a resposta (medidas em grande parte *receitadas* por organismos internacionais que gerenciam nossa dívida externa) a tais desafios vem com:

1. O corte de gastos públicos em áreas muitas vezes prioritárias como educação, saúde e infra-estrutura;
2. A injeção de recursos públicos no mercado financeiro e a manutenção de altas taxas de juros de modo a impedir a evasão de capitais e o retorno da inflação, o que penitencia o setor produtivo e protege o capital especulativo;
3. A polêmica (e excessivamente ideologizada, tanto por parte de quem ataca, como por parte de quem defende) questão da privatização de empresas estatais. Os pró-

privatização alegam o fato de muitas serem mal administradas, pagarem altos salários e oferecerem a seus trabalhadores uma série de privilégios que o restante dos trabalhadores não tem. Os contraprivatização alegam que estas empresas são patrimônio público em áreas de interesse estratégico e que não podem ser *sucateadas*, ou seja, repassadas por menos do que valem, a grupos nacionais e estrangeiros. Isto ameaçaria a soberania nacional, colocando o país frente a monopólios que poderiam praticar as taxas de lucro que bem entendessem. Importa dizer que a radicalização da questão por ambas as partes acaba por levar a uma política irrefletida de privatizações que não *separa o joio do trigo*;

4. O incentivo à demissão voluntária de funcionários públicos e com o achatamento salarial daqueles que permanecem;
5. A implantação de políticas sociais, em sua maioria, paliativas e descontínuas, muitas vezes feitas através do repasse, de modo velado, à sociedade civil organizada, de toda uma série de encargos sociais sem o equivalente repasse de recursos e de direito de participação e voto em instâncias administrativas. Daí o alerta, feito por atentos observadores, ao que pode ser apenas aparente conquista de cidadania, com a entrada em cena do chamado “terceiro setor” que passa a assumir funções constitucionalmente da alçada do Estado.

No Brasil, a sonegação de impostos e encargos sociais por empresas públicas e privadas é fato histórico a desafiar hábeis administradores e sofisticados sistemas de *software*, na medida em que a prática da corrupção parece incorporada à cultura nacional. Gastos com seguro-desemprego e aposentadoria, entretanto, não podem ser comparados aos de países europeus, visto que aqui jamais chegou a se implantar algo parecido com um Estado de Bem Estar que assegure a todos um padrão de vida mínimo.

Com relação aos países centrais, pode-se compreender melhor como o desequilíbrio se expressa nas contas públicas lendo este trecho de OLIVEIRA (1996: 91):

*O rompimento do círculo perfeito do Estado-Providência, em termos keynesianos, é devido, em primeira instância, à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista. A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram a certos limites - relativos, por certo - da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto.*

*(...) Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retroalimentação. Pois desterritorializaram-se o investimento e a renda, mas o padrão de financiamento público do Welfare State não pôde - nem pode - até agora desterritorializar-se. Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho.*

As consequências da globalização na esfera cultural, todos podem constatar. Ligando a televisão, indo ao cinema, ouvindo o rádio, folheando as últimas tendências da moda nas revistas ou *navegando* pela internet, percebe-se em que medida se uniformiza o mercado cultural em todo o mundo ocidental e mesmo pra além deste. Nesta esfera, evidencia-se a hegemonia norte-americana, principalmente entre os segmentos de maior poder aquisitivo que tendem a consumir e a desejar consumir de modo bastante parecido em todo o mundo.

Sobre tal tendência à uniformidade, já alertavam os filósofos da Escola de Frankfurt quando, nos anos 40 e 50, refugiando-se da II Guerra Mundial, nos Estados Unidos, entraram em contato com o imenso poder de fogo simbólico da Indústria Cultural. Bem poderia ser de autoria de um deles, a sintética frase de Mark Twain: “A civilização é uma ilimitada multiplicação de necessidades desnecessárias”.

Sobre o conteúdo do que vem sendo veiculado pela mídia, importa destacar: a crescente exploração e banalização de cenas de violência e sexo em filmes para televisão e cinema, bem como em letras de música, revistas e videogames; o forte apelo para o consumo, havendo inclusive canais de TV exclusivamente dedicados à venda de produtos por telefone; o sensacionalismo, a parcialidade e a superficialidade com que temas da maior relevância vêm sendo abordados nos principais telejornais e jornais. Neste setor, a formação de oligopólios impede a salutar concorrência, fazendo crescer a consciência de que a democratização do acesso aos meios de comunicação, no Brasil, é medida da maior urgência.

Atualmente, no campo acadêmico, os filósofos identificados como pós-modernos dão ao chamado “quarto poder” - que, na visão de muitos, é hoje o primeiro - representado pelos meios de comunicação tamanha relevância, que sua influência aparece como quase imbatível nestes escritos. Apresentam, estes autores, uma realidade na qual tudo é virtual, tudo é simulacro, tudo é jogo de marketing... Tornando inviável qualquer possibilidade de reflexividade e de emancipação dos sujeitos.

De modo menos radical, também BOURDIEU (1989) parece descrever da existência de saídas, ou, em suas palavras, de possibilidades de “tomada de consciência do arbitrário” que estrutura o social, na medida em que seu conceito de “habitus” reforça a quase insuperável condição de classe a que os sujeitos estariam submetidos e que o sistema educacional só viria a consolidar. Talvez Bourdieu não atente para o potencial de renovação que se encontra latente nas relações intersubjetivas cotidianas, capazes de revelar caminhos de superação, de transcendência, das atuais formas de organização da vida social, a partir da moralização dos temas públicos e do potencial de solidariedade que emana do mundo vivido, como entende HABERMAS (1989).

No que tange à educação, compreende-se porque um projeto educativo pautado nos princípios da politecnia e que se proponha a ser unitário em âmbito nacional é algo de difícil implantação. Visto que a educação politécnica (MARKERT, 1996-a) visa à formação de um sujeito desalienado e plenamente desenvolvido, com capacidade crítica e valores cooperativos que não se coadunam com o perfil moral estimulado pela lógica da competição selvagem, do consumismo, da exploração e do lucro como fim último, captaneada, não por todos, mas por aqueles agentes econômicos de visão absolutamente estreita e imediatista. Por outro lado, um projeto que incorpora a formação profissional, valorizando tanto atividades intelectuais quanto manuais, tende a ser rejeitado também por defensores de um sistema dual (que efetivamente reproduz a desigualdade social e a alienação dos sujeitos), bem como por educadores refratários a qualquer experiência de profissionalização na escola.

A concretização de projetos politécnicos no Brasil seria conquista de grande relevância, mas estes dificilmente sairão do papel - ou deixarão de ser conquistas pontuais -

enquanto não forem desencadeadas alternativas de organização socioeconômica que evidenciem a efetiva adequação e viabilidade de uma tal proposta curricular, legitimando-a. Enquanto, no Brasil, a lógica estreita de determinados setores políticos, econômicos e mesmo educacionais, liberais e marxistas, continuar a imperar, dificilmente serão tomadas medidas concretas no sentido de se projetar um Brasil material e culturalmente emancipado.

A reorientação filosófica - da competição para a cooperação - em que se baseia esta dissertação, pode apresentar caminhos concretos de alteração das estruturas socioeconômico-político-culturais que permitam aos sujeitos individuais e coletivos maior participação e efetiva auto-realização. A grande contribuição da politecnia estaria na criação - dentro e fora da escola - das pré-condições técnicas e morais, ou seja, na preparação do solo, para que sementes de formas novas e desalienantes de ser e viver possam se implantar com êxito.

### 3.2. Habermas e o colapso do socialismo real

Pontuados alguns aspectos sociopolítico-econômico-culturais relevantes da dita globalização, vejamos, de que forma, J. Habermas acredita ser possível se falar, no presente, em emancipação dos sujeitos.

Em "Para a Reconstrução do Materialismo Histórico", HABERMAS (1990: 11) coloca a necessidade de se proceder a uma reconstrução do legado marxista, o que significa desmontar e remontar uma teoria que "*carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar*". Mas, em que direção se daria tal revisão?

Em recente coletânea "A atualidade da Escola de Frankfurt", MARKERT (1996-b) indica as diretrizes desta revisão, que se baseia na premissa de que a obra de Marx teria minimizado a importância dos processos humanos de interação e comunicação face aos processos produtivos. Sendo Habermas herdeiro da tradição de pensamento da Teoria

Crítica, pode-se nitidamente reconhecer a ênfase, por ele dada, aos desdobramentos superestruturais das formas de organização sociopolítico-econômicas.

Partindo desta tese de Habermas quanto à secundarização de questões pra além da esfera do trabalho, nos escritos de Marx, Markert procura demonstrar que uma leitura abrangente da teoria marxiana - especialmente dos "Manuscritos econômico-filosóficos" e dos "Grundrisse" - permite encontrar dimensões acerca da formação do homem que a posterior tradição de viés produtivista teria desprezado. Além de situar Marx em outro contexto histórico e acadêmico (a Psicanálise, por exemplo, não existia), levando em consideração seus interlocutores na economia política e suas preocupações com a luta política de seu tempo, Markert alerta para a questão da totalidade da obra e para a indicação de toda uma construção filosófica a respeito da subjetividade humana que Marx, por razões metodológicas, não teria desenvolvido em "O capital", dedicado à apresentação de uma teoria crítica do capitalismo.

A preocupação central de HABERMAS (1990: 14) reside no fato de que *"a cultura permanece um fenômeno superestrutural, embora na passagem para novos níveis de desenvolvimento, ela pareça ter um papel mais preeminente do que supuseram até agora muitos marxistas"*. Neste sentido, sua teoria da comunicação poderia, a seu ver, contribuir para a reconstrução do materialismo histórico ao incorporar à análise outras dimensões sociointegradoras que não aquelas circunscritas ao mundo da produção material. Elucidando sua compreensão dialética da relação infra-estrutura-superestrutura, HABERMAS (1990: 35) afirma:

*Gostaria mesmo de sustentar a tese de que o desenvolvimento dessas estruturas normativas funciona como abridor de caminhos para a evolução social, já que novos princípios de organização social significam novas formas de integração social; e essas, por seu turno, tornam possível a implementação das forças produtivas existentes ou a produção de novas, bem como o aumento da complexidade social.*

Para Habermas, Marx não teria desenvolvido estas questões suficientemente, no que concorda, como será apresentado a seguir, Fromm. Por este acento nas questões da cultura e da comunicação, Habermas é muitas vezes chamado de idealista, sem que sejam consideradas suas críticas às estruturas econômicas do capitalismo. Parece que os comentaristas teriam sempre esta tendência a generalizar a partir de setores, sem

perceber a produção dos autores como um todo e as delimitações que são forçados a fazer.

Em artigo recente, *já no pós-queda do Muro de Berlim*, intitulado “O que é socialismo hoje?”, HABERMAS (1991) encontra a oportunidade de, instrumentalizado por alguns de seus conceitos e argumentos precedentes, refletir acerca da realidade empírica de reconfiguração do chamado “socialismo real” nos países do leste europeu e da ex-União Soviética. Após apresentar os contornos específicos que o processo vem assumindo em cada país e as principais interpretações pró e contra-socialismo que o fenômeno vem recebendo segundo diferentes linhas ideológicas, o autor expõe concretamente sua visão acerca do potencial e dos limites do projeto socialista hoje. A seguir, algumas de suas principais considerações.

Na primeira seção do artigo, ao analisar os contornos diferenciados da recente desconstrução do socialismo nos vários países, HABERMAS (1991: 44) sinaliza para a relevância do surgimento de espaços públicos em torno de processos que - com maior ou menor participação popular - vêm questionando o monopólio do poder estatal e reivindicando um maior pluralismo político no interior destas sociedades. Assim, tais “mudanças revolucionárias” - que uma leitura ortodoxa considera retorno a modelos já superados pela Revolução de 1917 - estariam refletindo o

*desejo de encontrar um vínculo político-institucional com a tradição das revoluções burguesas e um vínculo político-social com as formas de relação de vida do capitalismo desenvolvido, especialmente com a Comunidade Européia. No caso da RDA, a anexação ganha um sentido literal pois para ela a RFA oferece simultaneamente as duas coisas: uma sociedade ocidental de bem-estar e de constituição democrática.*

Entretanto, Habermas cita J. Fest que estaria percebendo, nestes movimentos, a ausência daquele “*elemento de ênfase na revolução social predominante em praticamente todas as revoluções históricas dos tempos modernos*” (idem: 45). Isto caracterizaria o “sentido reformista” de transformações que não teriam determinado seu próprio norte a partir de revisões e metas claramente objetivadas e difundidas.

Por conta deste caminhar vagueante dos processos em curso, várias interpretações dos fatos estariam sendo dadas. De um lado, as interpretações socialistas - stalinista, leninista e comunista-reformista - explicam a situação como sintomática de uma "reforma auto-purgativa" do socialismo, diferindo apenas o grau de profundidade que esta correção estaria visando aqui e ali. No entender do autor, tal diagnóstico não condiz com a realidade, visto que a vontade popular teria se recusado a trilhar esta terceira via, deixando sem resposta a questão quanto a "*qual a capacidade reformista e qual o potencial de desenvolvimento democrático de um socialismo de Estado que se revoluciona por dentro*" (idem: 46). Neste ponto, Habermas menciona a possibilidade de funcionamento de uma "economia de mercado socialista" (sem, entretanto, explicar o que entende por isto), refutada a priori por muitos mas considerada viável por outros. Afirma ele, que mesmo a liberal militante Marion G. Dönhoff teria dito que "*com um pouco de imaginação e pragmatismo o desejo existente de unificar socialismo com economia de mercado é plenamente exequível - eles podem se corrigir um ao outro*" (idem: 46). Mas, conforme dito acima, Habermas discorda mesmo de que o desejo de buscar tal composição tenha existido.

Do ângulo das interpretações críticas ao socialismo - no caso, a pós-modernista, a anti-comunista e a liberal -, os recentes acontecimentos são comemorados por diversas razões. Para a primeira corrente, combativa ao racionalismo, eles poriam fim ao "terror nascido da razão". Tese que Habermas rejeita pelo fato de que, tanto na forma de grandes manifestações, quanto no conteúdo das reivindicações por maior soberania popular e respeito aos direitos humanos frente ao socialismo burocrático, tais fatos recentes representam um avanço da modernidade e não a sua negação. A linha anti-comunista interpreta as mudanças revolucionárias como o vitorioso término da guerra civil internacional declarada pelos bolcheviques em 1917, sem atribuir o mesmo peso de combatividade às políticas empreendidas por Mussolini e Hitler, por Churchill e Roosevelt, por Kennedy e Reagan. Assim, a culpa por tal guerra recai sobre um único bloco, o socialista. No entender liberal, o fim do socialismo de Estado representa a dissolução das últimas formas de dominação totalitária na Europa, realizando a profecia de fim das ideologias: Enfim, "*as representações liberais de organização prevalecem com o Estado democrático de direito, a economia de mercado e o pluralismo social*"

(idem: 48). Ao omitir o fato de que também nas democracias de massa ocidentais há aspectos comuns às formas de dominação totalitária, a interpretação liberal, diz Habermas, “*não enxerga a venda nos próprios olhos*” (idem: 48).

Ao longo de todo o artigo, Habermas demonstra realizar a síntese reflexiva que os tempos atuais permitem e demandam. Colocando-se a questão de estar ou não superado o paradigma marxista, o autor responde a possíveis inquietações da esquerda em todo o mundo, sinalizando com distinções importantes e alertando para a imperiosidade da práxis no que apenas ela pode responder a certas indagações sobre possível e impossível, no que apenas nas condições concretas mostram-se os limites e os potenciais de criação e transcendência propiciados pelo agir comunicativo (HABERMAS, 1989).

Segundo HABERMAS (1991: 53), “*posturas de investigação interessantes e contrárias, tais como a de P. Bourdieu, C. Castoriadis ou A. Touraine, J. Elster ou A. Giddens, C. Offe ou U. Preuss, revelam algo da força do potencial sugestivo que ainda representa a tradição que parte de Marx*”.

Entretanto, ele destaca aspectos, em Marx, que carecem de revisão. Dentre eles:

- a) a redução - ao menos, mais aparente em “O capital” - do papel emancipatório à esfera do mundo do trabalho, numa linha reforçada por leituras produtivistas de Marx;
- b) o fato de que a análise permanece presa a uma compreensão concretizante dos conflitos e agentes sociais, na medida em que opera com classes e grandes sujeitos históricos, desconsiderando a importância de outros atores. Aqui, percebe-se uma possível intenção de Habermas em mostrar que a apreensão de sociedades complexas nas suas diferentes escalas só se faz possível se à metodologia estruturalista é associada a metodologia fenomenológica e leituras como a da Psicologia Social que enfatizam a relevância das mediações de grupo na interdependência indivíduo-sociedade, desvelando outros canais de comunicação e participação e, portanto, outros espaços potenciais de emancipação;
- c) a limitada compreensão funcionalista que Marx demonstra ter do Estado democrático de direito, descartando-o enquanto instrumento de realização da democracia sem.

entretanto, detalhar quais seriam os caminhos de institucionalização da liberdade no socialismo: “*sua imaginação institucional não vai além da ditadura do proletariado prevista para o ‘período de transição’*” (idem: 51).

d) o comprometimento da análise com uma visão monolítica incapaz de perceber que o nível de diferenciação alcançado nas sociedades modernas não poderia ser substituído pelo planejamento administrativo central.

e) “*o secreto caráter normativista das hipóteses da filosofia da história*” evidenciado na “*tendência a conceber o socialismo como uma figura historicamente privilegiada da moralidade concreta, ainda que, na melhor das hipóteses, uma teoria possa indicar as condições necessárias para formas emancipadas de vida, cuja configuração concreta teria de ser primeiramente decidida pelos próprios envolvidos*” (idem: 52).

Considerando estes *pontos fracos* na tradição teórica de Marx e Engels a Kautsky, Habermas acredita ser possível compreender melhor “*como o marxismo pode se degradar a ideologia de legitimação de uma prática absolutamente inumana*” (idem: idem), tendo chegado a configuração socialista concreta a constituir-se num desvio e mesmo numa completa inversão de sua intenção original.

Marcando uma posição diferenciada de crítica ao socialismo de Estado e caracterizada pelo compromisso assumido entre sociedade e Estado, o reformismo social-democrata teria obtido muitos êxitos, sempre minimizados pela esquerda radical. Entretanto, Habermas atenta para o duplo preço pago pela social-democracia: ao aceitar conviver com os riscos específicos do sistema capitalista - como os que hoje afetam o mercado de trabalho e põem em xeque o ciclo nacional em que se assenta o Estado da Providência, como mencionado - e ao renunciar à democracia radical na medida em que “*a democracia de massas de feição ocidental é marcada por traços de processo de legitimação dirigido*” (idem: 53), ou seja, os próprios partidos acabam sendo absorvidos pelo aparelho estatal em expansão e que as eleições viram um grande jogo de *marketing* eleitoral.

Compreende-se a função de revisão e complementação que HABERMAS (1991: 54) confere à sua teoria da comunicação, visto que ele critica o pressuposto do socialismo romântico de que

*a supressão da propriedade privada significa a total emancipação de todas as disposições e qualidades humanas - a verdadeira ressurreição da natureza e a realização do naturalismo do homem, a eliminação do conflito entre reificação e atividade própria, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero.*

Ao analisar as transformações recentes na Europa oriental e ocidental, ele dá destaque central às “condições de comunicação sob as quais se pode estabelecer uma justificada confiança nas instituições de auto-organização de uma sociedade de cidadãos livres e iguais” (idem: 55). Nesta passagem, é literal a explicitação da liberdade e da igualdade como dois valores a serem perseguidos e vivenciados.

A referência implícita à liberdade individual e à pluralidade democrática enquanto pré-condições para uma sociedade solidária se faz presente no que ele afirma que “por certo, a solidariedade pode ser experimentada concretamente apenas no contexto de formas de vida herdadas ou criticamente apropriadas e, portanto, espontaneamente escolhidas mas sempre particulares” (idem: idem).

Segundo o autor, as mudanças revolucionárias em curso contêm um ensinamento inequívoco: sociedades complexas só podem se reproduzir se deixam intacta a lógica de auto-orientação de uma economia regulada por mercados. Contudo, ainda que a lógica de mercado seja necessária em tais sociedades, HABERMAS (idem: 56-57) não deixa de frisar que

*entre nós, tanto quanto anteriormente, a insensibilidade do sistema econômico de mercado em relação aos seus custos externos sobre o meio ambiente social e natural não enxerga que se trata de uma via de crescimento econômico em crise, com as conhecidas disparidades e marginalizações no plano interno, com os atrasos e involuções econômicas, ou seja, com as condições bárbaras de vida, com as expropriações culturais e catástrofes de fome no Terceiro Mundo, e não menos com os riscos de alcance mundial de uma intensa utilização da natureza.*

A solução social-democrata de compromisso entre sociedade e Estado carece de revisão na medida em que o próprio Estado intervencionista tem de ser “socialmente

controlado”. Daí a importância de existirem, nestas sociedades, “espaços públicos autônomos” nos quais, a partir do agir comunicativo, os homens possam realizar o potencial de reflexão e negociação ética capaz de levar à moralização dos temas públicos e à formação de consensos. Consensos estes que venham a se configurar institucionalmente, estabelecendo as bases de uma nova relação de maior troca entre, de um lado, as esferas do mundo vivido, estruturadas comunicativamente e, de outro, o Estado e a economia. Desta forma, Habermas acredita que a solidariedade possa se impor, como medida orientadora, sobre os outros dois poderes: do dinheiro e da administração, atualizando, com isso, o significado socialista.

Para ele, o modelo assimétrico que determina a relação das sociedades industriais desenvolvidas com os países em desenvolvimento e com o meio ambiente natural só poderá ser realçado pelo viés de uma ampla moralização dos temas. Moralização capaz de conduzir à percepção do entrelaçamento de seus próprios interesses com os interesses dos outros, transformando aquele que está distante num próximo. Talvez, isto signifique dizer que estaria sendo posta em questão, com outras palavras, a plena vivência do ensinamento cristão do “Amar ao outro como a si mesmo” e que a máxima “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” só voltará a ter sentido e força se deixar de ser entendida apenas como palavra de ordem, estratégia ideológica, e for incorporada como valor existencial basilar.

Exemplificando, Habermas cita as grandes demonstrações de massa ocorridas nos anos 80, na então Alemanha ocidental, quando da instalação de mísseis de médio alcance, o que fez uma maioria populacional convencer-se a respeito da perigosa falta de sentido de uma espiral armamentista destrutiva. Ao perpassar todo o espaço público, e não apenas nichos privados como no socialismo de Estado, uma latente mudança de valores conectada a processos de comunicação pública teria se refletido em políticas de desarmamento. Neste tocante, a esquerda socialista teria um papel político a desempenhar, constituindo-se no *“fermento para comunicações políticas que conservem e drenem o terreno institucional do Estado democrático de direito”* (idem: 60). Daí decorre que, no entender de Habermas, *“a esquerda não-comunista não tem motivo algum para a depressão”* (idem: idem).

Finalizando o artigo, Habermas reforça sua descrença no socialismo de Estado, apostando numa social-democracia que é capaz de auto-aperfeiçoar-se. São palavras suas (idem: idem): *“Este socialismo só desaparecerá com o objeto de sua crítica - talvez no dia em que a sociedade criticada tiver modificado sua identidade a ponto de poder perceber e levar a sério tudo aquilo que não é possível exprimir em termos de preço”*.

### 3.3. Fromm e o “socialismo comunitário”

Por seu profundo conhecimento em Psicanálise (construído em 35 anos de clínica), Filosofia, Sociologia, Teologia, Ciência Política e áreas afins, Erich Fromm pode ser considerado um pensador sempre atual, o que atesta a leitura de qualquer um dos volumes que compõem sua vasta obra.

Em “Psicanálise da Sociedade Contemporânea”, primeiramente publicado em 1955, Fromm, não apenas perfaz o caminho crítico de Habermas quanto ao socialismo de Estado, como vai além, no sentido de abordar a necessária mudança de valores que deve se processar tendo em vista um novo homem e um novo projeto de sociedade. Seu diagnóstico da patologia social de que sofrem as sociedades contemporâneas mostra-se acurado e elucidativo porque ele, nos termos da Psicanálise Humanista, não se furta de principiar este trabalho definindo sua concepção de “situação humana”, ou seja, apresentando os pressupostos filosóficos de que parte. Assim, o autor transcende, pela explicitação do seu referencial de análise, ao relativismo científico que oculta a pseudo-neutralidade. Sobre a condição de existência humana, afirma FROMM (1965: 38):

*O problema da existência do homem é, portanto, único em toda a Natureza: ele saiu da Natureza, por assim dizer, mas ainda está nela; é em parte divino e em parte animal; em parte infinito, em parte finito. 'A necessidade de encontrar soluções sempre renovadas para as contradições de sua existência, de encontrar formas cada vez mais elevadas de unidade com a Natureza, com seus próximos e consigo mesmo, é a fonte de todas as forças psíquicas motivadoras do homem, de todas as suas paixões, seus afetos e ansiedades'.*

*O animal é contentado se as suas necessidades fisiológicas - sua fome, sua sede e suas necessidades sexuais - são satisfeitas. Na medida em que o homem também é um animal, essas necessidades*

*são nele igualmente imperativas e devem ser satisfeitas. 'Mas na medida em que o homem é humano, a satisfação dessas necessidades instintivas não é suficiente para fazê-lo feliz; não é sequer suficiente para fazê-lo mentalmente sadio. O ponto arquimédico do dinamismo especificamente humano está nessa singularidade da situação humana; o conhecimento da psique humana tem de basear-se na análise das necessidades do homem resultantes das condições de sua existência.*

Partindo de tal definição, Fromm passa à análise das formações sociais concretas engendradas por sistemas capitalistas e socialistas, revelando o que estas têm de propiciador e de dificultador à plena realização do homem. Segundo ele, Marx não teria dado a atenção devida aos obstáculos à emancipação psíquica e moral dos homens, posição hoje assumida por Habermas. Para Fromm, assim como sinaliza ELSTER (1992), a auto-realização dos sujeitos não se dá pela via do utilitarismo consumista que perpassa a relação do homem com as coisas, com os outros homens e com a natureza na sociedade capitalista. Entretanto, tal realização também não seria possível no socialismo de Estado na medida em que este conserva o homem “*nos grilhões de uma tirania não menos odiosa pelo fato de ser impessoal*” (FROMM, 1965: 273).

Avaliando as respostas encontradas no plano sociopolítico-econômico, FROMM (idem: 266) afirma que:

*A solução totalitária, seja ela do tipo fascista ou stalinista, só conduz, obviamente, à insanidade e desumanização; a solução pelo supercapitalismo só aprofunda a patologia inerente ao capitalismo; aumenta a alienação do homem, sua automatização, e completa o processo da sua formação em servo do ídolo produção. A única solução construtiva é a do socialismo, que visa a uma reorganização fundamental do nosso sistema econômico e social no sentido de livrar o homem do seu uso como um meio para fins estranhos ao seu íntimo, a criar uma ordem social na qual a solidariedade humana, a razão e a produtividade são estimuladas e não cerceadas. No entanto, não pode restar dúvida alguma quanto a que os resultados do socialismo, conforme ele tem sido praticado até o momento, tenham sido pelo menos desapontadores. Quais as razões para esse fracasso? Quais os objetivos e finalidades da reconstrução social e econômica que podem evitar essa falha e conduzir a uma sociedade sadia?*

Segundo Fromm, a sociedade socialista não se pode construir apenas com base em duas premissas: a socialização dos meios de produção/distribuição e uma economia centralizada e planejada. Destas medidas não resulta, automaticamente, a emancipação do homem da alienação e o surgimento de uma sociedade sem classes caracterizada

pela fraternidade e justiça. Diz ele - ainda em 1955 - que o sistema russo, a despeito de uma planificação e socialização relativamente eficientes, não conseguiu criar uma sociedade livre, fraternal e inalienada, mas, ao contrário, demonstrou que o planejamento centralizado - do auge da Guerra Fria - pode criar um autoritarismo ainda maior do que o capitalismo ou o fascismo.

Se o socialismo russo não é a realização do que Marx e Engels conceberam, ele é a prova de que a mudança legal da propriedade e a economia planificada não são condições suficientes para produzir as mudanças sociais e humanas por eles desejadas. Neste sentido, também as realizações verificadas na Grã-Bretanha, sob a pressão do Partido Trabalhista, não seriam suficientes, pois consideram o socialismo em seu sentido econômico mas não no humano: *“Não seriam socialismo no sentido de uma nova forma de vida, de uma sociedade constituída de solidariedade e fé, na qual o indivíduo se tenha encontrado e emergido da alienação inerente ao sistema capitalista”* (idem: 269). Nesta crítica, ele parece divergir da crença de Habermas na social-democracia.

Diante disto, como pensar um “socialismo democrata humanista” (idem: 270) que transforme concomitantemente as esferas econômica, política e cultural e conduza a uma verdadeira sociedade humana?

A ênfase dada por Marx ao aspecto econômico, à socialização dos meios de produção foi uma resposta ao capitalismo do século XIX, assim, Marx continuou dentro da estrutura de referência burguesa que tem nos direitos de propriedade as categorias centrais. A esta superestima, o socialismo marxista deve tanto sua popularidade quanto seu fracasso. Segundo FROMM (idem: 272), outras escolas de pensamento socialista - owenistas, sindicalistas, anarquistas e socialistas sindicais - teriam relativizado o fator econômico de modo adequado:

*O objetivo de todas essas várias formas de socialismo, que podemos chamar de 'socialismo comunitário', era uma organização social na qual 'todo trabalhador seria um participante ativo e responsável, na qual o trabalho seria atraente e significativo, na qual o capital não empregaria o trabalho, mas o trabalho empregaria o capital'. Elas acentuaram a organização do trabalho e as relações sociais entre os homens, e não primordialmente a questão da propriedade.*

Tendo em vista a confirmação de que interesse e participação sejam as motivações básicas a um trabalho técnica e socialmente satisfatório em oposição ao incentivo por mais dinheiro, poder e prestígio que caracterizam o trabalho alienado, Fromm cita pesquisas experimentais realizadas no âmbito de organizações industriais modernas e estudos realizados sobre o “movimento comunitário” que ele qualifica como um dos movimentos mais significativos e interessantes da Europa de então. Segundo ele, a Europa contava, naquele momento, com aproximadamente cem “Comunidades de Trabalho” - algumas industriais, outras agrícolas - situadas principalmente na França, mas também na Bélgica, Suíça e Holanda, diferindo entre si por vários aspectos, mas tendo em comum princípios básicos essenciais a todas. Aqui, Fromm segue a descrição das Comunidades de Trabalho feita por Claire H. Bishop em “All Things Common” (1950). Segundo ele, um livro penetrante e meditado, a figurar entre os mais ilustrativos que tratam dos problemas psicológicos da organização industrial e das possibilidades para o futuro.

Apresentando o movimento liberador, que objetivava o fim da distinção entre empregador e empregado, ocorrido nos anos 40, na fábrica de caixas de relógio francesa *Boimondau* por iniciativa de seu fundador Marcel Barbu, Fromm destaca alguns pontos característicos que o processo revelou:

1. A necessidade por todos constatada de “uma base ética comum” na medida em que eles não buscavam um novo sistema econômico mas sim uma nova forma de viverem juntos. Sem esta base ética não haveria possibilidade de construir algo. Mas, como os 24 trabalhadores eram muito diferentes entre si - católicos, protestantes, materialistas, humanistas, comunistas -, eles concluíram que deveriam buscar em sua ética individual, em suas experiências e pensamentos próprios e não no que lhes fora ensinado, aquilo que considerassem mais relevante. Descobriram que suas éticas individuais tinham pontos em comum experimentados na vida cotidiana, real, de todos. Estes pontos foram adotados como princípios morais por unanimidade.
2. A descoberta que fizeram de que ansiavam por educarem-se. Assim, no tempo economizado no trabalho passaram a tomar aulas, sendo para isto pagos como pelo trabalho regular. Havia cursos de língua francesa, engenharia, física, literatura, marxismo, cristianismo, dança, canto e basquetebol. O objetivo da comunidade de

trabalhadores não era a produção ou salários maiores, mas um novo estilo de vida que permitisse maior satisfação coletiva e pessoal.

3. A aquisição que fizeram de uma fazenda, na qual todos - inclusive as esposas - deveriam trabalhar durante três períodos de dez dias anuais. Iniciativa esta que se explica pelo amor do francês ao campo, mas também pela convicção de que nenhum homem deve divorciar-se inteiramente do solo.

4. A solução por eles encontrada para o problema de combinar centralização e descentralização de forma a evitar o perigo do caos e ao mesmo tempo tornar todo membro da comunidade um participante ativo e responsável na vida da fábrica e da comunidade. Participação tornada possível através da observância de um organograma de várias esferas articuladas umas às outras: Assembléia Geral, Conselho Geral, Assembléia de Contato, Grupo de Vizinho etc; sendo importante salientar o valor dado à participação de todos nas diferentes esferas, ao código de ética comum, à solidariedade e ao reconhecimento dos diferentes aspectos da vida como complementares. O universo de seções existente permite perceber a busca da omnilateralidade do homem por este grupo. Fromm cita, dentre as 28 seções, as que contavam o maior número de participantes: a seção espiritual (subdividida em equipe católica, humanista, materialista e protestante), a seção intelectual também subdividida, a seção artística, a seção da vida comunitária, a seção de ajuda mútua, a seção de família, a seção de saúde, a seção de esportes... e a equipe jornalística.

Os princípios e a dinâmica organizacional encontrados no microcosmos da *Boimondau* assemelham-se aos de outras comunidades.

Reproduzindo citações feitas por Bishop, FROMM (idem: 305) apresenta algumas declarações das “Regras das Oficinas R.G.”, uma Comunidade de Trabalho dedicada à fabricação de molduras. A sintética concepção filosófica que alicerça seus objetivos é digna de menção:

*A nossa Comunidade de Trabalho não é uma nova forma de empreendimento nem uma reforma a fim de harmonizar a relação capital-trabalho.*

*É um novo modo de vida no qual o homem deve conseguir a sua realização e no qual todos os problemas são resolvidos em relação ao homem completo. Dessa forma, está em oposição à sociedade atual na qual normalmente se busca a solução para um ou para alguns.*

*(...) a consequência da moral burguesa e do sistema capitalista é a especialização das atividades do homem a tal ponto que o homem vive numa miséria moral, miséria física, miséria intelectual ou miséria material.*

*Frequentemente o homem da classe trabalhadora sofre dessas quatro classes de miséria ao mesmo tempo, e, sob tais condições, é uma mentira falar de liberdade, igualdade e fraternidade.*

*O objetivo da Comunidade de Trabalho é tornar possível o desenvolvimento completo do homem.*

*Os companheiros da R.G. declaram que isso só é possível dentro de uma atmosfera de liberdade, igualdade, fraternidade.*

*Mas deve ser reconhecido que, com muita frequência, essas três palavras não trazem à nossa mente nada além das figuras impressas do papel-moeda e as inscrições do frontispício dos edifícios públicos.*

Importa dizer que a este trecho segue uma definição bastante clara e direta do que sejam concretamente a liberdade, a fraternidade e a igualdade por eles buscadas.

Comprometido com a renovação do homem e com a transformação das estruturas materiais e espirituais, do mais micro ao mais macro nível da realidade, o autor observa, nestas comunidades, a existência de muitos princípios e configurações que podem ser criticados, embora perceba nelas “*os exemplos empíricos mais convincentes de uma vida produtiva e das possibilidades que são geralmente consideradas fantásticas do ponto de vista de nossa vida atual no capitalismo*”. (idem: 308)

Reconhecendo outras possíveis abordagens, FROMM (idem: idem) adenda que tais comunidades não são naturalmente os únicos exemplos de vida comunitária:

*As comunidades de Owen ou as dos mennonitas ou hutteristas, ou os estabelecimentos agrícolas do Estado de Israel, contribuem todos, para asseverar-nos a possibilidade de existência de um novo estilo de vida. Também mostram que a maioria destas experiências comunitárias é executada por homens de inteligência sagaz e de enorme senso prático. Eles não são de forma alguma os sonhadores que os nossos chamados realistas os consideram; pelo contrário, são, em sua maioria, mais realistas e imaginativos do que parecem ser os nossos convencionais líderes industriais.*

A seguir, uma breve seção é dedicada às experiências cooperativas de produção e vida em Israel, que Fromm citou, mas não pôde detalhar. Escrevendo antes de 1955, ele observa um Estado de Israel que ainda não completou dez anos.

### 3.4. Experiências cooperativas de produção e vida em Israel

Experiências cooperativas vêm sendo desenvolvidas em Israel desde o início deste século mas, particularmente, após a fundação do Estado de Israel, proclamado independente pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

Nestes quase 50 anos de vida, após a abertura das fronteiras à imigração em 14 de maio de 1948, milhões de pessoas - dentre as quais, sobreviventes desesperados do holocausto nazista na Europa, refugiados indigentes dos países árabes e judeus de todo o mundo - acorreram para a pequena faixa de terra espremida entre o mar e o deserto.

Na medida em que chegavam os imigrantes ao nascente Estado, uma nação precisava ser organizada. E a produção de alimentos era a mais imperiosa das necessidades, uma questão de sobrevivência, uma prioridade real. Assim, é possível compreender como se conseguiu, em tão pouco tempo, tanto desenvolvimento agrícola em condições tão adversas. Resultado que reflete o amor a uma terra duramente conquistada, a premência de uma necessidade absoluta, um grande patriotismo e também uma grande concentração de investimentos materiais e humanos.

Em "Agricultura de Israel", o jornalista e técnico brasileiro especializado em agricultura Luiz Octávio P. LEAL, um não-judeu que em 1985 visitou Israel, sintetiza com clareza alguns aspectos característicos da sociedade e da cultura israelenses (1985: 6):

*E, quem são os trabalhadores agrícolas de Israel? São ex-comerciantes ou industriais, profissionais liberais, jovens estudantes, técnicos agrícolas, mulheres e crianças. Grupos (os mais idosos) que vieram de todas as partes do mundo, sobreviventes ou fugitivos do holocausto nazista; idealistas, inclusive brasileiros que estabeleceram um dos mais bem sucedidos kibbutzim de Israel; gente nascida lá, depois da fundação do Estado de Israel, gente, inclusive árabes, que já estava lá antes da fundação... Enfim, gente de todas as origens mas com algumas importantes características comuns: (1) idealismo; (2) religiosidade; (3) respeito a qualquer tipo de trabalho, por mais simples que ele seja; (4) desprezo pela ostentação e pelo luxo; (5) atitude extremamente progressista; (6) forte desejo pessoal de aprimoramento tecnológico; (7) simpatia especial pelas soluções diretas, objetivas e óbvias; (8) grande tendência para o trabalho cooperativo e... possivelmente a mais importante de todas; (9) um*

*profundo amor pelo pequeno, árido e feio pedaço de chão que, após milênios de lutas puderam conseguir como pátria.*

A compreensão do modelo de desenvolvimento econômico encontrado em Israel certamente requer um aprofundado estudo, que foge às possibilidades do presente trabalho. Entretanto, nesta seção, serão introduzidos alguns aspectos gerais, apresentados por LEAL (1985), que caracterizam as formas de colonização agrícola de natureza cooperativa lá existentes.

Os primeiros núcleos fundados por colonizadores judeus - os *moshavot* - eram baseados na unidade familiar e no trabalho contratado, pouco diferindo de colônias agrícolas comuns encontradas em muitos países. Somente na primeira década deste século surgem núcleos rurais em bases cooperativas, contribuindo para a difusão dos princípios da cooperação através do mundo.

Segundo Leal, a agricultura israelense é predominantemente cooperativada, com mais de 80% (dado de 1985) dos produtos agrícolas sendo produzidos por *kibbutzim* e *moshavim*. Sociedades agrícolas cooperativadas que diferem entre si quanto às abordagens social e ideológica.

No *kibbutz*, o cooperativismo assume formas radicais de coletivismo, com a ausência total de propriedade privada, sendo comunitária a propriedade de todos os meios de produção e consumo e havendo igualdade absoluta entre todos os membros.

No *moshav*, a organização se dá de modo diferente. Nele, o agricultor cultiva a maior parte da sua terra numa base individual e os princípios cooperativistas estão limitados a determinados assuntos, como a venda da produção, a compra de insumos e fertilizantes agrícolas, a obtenção de financiamentos e a utilização de maquinaria pesada.

Como características comuns a ambos, encontram-se: a colonização de terras do Estado, a não-utilização de trabalho contratado, a ajuda mútua e compras e vendas sendo feitas sob forma cooperativa.

Além destes, um terceiro tipo de organização comunitária - o *moshav shitufi* - é encontrado, constituindo-se numa forma híbrida entre o *kibbutz* e o *moshav*. Nele, a maior parte do trabalho é feita numa base coletiva, embora o consumo seja individual e cada família prepare suas próprias refeições e coma em casa e não em refeitórios comunais como acontece no *kibbutz*. Tais variantes podem ser lidas como importantes indicadores de formações de consenso diversas, livres e espontâneas.

Capitalismo ou socialismo? Em "A vida quotidiana em Israel", PARAF (sem data) define o Estado de Israel como uma democracia em que co-existem a livre empresa, a cooperativa sob a forma de *moshav*, as empresas coletivizadas e as empresas nacionalizadas. Afirma o autor (p. 57-58) que

*Israel, na sua origem, estava impregnado das aspirações e dos sonhos do socialismo utopista. Praticou e pratica ainda, nos kibbutzim, um comunismo tão integral como o dos essênios de certos mosteiros, dos falanstérios de Fourier, da 'Ilha Feliz' de Tomas Morus e da 'Cidade do Sol' de Campanella.*

Mas, se a participação econômica dos *kibbutzim* na produção nacional é algo significativo, inegavelmente, o apelo do capitalismo internacional também fez Israel voltar-se para o mercado externo, exportando inclusive esta produção cooperativada.

Desta adaptação gradativa que se traduz tanto em transformações econômicas quanto em reformulações culturais, decorre o fosso perceptível entre os valores básicos do *kibbutz* que também caracterizaram os primeiros tempos da sociedade israelense e aqueles de parte substancial da população atual que reflete mudanças ocorridas na composição política, demográfica e étnica do país e do próprio *kibbutz*. Em "Realidades de Israel" (Centro de Informação de Israel, 1993: 115), o encontro geracional no *kibbutz* é assim descrito:

*O kibbutz atual é o resultado da conquista de três gerações. Os fundadores, motivados por fortes convicções e uma tecnologia distinta formaram uma sociedade com um modo de vida único. Seus filhos, nascidos numa estrutura já iniciada, trabalharam duro para consolidar as bases econômicas, sociais e administrativas do kibbutz. A geração atual, que cresceu em uma sociedade próspera e estabelecida, enfrenta o desafio da vida moderna. Alguns temem que ao ajustar-se a circunstâncias variáveis, o kibbutz esteja se afastando perigosamente de seus princípios originais; outros acreditam que sua habilidade para conviver e se adaptar é a chave de sua sobrevivência.*

Numa primeira análise, algumas hipóteses poderiam ser levantadas como explicativas do sucesso material e humano destas formas de organização cooperativas em Israel, que as diferenciam de experiências aparentemente semelhantes realizadas em outros países e particularmente na ex-URSS. Dentre elas, estariam:

1. A base ética comum que se enraíza no Judaísmo (mas que poderia ser também pensada, visto a descrição feita por Fromm das Comunidades de Trabalho, como uma ética supra-religiosa e supra-ideológica estabelecida a partir da definição de um mínimo denominador comum, formulado com base na experiência cotidiana);
2. O caráter voluntário da imigração para Israel, que em seu início tinha fortes feições socialistas, e a abertura política que permite a qualquer cidadão deixar o país no momento em que desejar, diferentemente dos países do antigo bloco socialista;
3. O fato de a adesão às organizações comunitárias de produção e vida ser algo absolutamente livre, podendo o indivíduo deixá-las a qualquer momento para integrar-se às instituições de mercado;
4. O fato de ser Israel um Estado democrático de direito e de haver, nestas organizações, substantiva descentralização decisória, o que permite a realização do ideal de uma democracia mais direta e participativa no âmbito reduzido destas formas organizativas;
5. Os princípios solidários naturalmente encontrados e desenvolvidos na gênese destas iniciativas, não sendo sua observância resultado de um processo de inculcação ideológica. Daí, a valorização uniforme - possivelmente em declínio nas novas gerações - de todos os tipos de trabalho (dos mais caracteristicamente manuais aos mais intelectuais) que se reflete, nos *kibbutzim*, num padrão de vida absolutamente igual para todos. Importa lembrar que há variáveis ao modelo *kibbutziano*, como as apresentadas, o que permite ao indivíduo encontrar uma síntese entre liberdade e igualdade que mais se assemelhe às suas aspirações existenciais;
6. A desalienação técnica e humana, aparentemente próxima da omnilateralidade, facultada por um modo de viver no qual todos devem conhecer as funções desempenhadas, numa filosofia educativa que atinge jovens, adultos e idosos e se aproxima dos preceitos da politecnia;
7. Diferentemente de experiências comunitárias isoladas - algumas delas conhecidas como "comunidades alternativas" - um *kibbutz* encontra-se ligado a outro numa espécie

de rede, o que permite imaginar a existência de uma lógica alternativa com relativa autonomia frente à lógica de mercado capitalista. Importa conhecer a natureza e o grau de interdependência desta relação interna, bem como a natureza da relação destas unidades com o Estado - os direitos e deveres de um para com o outro - e com o mercado capitalista. A existência de tal rede e o reconhecimento desta rede pelo Estado faz toda a diferença na medida em que as experiências deixam de ser iniciativas privadas e são legitimadas pelo Estado como uma lógica com dinâmica própria; tendo sua importância sociopolítica-econômica-cultural alçada a outro patamar e sendo percebidas como alternativa viável em se tratando de política pública. Assim, tais esforços deixam de ter um caráter acessório, marginal ao sistema hegemônico, sendo reconhecidos, em si, como um sistema, com lógica e objetivos próprios.

*Kibbutzim* e *moshavim* são configurações culturalmente específicas e historicamente datadas, mas, certamente, oferecem indicações no sentido de se pensar formas menos ortodoxas e totalitárias que a capitalista globalizante e a socialista de Estado; mais participativas e mais flexíveis de organização social, baseadas nos valores da liberdade, da solidariedade e da igualdade de oportunidades, no interior de um Estado economicamente plural. São exemplos ilustrativos de como se pode responder individual e coletivamente, econômica e culturalmente, às inúmeras questões que o mundo hoje se coloca, diante do colapso de uma economia central e burocraticamente planejada e da expansão de uma lógica necessariamente concentradora e excludente: Planificar? Privatizar? Centralizar? Descentralizar? Em que medida? Para quê? Para quem? Por quem? Onde? De que forma? Quando? Por quê? Se as respostas a tais indagações precisam ser encontradas circunstancialmente, o acervo de experiências acumuladas pela humanidade pode e deve, no entanto, ser periodicamente consultado.

## Capítulo 4 - Do paliativo ao preventivo: rumo a projetos alternativos de desenvolvimento

O conturbado final deste aceleradíssimo século XX carece de um abrangente balanço. Contrariando interpretações feitas quando da queda do muro de Berlim, em 1989, o mundo não vive o anunciado “Fim da História”. Ultrapassado o período da guerra fria, assiste-se passivamente - via-satélite, com imagens simultâneas - a uma eclosão de conflitos étnicos e religiosos, de guerras civis e ataques aéreos de *precisão cirúrgica*. A “nova ordem mundial” não parece se estabelecer de modo assim tão *harmonioso* e unânime. Diante de um quadro mundial pontilhado por diferenças extremas, evidencia-se, em todos os planos (político, econômico, social, cultural e individual) e campos (científico, empresarial, governamental, das organizações não-governamentais, partidário, sindical, religioso, ambientalista etc.) um intenso repensar de práticas e conceitos.

A chamada revolução informacional faculta o acesso a uma infinidade de informações, sem que seja igualmente oferecido um mapa cognitivo que permita o correlacionar das muitas tendências que se sucedem. Confrontada com uma incessante sucessão de eventos aparentemente desconexos, a civilização ocidental, particularmente afetada por estes fenômenos, sente-se perdida. Sem uma bússola de norte constante, mas com um radar de sinalizações várias, indivíduos, desprovidos de um referencial ético próprio, acabam *levados ao sabor das marés culturais* que os meios de comunicação difundem.

Neste século, principalmente, a Ciência (responsável pelo imenso avanço tecnológico) alcançou tamanha hegemonia e autonomia entre os diversos saberes, que questões filosóficas e teológicas relativas a fins foram substituídas por preocupações em se projetar novos meios, métodos, tecnologias. O fim estava dado de antemão: o progresso. Entretanto, ao longo do século, a preocupação em se definir, com precisão, a natureza deste progresso evidencia-se em alguns movimentos de caráter alternativo ao modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico.

A I Guerra Mundial traz à tona insatisfações decorrentes da desigual partilha colonial estabelecida no século anterior. Em 1917, a Revolução Russa irá questionar o modelo capitalista, econômica e politicamente, implantando o Estado Socialista. Na II Guerra Mundial, em certo sentido continuação da anterior, a própria hegemonia de uns países em detrimento de outros no interior do mundo capitalista desenvolvido é questionada, assim como o modelo de democracia conhecido e praticado, que é rejeitado e substituído por regimes totalitários. No período da guerra fria, as divergências político-ideológicas e as pretensões imperialistas de ambos os blocos se evidenciam em conflitos armados por áreas de influência, particularmente na Ásia, e no apoio a golpes militares, por parte dos Estados Unidos, nas Américas Central e do Sul. Nos efervescentes anos 60, em parte por revolta frente à guerra do Vietnã, eclode o movimento *hippie* no epicentro do modelo capitalista, questionando valores e convenções basilares da sociedade ocidental e rejeitando o materialismo contundente das chamadas sociedades de consumo. Remontam a estes tempos as primeiras experiências de vida comunitária entre os jovens, nas chamadas “comunidades alternativas” (TAVARES, 1985). A partir dos anos 70, a preocupação ambiental - ainda restrita a uma visão predominantemente ecológica/biológica da questão - desponta no primeiro mundo, mais industrializado, mais urbanizado, mais poluído e dotado de setores sociais mais atuantes politicamente.

#### 4.1. Educação ambiental e qualidade de vida

No Brasil, entretanto, já por esta época, vozes críticas se levantam para defender o meio ambiente próximo, imediato, relativo à qualidade de vida urbana. Preocupado com os efeitos da especulação imobiliária que assolava a cidade do Rio de Janeiro, o professor e arquiteto GOLDEMBERG (1998: 25-26) alerta, em texto de 1977, para a necessidade de amadurecimento da então denominada “onda verde”:

*É neste momento que surge a onda verde. O arrasamento do solo, no desenvolvimento urbano indiscriminado, a atração da cidade, pela não valorização da região rural, a concentração demográfica nos centros urbanos e a sociedade de consumo levaram o ser humano a um estado psicótico em relação ao verde. Cada janela, cada varanda, cada local onde haja a menor possibilidade de plantar, ele planta, ele procura se cercar da Natureza. É uma onda que devemos incentivar.*

*ajudar, participar. Mas, principalmente, se faz necessário um alerta para a abordagem deste movimento, para que produza resultados positivos e não efeitos ilusórios. O homem, em vez de lutar pela sua cidade, dela foge. Para o mar, para a serra, para efêmeros fins de semana, na busca da vida ao ar livre, sem poluição, sem a neurose que é o seu dia a dia: são dois dias contra cinco, e através de congestionamentos, poluição e estradas com seu entorno arrasado. O poder econômico e a especulação, tendo levado a cidade a um estado tal que provocou a onda verde como um movimento de consciência coletiva, disto se aproveita para novas vantagens materiais, insensíveis e imediatistas, destruindo o seu próprio meio ambiente. Assim, destroem-se novas áreas ainda verdes para oferecer 'selvas de pedra' com floreiras nas janelas e canteiros de concreto aparente ou mármore nas áreas comuns.*

Do despertar ecológico à percepção ambientalista mais crítica e abrangente (denominada socioambientalismo ou ambientalismo político), são observáveis várias fases do movimento, uma sucessão de conferências e acordos internacionais (LOUREIRO, 1996), bem como de padrões de percepção/atuação, como didaticamente esclarece a distinção feita por LEIS (1992: 60) entre as tendências alfa, beta, gama e ômega. Como tipos ideais, estas construções teóricas instrumentalizam na compreensão da realidade empírica, permitindo distinguir as várias possibilidades de combinação entre fatores tais como: uma orientação comunitária ou individualista na relação homem-sociedade e uma orientação antropocêntrica ou biocêntrica na relação homem-natureza. Tais tipificações facilitam a identificação de continuidades e descontinuidades entre os diferentes setores envolvidos, sendo também de grande utilidade teórico-metodológica a classificação multissetorial (1) de grupos que atuam no campo ambientalista, proposta por VIOLA e LEIS (1995), a partir do contexto específico de Florianópolis.

O momento de crise e perplexidade atual tem conduzido a uma relativização do saber científico, e não à negação da razão, como postulam teóricos pós-modernos. Reconhecida a necessidade de incorporação da dimensão ética como essencial à vida humana, é premente que, dentro dos seus limites e em interface com estes outros saberes, a própria ciência ajude a fazer avançar a discussão acerca da crise de valores e de paradigmas explicativos, no sentido de melhor diagnosticar o que se apresenta e prognosticar acerca das possibilidades de desdobramento e de intervenção que se delineiam no horizonte.

Dada a natureza emergencial das questões ambientais, é possível constatar, nos escritos e nas falas de muitos daqueles hoje envolvidos com educação ambiental, a incorporação de uma razão crítica que transcende à razão instrumental técnico-científica. Tal criticidade acena com a compreensão de que tanto o estudo quanto a intervenção na área dependem - para avançar significativamente - de uma avaliação não somente das causas e consequências visíveis a nível material, infra-estrutural, mas também de um conhecimento daquelas variáveis culturais que compõem a superestrutura num dado contexto histórico (VOLPATO, B., 1996), para que a elas se possa não apenas contrapor, mas transcender. Esta busca por sínteses mais abrangentes e menos simplistas ou mecanicistas, capazes de sinalizar rumo a respostas concretas, viáveis e realistas para as diferentes realidades mundiais, é vital se pretendemos construir um conhecimento que não é um fim em si mesmo, mas que visa à aplicabilidade.

Amplamente compreendido o meio, não como algo idílico e distante (MATA, 1996) como reforçam os pacotes de turismo ecológico, ou de modo utilitarista como fazem os defensores deste modelo de desenvolvimento predatório (LAYRARGUES, 1996), mas de modo a nele incluir a realidade socioambiental cotidiana, a educação ambiental adquire uma importância central como temática capaz de estimular a integração entre saberes compartimentados. Em MATA (1996: 121), o meio vem ressignificado:

*A palavra meio, em si, deve significar o local de movimentação diária do homem, o seu entorno. Meio é a própria casa, a rua, a escola, o trabalho, o sindicato, a igreja, o ônibus do trajeto diário, e assim por diante. No momento que passa a ser visto distanciado de sua circulação mais próxima, foge-lhe a idéia de lutar por esta infraestrutura de base rotineira. Por anacronismo, quando conclamado aos apelos ambientais, adianta-se em defesa do verde. O que é ser verde na penúria negra da precariedade do cotidiano mal servido de moradia, esgoto, água, luz, educação, segurança no trabalho, rede viária, transporte etc.?*

Neste momento de balanço, a questão ambiental aparece como um promissor espaço comum integrador, um tabuleiro que pode orientar no encaixar das peças dispersas (relativas às várias dimensões da vida humana, no plano dos sujeitos individuais e coletivos, e em sua interação com o ambiente natural), na compreensão das relações entre estas peças e na visualização dos processos de manutenção e de transformação que se desenvolvem na atualidade.

## 4.2. Desemprego e exclusão

Dos processos em curso, um deles ganhou destacada notoriedade. Trata-se da chamada globalização econômica associada à chamada pós-modernidade cultural. Neste contexto, certas realidades vêm se modificando com inédita velocidade e imprevisibilidade, a partir da incorporação de novas tecnologias (LESTIENNE, 1994) e da redefinição de papéis tradicionalmente desempenhados pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil.

Tais alterações atingem os vários setores, dimensões e escalas do real: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, o Estado e a sociedade, o coletivo e o pessoal, o nacional e o municipal são impactados de formas distintas por conta de suas naturezas distintas. Entretanto, mesmo em meio a esta diversidade, certas problemáticas são transversais: o tráfico e o consumo de drogas, os desequilíbrios ecológicos, a violência e o desemprego crescentes são exemplos de fenômenos que perpassam aquelas fronteiras.

A questão da empregabilidade está na ordem do dia. Nos Estados Unidos, é enorme a importância do setor terciário, que absorve a maior parte da população economicamente ativa. Na Europa, entretanto, com o corte de trabalhadores decorrente da introdução das chamadas “novas tecnologias” no setor industrial, surge uma taxa de desemprego tecnológico estrutural que desafia intelectuais e governantes, estando aqueles Estados a enfrentar uma sobrecarga de gastos com seguridade social sem mais poder contar com um volume correspondente em contribuições privadas relativas àqueles capitais que hoje circulam transnacionalmente, o que põe em xeque o modelo do *welfare state*.

No Brasil, este desemprego gerado pela tecnologia e acentuado pela migração de capitais e pela abertura comercial vem se somar a um quadro de desemprego e subemprego histórico, decorrente de uma sucessão de políticas de desenvolvimento excludentes e concentradoras econômica e regionalmente. Contudo, modificações substantivas vêm ocorrendo nas rotas do capital ao longo da década de 90. Como exemplo, pode-se mencionar as indústrias calçadistas que deixaram a região sul do Brasil e se deslocaram para o nordeste, onde pagam salários bem mais baixos e

empregam trabalhadores não-sindicalizados (GOMES e TRAUMANN, 1997). Na mesma reportagem, outro dado a destacar: o estado do Rio de Janeiro aparece como o único estado no qual a oferta de empregos diminuiu. As taxas de desemprego no estado são consideradas baixas porque parcela significativa da população está ocupada no setor informal da economia.

Uma das condições para que se possa falar em qualidade de vida digna e em direitos humanos é a oferta de oportunidades de trabalho para todos. A Declaração dos Direitos Humanos completou 50 anos, em 1998, e o pleno emprego, ou pleno trabalho, entretanto, passou a exceção utópica.

Nos últimos quarenta anos, a população brasileira saiu da zona rural à procura de trabalho e de melhores condições de vida nas grandes cidades. Contudo, desde meados da década de 80, a saturação do eixo Rio-São Paulo e das capitais estaduais é tamanha que os migrantes têm se dirigido às médias cidades em busca de trabalho. Expandem-se os cinturões de miséria, elevam-se as taxas de criminalidade e violência urbana. Poucos são os estados brasileiros que equalizaram adequadamente o desenvolvimento das pequenas localidades, perpetuando-se, desta forma, um quadro de concentração de investimentos e demográfica que vem dos tempos coloniais (PATARRA, 1995).

Atualmente, nas grandes cidades, encontra-se, tanto o histórico contingente de excluídos desqualificados, como uma crescente oferta de mão-de-obra qualificada (muitos, inclusive, portadores de nível superior) mas não incorporada ao mercado formal. Estes “novos excluídos” (MARZAGÃO, 1997) buscam desesperadamente títulos e certificados que os diferenciem num mercado de trabalho caracterizado pela instabilidade, pelo descumprimento das normas trabalhistas e pela inflação de diplomas. Submetidos a tanta pressão, os indivíduos sentem-se constantemente despreparados face às exigências de atualização frenética que se colocam. Quem pode, se qualifica, mas isto já não mais é garantia de um posto de trabalho: “Se você tem pouca experiência, não tem ainda qualquer experiência, ou tem experiência mas já ‘passou da idade’ (30/35 anos ou menos), lamentamos...”

Observa-se, portanto, uma dinâmica produtiva profundamente iníqua e seletiva: Só os mais *determinados* e *capacitados* têm direito a sobreviver na selva da *civilização* pós-industrial (2). E, diga-se de passagem, recordando uma chamada recente da TV Educativa: “Viver é mais que sobreviver”. Pode um modelo de desenvolvimento primordialmente assentado sobre estas bases ser considerado humano? Um modelo que prescindir de grande parte da força de trabalho e que se volta para atender a um mercado consumidor interno minoritário e ao mercado externo preferencialmente? Como falar em cidadania diante de tal quadro?

No Brasil, o Estado não equaliza oportunidades, apenas assiste de forma irregular, insuficiente e desqualificada aos excluídos do sistema. Uma das características da tendência atual denominada neoliberal é o enxugamento dos gastos públicos e a redefinição do papel do Estado. No Brasil, discussões mais significativas não avançam, em função do despreparo político da sociedade, das apropriações indevidas do que deveria ser público, de dogmatismos de esquerda e de direita, da selvageria do mercado, da condição de país periférico no plano internacional e da ausência de projetos alternativos de desenvolvimento.

#### 4.3. Paradigmas de Estado e perfis de cidadania

A definição do Estado é um dos elementos que compõem a resultante final do modelo de desenvolvimento sociopolítico-econômico. Disto decorre que este modelo possa ser lido como o *projeto educativo* mais estruturante da vida social, porque estabelece em grande medida os limites e possibilidades da ação individual e coletiva; ao difundir, assegurando sua hegemonia, certos valores, prioridades e papéis, certo ideal de sociedade e de homem. Daí a centralidade que este conceito ocupa na literatura em Ciências Sociais e em escritos ambientalistas. Da mesma forma que no modelo de desenvolvimento é posicionado o Estado, posicionam-se também o mercado e a sociedade, aos quais se atribuem papéis e importâncias.

Em “Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida”, DEMO (1995) delinea quatro paradigmas de Estado - Estado Socialista Máximo, Estado Socialista Mínimo, Estado Capitalista Máximo e Estado Capitalista Mínimo - e desenvolve acerca do perfil de cidadania encontrado em cada um deles.

Em Estados capitalistas, o mercado tem papel central, dependendo da pressão social o maior ou menor controle de suas atividades. No Estado Capitalista Mínimo, vide os Estados Unidos, esta intervenção é mínima; já na Europa do *welfare state*, a fórmula do desenvolvimento inclui uma maior regulação da economia pelo Estado, minimizando-se os desequilíbrios sociais que a lógica de mercado necessariamente cria. Com relação aos Estados socialistas, Demo aponta o Estado mínimo como aquele mais próximo de um ideal marxista não realizado, no qual a cidadania é mais atuante por tratar-se de uma organização democrática de base comunitária, contrariamente ao máximo, implementado na antiga União Soviética, pautado na grande centralização decisória e na máxima planificação econômica.

A estes paradigmas de Estado correspondem perfis de cidadania, dependendo do grau de autonomia e de intervenção que tem a sociedade em cada contexto (Anexo 1). Referindo-se ao Estado Socialista Mínimo, parcialmente objetivado na Comuna de Paris (o autor não cita as primeiras comunidades cristãs, os *kibbutzim*, ou outras formas de organização comunitária que poderiam se aproximar do modelo), afirma DEMO (1995: 14):

*A Comuna de Paris rejeita frontalmente toda forma de cidadania tutelada, porque os trabalhadores associados e livres devem comandar a história, bem como a cidadania assistida, por conta da valorização que faz da capacidade de auto-sustentação e de autopromoção.*

O desafio, depreende-se da leitura do texto, estaria na superação das fases de tutela e assistência, e na constituição de um terceiro perfil: o da cidadania emancipada. No Brasil, com a “imitação pobre do Welfare State”, tem-se uma mal assistida cidadania, desafiada a emancipar-se política e economicamente.

Após sucessivos diagnósticos, encontra-se bastante detalhada a conjuntura mundial e os impasses que ela apresenta ao Brasil. Importa passar da fase do diagnóstico científico à fase de produção do que se poderia chamar de *tecnologia social*. Urge que se parta da problemática tendo como meta a *solucionática*. Em se tratando de Brasil, há questões macroestruturais de suma importância e gravidade, uma pauta de reformas a serem discutidas, como a reforma agrária (um nó central a desatar), a reforma tributária e a reforma fiscal. Contudo, este é um país que ainda tem imensas fronteiras por expandir e desenvolver, no que difere substancialmente da realidade europeia, por exemplo. A busca por respostas adequadas requer que se debata ampla e concretamente - e sem *saudosismos ideológicos* - a realidade nacional presente, de modo a contribuir para que “a despolarização entre capitalismo e socialismo desemboque num outro projeto de sociedade.” (VIOLA e BOEIRA, 1990)

Após a experiência do “socialismo real”, a democracia parece ter sido reafirmada como um valor básico e universal. A este respeito, COUTINHO (1992: 21-22) afirma que

*tanto na fase de transição quanto no socialismo realizado continuam a ocorrer situações que só a democracia política será capaz de resolver no sentido mais favorável ao enriquecimento do gênero humano. Nas experiências socialistas, como a prática demonstrou, permanecem existindo interesses e opiniões divergentes sobre inúmeras questões concretas. (...) Mikhail Gorbachov não hesitou em dizer, recentemente, que a democracia é um 'valor em si'. Como afirma um recente documento do Partido Comunista Italiano, 'a democracia não é um caminho para o socialismo, mas sim o caminho do socialismo'.*

Contudo, não se trata de conquistar uma *democracia* apenas formal, institucional, representativa. O desafio reside, conforme alerta BAZÍLIO (1995), na construção de uma “democracia substantiva” que promova profundas modificações na estrutura social.

Meios devem traduzir fins. Democracia é, numa das muitas acepções encontradas, cultivo da pluralidade, negação de posturas dogmáticas e de quaisquer expressões totalitárias, de mercado ou de Estado, seja ele capitalista ou socialista. O respeito à autodeterminação dos povos, salvo em determinadas violações evidentes dos direitos humanos, reside neste pressuposto pluralista. Nesta linha de repúdio à imposição e à

negação da possibilidade de pleno desenvolvimento de indivíduos e coletividades, é inadmissível que uma lógica econômica baseada na supremacia do mercado capitalista, que não comporta a todos, se pretenda absoluta. Entretanto, contrariando preceitos comunistas e anarquistas, FREIRE, R. (1997: 63) argumenta em relação à necessidade de manutenção tanto do mercado quanto do Estado:

*Precisamos de ambos inclusive para controlá-los, pois toda tentativa de eliminar uma dessas duas esferas resultou em agigantamento da outra em prejuízo, imediato ou futuro, da democracia. Tentar viver sem mercado levou ao predomínio do Estado numa ordem ditatorial. A tentativa neoliberal de atrofiar o Estado levará sem dúvida a uma situação de concentração de riqueza, de um lado, e de miséria, material e intelectual, de outro, incompatível com um ordenamento democrático estável.*

SOTO (1996: 190-191) sinaliza para uma alternativa ao capitalismo de mercado e ao socialismo de Estado, introduzindo a proposta de uma economia associativa e autogestionária (**Anexo 2**):

*En el capitalismo el mercado es el gran regulador de la economía y de la justicia económica y el Estado debe abstenerse de inmiscuirse en regulaciones de ningún tipo. En la práctica los Estados capitalistas regulan el mercado a favor de los capitalistas, de los monopolios o del funcionamiento del capital.*

*En el socialismo de Estado se considera que el mercado genera desigualdad social, económica y cultural, y el Estado tiene que regular, planificando, las relaciones de intercambio y distribución. El descuido de los mecanismos mercantiles para asignar recursos y para mantener o incrementar la productividad del capital y del trabajo, condujo al socialismo de Estado a perder competitividad y terminó regulando no solamente la economía, sino también la vida económica y social de la gente.*

*En la propuesta asociativa y autogestionaria compartimos los señalamientos socialistas sobre el mercado, pero creemos que coordinación social del mercado tiene que darse a través del Estado y a través de la sociedad civil, y en este último caso por medio de las redes asociativas o de las federaciones de asociaciones o de las uniones de cooperativas o empresas autogestionarias, sin descuidar las ventajas que tiene el mercado para asignar recursos eficientemente y sin descuidar el objetivo de evitar, combatir o neutralizar las tendencias concentradoras y excluyentes, es decir, hacia la desigualdad social, que encierra y engendra el mercado.*

#### 4.4. Desenvolvimento local e economia popular

A tradição acadêmica em Ciências Sociais no eixo Rio-São Paulo, irradiador nacional, ainda privilegia, de modo geral, uma macroanálise da conjuntura político-econômico-social que não apresenta saídas (3). Ou, então, trata do micro sem conseguir estabelecer relações deste com o macro. Esta dualidade, de complexa integração, também se verifica entre educadores ambientais. Entretanto, entre estes, são mais constantes as referências a possibilidades de soluções endógenas em contextos locais.

Na coletânea realizada por CRESPO e LEITÃO (1993: 115; 116), encontram-se citações de entrevistas com parlamentares, ativistas, cientistas, técnicos governamentais, empresários, entre outros representantes do movimento ambientalista brasileiro, que confirmam esta tendência. Por esta razão, afirmam os autores: *“Descentralização, formas de produção e de vida autogestionárias, desconcentração das populações humanas, empreendimentos em menor escala são ingredientes indispensáveis à ‘sociedade orientada por valores ecológicos’ ”*. E, ainda, que

*(...) ideais de autonomia e ao mesmo tempo de submissão dos indivíduos ao ‘bem comum’, aos imperativos éticos, constituem uma tensão permanente. Mas a via autoritária é sempre descartada, e os valores da cidadania e da sociedade democrática aparecem fortemente afirmados no discurso da nossa comunidade.*

É significativo que o dizer “pensar globalmente, agir localmente” tenha se tornado uma máxima no interior deste movimento porque, ao que tudo indica, um dos grandes dilemas políticos da atualidade consiste justamente em encontrar uma nova dinâmica organizativa (o conceito de “modelo” pode sugerir a muitos a idéia de uma estrutura rígida) que equalize oportunidades e preserve a autonomia dos sujeitos individuais e coletivos, propiciando, contudo, uma integração de microesforços, no sentido de uma potencialização dos resultados atingidos. Segundo FRANCO (1998: 8):

*O argumento básico a favor do desenvolvimento local integrado e sustentável é muito simples: é na esfera local que os problemas são melhor identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O atendimento das necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes é extremamente facilitado pela maior proximidade das comunidades. Adicionalmente, garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade. Parece haver consenso em torno da idéia de que, para*

*haver desenvolvimento local integrado e sustentável, regiões e localidades devem desenvolver uma capacidade endógena de exercer a sua interdependência, através da construção de interorganizações e da geração de outras condições que possibilitem o surgimento de comunidades econômicas de base.*

No plano das políticas sociais, medidas paliativas e descontínuas ainda são, de modo geral, a constante. Entretanto, numa postura de suposta e relativa democratização administrativa, governos vêm repassando à sociedade civil e a organizações não-governamentais a gestão de determinados serviços públicos (apresentados, muitas vezes, como doações). As iniciativas sem fins lucrativos e caracterizadas por parcerias entre público e privado na área social estão sendo designadas por “terceiro setor”. Se cumprem uma função relevante junto às comunidades e efetivamente descentralizam certas decisões mais pragmáticas, possibilitando alguma participação cidadã mais incisiva e direta, o fato é que observadores atentos alertam para a meia-conquista que podem vir a representar.

Desde o início do processo de redemocratização política (a “abertura lenta e gradual”) e com o fim da ditadura militar em 1985, a sociedade brasileira vem se organizando em diversos movimentos de caráter local. Contudo, já nos anos 60 e 70, organizações não-governamentais e associações apareciam como focos de resistência e articulação, com frequente participação de setores da Igreja Católica. Estudos em Ciências Sociais vêm enfatizando a importância desta crescente participação como expressão de uma consciência cidadã fortalecida (4). Houve progressos no que se refere a esta maior mobilização popular, entretanto, a qualidade de vida da grande maioria da população continua longe de ser plenamente satisfatória, considerando-se qualidade de vida como um somatório que inclui saúde individual e coletiva, educação, alimentação, transporte, saneamento básico, habitação, trabalho para todos, segurança pública, acesso a cultura e lazer etc.. A experiência do “orçamento participativo” (CARVALHO e MILLER, 1998; MENEGAT, 1998) mostra-se positiva. Entronizada por prefeituras do Partido dos Trabalhadores (PT) em municípios como Porto Alegre e Angra dos Reis, ela proporciona maior democratização decisória no âmbito municipal, onde a participação cidadã pode ter maior relevo.

Não há dúvida de que direitos são conquistados, e de que, neste sentido, participação política - não necessariamente partidária - é algo fundamental. Entretanto, ainda é insuficiente a atenção dada, pela pesquisa científica, à importância crescente de certos processos que reforçam a emancipação política na medida em que podem (o que não necessariamente ocorre) contribuir para viabilizar a emancipação econômica das populações. Certamente, não é por acaso que, em paralelo à conscientização ecológica, muitos projetos ambientalistas incorporam a preocupação de capacitar economicamente as comunidades locais, através do estímulo à criação de associações de produtores e de cooperativas.

A participação e a autonomia política dos grupos sociais continuará substancialmente limitada enquanto estes não conquistarem alguma autonomia econômica e continuarem na dependência do grande mercado e do deficiente Estado assistencialista.

DEMO (1995: 144-145) indica fatores essenciais ao planejamento estratégico das oportunidades de trabalho no Brasil, corroborando a importância do incentivo à formação de pólos produtores no interior, que promovam estratégias de auto-sustentação regional e criem alternativas em termos de qualidade de vida, através do desenvolvimento de pequenos empreendimentos com garantia a fontes de financiamento. Sobre a fundamental emancipação econômica dos sujeitos, ele afirma (1995: 136):

*Neste sentido, a competência de fazer-se sujeito precisa ser correspondida com a competência da auto-sustentação. O que mais escraviza o homem é, primeiro, a ignorância, que o impede de saber-se escravo e, por conseqüência, de reagir, e, segundo, a carência material que o obriga a depender para sobreviver. Assim, a consciência crítica não é suficiente para que se faça um sujeito histórico competente, enquanto depender dos outros para manter-se. E mais: a consciência crítica que convive com a dependência em termos de sobrevivência material é, no fundo, ilusória. Porquanto, não é sujeito histórico suficientemente competente quem não dá conta da carência, implicando nisto um expediente sempre favorável à subalternidade. Daí a máxima: participação sem auto-sustentação é farsa.*

Municípios, estados, governo federal, organizações não-governamentais e departamentos universitários vêm realizando projetos educativos voltados para a

geração de trabalho e renda. Além de programas de qualificação profissional, estimula-se o surgimento de pequenas ou microiniciativas particulares e de empreendimentos associativos, inclusive, em certos casos, concedendo-se “créditos populares” a quem seriam negados empréstimos na rede bancária (SILVEIRA, AMARAL e MELLO, 1997).

Contudo, o potencial destas iniciativas que enfatizam a importância do âmbito municipal e regional ainda não é suficientemente reconhecido pelo meio acadêmico de um modo geral, que limita-se ao macrodiagnóstico das consequências da globalização. O risco reside na tendência a um certo ceticismo imobilizante cuja origem não se identifica claramente e que termina por permitir a perpetuação do quadro atual.

A seguir, algumas indicações concretas do que pode ser considerado exceção que aponta para um outro fazer ciência. Sobre aqueles projetos educativos, discorre LISBOA (1996), professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e co-participante do projeto de extensão desenvolvido nesta universidade, pelo “Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular”, em convênio com a prefeitura municipal de Florianópolis (gestão 1993-1996), idealizadora dos “CPPs - Centros de Profissionalização Popular”:

*As transformações contemporâneas são uma oportunidade para repensar os caminhos escolhidos, o que requer novos conceitos. O futuro exige que não sigamos nenhum dos modelos tradicionais. Não é mais possível suportar níveis crescentes de pobreza. Porém, o caminho para a inadiável erradicação da miséria não é o das políticas orientadas pelo crescimento econômico, as quais consideram o pobre como sujeito passivo que receberia os benefícios do desenvolvimento. Também não é o das políticas sociais compensatórias. O verdadeiro caminho é o de reconhecer os pobres como um sujeito ativo, capacitando-os a tomar iniciativas a favor de si mesmos, a incorporar seu próprio potencial produtivo desaproveitado. Trata-se de fortalecer as capacidades produtivas dos empobrecidos. E sua principal capacidade é, em primeiro lugar, seu trabalho. Não se trata aqui de 'políticas de frente de trabalho', geradoras de ocupações temporárias, mal pagas e humilhantes, mas de dinamização do circuito de sobrevivência dos pobres, da reorganização das suas atividades. (...) Trata-se de outra economia com suas próprias regras de organização, voltada para prover o sustento do grupo, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. A perspectiva da crescente auto-suficiência relativa da economia popular apresenta uma possibilidade para quebrar a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea. (...) (*

*final deste curto século recoloca a possibilidade de uma economia local, o que para nós significa rever e revitalizar o modo de viver tradicional. Está aí a oportunidade de transformar em 'vantagem' o que por muito tempo foi considerado sinal de 'atraso'. Nos países do Sul, as relações afetivas de pertencimento a uma comunidade sobrevivem, e não se consegue romper totalmente com a solidariedade comunitária. Trata-se de fortalecer as iniciativas comunitárias valorizando as forças e os recursos locais, revitalizando os valores comunitários adormecidos. A perspectiva do 'poder local' não é mais uma panacéia, mas deve atuar com outras transformações correlatas. Essa capacidade depende, fundamentalmente, da superação do estado tutelar pela emergência de uma atuação cidadã, do surgimento de um espaço público comunitário regido por uma compreensão de cidadania emancipada. (...) As políticas de apoio à economia dos pobres, aperfeiçoando as soluções do povo (o que requer também o esforço das universidades), carecem de ser complementares a duas medidas de caráter nacional que apenas brevemente pontuarei: a reforma agrária e a implantação da política de renda mínima (mas acoplada ao critério de que a renda complementar seria recebida no município de origem ou no qual se tenha moradia por pelo menos cinco anos). O efeito simultâneo dessas políticas contribuiria para estancar e até reverter o fluxo migratório campo-cidade, propiciando melhores condições de gestão social.*

A longa citação de trechos de LISBOA tem razão de ser. Neles, o autor destaca de modo objetivo certos aspectos que, desdobrados, ajudam a pensar um novo projeto de desenvolvimento sociopolítico-econômico-cultural. Em outras palavras, o autor descreve uma possibilidade de emancipação dos oprimidos. FREIRE, P. (1997: 43) aponta na mesma direção ao afirmar:

*O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo - não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. Precisamente porque, se sua luta é no sentido de fazer-se Homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar nos pólos da contradição.*

Notas:

(1) - O modelo teórico de VIOLA e LEIS (1995) caracteriza o ambientalismo brasileiro como um movimento multissetorial, constituído de oito setores principais em diversos graus de integração e institucionalização. São eles: (1) o ambientalismo de associações e grupos comunitários; (2) o ambientalismo governamental das agências estatais do meio ambiente nos níveis federal, estadual e municipal; (3) o socioambientalismo das ONGs, sindicatos e movimentos sociais mais amplos; (4) o ambientalismo dos cientistas; (5) o ambientalismo empresarial; (6) o ambientalismo dos políticos profissionais; (7) o ambientalismo religioso; e, (8) o ambientalismo dos educadores.

Este modelo foi utilizado como referencial teórico-metodológico na pesquisa “Educação para o meio: por um ambientalismo político”, coordenada pela Profª da Faculdade de Educação e co-coordenadora do GEA (Grupo de Estudos em Educação Ambiental/UFRJ) Speranza França da Mata. Como aluna do Programa de Pós-graduação em Educação, tive a oportunidade de acompanhar as primeiras etapas desta pesquisa, iniciada em agosto de 1996.

(2) - Em artigo recente, MARZAGÃO (1997) menciona a indignação da escritora francesa Viviane Forrester com “o silêncio reinante no mundo intelectual” diante do quadro de desemprego avassalador, tendo ela feito de seu livro, “O horror econômico”, uma espécie de manifesto do inconformismo. Afirma MARZAGÃO que a

*Sra. Forrester levanta a hipótese do advento de uma hegemonia econômica sem outro objetivo a não ser o da autopetuação, embasada em lucros crescentes. Nesse cenário, em que os valores éticos perdem qualquer sentido, as grandes massas dos excluídos se converteriam num peso morto, sem nenhuma utilidade na nova civilização que inauguramos no vestibulo do terceiro milênio. A tentação totalitária então não tardaria a se manifestar, vindo nos párias, nos intocáveis de amanhã, um irritante obstáculo para a implantação da utopia globalizada, dentro de cuja moldura uma minoria de eleitos da pós-modernidade poderia deleitar-se, sem o desgosto ou o remorso de ver famintos à janela.*

(3) - Em seminário organizado pela Escola de Serviço Social/UFRJ (junho/1997), evidenciou-se mais uma vez esta macroabordagem. As falas, apesar do tema-título do seminário “Estratégias em face da globalização”, não contemplaram o potencial de equacionamento da crise social via desenvolvimento da chamada “economia solidária”, centrando-se quase que exclusivamente nos limites, em lugar das possibilidades.

(4) - Para compreender o processo de “ocidentalização da sociedade brasileira”, surpreendentemente favorecido pela ditadura, ver análise de COUTINHO (1992: 48-49). Por “ocidentalização”, segundo Gramsci, compreende-se *“a constituição de uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, que supera a antiga situação oriental onde o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa.”*

## Capítulo 5 - O cooperativismo ontem e hoje

Em chinês, a palavra crise é composta por dois ideogramas: o primeiro significa perigo, o segundo, oportunidade. Em tempos de crise profunda, quando valores e instituições são abalados, verificam-se situações sociais de anomia “*em que as próprias normas estão em conflito e o indivíduo tem dificuldade em conformar-se às suas exigências contraditórias*” (Dicionário de Ciências Sociais, 1987: 53).

Ao longo da década de 90, e particularmente nos últimos anos, a sociedade brasileira vem sofrendo o impacto de uma crise múltipla e generalizada de antecedentes históricos remotos e recentes como a globalização econômico-financeira. De modo genérico, a crise se desdobra em dois planos: material e espiritual, ou, em terminologia científica, socioeconômico e político-cultural. Paralelamente à intensificação de valores e práticas individualistas, materialistas, imediatistas, cínicos e narcísicos, as diretrizes da economia mundial vêm promovendo grande concentração de riqueza, dramático quadro de exclusão social e uma crise política sem precedentes na modernidade ocidental. Combinados estes fatores, percebe-se a tragicidade inerente a uma conjuntura que muitos apresentam como inevitável e, à qual, os indivíduos perdem a capacidade de transcender, orientados que estão por valores contrários a individuação e à sociabilização e tendentes ao egocentrismo e à fragmentação.

O processo civilizatório vem operando infra e supra-estruturalmente, material e simbolicamente em espiral, numa reprodução intensiva e acelerada de determinados formatos e práticas que tendem a inviabilizar a vida em sociedade nos moldes desarticulados e contraditórios em que esta foi sendo conformada. Incapacitados ou impossibilitados de apreenderem a natureza dos processos em curso, os indivíduos internalizam a anomia, limitando-se a tentar captar a dinâmica de funcionamento e os expedientes de reparo do sistema vigente, até que este começa a mostrar-se irreparável em função de suas características intrínsecas. Filosoficamente, dir-se-ia que o desafio

está em passar da aparência à essência, transcendendo ao que os filósofos pós-modernos designam por simulacro.

Diante de fatores tais como a alienação, a passividade, o ritmo frenético, o excesso de informações, a incapacidade filosófica, o vazio ideológico, a mediação midiática, os impasses políticos e a crise econômica reinantes, muitos pensadores em ciências sociais e humanas perderam a capacidade de acreditar que tal “tomada de consciência” seja possível, mesmo porque os referenciais de transformação em que se baseavam não deram os resultados almejados quando postos em prática, como no caso do socialismo real, que derivou num totalitarismo de Estado.

Contudo, em GRANATO (1976: 30) as possibilidades utópicas se redefinem em direção a caminhos ainda inexplorados:

*Temos de reconhecer em uma fenomenologia da crise contemporânea, que o grande desenvolvimento científico-tecnológico tem levado o homem a uma “errância do Ser”, na expressão de Heidegger, isto é, a um esquecimento de suas vinculações com o Ser, em virtude das exigências do “ter mais”, na luta quotidiana pelas novas necessidades criadas pela “sociedade de consumo”, cujos critérios valorativos variam na razão direta do progresso material, levando no plano individual e social à luta desenfreada pelo poder econômico, à competição contínua. As perspectivas abertas pelo entrechoque de ideologias capitalistas liberais e socialistas totalitárias não ofereceu grandes oportunidades de vislumbrar soluções satisfatórias no sentido de libertar o ser do homem da crescente massificação. No entanto, da tensão dialética entre sistemas opostos, poderá surgir um novo sistema mais condizente com o ser do homem. Se o homem tem a possibilidade de assumir a consciência da crise e penetrar, pela hermenêutica, no sentido da cultura, compreenderá que a revolução científico-tecnológica poderá ser posta a seu serviço, descobrindo formas de convivência social mais condizentes com a essencialização de seu ser.*

### 5.1. Antecedentes históricos e ideológicos do cooperativismo

A temática do cooperativismo suscita a análise anterior devido à sua dupla natureza, pois caracterizando-se como uma “forma bifronte de organização da atividade humana, a cooperativa consegue combinar o social na dimensão associativa e o econômico na

*dimensão empresarial” (RECH, 1995: 5), tornando-se, “em muitos casos, juntamente com outras organizações, a base organizativa de uma caminhada em busca de uma sociedade mais justa, mais igualitária. Podem se transformar numa das formas da nossa resistência e inserem-se neste esforço de buscar a união, o trabalho conjunto”.*

Empreendimento econômico de cunho social baseado em valores como solidariedade, democracia, participação, igualdade e liberdade - primeiramente enunciados em princípios (Anexo 3) por um grupo de tecelões ingleses conhecido como “Pioneiros de Rochdale”, em 1844 -, o cooperativismo se apresenta como um instrumento de transformação em potencial. Instrumento através do qual, na práxis cotidiana, parece ser possível realizar a tese número 3 de “A Ideologia Alemã” na qual Marx, analisado por LÖWY (1992: 24), observa que:

*(...) o caráter da nova sociedade depende da maneira como ela foi constituída. Não é por decreto do imperador que se pode estabelecer a democracia. Não é por caridade das classes dominantes que se vai estabelecer a repartição comunista da propriedade. Em outras palavras, uma sociedade só é possível se for ela mesma um processo de desalienação. A maneira de constituir-se a nova sociedade decide, em última análise, o caráter que ela tomará. Essa primeira observação de Marx explica por que a única forma verdadeira de libertação é a auto-libertação da classe explorada.*

É de Marx, na tese mencionada, a afirmação de que “na atividade revolucionária, a transformação de si mesmo coincide com a transformação das condições”, contudo, segundo RECH (1995: 15), o próprio Marx demonstra - ainda no primeiro Congresso da Associação Internacional do Trabalho, em 1864 - desânimo pelas cooperativas diante da fragilidade destas, quando isoladas em si, frente aos monopólios que se agigantavam no capitalismo. Além desta alegada desvantagem no jogo das forças econômicas, importa reconhecer, como distingue GRANATO (1976: 69) que

*o objetivo das cooperativas é integrar comunidades e não recrudescer lutas de classe. Por esse motivo o movimento foi tão criticado pelo marxismo ortodoxo que o considerou uma nova forma de alienação dos direitos e da força da classe proletária. (...) Podemos afirmar que desde Rochdale, o cooperativismo evoluiu da consciência dos direitos e possibilidades da classe trabalhadora, para a tomada de consciência dos direitos e possibilidades do ser humano atuar sobre e dirigir o processo histórico, qualquer que seja a classe social a que esteja vinculado.*

Divergências quanto ao papel e aos objetivos cooperativistas sempre houve, desde a estruturação das primeiras cooperativas, no interior do próprio movimento, definindo-se claramente, desde então, duas concepções: uma socialista, e outra capitalista.

Os chamados socialistas utópicos - dentre os quais destaca-se o inglês Robert Owen (1771-1858) - identificavam no cooperativismo um dos caminhos para a construção de uma nova ordem econômica e social: *“Eles viam na cooperativa um embrião de uma nova sociedade onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e mesclando interesses pessoais e coletivos”* (RECH, 1995: 14). Mas, mesmo no interior desta corrente, percebia-se duas posições distintas: Uma representada por Charles Gide (francês, 1847-1932) que propunha a substituição do sistema capitalista por uma “república cooperativa” na qual todos os setores da economia deveriam ser organizados num sistema cooperativista; outra, representada por Owen, Charles Fourier (francês, 1772-1837) e Ferdinand Lasalle (alemão, 1825-1864) via na cooperativa uma estratégia através da qual se poderia chegar a um sistema socialista.

Baseando-se em Eric Hobsbawn (“A Era das Revoluções”), RECH (1995: 15) afirma que *“para os trabalhadores do século XIX tratava-se mais de buscar alternativas para conquistar pelo menos uma existência decente”*. E cita HOBBSAWN:

*(...) a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia, encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas idéias em oposição às de seus opressores. Seria cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista. Seria “socialista”, e representaria não o eterno sonho da sociedade livre, que os pobres sempre levam no recôndito de suas mentes, mas na qual só pensam em raras ocasiões de revolução social generalizada, e sim uma alternativa praticável e permanente para o sistema em vigor.*

Entre liberais e fisiocratas capitalistas, as cooperativas eram vistas como alternativa corretiva, capaz de atenuar as características egoístas e concentradoras de capital do sistema capitalista. Tal perspectiva, assumida em países capitalistas, informa nossa legislação e política cooperativista segundo RECH (1995: 17). Pode-se ler, no Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 1994, comemorativo dos 25 anos da Organização das

Cooperativas Brasileiras - OCB, alguns *slogans* que de fato não denotam uma postura de enfrentamento revolucionário:

- \* “Cooperar é ter hoje um futuro melhor”;
- \* “A administração cooperativa se caracteriza pela participação”;
- \* “Para cada problema sócio-econômico existe uma solução cooperativa”;
- \* “A cooperativa não visa lucros, mas a prestação de serviços”;
- \* “A cooperação é a lição primordial da própria natureza”;
- \* “Cooperativa. União de forças num empreendimento comum”;
- \* “Cooperativa: instrumento valioso para a reforma da sociedade”.

Na visão de RECH (1995: 19-20), “*de modo geral, a absorção da idéia cooperativa pelo sistema capitalista inviabilizou a idéia inicial da cooperação total e, com exceção de algumas experiências em países com tradição cultural coletivista, a cooperação vinculada ao capital pendeu muito mais na direção de uma empresa com características profundamente comerciais*”, ocasionando, sob a permanente pressão da concorrência, “*dificuldades de relacionamento no conjunto do movimento cooperativista; e desencadeamento de lutas intercooperativas pela conquista de espaços comerciais e de mercados.*”

A transmutação de muitas cooperativas em grandes empresas que - em função do investimento de grandes capitais na produção - passam a visar fundamentalmente a prosperidade final do processo produtivo, também é observada por GRANATO (1976: 64) que, ampliando o fenômeno ao mundo socialista, afirma:

*Acompanhou a universalização progressiva do cooperativismo um desvinculamento gradual entre a doutrina e a prática, passando a ser usado quase que exclusivamente como sistema econômico para solucionar problemas específicos de áreas desenvolvidas ou subdesenvolvidas, de países de estrutura capitalista ou socialista. Embora os ideais humanísticos e religiosos da doutrina tenham inicialmente contribuído como fator de motivação para a propagação do movimento, foram sendo substituídos gradativamente por perspectivas predominantemente operacionais.*

Tal constatação coloca em primeiro plano, para o resgate de um *cooperativismo autêntico*, a questão da educação, pois, ainda segundo GRANATO (1976: 73),

*o cooperativismo sendo visto como um processo de “hominização” do indivíduo, como a formação de um “homem novo” para um*

*mundo novo, só poderá ser efetivado através da educação. A própria organização cooperativa requer líderes competentes e íntegros, assim como a qualificação dos serviços prestados pelo indivíduo à comunidade.*

Por essa razão, GRANATO (1976: 56) defende que o cooperativismo seja integrado em planejamentos educacionais:

*A cooperação não é uma atitude espontânea do homem, ela se estabelece em função de fatores contingenciais, a partir da percepção que tem de que, para realizar seus projetos, é preciso recorrer a uma reciprocidade de perspectivas pelo sistema de escolhas relevantes. Tal reflexão reforça nosso ponto de vista de que os altos ideais da doutrina cooperativista só poderão ser efetivados mediante a educação. Estudando a origem histórica do cooperativismo verifica-se que todas as experiências têm iniciado como uma resposta ao desafio econômico. Pequenos núcleos comunitários têm recorrido à cooperativa de produção ou à cooperativa de consumo para em seguida, devido às necessidades, desembocarem no setor educacional. Dever-se-ia, de acordo com os ideais cooperativos, inverter o processo de desenvolvimento do cooperativismo: mediante planejamento educacional, partir da escola para a formação da consciência cooperativa, visando a educação de um novo homem para um mundo novo.*

## 5.2. O cooperativismo no Brasil e a OCB

Em PINHO (1991), constata-se que o cooperativismo é praticado no Brasil desde o final do século passado, principalmente entre imigrantes europeus, na região sul. Eles se organizavam no intuito de fundar empreendimentos cooperativos de natureza financeira, como as "caixas de crédito" e cooperativas rurais vinculadas à agricultura e à criação de animais.

No resto do país, tal proposta econômica demora mais a se verificar, podendo-se destacar, como um dos fatores explicativos, a tardia abolição da escravatura e a mentalidade escravocrata e segregacionista que se manteve na cultura brasileira. Até hoje, pode-se perceber quão difícil é a promoção de relações mais igualitárias entre os indivíduos, acostumados que estão ao demarcado desnivelamento entre mandantes e mandados, entre planejadores e executores.

A partir de 1932, o Estado se interessou realmente em incentivar o cooperativismo. Tal fato estava relacionado à necessidade de se equacionar os graves problemas decorrentes da conjuntura mundial - afetada pela I Guerra Mundial e pela Crise de 1929 - e de nossa própria estrutura econômica, tão dependente da monocultura extensiva e enfrentando as graves crises do café (PINHO, 1991: 223).

Contudo, apesar de esforços empreendidos na divulgação deste ideário, a participação do setor na economia nacional é, mesmo na atualidade, muito reduzida, faltando o reconhecimento destas iniciativas enquanto rede produtiva com enorme potencial de ampliação, gerando trabalho e atendendo a demandas das populações.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nasceu durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em Belo Horizonte de 2 a 6 de dezembro de 1969, como consequência de um esforço para unir as duas entidades de representação então existentes: a UNASCO - União Nacional das Associações Cooperativas, criada em 1956 e a ABCOOP - Associação Brasileira de Cooperativismo, criada em 1964. Visto que a duplicidade de representação era considerada fator gerador de grandes prejuízos para o movimento, as lideranças dos dois grupos, quando da preparação do IV Congresso, acordaram quanto à criação de uma única entidade que integrasse as duas correntes e pudesse dialogar com o poder público federal com maior proveito para o movimento (OCB, 1994: 2).

Do histórico inicial da organização, dados relevantes: A primeira sede da OCB foi na OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo), na capital paulista, por ser seu presidente o então Secretário de Agricultura do estado de São Paulo. Assim, a OCB surge mantendo vínculos estreitos com o Estado e com o setor agropecuário. Apenas em 1973, a sede da OCB é transferida para Brasília.

Nos anos 60, após o Golpe Militar de 1964, algumas deliberações incidem sobre o cooperativismo brasileiro (OCB, 1994: 3):

*Estatuto da Terra, em 1964, que criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, com atribuições para fomentar, fiscalizar e intervir nas cooperativas; nova política bancária, monetária e creditícia e a criação do Banco Central, 1964-65;*

*poderes para o Banco Central e o Banco Nacional da Habitação - BNH intervirem nas cooperativas de crédito e habitacionais, respectivamente; aniquilamento do cooperativismo de crédito e o desfiguramento do cooperativismo habitacional; substituição do INDA pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 1970, como órgão de fiscalização e controle do cooperativismo, exceto o de crédito e o de habitação.*

Os anos 70 são marcados pela euforia desenvolvimentista das grandes obras públicas, pelos choques do petróleo em 73 e 79, por incentivos maiores para o cooperativismo agropecuário - que se fortalece especialmente na região sul - do que para outros segmentos, pelo crescimento acelerado da economia com aumento das desigualdades regionais e sociais, e pela criação de instituições de orientação e incentivo ao cooperativismo em vários estados do país.

Na década de 80, além do IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, são realizados vários eventos por segmentos, como o I e o II Seminários Brasileiros das Cooperativas de Trabalho, o I Seminário Brasileiro das Cooperativas de Consumo e o I Seminário Brasileiro das Cooperativas de Crédito. Também tem início, nesse período, uma maior integração da OCB ao cooperativismo mundial, com participação em assembleias da Organização das Cooperativas da América (OCA) e solicitação de filiação à Aliança Cooperativa Internacional (ACI), acatada em 1989.

Em 1988, com a expectativa da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o cooperativismo, liderado pela OCB, mobilizou-se identificando parlamentares comprometidos com o Sistema - surge a Frente Parlamentar Cooperativista - e debatendo os grandes temas nacionais, como o papel das cooperativas na reforma agrária, a eliminação do controle estatal, a importância do Estado como órgão de apoio às cooperativas e a superação de sérios problemas da conjuntura econômica nacional. Desta mobilização, são destacados como importantes conquistas, no artigo 5º da Constituição de 1988, relativo aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, os seguintes pontos:

*XVII - É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;*

*XVIII - A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.*

Destaca-se, ainda, a indicação de que Lei Complementar disporia sobre o funcionamento das cooperativas de crédito, dando-lhes condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

Portanto, a partir da promulgação desta Constituição, *“as sociedades cooperativas, juntamente com os órgãos próprios de representação, confederações, federações e centrais, passam a constituir efetivamente o Sistema Cooperativo Brasileiro, já sem a tutela governamental, assumindo a própria autodeterminação por meio de um processo que significa a Autogestão.”* (OCESC, 1993: 19). Com base no supracitado item XVIII da Constituição e discutindo o princípio da autonomia, RECH (1995: 30) questiona, não apenas a interferência estatal, mas, inclusive, a obrigatoriedade de filiação das cooperativas à OCB - através das organizações estaduais (OCEs) - organização de representação oficial imposta pela lei nº 5.764/71.

Marcada por fortes conturbações políticas e econômicas, a década de 90 põe em primeiro plano questões como choque econômico, recessão, desemprego, *impeachment*, corrupção. O Governo Federal desestrutura-se, o que dificulta o andamento de inúmeros projetos. Neste período, tramitam no Congresso Nacional os projetos de Lei Cooperativista e do Ato Cooperativo, com vistas a atualizar a defasada legislação de 1971. Em 1994, o Estatuto da OCB é reformado, proporcionando maior representatividade interna através da criação de um Conselho Deliberativo, formado por representantes de todas as Organizações Estaduais e por representantes de cada um dos segmentos, ao qual cumpre fixar a política da entidade, tomar conhecimento e deliberar sobre assuntos de interesse do cooperativismo (OCB, 1994: 5).

Também em 1994, o DCOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo - apresenta um elenco de projetos com o intuito de redirecionar suas ações, propiciando transformações significativas para o desenvolvimento do setor cooperativista e associativista rural do país. Importa destacar o fato de este departamento encontrar-se no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, resultando numa ênfase em políticas mais voltadas ao setor de produção agropecuária, a despeito da diversidade de segmentos que

o sistema compreende. Dentre estes, podem ser discriminados os seguintes: consumo, crédito rural, crédito mútuo, eletrificação e telefonia rural, escola, escolar, habitacional, produção, trabalho artesanal, trabalho cultural, trabalho médico, trabalho odontológico, trabalho em transportes, trabalho/diversos, conforme consta no Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 1994 (Anexo 4).

A designação “Sistema Cooperativista Brasileiro” abrange o conjunto de cooperativas, centrais, federações e confederações, organizações estaduais e a própria OCB. Na base do sistema, estão as cooperativas singulares. No Brasil, é requerido um número mínimo de vinte pessoas para se formar uma cooperativa singular de qualquer segmento, exigindo-se, para tanto, que sejam cumpridos os procedimentos burocráticos necessários: assembléias para aprovação dos estatutos, eleição de diretoria, registro na junta comercial etc. Três cooperativas singulares podem, por sua vez, formar uma central ou federação que deve vincular-se à Organização Estadual de Cooperativas (OCE) de seu estado. No topo da pirâmide do sistema, encontra-se a OCB.

### 5.3. O “cooperativismo popular”

O cooperativismo surge no cenário do século XIX como reação da população operária às cruéis condições de vida e de trabalho a que o capitalismo industrial os submetia. Contudo, VALENÇA (1994: 1) alega que o movimento vai aos poucos sendo incorporado e cooptado de forma a ser funcional àquele sistema, principalmente através de sua apropriação por parte de grupos corporativistas que vêm a se beneficiar de leis que regulamentam o cooperativismo e de sua utilização como forma de controle social, descaracterizando-o e pondo-o a serviço da manutenção do *status quo*. O período de ditadura militar no Brasil é apontado como um momento no qual, em meio à repressão massiva a todos os movimentos sociais, inclusive ao cooperativismo popular, o movimento cooperativista passa a estar totalmente atrelado ao governo.

VALENÇA (1994: 2) reconhece haver, dentro do movimento cooperativista tradicional uma corrente crítica aos rumos que o movimento vem tomando, “questionando a pouca participação dos associados nas suas cooperativas, o atrelamento das cooperativas ao governo e a corrupção, entre outros, sem propor, no entanto, mudanças de valores, percepções e práticas que levem à transformação.”

A expressão “cooperativismo popular” surge, então, indicando

*uma das formas de organização da sociedade civil que se expressa através de uma visão holística do mundo, à medida em que leva em conta as interrelações entre o homem e seu meio ambiente como um todo integrado. Essa visão de mundo possibilita ao Movimento Cooperativista Popular tornar-se um instrumento a serviço da transformação da sociedade. (VALENÇA, 1994: 3)*

Segundo Valença, esse conceito teria sido desenvolvido a partir de reflexões teóricas decorrentes de experiências de trabalho junto a movimentos populares, estando fundamentado em novos valores, percepções e práticas que permitem uma mudança de paradigma. Tal mudança consistiria numa perspectiva holística, oposta à visão fragmentada e hierárquica que ainda estaria sendo adotada por muitos dos chamados setores progressistas, por alguns sindicatos, partidos políticos e até mesmo por alguns setores do movimento popular.

Seriam quatro, os princípios integrados, a orientar o cooperativismo popular segundo VALENÇA (1994: 3):

- \* Autodeterminação: princípio que assegura aos cooperados decidirem os destinos do próprio grupo;
- \* Cooperação: processo contínuo de participação numa obra comum;
- \* Ecologia: as relações entre todos os componentes do meio ambiente, sendo o homem um deles;
- \* Escala humana: tudo aquilo que é feito tendo o homem como referência.

A distinção entre “cooperativismo tradicional” e “cooperativismo popular” tem uma significação política no que pretende priorizar o desenvolvimento econômico de populações historicamente excluídas. Em “Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta” (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - COPPE/UFRJ,

1998: 22-23), justifica-se a opção pela terminologia “popular” no âmbito do projeto de extensão universitária desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro:

*No stricto sensu, o cooperativismo popular não existe. Existe o cooperativismo como um sistema econômico, tanto aos olhos do Estado, quanto do ponto de vista da legislação. Por isso, para sua maior visibilidade, era fundamental nomeá-lo. (...) Hoje, quando falamos em cooperativa popular, estamos definindo que aquele grupo social ao qual nos referimos é diferenciado e, como tal, merece um tratamento diferenciado. Na medida em que nosso trabalho venha a subsidiar políticas públicas, é importante que os governos tenham referenciais para determinar suas ações. Quando pleiteamos que cooperativas populares não paguem a taxa de alvará, mas paguem a sua renovação, estamos afirmando que aquelas pessoas não têm condições de pagar. Não estamos afirmando que as cooperativas de um modo geral não devem pagar. Quando insistimos que o crédito tem que ser diferenciado, estamos dizendo para quem deve ser diferenciado.*

*A primeira vez que utilizamos a expressão “cooperativismo popular” - que não é invenção nossa, muito ao contrário, é senso comum - houve muito conflito dentro do próprio sistema cooperativista que a entendia como uma vontade nossa de criar um novo patamar ou um elemento estranho ao sistema. Viram muito mais como um fator divisor do que como uma via de integração.*

## Capítulo 6 - Visões de cooperativismos: reinventando utopias

### 6.1 - Trabalho de campo: universo, objetivos e metodologia

O trabalho de campo, realizado de forma mais sistemática entre março e dezembro de 1998, no âmbito desta pesquisa de dissertação, consistiu, basicamente, no acompanhamento intensivo de atividades de formação para o cooperativismo, na participação em seminários e congressos com temáticas afins e na realização de entrevistas com agentes promotores do cooperativismo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir de alguns contatos preliminares, foram definidas duas experiências de assessoria a grupos associados (cooperativas, associações e grupos de trabalho) prestadas por instituições em torno das quais se articulam dois Fóruns de Cooperativismo Popular na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro fórum reúne cooperativas surgidas a partir de um convênio entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (projeto de extensão universitária institucionalmente vinculado à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COPPE/UFRJ) e a Secretaria Municipal de Trabalho; o segundo fórum abrange grupos de produção associada - e não apenas cooperativas - assessorados por um grupo de organizações não-governamentais e secretariado pela ONG Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

Destas frentes de atuação, surgiram outros contatos com instituições de relevância para o cooperativismo no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Na realização das entrevistas, procurou-se contemplar a representatividade de um setor apoiado por entidades não-governamentais, de representação, estatais e universitárias. O universo de investigação abrange diferentes instituições, viabilizando-se uma análise comparativa de várias concepções, o que não seria possível em um estudo de caso particularizado.

Por se tratar de uma pesquisa do tipo qualitativo, baseada nos pressupostos de LÜDKE e ANDRÉ (1986), a coleta de dados implicou em um período de permanência da pesquisadora junto aos fóruns relacionados, anteriormente à realização de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos. Tal acompanhamento facultou a familiarização necessária com os diversos aspectos que fazem do cooperativismo uma questão de grande complexidade.

Junto à Incubadora, foi possível acompanhar o “curso de cooperativismo”, realizado duas vezes por semana ao longo de quatro meses, que culminou com a fundação de uma cooperativa de trabalho na zona sul do Rio de Janeiro. Também houve participação da pesquisadora em diversas plenárias do Fórum de Cooperativismo Popular, que reúne apenas cooperativas em áreas do Projeto Favela-Bairro (Anexo 5), realizadas com o objetivo de se discutir a formação de uma central que as represente.

Junto às organizações não-governamentais, a pesquisadora esteve presente nas reuniões mensais de um outro Fórum de Cooperativismo Popular, aberto a cooperativas, associações e grupos de produção de qualquer procedência. Participou, igualmente, de oficinas de formação em “socioeconomia solidária”, organizadas por ONGs em parceria.

Entre os meses de novembro de 1998 e fevereiro de 1999, foram realizadas 10 entrevistas, de duração média de uma hora e meia, com representantes das seguintes instituições:

ENTREVISTADOS	INSTITUIÇÕES
Sujeito 1	ONG FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Sujeito 2	ONG PACS: Políticas Alternativas para o Cone Sul
Sujeito 3	ONG CAPINA: Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
Sujeito 4	ONG ASPLANDE: Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento
Sujeito 5	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (COPPE/UFRJ)
Sujeito 6	Secretaria Municipal de Trabalho do Município do Rio de Janeiro
Sujeito 7	FETRABALHO: Federação das Cooperativas de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
Sujeito 8	SEBRAE/RJ: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro
Sujeito 9	Revista Proposta (publicação da ONG FASE)
Sujeito 10	OCERJ: Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro

Em sua quase totalidade, os sujeitos - cinco homens e cinco mulheres - têm nível de escolaridade superior (alguns com pós-graduação), nas seguintes áreas: História, Engenharia, Ciência Política, Ciências Sociais, Economia, Arquitetura e Administração. Suas trajetórias profissionais estão ligadas a atividades junto a: sindicatos, movimentos sociais urbanos, associações camponesas, empreendimentos particulares, cooperativas (na condição de associados) e órgãos públicos. Dado relevante é a passagem ou residência da maioria em países europeus e a realização de cursos sobre temas econômicos e sociais (incluindo-se o cooperativismo) nestes países. Dos entrevistados, oito encontram-se na faixa etária compreendida entre os 40 e 60 anos, e dois têm menos de 40 anos.

Objetivando-se investigar estas iniciativas de apoio ao desenvolvimento da economia popular em geral e, particularmente, do cooperativismo, as entrevistas visaram à

apreensão dos pressupostos filosóficos e políticos que as sustentam. Elaborou-se um roteiro de entrevista, composto de sete questões (Anexo 6), de modo a suscitar as representações destes sujeitos, com relação:

- aos valores associados ao cooperativismo;
- ao significado e ao potencial da chamada “economia popular” ou “solidária” no panorama político e econômico nacional;
- ao papel do Estado, do mercado e da sociedade no Brasil atual;
- ao perfil de cidadania que se busca construir através de sua prática educativa;
- à inserção político-econômico-cultural do Brasil na realidade mundial;
- às interpretações que vêm sendo formuladas no meio acadêmico sobre o atual contexto mundial;
- ao movimento cooperativista brasileiro;
- às dificuldades, limites e possibilidades de sua prática educativa;
- aos projetos de homem e de sociedade que os orientam;
- às motivações dos *educandos* para a organização em cooperativas.

A seleção e organização dos dados processou-se a partir de tópicos mais incidentes que emergiram das falas dos sujeitos entrevistados. As citações aparecem agrupadas a partir destes tópicos que compõem categorias de análise (BARDIN, 1977) mais abrangentes, definidas segundo o roteiro de entrevista e os objetivos previamente formulados. Na análise dos dados, procurou-se dar continuidade às linhas de argumentação desenvolvidas nos capítulos anteriores a partir do referencial teórico adotado. A seguir, os tópicos elencados e distribuídos por categorias:

CATEGORIAS	TÓPICOS
Estado, mercado e sociedade no contexto de globalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- globalização</li> <li>- noção de mercado</li> <li>- papel do Estado</li> <li>- desemprego</li> </ul>
Sistemas político-econômicos e cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- cooperativismo: capitalismo ou socialismo?</li> <li>- socialismo real</li> <li>- social-democracia</li> <li>- crise de representatividade</li> <li>- definições e terminologias</li> <li>- cooperativismo tradicional</li> <li>- cooperativismo popular</li> <li>- representatividade da OCB</li> </ul>
Estado e cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- políticas de geração de trabalho e renda</li> <li>- dificuldades das cooperativas</li> <li>- incentivo estatal</li> </ul>
Educação e cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- educação cooperativista</li> <li>- educação formal</li> <li>- cooperativismo na escola</li> </ul>
O trabalho de assessoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- propostas e metodologias de atuação</li> <li>- parcerias institucionais</li> <li>- recadastramento de cooperativas</li> </ul>
Desenvolvimento local e regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mercado de trabalho</li> <li>- Rio de Janeiro: desafios</li> <li>- poder local e economia solidária</li> </ul>
Outros aspectos relevantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- gênero</li> <li>- visões do humano</li> </ul>

A opção pela citação de trechos por vezes longos justifica-se devido à preocupação em manter a fidedignidade dos contextos em que os mesmos foram enunciados e à enorme riqueza de aspectos explicitados e indicações subliminares que eles oferecem. A apresentação de várias falas num mesmo tópico tem por objetivo proporcionar uma percepção abrangente de um universo complexo em suas várias *visões de cooperativismos*.

## 2 - A voz dos sujeitos: análise dos dados

### 2.1 - Estado, mercado e sociedade no contexto de globalização

o diagnóstico da **GLOBALIZAÇÃO** abarca elementos-chave sempre presentes: tecnologia, reestruturação produtiva, desemprego, competitividade, empregabilidade, velocidade, crise, exclusão...

*Minha formação é em História, mas eu tinha essa flexão com movimentos sociais, o que me levou a discutir a reestruturação produtiva, e nesse quadro apareceu o debate sobre novo dualismo, precarização, formas de trabalho difuso, quer dizer, os elementos todos ligados ao novo desemprego estrutural e à relação entre o novo desemprego estrutural com os problemas clássicos do que nós chamamos de terciário ampliado ou exército de reserva abundante: as características que faziam com que o nosso mercado de trabalho fosse uma articulação em que mais de 50% dos trabalhadores se encontravam na informalidade. (Sujeito 1)*

*Olha, eu acho que a gente tá num momento de muita crise, né? Crise profunda, todos os lugares do mundo, acho que a gente tá passando por um momento de transformação mesmo. Quer dizer, o capital tá em crise, o capitalismo tá em crise, tá todo mundo falando isso, os próprios capitalistas. (...) A crise é sistêmica, não se fala que a crise é conjuntural; é uma crise sistêmica do capitalismo. Então, o capitalismo tá realmente agonizando, só que ele é muito rápido em dar as suas respostas de maneira a compensar o desajuste que ele provoca. Só que ele tá criando um abismo muito grande no mundo, entre pobres e ricos, e uma lógica completamente excludente, onde a vida não tem nenhum valor. (Sujeito 2)*

*Então, na realidade, globalização, eu acho que é a expansão do mercado americano, do primeiro mundo. Não é globalização, é abertura dos portos. É absolutamente igual ao movimento do século XVIII que a Inglaterra fez pra conquistar o mercado brasileiro. E um Estado que tem hoje - o Estado de um modo geral, você encontra partes do Estado diferenciadas, também não dá pra tratar do Estado de forma indiferenciada; nós, da universidade, fazemos parte da estrutura do Estado -, eu acho que ele favorece esse grupo e acirra mais ainda as diferenças no Brasil. As políticas compensatórias estão cada vez menores, notoriamente diminuíram. Se a gente olhar os indicadores de saúde, de desemprego, ele é muito menos efetivo do que foi há dez anos atrás. E a globalização só tende a aumentar o grau de miséria. (Sujeito 5)*

*Outros indicadores sociais do mundo, do Banco Mundial, são assustadores. Eles indicam que conflitos de gênero e de raça serão as grandes convulsões; não interessa pra eles também propriedade. Eu vejo claro a partilha de mercado, eles dividiram dois mundos: o*

*mundo que consome, o mundo monetário, e o não-monetário. O Brasil é um país de 160 milhões de habitantes, o Brasil é um país de 22 milhões, para o Japão, Estados Unidos e Europa. Por que 22 milhões? Porque é o número de consumidores. Então, isso é Brasil, é África, é Argentina. São duas Argentinas aqui dentro. O resto é o resto. Pro resto, resta a morte. E isso, não é o Brasil; isso é pra Argentina, pro Chile, pra África. Então, eles dividiram o mundo assim: grandes empresas, grandes mercados. (Sujeito 5)*

Contudo, além de consequências sociais, econômicas, políticas e culturais negativas, porque desestruturantes e fragmentadoras, faces positivas deste contexto de globalização também são mencionadas, clarificando-se a distinção necessária entre a essência das coisas e a apropriação que delas se faz.

*Como tudo na vida, a globalização tem aspectos que eu acho fantásticos e aspectos negativos, não em si, mas porque os governantes implementam essa política de uma maneira perversa. Você poder se ligar no mundo inteiro, você poder estar antenado no mundo inteiro, você poder fazer as trocas no mundo inteiro, saber o que que tá acontecendo na hora que tá acontecendo. Essas coisas, eu acho fantásticas, esse intercâmbio de culturas... Essas coisas têm criado alguma coisa muito distante de uma sociedade civil planetária, organizada, mas eu acho que tá se abrindo um caminho por aí, que eu não vou ver, mas eu acho isso maravilhoso. E, assim como eu acho que a globalização globaliza, ela também traz efeitos de globalização e esses efeitos, pro Brasil, eu acho que a gente tem uma oportunidade única, primeiro porque eu acho que esse país ainda tá por ser feito. Então, por exemplo, todas as questões da tecnologia perversa na Europa, do desemprego pelas máquinas, não sei o quê... aqui é uma balela isso, menos sendo no setor bancário, aí não tem jeito, entrou o computador, informatizou, não sei mais o quê... (...) Mas nesse país, você tem um deficit de moradia, você não tem uma ferrovia, tem tanta coisa pra fazer, quer dizer, eu acho que essa coisa não ameaça o Brasil, a não ser pela política governamental, que não consegue implantar nada. O que ameaça sim é ter uma política neoliberal com Estado mínimo, ter aberto as portas pra tudo que é buginganga de fora... (Sujeito 9)*

*O que a gente tem de tecnologia hoje no mundo, é impossível que a gente continue trabalhando as mesmas oito horas ou mais por dia, quer dizer, a tendência do trabalhador hoje é trabalhar muito mais horas/dia, a carga horária aumentou muito. No Estados Unidos, por exemplo, todo mundo tá trabalhando 14/12 horas/dia porque tem que ter jobs, né, os empregos temporários, tem que ter 1, 2, 3 por dia, pra ter o mesmo nível de vida que tinha há 5 anos atrás. Então, a gente continua, com o nível de tecnologia que a gente tem hoje, continua trabalhando e até mais do que trabalhava há 50 anos atrás. Quer dizer, o que a gente vê é um aumento de produtividade enorme, de lucros enorme, só que um aumento enorme da concentração de*

*renda; e isso tá acontecendo em todos os países do mundo, Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, não é só um fenômeno brasileiro não. Então, é isso, é um sistema muito cruel, muito cruel. Um sistema que prevê a exclusão mesmo e sabe que só funciona pra alguns. (...) Só há lugar pra alguns, então, ao invés de você mandar pra uma câmara de gás, você deixa morrer de fome. No México, hoje, morrem 350 pessoas/dia por fome, e a produção de alimentos no mundo cresceu assustadoramente desde a década de 70. (...) Ah, o lado bom, eu acho que por exemplo, na gestão da produção. Eu acho que o capitalismo criou muita coisa interessante, né? O problema é a apropriação desses mecanismos de gestão. A tecnologia, o próprio avanço tecnológico tem que ser apropriado pelos trabalhadores, isso. Enfim, todos os avanços tecnológicos, basicamente, o desenvolvimento na ciência, tudo isso, são coisas que o próprio capitalismo provocou, mas que foram apropriadas indevidamente; é por aí que a gente tem que bater. A apropriação desse conhecimento, a apropriação dessas riquezas que fomos nós, fomos nós que construímos e que só alguns detêm. É isso. (Sujeito 2)*

Em se tratando do presente contexto, não se poderia deixar de mencionar a radical redefinição por que vem passando o conceito de tempo e o de espaço. Face ao curtíssimo prazo imposto pelas transações financeiras globalizadas e pelas novas tecnologias de informação e comunicação, o mundo se acelera intensamente, numa inércia de movimento cuja direção parece difícil reverter. A construção de projetos alternativos, em realidades marcadas pela permanente mutação, torna-se um grande desafio. A polarização, no que se refere à temporalidade, opõe, a processos instantâneos, uma tendência, também atual, de busca pelo perene, observando-se um significativo retorno à religiosidade/espiritualidade neste final de século.

*Eu acho que o conceito de tempo é uma coisa que tá completamente transformada hoje. Foram perguntar a um analista da bolsa, ele falando alguma coisa com relação a médio e longo prazo, aí falou: "Sim, mas o que que você define como longo prazo?" / "Longo prazo pra mim são os próximos 10 minutos". Quer dizer, pra um operador da bolsa, dez minutos é longo prazo, né? E a gente vê que mudou o conceito de tempo na medida em que hoje as crises financeiras internacionais se refletem em questão de segundos, minutos, no mundo inteiro: a bolsa cai ali, cai ali, cai ali, com efeito dominó, quer dizer, isso já altera a questão do tempo e altera também a questão do espaço, né? E a discussão é: como é que a gente vai, nesse mundo, com essa técnica, com essa velocidade, também ter a nossa possibilidade de propor alternativas, né? E de construir essas alternativas? De criar essas alianças, né? (...) O conceito de tempo de um lado é de 10 minutos e de outro, as comunidades alternativas, a questão da religiosidade, tudo isso tá crescendo também, ao mesmo tempo, que é uma coisa mais de buscar o eterno, de buscar o perene.*

*O próprio mercado de trabalho, eu acho que a gente tá vivendo um momento de muita polarização, né? (Sujeito 2)*

Observa-se que a percepção de diferentes dimensões empíricas implica em revisões teóricas. A **NOÇÃO DE MERCADO** também ilustra tal constatação visto que muitas são as “economias” em questão, estabelecendo relações entre si. A sofisticação analítica implícita nesta reavaliação conceitual não apenas permite diagnósticos mais complexos e abrangentes, como possibilita a visualização de espaços possíveis de recriação social. Uma análise a partir de outras escalas de mercado que não a macroglobalizada relativiza prognósticos fatalistas e simplistas que naturalizam a ingovernabilidade e a exclusão social provocadas pelo grande capital internacionalizado.

*Algumas pessoas trabalham também a idéia de que o mercado não é igual: mercado competitivo global, as lógicas de mercado interno e os submercados regionais e locais e as trocas sociais e econômicas das classes populares. Um mercado que é muito mais uma estratégia de sobrevivência, que é esse do andar térreo da sociedade; então, basicamente, o objeto que nós temos discutindo, sobre o qual nós temos trabalhado, é esse andar térreo da sociedade. Algumas pessoas chegam ao extremo de chamá-lo de setor de economia popular. Dizem que você tem um setor estatal da economia, um setor capitalista da economia e um setor popular da economia. (...) O que nós temos, no entanto, neste momento, é, estrutural e conjunturalmente, um cruzamento entre a crise derivada do ajuste de reestruturação que amplia o número daqueles que são jogados na flexibilidade espúria do mercado de reserva ou excluídos e vão ter que se reordenar dentro desse setor de sobrevivência popular. (...) Você pode pensar que a experiência moderna, urbana, latino-americana é o quê? É a cidade que combina autoconstrução, auto-iniciativa, estratégia de sobrevivência, mercado informal popular, subemprego, auto-construção, trabalho bico, trabalho por conta própria e trabalhador assalariado. Então, grosso modo, isso compõe a dupla face das classes trabalhadoras, certo? (Sujeito 1)*

*Olha, primeiro a gente trabalha numa perspectiva que a sociedade sim, tem que ser o protagonista de todo o processo. Que o mercado não é criação do capitalismo, o mercado foi açambarcado pelo capitalismo. E ele existe... O mercado é uma relação, é um espaço de troca, de relações sociais, né? Então, a gente tem como construir outras formas de mercado. Não existe mercado, existem mercados. Então, a gente pode trabalhar relações de mercado que não sejam só da economia de mercado que é como a gente conhece mais comumente, essas relações capitalistas de mercado. (Sujeito 2)*

Na visão que se tem do **PAPEL DO ESTADO**, ele continua tendo atribuições específicas e intransferíveis em setores considerados estratégicos como: saúde, educação, pesquisa e energia. Contudo, ao destinar verbas públicas prioritariamente ao grande capital nacional e multinacional, em detrimento de projetos sociais e de incentivo ao cooperativismo/associativismo, ele continua sendo, nesse sentido, paternalista. Os gastos sociais que faz o governo são apresentados como políticas compensatórias - relativas, inclusive, à questão da empregabilidade - que têm por finalidade evitar convulsões sociais.

Entre a realidade deste Estado clientelista, distanciado da sociedade e a visão de um Estado efetivamente democrático - "uma luta de 500 anos" - são mencionados alguns caminhos de transformação que definem uma postura propositiva para além de uma crítica apenas reativa. Dentre os *como transformar*, é citada a experiência do orçamento participativo e a própria constituição de atores produtivos de natureza associativa.

*Mas o Estado tem que criar canais de comunicação, criar formas de a sociedade participar ativamente e o Estado fazer aquilo que a sociedade organizada demande dele. Então, por isso que eu acho que o orçamento participativo é um avanço monstruoso nesse processo de democratização do Estado, né? (...) Então, eu vejo essas formas de organização, produção associada, as formas de associações, as formas de cooperativas, como uma grande escola, uma grande oficina pra que a gente vá construindo, a partir da própria sociedade, esses espaços coletivos de discussão, de tomadas de decisões, de relações de poder, pra que a gente vá ampliando isso pra um nível mais mezzo, até chegar a uma macro, onde a gente possa ter uma interlocução com o Estado, possa ter uma interlocução com os agentes econômicos de uma maneira geral, mas tendo o poder da sociedade civil organizada, entendeu? (...) Porque o Estado nunca esteve a serviço da sociedade, pelo menos no caso do Brasil; há 500 anos a gente luta por isso, de todas as maneiras. O Estado no Brasil sempre foi a favor do capital, a serviço do capital, sempre funcionou a serviço do capital e não a serviço da sociedade. (Sujeito 2)*

*O papel do Estado, teoricamente, seria o papel desse Estado mínimo. A proposta é que ele seja mais um fiscalizador, um mediador entre os diversos atores sociais, aquela coisa toda, mas que a gente... Eu não consigo ver isso. Eu consigo ver o seguinte: que ele é um defensor e um tutor, continua tutelando, embora se diga que não é mais um Estado paternalista, mas ele continua dando aí grandes isenções, vão continuar as grandes empresas que tão no mercado, sejam elas nacionais, sejam elas multinacionais. Pra mim, a análise é bem simples, entendeu? É muito cru, porque a gente vê a realidade. (...) Quebra um banco, eles vão lá e: "Tá tudo certo". Ninguém vai pra cadeia, tá todo mundo livre, eles vendem o banco, o governo entra*

*com grana, com a nossa grana e tal, né? Agora, pra apoiar o cooperativismo, pra apoiar realmente um cooperativismo, um trabalho coletivo, um trabalho solidário, pra apoiar projetos na área social, ele não utiliza esse dinheiro, né? Mas aí quando é pra beneficiar o trabalhador, pra fazer justiça, não é nem benefício, acho que é justiça mesmo, que a gente tem uma dívida aí, essa famosa dívida, 500 anos de miséria, né? Quando é pra fazer isso, então eles dizem: "Não, a gente não pode, porque isso é paternalismo..."* (Sujeito 4)

*No terceiro mundo, a política compensatória já entra como ações do governo de manter uma estabilidade social. O grupo miserável só gera convulsão social, ou por grupo de fanáticos, ou por miséria, ou por qualquer coisa. Durante muito tempo, teve várias no Brasil: tickets de leite, vales, várias políticas que se asseguraram em épocas diferentes. Nos bolsões de miséria, como no Nordeste, elas já viram até programas institucionalizados. O que ocorre é que hoje, por termos que mandar mais dinheiro pra fora do que mandávamos, esse dinheiro pra fazer essas políticas tão sendo cortados, por exemplo, aposentadoria, dinheiro de idosos, de crianças, de saúde, tão sendo efetivamente cortados. Então, essas políticas compensatórias... O que que é uma política compensatória? Como no tal do mercado você tem uma parcela considerável de pessoas totalmente desfavorável, a nível da linha da sobrevivência, você tem o Estado colocando no mínimo a sobrevivência, às vezes no nível de habitação, alimentação, escola, desemprego... (Sujeito 5)*

*Então, eu acho o seguinte: Serão todos bem vindos, agora, contanto que eu acho que tem que ter um mínimo de compromisso com o processo de transformação social, entendeu? A gente quer o quê? A gente quer falar como o Paulinho, aquele presidente do sindicato de SP, da Força Sindical: "Não concordamos com o pacote do FMI: tudo bem, o governo pode assinar o acordo, contanto que tenhamos políticas compensatórias para atenuar os efeitos do pacote". Não é esse discurso, pelo amor de Deus, um pacote como esse, a gente dizer sim a ele? Sem questionar, sem nem conhecê-lo? Pros trabalhadores, que todo mundo tá sofrendo na pele. "Não, tem que aumentar o salário-desemprego..." Então, quer dizer: "Tudo bem, eu aceito que você me mate, agora, dá pra botar uma vendazinha?" (Sujeito 2)*

Problemática central na atualidade, o crescente **DESEMPREGO** suscita diferentes estratégias de enfrentamento. Menciona-se, neste sentido, a existência de dois ideologismos principais: um posicionamento que insiste na questão da empregabilidade, advogando a necessária qualificação dos trabalhadores face às novas exigências do mercado de trabalho; e, outro, que se pauta no desenvolvimento da competência empreendedora dos sujeitos.

ambas as posições recebem críticas contundentes. Quanto à primeira, diz-se que um trabalhador pouco qualificado sempre estará defasado com relação a outros, dada sua desvantagem original de classe e as limitações dos cursos de requalificação profissional, e que a oferta de postos de trabalho é insuficiente, não importando quão qualificados estejam os trabalhadores. As políticas voltadas para o desenvolvimento da competência empreendedora, por sua vez, revelariam outras deficiências, no que transferem a responsabilidade da geração de trabalho para um trabalhador sem cultura empresarial e organizativa.

*Então, você passaria a ter dois ideologismos fortes que dominam hoje: só pra concluir, um chama-se empregabilidade, o mercado de trabalho tem que estar fluido, desregulamentado, os indivíduos capacitados para serem empregados onde a oferta existir, ou seja, eles vão procurar o emprego a partir de múltiplas competências, qualificação, tem que ter segundo grau, tem que ter não-sei-o-quê, tem que ter não-sei-o-quê e eles teriam empregabilidade. (...) A outra não, a outra é: Você pode, uma outra saída seria você ser empreendedor, você desenvolver a capacidade empreendedora, você buscar o seu nicho de atividade, você buscar um lugar, você gerar o seu auto-emprego, você constituir o seu negócio. Bom, aí tem a mesma reflexão macroeconômica: se tiver conhecimento e tal, vai ter mais; se não tiver, mas quem se capacitar mais, segura mais. Ou seja, aí você pensar bem o seu negócio, pesquisar bem, se qualificar, buscar o seu nicho, buscar atividade, desenvolver o seu potencial empreendedor, não é, você vai se tornar empresário. Então, nos dois casos, nós temos evidentemente o quê? A idéia do ethos individual, a idéia de que o desenvolvimento do capital humano dos indivíduos, oferecer a oportunidade para os indivíduos e, evidentemente, tá aí contida uma outra idéia de que o mercado é um espaço fluido, em que você tem oferta e você tem procura, quanto mais fluido melhor pra distribuir, pra alocar e para que os indivíduos possam através de informação e comunicação, racionalmente se colocar. Então essa idéia de capital humano, racionalidade, ethos, individualismo, empregabilidade, empreendimento por conta própria configuram uma matriz ideológica que pensa isso. (Sujeito 1)*

*Você considerar que um trabalhador metalúrgico, trinta anos de chão de fábrica, vai conseguir competir com um garoto de classe média que tem o seu computador em casa, educação formal, bom português, bom inglês - porque os programas todos são em inglês - é você transferir pra ele essa culpa. O que que vai acontecer? Você tem uma marca, que eu não sei o número de pessoas, mas da ordem de um milhão, que foram treinadas no ano de 98/99 nos processos. Aí, vai acontecer o seguinte: se o problema era capacitação, tem um p... esforço, trabalhos assim fantásticos, vários sindicatos inclusive, escolas... A qualidade do trabalho, eu acho extremamente positiva, de qualificação, mobilização, trabalho em favela... Só mostrou que é possível fazer isso. Agora, o que vai acontecer em breve é que essas mesmas pessoas qualificadas estarão, única diferença, diplomadas, mas num mesmo grau: de desemprego. Então, vai transferir pra ela:*

*ela não conseguia porque não tinha oportunidade de estudar, teve e não conseguiu, ou seja: "Problema teu, você é um incapaz". Então, você vai ter um Brasil se considerando incapaz, porque eles dizem que você tem que ser um profissional muito flexível, não-sei-o-quê e dinâmico. VOCÊ tem que ser. (Sujeito 5)*

*A maioria da população começa a ser excluída cada vez mais do mercado de trabalho. Só permanecem aqueles que estão preparados. E quem são os preparados pro mercado de trabalho? As previsões é que, de fato, trabalho em meados do próximo milênio, vai ser, esse trabalho formal, esse que a gente compreende como formal, esse que a gente conhece, né, trabalho formal, com carteira, com estabilidade, com não sei o quê, não sei o que lá, vai ser pra 20% da população. São as previsões, pode ser que isso... E a gente espera que isso aí não aconteça, né, porque a gente tem muito chão, tem muita luta e eu acredito que a gente possa modificar essa situação, esse cenário, mas... (Sujeito 4)*

Importa destacar a assunção, por parte do poder público, de que os esforços empreendidos são, ainda, insuficientes - há que se considerar que também os recursos públicos são finitos e que uma elevada parcela está comprometida com a folha de pagamento do funcionalismo - diante da magnitude de um problema de difícil equacionamento, no Brasil e no exterior.

*Quer dizer, realmente o governo, o município, ele tem que estar realmente se posicionando de fazer esse trabalho a nível de melhoramento das comunidades de baixa renda, então, eu acho que se iniciou alguma coisa. Através da Secretaria de Trabalho, a gente começou a iniciar uma parte de alternativa de trabalho através da cooperativa: você levar novas tecnologias, você tá levando através da capacitação - o nosso programa profissional -você tá levando não só... Nós tamos fazendo trabalhos de alfabetização, nós tamos fazendo trabalhos de 1º grau, 2º grau, através de um projeto com o Viva Rio, nós entramos até na parte do pré-vestibular e tamos também na parte de capacitação, a nível de um modo geral, ligado também aos sindicatos, ao pessoal também dos empregados dos bancários... (...) Então, eu acho que isso tudo, quer dizer, tá se procurando dar, embora um passo ainda muito pequeno, mas uma oportunidade de que esse pessoal de baixa renda, que é um pessoal meio esquecido, eles entrem no mercado de trabalho, eles tenham uma visão e eles possam participar desse conjunto todo que eles não teriam chance de outra forma. (Sujeito 6)*

## 2.2 - Sistemas político-econômicos e cooperativismo

**COOPERATIVISMO: CAPITALISMO OU SOCIALISMO?** Nem exatamente sobrevivência do capitalismo, nem exatamente atualização do socialismo. A caracterização ideológica do cooperativismo suscita posições diferenciadas, mas sempre complexificadoras da tradicional oposição capitalismo/socialismo. Híbrido em sua natureza e apropriado a partir de vários interesses, o cooperativismo apresenta configurações concretas absolutamente particulares, podendo servir tanto à precarização do trabalho quanto à viabilização de uma lógica econômica alternativa à capitalista. Se para alguns importa a opção de organização econômica dos trabalhadores, face ao desemprego, que ele representa, sem pretender, a partir dele, propor revisões ao modelo econômico num plano mais macro; outros sinalizam com o potencial de transformação que poderia vir a ter o cooperativismo se integrado em rede, como pressupõe a “economia solidária” ou “popular”.

*Nem uma coisa nem outra, quer dizer, o cooperativismo era muito secundarizado na tradição do socialismo real, ele é muito mais próximo do socialismo utópico, da social-democracia e de algumas correntes neoclássicas da chamada economia social; então o cooperativismo associativismo sempre existe em sistemas mistos, em sociedades complexas. São soluções e opções de organização empresarial de um lado e são formas um pouco mais democráticas e cooperativas de relação se se segue à risca a tradição. Em alguns países, mais de 10% da economia; em alguns países europeus você tem um forte peso e aí tem uma variação da natureza, quer dizer, um mutualismo; bancos de crédito cooperativos na França são cooperativas socializadas ou são grandes empresas capitalistas? Então, você aí tem toda uma discussão. (Sujeito 1)*

*Depende de quem faz. Eu não tenho a menor dúvida, lembrando Augusto dos Anjos, que a mesma mão que acaricia, esbofetela. Programa habitacional, ele é justiça social ou ele é política compensatória? Depende de quem faz. Eu vejo que esse instrumento, ele serve para o capitalismo: tirar direitos trabalhistas, flexibilizar a mão-de-obra, ele se adapta legalzinho, qualifica; como eu vejo também se você tiver ideais socialistas, ou humanistas, que também é próximo disso, você tem um instrumento capaz de promover isso, não vejo que seja e ou. Que eu tô preocupado assim, com quem tá fazendo. Aí vai. Porque esse mesmo instrumento rola na reunião da FIRJAN como rola na reunião da CUT. O problema é esse: Que projeto. Eu não acho que cooperativismo seja um ideal, um totem, um marco; eu acho que ele é instrumento. O que eu acho um barato no cooperativismo, que eu acho que aí é um lucro, é que o cooperativismo surge do movimento anarquista, do anarco-sindicalismo. Se você lê os princípios anarquistas de liberdade.*

*igualdade, ele é muito próximo. (...) O que a gente tem que observar é quem tá fazendo e onde quer chegar. (Sujeito 5)*

*O cooperativismo, ele aparece na Revolução Industrial e ele reaparece na Revolução Tecnológica. Ele aparece em momentos de crise do capitalismo, onde o trabalhador procura novas formas, ou antigas formas, para ter uma saída pra sua vida e o cooperativismo é uma. Tanto que o cooperativismo, a nível histórico, ele aparece no socialismo utópico. Em determinados momentos da história, ele foi questionado pela esquerda, em outros momentos foi questionado pela direita, porque exatamente ele é híbrido. Porque a cooperativa é uma empresa, então, não é que ela vise o lucro, mas ela tem que ser competitiva, porque senão ela morre. Não adianta você ficar querendo criar cooperativa de costureira em cima de cooperativa de costureira se o setor tá em queda. Você tem que fazer uma análise e nisso daí o SEBRAE é útil, porque o SEBRAE tem os diagnósticos municipais, estaduais pra saber que tipo. Então, a gente orienta. (Sujeito 8)*

*Olha, eu acho que nem uma coisa nem outra. Não vejo dessa forma teórica, que o cooperativismo vai sobreviver o capitalismo... (...) Eu acredito que a cooperativa não seja uma alternativa a nada disso. Ela é uma forma de organização dos trabalhadores, organização dos trabalhadores de forma econômica. Então, os próprios pioneiros não fizeram cooperativa pra acabar com o capitalismo ou pra se renderem ao capitalismo, mas fizeram cooperativa em cima de uma única idéia: nós somos explorados pela empresa, pelo capitalismo selvagem, precisamos constituir alguma coisa que não vise a exploração do homem pelo homem e atenuar, com o princípio do retorno. (...) Eu acho que a gente tem uma alternativa aqui pra mudar o jogo no Brasil: se tem capitalismo, se vai ter o capitalismo, mas que esse capitalismo seja mais benéfico para a maioria da população que são os trabalhadores. E se for o socialismo, que seja um socialismo benéfico também para os seus trabalhadores e não isso que a gente viu aí no mundo, ainda vê em alguns lugares, né? (Sujeito 7)*

*Economicamente, é atualização do capitalismo, só que com modus operandi mais coletivo e daí mais com um ideário, mais com os valores que a gente tem no socialismo; mas capitalismo, sem dúvida. As de fachada são o capitalismo selvagem, perverso, horroroso, que não trazem nada de benefício pras pessoas e o resultado é igual a: precarização das relações de trabalho, ponto, não tem mais nada. O problema é como que você transforma uma cooperativa bem formada, em que o grupo esteja bem esclarecido do que que é aquela cooperativa e tal, como é que aquele grupo, além de si mesmo, consegue ser solidário para a formação de outros grupos: esse é que é o pulo do gato, né? E como é que um vai se ligando a outros, vai fazendo negócios entre si, porque isso, eu acho que tem um resultado grande no modelo econômico, se isso se expande em larga escala, isso traz mudanças - que eu não sou futuróloga - mas isso traz mudanças reais de enorme peso, nas relações com bancos, se você começa a criar cooperativas de crédito... Você começa a mudar*

*coisas de peso dentro de uma sociedade, é a coisa da economia solidária. (Sujeito 9)*

*Nem uma nem outra coisa. O cooperativismo é uma ideologia própria, que eu, nas minhas palestras, digo uma coisa que, dentro da filosofia, parece até imoralidade, mas o cooperativismo é um idealismo forte que abrange três fortes ideologias: Ele abrange o comunismo, o socialismo e o capitalismo, onde dizem que não dá pra sobreviver as três numa só, mas sobrevivem dentro do cooperativismo, tranquilamente. (...) Eu tive na minha cooperativa a filha de um cooperado que ela foi acometida do HIV, então eu vi ali uma vivência, um saiu batalhando: Pô, nós temos que arrecadar dinheiro pra comprar remédio... E até o pequeno, que não tinha, tava dando. Então o comunismo, a vivência. (...) O socialismo nesse ponto: nós temos contratos positivos e contratos negativos, os positivos cobrem os negativos. (...) Em vez de pagar os impostos, que numa empresa, é imprescindível pagar os impostos, não paga os trabalhadores, mas paga os impostos; nós deixamos de pagar impostos pro trabalhador ter o dele no final do mês bancado. (...) A gente tem essa simbiose de sindicalismo, associação, isso é o cooperativismo. E o capitalismo entra porque, pôxa, nenhum de nós faz serviço de graça, todos nós queremos ganhar. E, sempre que possível, de acordo com a ola do movimento, a gente quer ganhar muito também, né? (Sujeito 10)*

Algumas falas retratam, explicitamente, uma revisão de posturas do chamado **SOCIALISMO REAL**, como a da estratégia revolucionária de tomada do Estado. A esta atualização ideológica aparece vinculada uma percepção de dimensões superestruturais que demandam a consolidação de novos valores divergentes dos hegemônicos “capitalistas”, bem como uma atuação, também, em escalas não tão macro da realidade. A cooperativa “bem formada” é enaltecida como instrumento de emancipação no qual se pode superar a dicotomização entre economia e política, entre social e política, a um só tempo, na prática cotidiana.

*Então, eu acho que a revolução, vamos dizer assim, quem acreditou que a revolução fosse se dar de uma hora pra outra, na tomada de poder, a gente tomando o poder resolveria todos os problemas, mas não foi bem assim, né? Você vê, nos países onde isso aconteceu, do socialismo real, não foi bem assim, né, então, a transformação, a gente acredita muito nisso; o novo dentro do velho. Como é que a gente vai construindo o novo dentro do velho? Como é que tá dentro do capitalismo e não ser capitalista, né? E, ao contrário, negar mesmo os valores capitalistas e a gente ir construindo esse processo todo da sociedade com suas diversas formas de organização, seja na gestão do posto de saúde, seja na gestão da escola, definindo que tipo de currículo, se quer trabalhar com os estudantes, definindo que tipo de saúde a gente quer pra comunidade. (...) O que a gente tá vivendo hoje é a transformação de tudo em mercadoria, né? A vida humana é uma mercadoria, o gene, cabelo, sangue, tudo isso é mercadoria, né?*

*E a gente não pode entrar nessa lógica de pensamento e transformar tudo em mercadoria. Então, quando a gente trabalha dentro desses grupos a construção de um mercado popular e solidário, a gente tem que ter muito cuidado também em não levar pra esse mercado a mesma concepção de que tudo é mercadoria, né, pode ser produtos, mas não é mercadoria. (Sujeito 2)*

*Eu sempre digo o seguinte: Nós tínhamos na cabeça, quer dizer, a minha geração tinha na cabeça o quê? Que a gente um dia ia tomar o Estado e, como nós somos do Bem, então, tudo ia andar melhor. Então, se você pegasse, por exemplo, todos os sindicatos, eles faziam um movimento reivindicatório pra sua categoria, mas você ia na assembléia, era uma deitação de falação no sentido de se tomar o Estado um dia, etc etc. Eu acho que, agora, em termos dos movimentos, é a primeira vez em que realmente você pode, via o cooperativismo, ligar a política na economia. Ela se liga diretamente dentro de uma cooperativa, no dia-a-dia, se for bem formada. Então não fica essa dicotomia: política é uma coisa, economia é outra. Coisa que, inclusive, a imprensa faz o tempo inteiro, o governo faz o tempo inteiro, como se a política fosse inteiramente isolada da economia. Então, na cooperativa, no cooperativismo, você consegue 'linkar' isso de uma maneira muito mais fácil, e de as pessoas perceberem muito mais facilmente. Então, eu acho que é uma oportunidade ímpar isso. (Sujeito 9)*

*Outro ponto importante: O que eu acho de barato nisso? Porque eu acho que é uma oportunidade, e eu não conheço outras, que você tem a condição de discutir questões econômicas num plano social. Normalmente, as políticas sociais, elas são absolutamente separadas. Tem uma frase do Betinho que eu gosto muito que é o seguinte: "Trabalhador quando tá numa fábrica, ele é um problema econômico, um indicador econômico; quando ele sai da fábrica, ele é um indicador social". Então, eu acho que é a oportunidade de você ter organizações políticas de trabalhadores dentro da fábrica. E é uma coisa nova porque não tá discutindo o não-trabalho, você tá mobilizando para o trabalho. Eu acho que é um instrumento de minimizar ou acabar a mais-valia. (Sujeito 5)*

A discussão acerca dos sistemas político-econômicos capitalista e socialista faz emergir a variante - capitalista ou socialista? - da **SOCIAL-DEMOCRACIA**, atualmente em processo de profunda revisão. Menciona-se, com otimismo, recentes resultados de eleições em países europeus como uma evidente relativização do liberalismo econômico, mas há o receio de que a crise econômica acirre a xenofobia naquele continente. Destaca-se, ainda, uma análise do Estado do Bem Estar Social que o apresenta como obstáculo à construção de uma sociedade emancipada, no que oferece assistência material mas gera perda da capacidade de autonomização dos indivíduos.

*Eu acho que a social-democracia, por exemplo, que eu vi na Alemanha, na época que eu vivi lá, eu via um nível de vida, um nível de cidadania e tudo mais, mas um Estado pai e mãe. Tem que cortar o cordão umbilical, como dizia Freud, tem que matar o pai, tem que matar a mãe, no sentido freudiano de você ser independente, de você saber por onde que você quer caminhar; não ficar essa relação de dependência do Estado que é a mesma coisa que se criou no leste europeu. As criaturas tinham que repetir tudo que o Estado dizia, não podia criar, não podia ter autonomia pra tocar as suas próprias vidas e pra gerir o próprio Estado. Então, eu acho que, por exemplo, o Brasil, com todas essas dificuldades que a gente tem, essa idéia dos conselhos, conselho de saúde, conselho de educação, é um núcleo de cooperação fantástico a nível municipal, a nível estadual, a nível federal. (Sujeito 2)*

*Aí é um grande esforço no sentido de tirar a sociedade do conformismo em que se encontra. Aí entra a social-democracia européia que também não deu certo, tá a Suécia e outros países pra mostrar pra nós, que quando a assistência social vai além de um determinado limite, você induz a população à estagnação e não é isso que se quer. O que se quer é a população despertada pra cuidar de si mesma. Cuidar de si mesma pensando, cada um em si, no outro e no mundo. (Sujeito 3)*

*A questão do Estado do Bem Estar Social, eu acho que isso tá se esfacelando, isso tá acabando, apesar de que eu acho que agora já é um movimento... Eu tou otimista, eu não tou pessimista. Eu tou achando que há já... Você viu o Roberto Campos, noutra dia, falando que o mercado, realmente, por si só, não é suficiente? Roberto Campos! Então, já tá tendo uma certa visão de que essa política não... (...) Eu acho que os resultados eleitorais também mostram isso, na Inglaterra, na França... O meu medo lá é essa coisa de se fechar, da xenofobia entre eles mesmos lá e com a África... Isso aí que é mais complicado. Mas isso aí é um sentimento que leva... a sobrevivência fica mais difícil, aí você não quer que aquele outro entre porque pode tomar um posto de trabalho teu e... A gente entende, agora isso é sempre um risco, né, é perigoso. Agora, ultimamente, a gente não tem ouvido muito, mas aquela coisa do neonazismo, o crescimento do neofascismo, essas coisas são perigosas. Você viu nos Estados Unidos, aquelas matérias que nego negava a matança dos judeus? É complicado... (Sujeito 9)*

*Eu não acho que o socialismo acabou, eu acho que ele tá sendo redefinido. Agora, ele não acabou porque acabou o leste. É muito difícil, muito complicado. Fim de século extremamente complicado, extremamente desgastante. Eu não acho que vamos chegar a nenhuma conclusão agora, vamos ter que discutir e conseguir caminhos. Mas, agora, tá ficando pelo menos um pouco mais claro que esse capital louco que fica destruindo as coisas, andando igual um vento de um lado pro outro não é uma coisa tão saudável até pro*

*próprio capitalismo. O socialismo tá ganhando vários governos na Europa, né? O Fernando Henrique tá sendo pressionado a não ser tão liberal assim como ele é, porque ele vem de um partido social-democrata, ele tá liberal demais. Então, eu acho que não morreu não, pra mim não morreu não, eu acho que tem que analisar, porque o antigo, da bipolarização, é que acabou. (Sujeito 8)*

Diante do quadro de globalização econômica e crescente desemprego, atores sociais de tradicional importância na vida política das sociedades contemporâneas estariam passando por uma **CRISE DE REPRESENTATIVIDADE**. Em função de uma profunda redefinição do jogo de forças nos planos político e econômico a nível internacional, partidos e sindicatos mostram-se frágeis e inadaptados frente às desafiantes realidades nacionais de desarticulação e incertezas deste final de século XX.

Contudo, a necessidade de auto-redefinição destas instituições suscita o surgimento de debates e facções em seu interior, além do fortalecimento de uma massa crítica endógena, o que relativiza a importância daquele “intelectual orgânico” externo, oriundo da universidade e de ONGs, e redefine a divisão do trabalho intelectual na formação da opinião pública. Apesar de atualmente desestruturadas, não se cogita de delas prescindir, mas, ao contrário, sua importância é reforçada por uns e outros. Questiona-se, no entanto, a obrigatoriedade da contribuição sindical e a idéia de sindicatos e centrais únicas, numa afirmação do liberalismo político e da pluralidade de consensos.

*Então, a partir disso, nós visualizamos a hipótese de discutir novas políticas de emprego, de discutir novas formas de organização do trabalho e de discutir também o fato de que o sindicalismo, se não ingressasse numa era de sindicalismo cidadão e discutisse a questão dos sem-emprego, dos subempregados etc., ele não conseguiria dar unidade ao que se trabalhou durante muito tempo, a categoria genérica chamada classe trabalhadora. Ou seja, o assalariamento tendia a diminuir o seu peso na sociedade, quer dizer o regime de assalariamento tendia a diminuir o seu impacto, além disso a crise da indústria também nos levava a diferentes estratégias. Então, ao mesmo tempo nós também não tivemos mais recursos pra financiamento e o sindicalismo também se robusteceu e passou a contar com sua própria massa crítica no que concerne à automação microeletrônica, a temas da reestruturação produtiva. (...) Então, aos poucos, a própria CUT, de certa forma também construiu, os sindicatos construíram, a sua massa crítica, o seu equipamento, os seus intelectuais; o que levou a que nós mantivéssemos o diálogo, mas houvesse uma divisão de trabalho. E, nesse sentido, nós decidimos focalizar o nosso trabalho no tema da precarização das*

*relações de trabalho, na busca de definir novas políticas públicas de emprego e no estudo sobre os experimentos de microempreendimentos informais populares. Então, a partir daí, nós desenvolvemos um sistema de pesquisa e monitoramento, e como a FASE é uma instituição educativa, nós também pesquisamos sobre as metodologias de capacitação em associativismo, cooperativismo, ação microempreendedora e fomos participando de redes, políticas, pressões e debates no sentido de manejar e acompanhar toda a nova institucionalidade que foi emergindo. (Sujeito 1)*

*Acho que a gente passa por um momento muito grande de crise, das instituições, das representações; o partido já não é mais aquela instância representativa... É fundamental com relação às eleições etc., mas não é mais a instância de representação popular, né? Os sindicatos também tão em crise. Quer dizer, eu acho que a gente tem que descobrir formas de representação. Como fazer com que haja processos de representação mais eficazes? Mais, não só eficazes, mas também mais representativos de fato. Órgãos de representação representativos. Redundante, mas é assim. Que permitam a participação popular. Isso que eu defendo, né? (Sujeito 2)*

A difícil aproximação entre sindicalismo e cooperativismo vem sendo revista nos últimos dez anos. Hoje, sindicatos chegam a assessorar na formação de cooperativas, “fajutas” ou não. Contudo, segundo um sujeito, a demora do sindicalismo em perceber a alternativa cooperativista como aliada importante em momentos de crise levou à perda de importantes direitos trabalhistas.

*Ao mesmo tempo, por exemplo, se você pega Volta Redonda, com a privatização da CSN, foram mandadas embora em torno de 12 mil pessoas. O que que aconteceu? Aconteceu que você vai lá hoje, você tem mil cooperativas inteiramente de fachada, fajutas, prestando serviços pra CSN, os caras nem sabem o que é uma cooperativa, então é uma coisa perversa, horrorosa, que poderia também ter sido virtuoso. (...) Eu não tou dizendo que se fosse a CUT seria uma maravilha, até porque a CUT também tem dificuldades ainda com o cooperativismo, mas tem andado a passos largos. Eu tenho ido ao ES, nesse projeto Integrar, por exemplo, que é da Confederação dos Metalúrgicos e eles tão lá a mil. Eu tive que dizer: “Êpa, cooperativismo não... Vamo lá, com calma!” Imagina? Eu! No RS, eles vão incubar já 30 experiências, no ES, que começou em setembro agora, o pessoal do projeto Integrar já vai pegar 3 experiências. Um projeto que eles dão 1º grau, dão informática e tem várias oficinas de cidadania, de globalização, etc etc. (Sujeito 9)*

*Antes de participar do cooperativismo, eu já participava como ativista sindical na luta da consciência dos trabalhadores, da avaliação dos trabalhadores de não só malhar os empresários, mas tentar entender e brigar, com a justiça necessária do fato. (...) Não adianta a gente falar, dizer que o empresário tem lucro demais, tem isso, tem aquilo, a gente tem que ser empresário, né? Então, a gente*

começou a desenvolver a idéia, até que em 1990, ela encontrou respaldo no sindicalismo; que a própria CLT, ela fala que os sindicatos devem, é obrigatoriedade dele a criação de cooperativas de consumo e de crédito, coisa que nenhum sindicato faz. É obrigação do sindicato, fomentar a criação de cooperativas de crédito e de consumo, ou seja, ele é obrigado a fazer isso. Tá na CLT, mas ninguém lê. Em estatutos sindicais vem com letras miúdas, também, isso. Mas ninguém faz nada, certo? Por que as cooperativas de consumo? As cooperativas de consumo seriam as brigas com os supermercados, com os intermediários. E a de crédito? Seria a briga com os banqueiros. Então, a gente vê que os próprios trabalhadores não querem briga com ninguém. Querem fazer a famosa briga secular de patrão-empregado. Não querem botar a carapuça qual é, então nós, um grupo pequeno, um grupo que era chamado de maluco, de doido, tudo mais, entre os desempregados e empregados, criamos e formamos. (Sujeito 10)

Tá se abrindo não. Eles não tão se abrindo, eles tão vendo que o cooperativismo é uma força, então, eles tão tentando engolir. Eles tão tentando engolir e tão querendo que o cooperativismo faça uma parte. Você pode reparar que a Força Sindical, se eu não me engano, já criou ou está por fundar a cooperativa deles que é a COOPERFORÇA, pelo menos já tá noticiado na imprensa. Não vou me admirar muito se a CUT também criar a COOPCUT. É uma saída, é uma saída pra crise. Você tem que dar ao trabalhador, em vez de tar criando leizinha babaca, ou rasgando a CLT, dar força ao cooperativismo, que é uma opção, sem precisar rasgar a CLT. Se a coisa melhorar, a gente acaba o cooperativismo ou diminui a força do cooperativismo e volta-se à CLT sem ter perdido um direito conseguido. Porque a CLT, ali tem sangue de muita gente, lágrima, né? Então, sem rasgar nem uma página... Porque eu vejo filósofo, jurista: "Ah, isso aqui está ultrapassado!" Ninguém diz que a Bíblia tá ultrapassada: foi escrita há mil e poucos anos atrás e é válida. As parábolas de Cristo têm aproximadamente dois mil anos e são válidas e aplicadas até hoje. Ninguém diz que tem que rasgar, porque são palavras sábias. Então, o que tá na CLT é resultado de muita luta, de muito sacrifício, tem sangue de um homem que se suicidou ou foi morto. Ele fez o empresariado engolir a CLT, né? É um decreto-lei, olha só, um decreto-lei que até hoje sobrevive. Não é uma lei, é um decreto-lei. Quer dizer, dentro da hierarquia das leis, ele é abaixo, então é um decreto-lei que até hoje sobrevive. Então, os próprios sindicalistas tão caindo na burrice de rasgá-lo. Então, eles poderiam muito bem parar: "Não, pára, pára, deixa a CLT aqui, é uma bíblia, uma bíblia do trabalhador brasileiro. Temos outra bíblia? Temos, tem o velho e o novo testamento, o cooperativismo. (...) Então, quer dizer, tá aí o cooperativismo. Usa o cooperativismo, atua com o cooperativismo, quando a coisa tiver... de novo, porque o empresariado quer isso. Veja bem, o empresariado sempre quis rasgar a CLT, pra fazer o trabalho escravo do jeito que ele quer, porque impor o que ele quer é trabalho escravo, certo? Então, a CLT é muito contra isso. Então, o empresariado sempre fez isso. O empresariado notou num ponto de vista o seguinte: "Pô, eu vou dar força ao cooperativismo." Vou pegar empresas pequenas e fazer elas se transformarem em cooperativas e começou a fazer isso. Nisso, o

*sindicalismo começou a ser contra o cooperativismo, debatendo. E sendo contra, via o seguinte: “Pra gente combater, só rasgando essas folhas da CLT: “Rasga!! Rasga!!” E o empresariado, era isso que queria: “Olha, não fui eu que fiz... Foi a CUT, foi a Força Sindical, foi a CGT... Eu? Não...” / “Mas o senhor queria...” / “É, eu até queria, mas agora...” (Sujeito 10)*

*Diga-se de passagem que o papel do sindicato, ele é fundamental. Eu acho que a existência do sindicato é fundamental, mas eu acho que a contribuição ao sindicato, ela tem que ser uma coisa consciente, facultativa, sem dúvida nenhuma. (...) Eu acho que você tem que ter liberdade pra criar, eu acho que a gente é tão criativo, o ser humano é tão criativo... Por que que tem que ter uma forma de bolo, entendeu? Eu acho um absurdo pagar. Eu sou a favor do sindicato, acho que ele é importante principalmente nessas eras de precarização do trabalho que a gente tá vendo aí, que o cooperativismo tá sendo usado pra isso, mas colocar o sindicato na obrigatoriedade... Eu acho que nada tem que ser obrigado. Algumas coisas sim, sem dúvida nenhuma, você tem que ter critérios, mas a liberdade do trabalhador... Até porque a gente sabe, pra onde é que vai esse dinheiro? É feito o dinheiro dos Ss, né? (Sujeito 4)*

Neste contexto de precarização das relações de trabalho, o fenômeno da terceirização promove um *boom* de “cooperativas com dono”, cuja criação é fomentada “de cima pra baixo”, para aliviar a empresa contratante de encargos trabalhistas. A existência de várias configurações de cooperativas e de empreendimentos ditos populares faz emergir diversas **DEFINIÇÕES E TERMINOLOGIAS** que visam à diferenciação e à politização do campo. Ocorre também que um mesmo conceito seja usado com diferentes conotações, como é o citado exemplo de “economia popular”.

“Movimento cooperativista”, “economia popular”, “economia solidária”, “produção associada”, “autogestão”, “socioeconomia solidária”, “associação”, “cooperativa”, “cooperativismo popular” são alguns dos termos mais frequentes. Em suas definições, encontra-se tanto um posicionamento antiapropriação privada do lucro, mesmo em se tratando de micro e pequenas empresas; quanto a ênfase nos aspectos da capacidade empresarial e da competitividade. A meio caminho destas posturas, define-se o grande desafio do cooperativismo: manter dimensões tradicionalmente tidas como opostas em equilíbrio.

Ainda que se negue o totalitarismo do neoliberalismo e do socialismo real, percebe-se, subjacente a algumas visões, uma certa dificuldade em cultivar a pluralidade e a concomitância de processos e formatos, constituintes de uma sociedade complexa e relativamente democrática. Desta forma, posições por demais “puras” tendem a inviabilizar alianças potenciais de grande significado político e econômico, tanto entre atores econômicos quanto entre instituições de assessoria.

*O grande desafio do “movimento cooperativista”, e agora falando só da questão mais de empresa e não como um movimento e tal, é buscar o equilíbrio entre o social e o econômico. Eu acho que esse é o desafio, esse equilíbrio entre o coletivo e o indivíduo, entre o social e o econômico, o respeito à diferença, enfim, eu acho que são esses valores aí que são o desafio. Porque senão você cria, o que acontece lá e acontece aqui - e aqui acontece mesmo porque aqui pega as coisas tudo já entranchadas mesmo - é uma coisa de cima pra baixo. Você vê: Eu sempre recebo telefonema de gente me pedindo assessoria. Hoje mesmo, um cara insistindo que eu atendesse ele: “Não, porque a gente quer te pagar, porque não-sei-o-qué...” É uma empresa de médio porte, só que tá querendo montar uma cooperativa, uma cooperativa mista, de trabalho, na área de serviços gerais, na área de serviços braçais e outra coisa lá. Aí eu pergunto: “Me diz uma coisa, e você é faxineiro?” / “Não, não, eu sou advogado”. / “Ah, você é advogado, é mesmo? E você vai fazer parte dessa cooperativa?” / “Ah, vou, é porque a minha empresa, a gente tá...” Aí, na realidade é o seguinte: a empresa dele, ele é sócio dessa empresa, então descobriu, que através da cooperativa, é uma forma legal de você se desvincular dos encargos sociais. “Então, vamos fazer a cooperativa!” Tá todo mundo fazendo. “Ôba, ôba, vamos fazer!” Então, isso aí, centenas de pessoas querendo fazer essas coisas. (Sujeito 4)*

*Umam pessoas chamam de “economia solidária” uma coisa, outras pessoas chamam de economia solidária outra, como uns chamam de economia popular uma, outros chamam de economia popular outra... Pra uns, economia popular é o cooperativismo democrático, social, popular, cristão, puro, das relações comunitárias melhores, então ele é a realização de uma utopia, de um valor. Pra outros, a economia popular são essas relações: elas podem ser o marido explorando a mulher, explorando os filhos, quer dizer, a unidade doméstica pode ter relações cooperativas ou não; quer dizer, o valor ético, político, vai depender das forças políticas que orientam o cooperativismo, o associativismo, ou a rede de empreendimentos ou as relações de solidariedade dentro dessa economia que não necessariamente é solidária. Não há necessariamente solidariedade, a solidariedade é algo que se constrói. Há elementos de cooperação. (Sujeito 1)*

*Olha, eu nunca fui ao Chile, mas os informes que eu tenho, das pessoas que vão, é isso que acontece bastante. E toda uma política também de muito apoio à pequena e média empresa, quer dizer, à produção individual, à produção centrada no indivíduo, e a gente aqui trabalha noutra perspectiva. A gente trabalha com uma*

*“produção associada”, a gente trabalha não fortalecendo a acumulação privada e individual do lucro, ao contrário. Então, eu acho que são enfoques bem diferentes, BEM diferentes. Tanto é que a gente não faz nenhum trabalho com pequenos e médios empresários, porque não faz parte da nossa forma de ver um processo mais profundo de transformação da sociedade, porque enquanto ficar a produção individual e essa pessoa explorando o outro e acumulando pra si só as vantagens e benesses - e também os prejuízos - mas... enfim, daquele empreendimento, a gente acha que isso não constrói ninguém, né? (Sujeito 2)*

*O que você chama de cooperativismo, nós não chamaríamos de cooperativismo pela conotação que dá com relação às cooperativas que andam aí e que, pela lei de estruturação das cooperativas do Brasil, não tem nada a ver com o que a gente pensa. Então, vamos em vez de falar em cooperativismo, vamos falar em “autogestão”? Que na minha visão diz melhor o que a gente pretende com o trabalho que desenvolve. Seja através de uma cooperativa, seja através de uma associação, seja através de uma organização informal, não vem ao caso a estruturação jurídica; o que vem ao caso é a relação que as pessoas estabelecem entre si pra atingir um objetivo comum. (Sujeito 3)*

*Olha, a gente não trabalha com esse conceito de “economia popular”, né? A gente trabalha com o conceito de “socioeconomia solidária”. Socioeconomia porque a sociedade é que tem que dar as rédeas pra economia e controlá-la e monitorá-la, ser ela o centro da definição de políticas econômicas, o bem estar das pessoas, a felicidade das pessoas, a vida enfim, e não a sobrevivência, não a sobrevivência, por isso socioeconomia. E solidária porque a gente não acredita nos valores como a competição e a concorrência. Acho que esses valores que são exatamente antagônicos à idéia de solidariedade, né; concorrência e competição levaram o mundo a essa destruição que a gente tá vivendo, né? Quer dizer, uma busca desenfreada por riquezas que a gente vê que só causou morte e destruição no mundo. Então, é por isso que a gente define a socioeconomia solidária, quer dizer, sociedade se construindo, se autogerindo, autonomamente, de maneira solidária. (Sujeito 2)*

*“Associação” é uma coisa diferente de “cooperativa”, não tem finalidade econômica. A cooperativa é uma empresa. Ou cria uma empresa - empresa solidária, o que você queira, todos são donos, tudo que você quiser -, ou tem uma visão empresarial, ou morre. Então, se essa comunidade não tiver pra criar lá nenhuma coisa que vai ter mercado, trabalho, o escambau... morre, acabou. Porque a cooperativa não é uma forma de organização, é uma forma econômica de organização, pra criar trabalho pras pessoas, dentro de um mercado competitivo. Então, ela tem instrumentos de sobrevivência ou ela vai morrer. Eu não posso partir das necessidades da comunidade. Sinto muito, as necessidades da comunidade são enormes, eu sei, mas se não tiver mercado, alguém interessado, como é que vai criar uma cooperativa? Pode criar uma associação de moradores, mas uma cooperativa não. Cooperativa*

*tem que ter um negócio por trás. Senão, você vai criar uma ilusão nas pessoas, é muito ruim. Cooperativa é uma empresa. (Sujeito 8)*

*A gente trabalha com "cooperativismo popular", que no fundo é a mesma coisa. São nomes diferentes, mas que no fundo... (Sujeito 4)*

A expressão **COOPERATIVISMO TRADICIONAL** costuma ser associada a empreendimentos de grande porte, urbanos ou rurais, no setor de serviços, industrial ou agropecuário. As experiências dos países desenvolvidos são frequentemente citadas como exemplo de um cooperativismo empresarial, que em pouco se distingue de outras grandes empresas, o que pode ser considerado positivo ou negativo dependendo da visão de cooperativismo que se tem. Menciona-se, ainda, o favorecimento creditício governamental a estas grandes cooperativas, em lugar de uma pulverização dos recursos para pequenas iniciativas.

*Lá na Suécia, também, eu conheci experiências tradicionais. O cooperativismo sueco é muito forte, eu diria, chutando, que 80, quase 90% da população faz parte de algum tipo de cooperativa. A Suécia é hoje o resultado desse trabalho, tanto do movimento cooperativista como do papel do sindicato sueco, embora sejam coisas que estejam sempre em conflito. Na época que eu vivi lá, há 11 anos atrás, faz bastante tempo, toda a parte de consumo, as cooperativas de consumo, os grandes supermercados de consumo, de vestuário, de produção até de lâmpada, era cooperativado, quer dizer, eles tinham um peso na economia muito grande. Não era uma coisa assim, que a gente tem aqui no Brasil, uma experiência assim ali, outra lá não sei aonde... E quando você vai ver, o papel dessas cooperativas na economia é zero. (...) Todo o movimento cooperativista a nível mundial, ele vai se tornando capitalista em nome de... Pra gente competir no mercado, a gente vai ter que fazer o jogo do mercado. Em tese, eu acho que em tese, a gente tem que ser competitivo na qualidade, ter uma boa produtividade, etc e tal, mas sem ter que transformar a empresa cooperativa numa empresa de mercado. (Sujeito 4)*

*Eu cito um exemplo internacional, o movimento De Jardin, que é um movimento cooperativista do Canadá, ele hoje, de três pessoas que moram em Quebec, duas fazem parte desse movimento. Então, o que que acontece? Esse movimento começou através de um teórico. Philippe de Jardin, começou com uma pequena caixa, caixa laboral de financiamento, uma pequena cooperativa de crédito; hoje, ela tem cooperativas no mundo inteiro, então vamos seguir esse exemplo. (Sujeito 7)*

*O governo federal, por exemplo, recentemente, liberou 5 bilhões e 500 milhões de reais pra cooperativas. Pra onde é que esse dinheiro foi? Pra CCPL, pra COTLA, quer dizer, é uma política que a gente tá sempre fazendo na contramão deles. A relação da CCPL com os seus cooperados é uma tristeza... Em vez de pegar e dar visibilidade pra*

*essa rede que tá indo. (...) Eu sei que a FASE aplicou aí em torno de 6 mil reais, gerou na região 1200 postos de trabalho. Então, se você tem os 5 bilhões e 500 milhões que o Fernando Henrique destinou às cooperativas, você imagina o que que não seria possível fazer?*  
(Sujeito 9)

No meio rural, o crescimento das cooperativas ocorre em virtude da necessidade de obter um volume de produção significativo que justifique o beneficiamento e a comercialização em condições de concorrência com empresas nacionais e multinacionais que operam no Brasil. Contudo, tal crescimento tende a dificultar uma participação mais efetiva dos milhares de associados que muitas vezes compõem o quadro social. Desta forma, surgem diversas instâncias de representação que distanciam o produtor da gestão da cooperativa. No meio rural, as grandes distâncias e as dificuldades de transporte também podem dificultar a participação dos associados em reuniões e assembléias. Assim, o poder dentro da cooperativa costuma centralizar-se num pequeno grupo, detentor das maiores propriedades, que personaliza as cooperativas, podendo mesmo proceder de forma ilícita em benefício próprio. Os números e as transações de vulto dificultam o controle por parte de associados com pouca instrução.

*São cooperativas em que um ou alguns poucos sócios são muito grandes produtores com relação aos demais. Então, é claro que eles tão sempre participando da direção da cooperativa e ditando a política da cooperativa. Através do trabalho com os pequenos cooperados, eles conseguem carrear pra si, com o discurso da eficiência econômica da cooperativa, do crescimento da cooperativa, eles se mantêm na direção da cooperativa eternamente e mantêm através do processo de crédito que a cooperativa oferece aos seus associados - então o associado se abastece de tudo na cooperativa e tá eternamente pendurado no crédito - e isso aqui quebra inclusive a resistência dele a votar no grande, porque o grande usa esse crédito como um favor pessoal que ele tá dando aos pequenos. Então, é toda uma estrutura montada pra favorecer a permanência dos grandes na cooperativa. Ora, eles, na direção da cooperativa, é que ditam o preço que vão pagar aos cooperados e é que sabem o preço pelo qual a cooperativa vende a produção pra fora, portanto, eles estabelecem a relação entre a cooperativa e os cooperados, isso sempre num processo de beneficiamento próprio. Essas são as cooperativas que você tem no Brasil. Isto era a famosa cooperativa COTIA, japonesa, que tinha 15 mil sócios e foi à falência aí há uns cinco anos atrás. A COTIA tinha meia dúzia de diretores que eternamente sempre foram diretores dela. Foi a maior cooperativa do Brasil, movimentou uma brutalidade de produção agrícola durante muito tempo, mas quebrou.*  
(Sujeito 3)

O risco maior no cooperativismo parece ser o de descaracterização, que supostamente ocorre sempre que a cooperativa se aproxima demasiadamente do mercado capitalista. Nas três falas a seguir, o verbo descaracterizar-se aparece em diferentes contextos. Negociar dentro das leis de mercado capitalistas incorporando a busca da produtividade e da competitividade como valores, mas sem descaracterizar-se em sua natureza social: Eis o desafio.

*Não existe uma cultura de... Tem a coisa da colonização, tem a coisa dos italianos, dos alemães, o pessoal que veio fugindo da guerra, o pessoal anarquista no caso dos italianos que tinham uma visão política de mundo, uma visão solidária, que tinham uma proposta diferente, né? Mas que hoje você vê que... tanto que a COTLA fechou, as grandes cooperativas que esses grupos aí de italianos, de alemães e não sei o que lá, formaram em São Paulo e no sul etc. e tal, tornaram-se grandes empresas, passam pelo mesmo processo, se descaracterizam, não têm mais aquela identidade, perdem a escala humana. (Sujeito 4)*

*Cooperativismo pra mim é uma empresa híbrida. Ela tem características socialistas, todos serem donos, não tem visão do lucro, né? Mas, ao mesmo tempo, ela é uma empresa, ela concorre com o mercado, né? Então, pela história, o cooperativismo, ele vem aqui, em determinados momentos, ele fica mais perto do capitalismo ou do socialismo. O que que aconteceu? Com a queda do muro de Berlim, isso aqui (socialismo) ficou confuso. Agora, se a cooperativa for demais pra cá (capitalismo), ela se descaracteriza e vira uma empresa comercial qualquer que visa o lucro, não os seus associados, ela perde as suas características, e aí ela pode morrer. Então, ela vai ter que andar no meio, porque ela é uma empresa híbrida, ela não tá em nenhum dos dois lados. (Sujeito 8)*

*Com relação aos associados, elas são cooperativas. E as pessoas confundem, por quê? O leite... Eu tou falando da CCPL porque é um exemplo que eles muito citam como não ser cooperativa... (...) Então, o que acontece é o seguinte: As cooperativas pela lei, é permitido que elas negociem, que elas comprem excedente pra suprir as suas máquinas, suprir a sua escala de produção, comprem material de não-sócio. Ora, então a cooperativa que produz leite, ela pode comprar leite do não-sócio. Aí, o cara que é não-sócio, eles tão confundindo pensando que esse cara é sócio; ele não é sócio, você apenas foi lá e comprou o leite do preço de mercado: tão pagando 20 centavos pelo leite, ela vai pagar 20. Por que que ela vai pagar mais? (...) Segue as leis de mercado. A CCPL bota um caminhão pra ir lá e pegar o leite na porta da casa dele, paga o que ela quiser. Nem por isso ela se descaracterizou como cooperativa. Pros sócios dela, ela é uma cooperativa. Se a CCPL paga baixos salários pros seus empregados, ela não está se descaracterizando, mas eu acredito que isso tem que ser analisado com profundidade. Não basta eu chegar e sair falando: A CCPL paga mal, ela não é uma cooperativa. (Sujeito 7)*

Enormemente reveladora das diferentes visões de cooperativismos é a polêmica que se estabelece em torno da expressão **COOPERATIVISMO POPULAR**, apresentada em oposição a um “cooperativismo tradicional”. Neste aspecto, pode-se perceber nitidamente o embate político que muitas vezes se oculta na opção por diferentes terminologias. Numa acepção ampla, o significado de cooperativismo popular transcende ao de um formato empresarial, abarcando diferentes processos sociais articulados em redes e pautados pela solidariedade.

*Pra gente, o cooperativismo popular é isso que eu te falei. Não é necessariamente, não passa pela empresa cooperativa. São movimentos populares, da sociedade civil, seja através de rede, seja através de mutirão, seja através do se juntar para montar uma empresa pra melhorar a condição de vida. Então, o cooperativismo, ele é antes de mais nada um movimento solidário, um movimento que busca a transformação da sociedade mesmo. É tentando resgatar o cooperativismo que havia nos quilombos de Palmares, que havia com os índios... (Sujeito 4)*

Mas, em se tratando das cooperativas enquanto empreendimentos econômicos estritamente, percebe-se que o qualitativo “popular” sinaliza para uma diferenciação entre as cooperativas que não é pertinente na visão de alguns sujeitos e é absolutamente defensável na interpretação de outros. Como os recursos públicos são limitados, a diferenciação objetiva também o favorecimento de pequenos empreendimentos de grupos socialmente desfavorecidos.

*Eu acho isso a mesma coisa que falar cooperativa de pobre. Eu acho isso uma marca horrorosa. Por que que é popular? É cooperativismo. Não ganha nada, não tem nenhuma facilidade, fica é carimbado. O quê? É a reprodução da pobreza? Então você vai ficar cooperativa de pobre pra manter o cara pobre? Ou pra desenvolver esse cara, pra ele ganhar melhor, ter uma melhor condição de vida, é pra isso? Não sei, eu acho isso muito da esquerda antiga, se você quer saber, muito. Eu fui dessa esquerda, sabe, que botava marca na testa de todo mundo: Quer dizer, pobre, então vai morrer pobre, hein? Uma cooperativa dessa não pode dar certo, economicamente falando, é feio dar certo? Ou isso é pra manter organizações ditas populares, hein, que não querem perder a hegemonia, só ganha em cima do setor, entendeu? Não sei, eu sou contra o “popular”. É cooperativa, pra mim é cooperativa. Eu atuo com qualquer, a gente atua... Primeiro porque a gente não traça política, tá certo, a gente não é órgão político. (...) Agora, popular ter dinheiro do FAT, aí eu sou favorável. Agora em legislação, pra quê? Vai manter ela no mercado, vai, a legislação vai manter essa cooperativa no mercado? Vai manter renda pra essa população? Tem que parar de ser paternalista, né gente? O mundo tá muito violento pra você ser tão... porque o capitalismo é boçal, pra você ser paternalista, ficar protegendo. Aí.*

*uma ONG dessas, sei lá quem, sai dessa comunidade, morre? Morre. Se você fizer uma pesquisa, vai ver que morre. (Sujeito 8)*

*Bom, primeiro, essa terminologia “cooperativa popular” é uma falácia pra entrar no sistema. Pra mim, todas as cooperativas são populares; todas as cooperativas são fruto do sentimento de organização, de cooperação do homem, não há nada mais popular que isso. Mesmo as cooperativas que são gigantescas, até as cooperativas pequenas. (...) Todas as cooperativas que tão surgindo, surgem sem capital. As cooperativas, mesmo de profissionais liberais, o pessoal de informática, digitador, eles tão sem capital nenhum. Você pode formar cooperativas com pouco capital. (...) Esse popular é um bom mote pra entrar, pra se diferenciar, não tem que se diferenciar em nada. (...) Eu vejo o seguinte, isso aí é uma demagogia acadêmica, de achar que: “Ó, eu sou acadêmico, eu tenho que dar coisa, alguma esperança pro povo”. Não é não, o povo não precisa desse tipo de coisa. É chegar e falar: “Ó, precisa de tanto pra fazer isso daqui, vamos arregaçar as mangas e a gente consegue”, e as pessoas conseguem se mobilizar. (Sujeito 7)*

*A questão do cooperativismo popular, eu não vejo. Toda cooperativa, ela é popular, certo? (...) Então, eu não sou popular? A minha cooperativa quando foi fundada, ela só de 80% eram desempregados, e aí não é popular porque do jeito que ele me colocou: “Ah, baixa renda...” Pera lá, o desempregado é o quê? O desempregado é o sem renda. (...) A minha cooperativa faz o papel social dela. Mas o que é cooperativa popular? Ah, porque é da favela. Se a gente ficar com peninha sempre, né, a gente vai tar abrigando marginal, safado, sem-vergonha... Vai tar abrigando tudo que não presta. (...) A minha cooperativa surgiu do bolso do trabalhador. O governo não deu, em um momento sequer, uma máquina, um equipamento, uma bota, uma camisa, um macacão... não deu nada; nós surgimos da nossa própria luta. Então, a gente valoriza hoje a cooperativa que tem porque surgiu da nossa própria luta. E eu pergunto: As cooperativas ditas populares - porque eu sou discordante em gênero, número e grau - que receberam máquinas, dinheiro pra dar aula, dinheiro pra educar as pessoas, será que explicaram realmente o que é o cooperativismo pra essa gente? Eu recebi alguns cooperados de algumas cooperativas dessas cooperativas populares e vi, em alguns, seres manipulados que não entendiam nada de cooperativismo. Quanto se gastou pra dar educação cooperativista? Será que a gente tá aplicando o dinheiro corretamente? O cooperativismo diz o seguinte, existe uma tese que eu escutei muito em palestra, em aula de cooperativismo no passado que dizia que o cooperativismo existe desde a época de Cristo, e Cristo falou uma coisa, o seguinte: “Eu não tenho que dar a vara pra pescar, eu tenho que ensinar a pescar.” Ele que vá produzir a vara, a linha e trabalhar pra pescar. Então o que eu vejo com as incubadoras é o seguinte: Eles tão dando a vara e o peixe já, e quando as incubadoras se afastam... porque eu parto aí pra maternidade, o que é uma incubadora? A incubadora não é pra nascer ninguém, a incubadora é pra dar porte a quem nasce com má formação, eom deficiência, pra isso que serve a incubadora. Só que o papel das incubadoras é de nascitura, ela que faz o nascimento das cooperativas das populações de baixa renda, onde o pensamento*

*maior é de emprego: O pessoal quer emprego. Aí eu pergunto: E quando a pessoa não consegue vender no mercado o que produz? Por quê? Porque ele não tem consciência. (Sujeito 10)*

O debate com relação à **REPRESENTATIVIDADE DA OCB** reflete muitos dos posicionamentos anteriores em torno dos cooperativismos tradicional e popular. A obrigatoriedade de filiação e contribuição por parte de todas as cooperativas gera uma grande hostilidade com relação ao órgão. Mesmo nas falas daqueles que defendem a unicidade de representação, evidencia-se o poder político interno que tem o setor agropecuário, principal mantenedor e beneficiário da instituição.

*Acho que todo setor tem que ter uma representação. Eu acho que o cooperativismo tá tão híbrido, pra se rachar agora ainda por cima? Eu não vejo sentido nisso. Quem tá contra, ganhe a OCB, arranje bases concretas, representatividade dentro do setor e ganhe a OCB. Eu não vejo a questão como a questão sindical, não tem tanta cooperativa assim pra você ficar dividindo. (...) É uma questão que tem que fortalecer o cooperativismo, não tem que dividir agora. A pluralidade de representação só existe se ela existir de fato. Então, você vai lá e briga pelo seu espaço. O SEBRAE é um órgão de apoio ao cooperativismo, ele não tem posição política sobre o cooperativismo. (...) Quem faz a política cooperativista são os órgãos responsáveis pela política, ou seja, a OCB a nível nacional, a OCERJ no Rio de Janeiro e a ACI a nível internacional, Aliança Cooperativa Internacional que é dirigida por um brasileiro, Roberto Rodrigues. Então, o SEBRAE apóia o desenvolvimento do cooperativismo, quer dizer, ajuda na criação, no desenvolvimento, a cultura cooperativista, tudo isso, pra não se criar cooperativas fantasmas. (Sujeito 8)*

*No caso do Brasil, o grande apoio do Estado seria a reformulação da legislação, uma legislação mais democrática, uma legislação sem gesso, porque a legislação cooperativista, já melhorou bastante, mas ela é completamente engessada, muito tutelada. A existência, por exemplo da OCB e das OCEs, isso é um absurdo. As cooperativas têm que estar associadas a essas instituições que são como a maioria dos sindicatos hoje aqui. A coisa que você tem que pagar obrigatoriamente pra os caras estarem lá se locupletando com o dinheiro das cooperativas e não fazendo nada. Então, eu acho, tudo bem, se um grupo de cooperativas quer formar uma associação das cooperativas, quer formar uma rede pra lutar pelos seus interesses, ou quer fazer alguma coisa a nível nacional, eu acho que tem que fazer mesmo, porque da mesma forma que os empresários têm o seu lobby, todos os atores sociais têm o seu lobby no Congresso Nacional etc. e tal, eu acho que isso é importante. Agora, você tem que ter a liberdade de entrar nisso aí. E até porque, no caso da OCB, a gente sabe que o lobby sempre é feito pr'aquelas "corporativas", aquelas que são instituições, que são empresas de fato corporativas, são empresas privadas que têm o nome de cooperativa. Não tou nem falando naquela falsa cooperativa do gato, a "gatocooperativa" não, tou falando daquelas empresas como a cooperativa dos plantadores*

*de cana-de-açúcar, né? Quem é que planta açúcar? É o pequeno produtor do nordeste? Não, é o latifundiário, porque a cana-de-açúcar, ela só é rentável em grande escala, é o cara que tem pelo menos mil hectares, que tem tratores, que tem uma p... infra-estrutura pra... Monocultura mesmo. Então, não é o pequeno produtor.*  
(Sujeito 4)

*O projeto do Suplicy propõe que a OCB não seja mais a representação legal, a representação única do cooperativismo. Uma tentativa de quê? Pode qualquer um montar uma confederação de cooperativas e não ser ligada à OCB. Então, a OCB conseguiu nesse relatório modificar o projeto de lei, e o projeto que tá agora em tramitação é o do relator, tendo prioridade, colocando a OCB como representação única. (...) Antigamente, as cooperativas tinham duas representações, existia a UNASCO que era a União Nacional do Cooperativismo e a ABCOOP que era a Associação Brasileira de Cooperativismo. Até 68 era assim. Quando chegou em 69, a UNASCO e a ABCOOP, numa posição delas, não houve interferência governamental nenhuma, se uniram na OCB. Então, conseguiu o sistema próprio, as cooperativas conseguiram se unir, então, agora, a gente estaria dando um retrocesso a essa posição. (...) O PT trabalha, não sei ainda se ainda pensa assim, mas muitas vezes pensou pela unicidade; e com relação ao cooperativismo há uma estratégia, uma estratégia política de quebrar essa unicidade da OCB; eu não sei se é bom ou é ruim... A OCB tem muitas dificuldades, mas ela tem muitas coisas positivas, então, é aquele negócio... (...) As pessoas colocam assim porque não têm conhecimento, são levianas nas suas declarações. Não tem talvez pessoa que critique mais a OCB dentro da OCB que eu. Sou até mal recepcionado por eles, mas não deixo de criticar por isso. Mas defendendo a unicidade do sistema porque é muito difícil você conseguir construir uma organização com o peso que tem hoje a OCB. Ela tem um peso político, ela conseguiu construir uma posição política muito boa. O que é preciso é ela se reformar em alguns pontos que ela não está se reformando.* (Sujeito 7)

*Existem grupos querendo fundar órgãos paralelos. Eu acho que é aí que tá o pensamento mais errado do brasileiro: brasileiro sempre que encontra dificuldades, ele foge fundando um grupo de luta contrária àquilo que ele queria derrubar; ele sempre é desestimulado. Então, ao invés de ele se estimular e continuar lutando pra conseguir o que ele quer, não, ele foge. Foge, monta e acaba fazendo uma coisa igualzinha àquilo que ele combatia.* (Sujeito 10)

*Foram aprovadas grandes mudanças na OCB, e a principal é a mudança da governança da OCB. A estrutura, que antes era uma estrutura muito fechada, se transformou numa estrutura aberta com a participação de todos os segmentos, ou seja, hoje na OCB existe o presidente e os vice-presidentes, um é indicado pelas OCEs que são as organizações estaduais de cooperativas, e um é indicado pelos segmentos do cooperativismo, então dando oportunidade para todos os segmentos do cooperativismo participarem. E a gente vê essa questão, a OCB, ela tem o poder, muitas pessoas estão lá arraigadas e aí, sentem, reagem às mudanças.* (Sujeito 7)

*O próprio cooperativismo rural, agropecuário, que é o mais poderoso, move milhões de dólares, boa parte das exportações brasileiras é egressa dessa área e as cooperativas são as principais... Se você quer saber, as cooperativas exportam 1 bilhão de dólares, isso é 20% da folha de exportações do Brasil. Então, esses caras contribuem muito e, por isso, bancam a OCB. Se você quiser saber, por exemplo, eu tenho aqui, uma relação das organizações de cooperativas que mais pagaram à OCB no ano de 97. A primeira é São Paulo; deu 500 e poucos mil pra OCB, a segunda, deixa eu ver, eu acho que é do Paraná, deu uma soma nesse nível também. Então... (...) 0.2% do capital das cooperativas é pago a título de contribuição cooperativista e 50% dessa soma vai pra OCB, 50% fica na OCE. O que acontece? (...) A gente vê que o cooperativismo de trabalho, apesar de ser grande, é o que menos contribui. Por quê? Porque nós somos grandes quantitativamente, mas em qualidade, em arrecadação, somos pequenos. (...) Eu vejo que é o seguinte: Esse domínio que as cooperativas agropecuárias - e o ruralista, ele é muito difícil de se tratar politicamente, ainda mais com muita estrutura, bancando a sociedade, a OCB. Então, o espaço vai ser ganho aos poucos, participação, aos poucos. Por exemplo, o cooperativismo de crédito, ele cresceu muito, ele ganhou muito espaço dentro da OCB, por quê? Porque ele cresceu. (Sujeito 7)*

### 6.2.3 - Estado e cooperativismo

Ao quadro de acentuado desemprego, o poder público tem respondido com as conhecidas **POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**. Contrariamente ao que se possa imaginar, tais políticas recebem severas críticas. A condição de formulador de macropolíticas confere ao Estado uma difícil posição: de um lado, é pressionado a solucionar a problemática social; de outro, é criticado pela artificialidade dos processos que desencadeia, em se tratando da formação de empreendimentos econômicos.

*Nós constituímos na FASE uma diretriz e construímos uma área de trabalho e renda que hoje tem basicamente alguns contornos temáticos ligados a microempreendimento informal popular, acompanhamento da precarização dos direitos e, portanto, a luta por direitos econômicos, sociais e culturais e também esse debate em torno dos novos sistemas públicos de emprego, do reordenamento dos sistemas públicos de emprego, do acompanhamento principalmente das comissões municipais de emprego que estão correlacionadas com o FAT e com o mecanismo principal em que hoje liga muitas ações dessas, quer dizer, políticas municipais, políticas estaduais, ação sindical etc., tudo isso é muito articulado com o sistema público de emprego. O sistema público de emprego é definido, grosso modo, como aquele que se dedica ao seguro-desemprego, à intermediação de mão-de-obra e à requalificação profissional. Esse é o tripé clássico. Junto a esse tripé emergiram outras questões como crédito popular, como essas ações de qualificação e capacitação massiva em associativismo e cooperativismo, como as políticas ligadas ao PROGER, ao Programa de Geração de Empregos, que também é ligado aos recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. (Sujeito 1)*

*O FAT prevê a presença, tem um conselho nacional, tem comissões estaduais e comissões municipais que são requisitos para a aplicação de recursos do FAT, pra definição das políticas do FAT e são estruturas tripartites segundo a Constituição de 88 - empresários, trabalhadores e governo -, de certa forma em alguns casos se ampliou essas políticas do FAT através dessas comissões, através de novas práticas e ações dentro de governos municipais e estaduais e também movimentos sociais começaram a constituir suas redes, seus pólos, suas ações, suas experiências e organizações também. Então nós constituímos pra acompanhar tudo isso um banco de dados chamado Sistema Geração. Esse sistema tem uma mostra nacional do registro, das experiências, dos projetos, de programas e projetos, de instituições e ações voltadas para o microempreendimento informal popular, que é uma das partes que comporia, uma das formas de funcionamento da economia popular. (Sujeito 1)*

*Não é à toa que crédito, microcrédito é uma moda. Quer dizer, vai acabar, vai acabar não, vai minimizar a pobreza através de créditos populares, pra você conseguir comer diariamente mas, mais nada, mais nada, né? E não é nessa perspectiva que a gente trabalha. O que mais tem hoje são programas de geração de trabalho e renda, o que mais existe, linhas de programa... todo mundo trabalhando com isso e tal. Claro que é uma resposta ao desemprego, tudo isso. Mas aí é que tá: É uma resposta ao desemprego que vai provocar algum processo de transformação ou não? Ou vai só ser uma política compensatória ao fim do emprego? É isso que a gente tem que trabalhar, trabalhar a politização desses grupos, trabalhar sabendo que o que a gente tá querendo fazer não é criar emprego; o que a gente tá querendo fazer é criar um conceito diferenciado de trabalho, é criar um conceito diferenciado de vida também. Não é de sobrevivência, que eu acho isso horrível, mas de sustentação da vida material mesmo. (Sujeito 2)*

*Eu tenho um certo arrepio quando falam em: “Estou dedicado a trabalho de geração de trabalho e renda”. Quer dizer, eu vou sair no meio da população dizendo: “Vamos nos associar e trabalhar juntos e produzir e ganhar dinheiro?” Isso é um negócio muito complicado porque nem todas as pessoas têm perfil de fazer um empresariamento. Tem pessoas que não gostam, que preferem outra coisa, que preferem ser faxineira, que preferem trabalhar individualmente. Então, é um negócio complicado e, inclusive, é um negócio que é de interesse do sistema: na medida em que você exclui gente do processo de trabalho, você bota um bocado de gente dizendo: “vai trabalhar sozinho porque a solução é essa”. Então, você tá diminuindo a pressão dos excluídos sobre o sistema, você tá fazendo com que o excluído deixe de ser um peso pro governo, cujo dinheiro tem que ser dirigido pras empresas e não pro povo. Então, eu não sei, eu sou muito cético com respeito a isso. Como promover o desenvolvimento de uma grande cidade através da geração de emprego e renda? Você pode apoiar as iniciativas de empresariamento que já existem dando a elas o reforço que elas precisam pra se consolidar, através de treinamento, através de fontes de crédito, através de políticas adequadas, de abertura de frentes de comercialização, de facilidade de transporte, de legislação adequada à legislação fiscal, no caso, facilidades fiscais, isso sim. Agora, sair por aí, feito concurso do Chacrinha: “Quem quer ser empresário, esse negócio todo?” Eu sou muito cético com relação a isso porque você acaba atraindo oportunistas e existe uma porção: “Ah, vamo bora! Não vai ter chefe, isso aqui a gente vai produzir, tudo é bom...” Como o dinheiro vem de cima, de graça, você cria incentivo ao desperdício, incentivo à desorganização. Você atrair o povo, exclusivamente mobilizado pro resultado financeiro que a atividade vai oferecer, você não tem nenhum embasamento político que dê força a que isto signifique alguma coisa com o objetivo mais sólido, mais rico. Então, aquilo acaba virando um emprego e aquilo não vai ser nunca dele. E a igreja tá cheia de exemplo disso: a máquina do padre, o caminhão do padre, o negócio do padre... E o padre sempre dizendo: “Isso é de vocês”, mas é o padre que vai lá, dá ordem pra tudo, faz as normas, faz as regras, faz não-sei-o-quê, então pro povo aquilo é do padre: padaria do padre, as famosas*

*padarias comunitárias... (...) Se fosse possível colocar a proposta um pouco diferente, politizando um pouco a proposta, ainda teria alguma chance de uma pequena percentagem sobreviver. Mas é um exemplo só que a gente falou lá no encontro: o índice de mortalidade ao primeiro ano de idade das empresas apoiadas pelo SEBRAE é de 99%; 1% partem pro segundo ano de atividade, as micro e pequenas empresas, é o conjunto de empresas apoiadas pelo SEBRAE. Não sei se é 99 ou se é 97, isso pra mim não é diferente, 99 ou 97, é a mesma coisa. Digamos que seja 97, 3% acendem a velinha do primeiro ano, então isso aqui... (Sujeito 3)*

*Então, como anteriormente, e ainda na linha governamental, aquela coisa: 'Você, pequeno produtor, só recebe financiamento se montar uma cooperativa.' Tu acha que essa cooperativa vai dar certo? Tu acha que ela tem chance de sobreviver até o dia... Pode sobreviver até receber o financiamento. Depois que recebe o financiamento, cada um vai pra sua casa, vende seus tratores, hipoteca seu terreno, né, acabou a cooperativa. Ou então fica aquela coisa de ter um presidente que é o dono, que quando fala com você, você vê que ele é um cara solitário, que é um cara personalista, um cara que... (Sujeito 4)*

*Não, nós nunca trabalhamos na formação de organizações, nós trabalhamos com organizações que já existem, nós não incentivamos a formação de organizações. Nós trabalhamos pra ajudar a organizar as que já existem, quer dizer, que são as que têm mais chance de ficar sólidas, são as que nasceram da iniciativa deles mesmos. Tudo que nasce por iniciativa ou sugestão de fora, já tem uma predisposição pra nascer frágil porque o entendimento da necessidade do que tá nascendo não é tão claro. Uma central de associações só tem sentido se ela nasce por solicitação das associações. Se você chega aqui e diz assim: "P..., vocês têm que fazer uma central pra fazer isso, isso, isso", a central já cria uma exterioridade em relação a eles: "A central vai fazer pra nós". Eles não conseguem ver que a central são eles, né? Eu tou cansado de ver centrais de associações: "Foi fundado?"/ "Foi."/ "Tem estatuto?"/ "Tem."/ "É democrática?"/ "É."/ "Qual é o objetivo dela?"/ "Não sabemos."/ "Pra que fundou?"/ "Porque precisava duma central." Eu já vi central assessorada por gente muito boa... (Sujeito 3)*

*Obviamente, eu só incentivaria os que tivessem associados. Porque não há condição, pegar o investimento público e personalizar o efeito. (Sujeito 5)*

*As linhas que estão sendo anunciadas, no caminho que já vemos nesses três anos, que aparece o FAT como a grande estrela brasileira, Fundo de Amparo ao Trabalhador, ela aparece como a grande novidade, coisa que já existia. Ela tá sendo usada diretamente pra área de capacitação, salário-desemprego. Você tem um emprego temporário que foi lançado há dois anos atrás, agora o desemprego temporário - você durante seis meses vai receber uma bolsa desemprego. Essas políticas, daquelas que eu vejo as mais fortes, tirando os nordestinos e aquelas que eles fazem, que é a grande política nacional, o que que vai acontecer? Primeiro, joga a culpa no*

*trabalhador da não-inserção no mercado, como se o problema fosse a má qualificação. Então, o que eles tão dizendo: existem postos de trabalho para desempregados. Como eles não estão qualificados pra isso, os postos estão vazios. Então, é falso isso. O número de postos é bem menor efetivamente, numericamente. Segundo ponto: Não é verdade que a qualificação vai conseguir alcançar. Por exemplo, existem qualificações muito injustas. Você vê, por exemplo, várias linhas ensinando Informática como se Informática fosse um curso de 90 horas. Enquanto você não tiver, primeiro, uma educação formal grande; segundo, ter equipamento atualizado; terceiro, ter equipamento próprio, PC quer dizer personal computer, ele não é coletivo, é um computador de uso pessoal. Então, não adianta você botar um pra 150 pessoas, usar por duas horas e achar que aquele cara vai ter know-how e simultaneamente ele vai ter atualização. (Sujeito 5)*

Muitas são as **DIFICULDADES DAS COOPERATIVAS** mencionadas por aqueles que lhes prestam assessoria. A legalização é dificultada por grandes (e, até, insondáveis) exigências burocráticas. A participação em licitações encontra, muitas vezes, obstáculos nos critérios estabelecidos. O desconhecimento da legislação específica ao cooperativismo por parte de associados e contadores deriva em contabilidades incorretas. Aspectos culturais dificultam a assimilação de uma prática participativa. O não-reconhecimento, pelo poder público, de determinadas áreas por ele urbanizadas dificulta a obtenção do alvará de funcionamento. O difícil acesso a informações relevantes reproduz desigualdades sociais. Os canais de crédito oficiais exigem garantias que muitas cooperativas não têm como dar.

*Quer dizer, o universo da pequena empresa é um universo formalizado, tem sistema SEBRAE, tem sistemas formalizados de tributação, tem regras, tem políticas de fomento etc. Mas você tem toda uma área empreendedora popular que não tem esse grau de formalidade ou, mesmo que se formalize, não consegue garantir ou não consegue ter todos os requisitos de acesso a crédito, acesso a tecnologia, acesso a mercado... E, muitas vezes, ainda tem uma massa enorme de funcionamento em condições de absoluta dificuldade de se instituir. Então, quer dizer, mesmo quando você eventualmente alcança formas de registro... Como é o caso do cooperativismo, quer dizer, existem cooperativas, mas muitas vezes você tem grupos associados de produtores. Quer dizer, então você tem graus de informalidade no formal. Você pode somar pequenas empresas, pequenos microempresários podem se articular numa associação que não chegue a constituir uma cooperativa; um grupo de trabalhadores por conta própria podem querer fundar uma cooperativa, não conseguem, fazem uma associação; microempresários podem existir e*

*microempresas familiares podem existir sem necessariamente alcançar as exigências todas de formalização. (Sujeito 1)*

*Os limites, eu acho que a própria cultura de articulação, que não tem muito. Como é você criar um espaço de articulação onde não existe uma cultura de articulação, de construção coletiva? Então, eu acho que esse é um desafio. O desafio é como construir as políticas comuns sem ferir a diversidade do grupo? Né, como construir a unidade na diversidade? Como você estabelecer plataformas comuns respeitando as diferenças de diversos grupos? Eu acho que isso é um desafio que a gente se coloca. (...) E como lidar com essa fragilidade dos grupos também, a fragilidade econômica, a fragilidade produtiva, a própria... Enfim, como lidar com isso também, né? Porque é tudo muito frágil dentro desse mundo que desestruturou tudo, né, esse mundo que a gente tá vivendo hoje, que é uma situação de crise financeira mesmo, e crise econômica e crise de valores, e crise civilizatória, afinal. Então, como dentro disso tudo, a gente consegue construir o novo dentro do velho, né? Sabendo que não é fácil. (Sujeito 2)*

*Quando você salta de escala de produção e volume de venda, começam a aparecer as dificuldades. Se você for tentar vender um produtinho daquele numa loja, você já vai ter que ter um registro na saúde pública, tem uma porção de coisa que você tem que passar a ter que só justifica com o volume de produção. Então, num primeiro momento, tem é que vender de porta em porta mesmo, onde esse tipo de coisa não é exigido, pela confiança, porque a população não tá despertada pras questões sanitárias. E as questões sanitárias que tão postas aí, algumas são realmente sanitárias, outras são barreiras econômicas ao desenvolvimento de pequenas empresas, então é muito relativo isso tudo. (Sujeito 3)*

*O curso mais duradouro foi um curso de 27 horas, o último que a gente fez, de avaliação institucional, pra que as pessoas possam desenvolver um projeto de avaliação da instituição delas e criação de projeto de financiamento, que há muita indagação quanto a isso. Todo mundo fala de FAT, fala disso, Secretaria de Trabalho e ministério, isso e aquilo, mas ninguém sabe os caminhos, BNDES... Então, as pessoas têm dificuldade de obter os caminhos, então a gente tá tentando formar, a gente vai continuar, foi só o início do experimento, o curso era de 60 horas, a gente achou razoável reduzi-lo pra dar uma introdução, ver se havia aceitação do público pra depois fazer um maior, mais caro e com condições de passar essas informações melhor pras pessoas. (Sujeito 7)*

*Outra coisa, as políticas de integração do município, elas também não tão sendo muito efetivas. Ainda há um tratamento diferenciado, por exemplo, a questão do reconhecimento dessas áreas. As favelas do Rio até hoje são áreas clandestinas. Então, enquanto elas forem clandestinas, todos que ali moram serão clandestinos. Você não tem um sistema de comunicação decente, então, por exemplo, você pode abrir uma empresa, você pode abrir o que quiser, agora se você não tiver um endereço pra dar um cartão, você não divulga a sua atividade; se você não divulga a sua atividade, você não consegue*

*cliente. Então, você não tem um sistema de comunicação decente - e não é comunitário de alto-falante de favela - você jamais vai conseguir que essas pessoas se interliguem à cidade. A informação na cidade é muito restrita, por exemplo, os postos de informação sobre o fórum, processos e hospitais, quem tem essa informação? Se eu te perguntar o seguinte: Quais os postos de saúde que cuidam de tuberculose no Rio de Janeiro? Você que é uma pessoa de classe média, você sabe? E você sabe que o indicador de tuberculose no Brasil tá tomando um índice altíssimo? A lepra, que chamam de lepra, onde que trata? Então, nem o acesso à informação, pra disponibilizar, a gente tem. Então, talvez, se fizesse menos obra, mas muito mais ligado na informação, na integração, no reconhecimento deles como cidadão carioca, seria válido. (...) A exclusão pela informação é mais forte do que a de infra-estrutura. (Sujeito 5)*

*Existe um capítulo especial de... o sistema operacional das cooperativas, sistema de operação na lei 5764, esse sistema de operação, boa parte dos contadores não leva em conta esse sistema, porque não conhece, desconhece. São poucos os contadores que você diz, esse faz uma contabilidade perfeita da cooperativa, então eu já vi muito balanço de cooperativa que as pessoas adaptam inclusive, adaptam não, usam um software de empresa, e sai lá lucro, sai terminologias que devem ser afastadas do movimento cooperativo, saem... As verbas de lucro, lucro do exercício... As pessoas não conseguem separar despesas gerais das despesas operacionais, que é importante, que tá na lei, que devem ser separadas as despesas gerais, operacionais, as pessoas não entendem por exemplo que negócios feitos com terceiros, que visam lucro, então eles tem que ser separados numa conta especial e essa conta deve ser contabilizada à parte. (Sujeito 7)*

*A Federação surgiu em 96, mais especificamente em abril de 96, da observação de doze cooperativas que era necessário alguns trabalhos institucionais e políticos nesse ponto que as cooperativas sozinhas não poderiam fazer. O que estourou essa idéia foi a Lei 84, lei que prejudicou todas as cooperativas de trabalho, a lei que obriga as cooperativas a recolherem 15% do INSS e também os cooperados estarem pagando o INSS. Essa lei é de 84, é uma lei complementar à constituição. E as cooperativas entraram contra a lei no ministério, na justiça, alegando inconstitucionalidade da lei porque a gente acha que ali há uma bitributação, visto que a cooperativa é o sócio, e se o sócio já paga via carnê a sua contribuição pra previdência, então por que a cooperativa pagar porque ela vai tirar justamente do sócio pra pagar isso? (Sujeito 7)*

*Elas tão justamente sendo legalizadas, tão sendo registradas. Já tão no finalzinho... Por exemplo, a COOPERMANGA, ela já tá registrada, a COOPERDEL e a CAJCOOP, elas já estão até com CGC, elas tão naquela fase já final... Porque o problema aqui é o alvará, mas já estão também resolvendo esse problema. A COOPERAN também, que é do Andaraí. É a parte do alvará, porque justamente o seguinte: Na favela, o problema do alvará de qualquer loja, qualquer quiosque é difícil, porque eles geralmente não pagam*

*IPTU... Então não há nem um registro do local onde a cooperativa funciona. Então, como tirar um alvará do local onde funciona a cooperativa? Então, esse tem sido um grande problema. É, a gente tá tentando solucionar porque tem muitas que tão funcionando inclusive em prédio da prefeitura, então, esses já são mais fáceis. E algumas em alguns locais que realmente dá pra justificar. Tem que colocar onde é no estatuto, onde fica e o corpo de bombeiro vai na área pra ver se realmente tá dentro das normas de segurança e a gente sabe que essas normas ainda são uma coisa muito rígida dentro de favela, né? As coisas não são como funciona na cidade, nos bairros, mas tá se tentando resolver isso. (Sujeito 6)*

*A gente percebe que a legalização é muito morosa, não só da parte da própria cooperativa - a documentação que é necessária, quer dizer, as pessoas não dão muita importância à data em que você tem que entregar os documentos... Você fez uma assembleia, de repente o cara não pode sair... Todo mundo tem que assinar, você tem que trazer carteira de identidade, CPF, aí quando a diretoria for organizada, o conselho fiscal, toda a parte de diretoria, aí um desiste, aí aquilo tudo fica anulado, você começa tudo outra vez, é uma loucura, isso é uma loucura. Depois vai pra junta comercial e muitas vezes você tem várias cooperativas em que o estatuto é exatamente igual, uma passou, outra voltou... Às vezes, na mesma junta, um passa, outro não passa... Realmente a gente tem sentido bastante dificuldade. Quer dizer, legalização tem sido, a meu ver, um dos pontos cruciais na parte das cooperativas, porque se elas não tão legalizadas, como é que elas vão participar de uma licitação? (Sujeito 6)*

*O Banco do Brasil, ele tá usando dinheiro do FAT, então a nossa idéia é criar um fundo de crédito popular e outros fundos pra tirar o dinheiro da mão desses bancos porque eles não têm agilidade pra lidar com esse tipo de público. Primeiro porque não conhece, como é que numa grande cidade como essa, um gerente pode analisar... Ele só vai analisar em cima de coisas concretas: Você me dá o seu carro, a sua casa... Tá, mais você não tem o carro nem a casa? Ele não te conhece. Eu acho que aí por exemplo é um papel que as ONGs tão entrando muito, essa questão do crédito popular, que é fundamental, crédito solidário, o Viva Crédito que é um fundo que a Prefeitura criou. Por quê? As ONGs, elas tão mais inseridas dentro das comunidades. Agora, as ONGs também vão ter que se formar pra isso. Eu acho que a ONG fica muito, a maioria delas que trabalha com essa questão de geração de emprego e renda, ficam muito a nível da baixa renda e aí ficam também abrindo alternativas de baixa renda. E isso às vezes não é uma solução, economicamente falando, não é uma solução econômica pra que essas pessoas tenham trabalho e renda. Você tem que dar alternativas claras. Falta análise econômica de mercado, preparação, falta isso. (Sujeito 8)*

Em se tratando do número mínimo de associados, constata-se a existência de argumentos relevantes, tanto a favor quanto contra a redução de vinte para sete, sugerida

no projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. Os defensores da distinção “cooperativismo popular” aprovam a mudança.

*Esse boom que tá acontecendo de cooperativas, especialmente a questão do trabalho, por conta dessa questão do fim do emprego que tá atingindo o mundo todo, isso tá atingindo na Suécia também, pegando a Suécia como exemplo. Então, tanto é que eles diminuíram, era 7 o número de pessoas, foi pra 3, pra formar uma cooperativa na Suécia, você forma com 3. Existe uma luta, não sei se a OCB vai deixar, isso a gente vem lutando já há muito tempo, porque isso é um absurdo, 20 pessoas, você carregar. Pra você montar uma cooperativa com 20 pessoas, você precisa, mesmo sendo uma cooperativa de trabalho, que você não vai ter investimento em equipamento, você precisa de ter uma infra-estrutura legal, você precisa ter contrato que banque essas 20 pessoas, você precisa de uma série de coisas, você precisa de uma cultura que as pessoas não tão acostumadas e uma afinidade que entre 20 é muito mais difícil. É muito mais legal você formar pequenas cooperativas e depois elas formarem redes de interesse entre elas, e aí, sei lá, fazerem algumas coisas juntas, do que você tar formando aí coisas grandes, imensas, que a gente não tem essa cultura... A gente vive numa sociedade que ainda... faz 100 anos que a gente tinha escravo nesse país. É muito recente, é uma coisa que tá ainda na carne das pessoas. (Sujeito 4)*

*Isso pra mim, eu acho até uma panacéia porque tem muita coisa espúria no projeto. Por exemplo, a redução... Ou seja, o mal do brasileiro é querer copiar as estruturas lá de fora... Então, nós já vimos que, por exemplo, os cientistas americanos já descobriram que o pé do brasileiro é diferente do pé de qualquer um, então o Brasil tem que produzir um calçado pro pé do brasileiro; a vestimenta do brasileiro é diferente de lá de fora, porém, mas como sempre, a gente quer copiar as questões lá de fora. A gente quer copiar sapatos lá de fora, quer copiar leis da fora... Se inspirar, ótimo, analisar se presta ou se não presta. Então, dentro das análises lá fora, hoje em dia, é o inverso do Brasil, lá fora, eles tão querendo aumentar o número de pessoas na exigência pra formação de uma cooperativa. Tão querendo aumentar, é o contrário. Os brasileiros que são a favor de que reduza aqui, que caia na safadagem... É ruim porque... você veja bem: com quantas pessoas é formada uma sociedade anônima? Com sete. O grupo de transportes do estado do Rio de Janeiro é constituído por sete empresas, que constituíram a FETRANSPOR, então aí, eles vão constituir a COOPTRANSPOR, que vai ficar muito mais fácil pra eles criar uma cooperativa. Com sete, eles criam uma cooperativa e passam a ajeitar, no jeitinho brasileiro, do jeito que eles querem... (...) Desvirtue a realidade do cooperativismo como vem sendo desvirtuado nos últimos tempos, né? Nós temos muitas empresas se transformando em cooperativas. Por quê? Porque saiu uma lei que foi luta do sistema cooperativista, eu participei dessa luta pra ter a lei 8994, a lei que introduziu o parágrafo único no artigo 442 da CLT. (...) Pra não pagar regalias trabalhistas. (Sujeito 10)*

Em se tratando de **INCENTIVO ESTATAL** ao cooperativismo e às formas autogestionárias de um modo geral, as colocações abordam as mesmas questões relativas às dificuldades das cooperativas. Ou seja, demanda-se do Estado: mudanças na legislação, incentivos fiscais aos pequenos empreendimentos, determinadas “regalias” para que as cooperativas populares possam participar de licitações, linhas de crédito desburocratizadas, abertura de mercado de trabalho através da terceirização de serviços públicos, financiamento de projetos educativos diversos de fomento a este setor da economia, simplificação dos processos de legalização de cooperativas etc. Como importante avanço político, faz-se menção às comissões municipais de emprego, de composição tripartite, encarregadas de estabelecer a forma de aplicação dos recursos públicos federais.

*Bom, hoje nós tamos discutindo a hipótese de formar sistemas públicos de outro tipo no fomento à geração trabalho e renda, quer dizer, e evidentemente que as plataformas e reivindicações por direitos e créditos, por facilidades, por acesso à tecnologia etc., significaria que a gente precisaria modificar toda a estrutura do sistema S, dos SEBRAE etc., toda a estrutura que, digamos, disponibilizaria. Ei, tou falando mais do fomento ao cooperativismo popular, que o outro cooperativismo é atendido ou por relações clientelistas ou por mecanismos financeiros. E você ainda tem um outro cooperativismo atendido, que é aquele que busca explorar mais barato a força de trabalho, terceirizada ou quarteirizada. (Sujeito 1)*

*Eu acho que uma coisa que é fundamental, entre outras, é a questão da mudança na legislação, né? Porque toda a legislação brasileira, ela foi pensada e elaborada a partir das grandes empresas, pras grandes estruturas e não pras estruturas de pequena escala, então abrir esse olho pra que comece a se criar estruturas criadas, pensadas pra produção em pequena escala, por exemplo, é fundamental, né? Enfim, eu acho que uma questão de estímulos, via legislação fiscal, não a isenção, acho que não tem que defender isenção de nada, paga-se imposto, mas de uma forma diferenciada, né, quer dizer, essa reforma fiscal que tanto falam, mas uma reforma fiscal que de fato favoreça... (Sujeito 2)*

*As formas gestionárias, eu não sei como o Estado pode ajudar, a não ser facilitando o financiamento de processos educativos e desde que não crie condicionalidade pra esse financiamento. Cada um que contrate o processo educativo que quiser. Papel de apoio seria mais na direção de não atrapalhar do que de apoiar, quer dizer, deixar publicar uma lei que seja uma lei que atenda os anseios das diversas categorias que aparecem e não uma lei que proteja a Organização das Cooperativas do Brasil que é o que tá acontecendo no Congresso, onde a OCB tem um forte lobby pra aprovar a lei que faz com que ela continue faturando em cima de todas as cooperativas do país porque há uma taxa a ser paga pra ela, o que é um absurdo. Ela tá ramificada através das diversas organizações estaduais, Organização*

*das Cooperativas do Rio de Janeiro, Organização das Cooperativas... E isto aqui é um bando de vagabundo faturando fácil pra ganhar dinheiro em cima das cooperativas e só trabalhando lobby pra proteger as oligarquias rurais no Congresso. E modificar as leis no sentido de que as cooperativas - que são as leis que têm proposta no Congresso - que as cooperativas retomem o seu espírito cooperativo e não o que existe hoje aí que é cooperativas que na verdade são verdadeiras empresas de propriedade de algum ou, às vezes, mais de um sócio majoritário. Cooperativa no Brasil é brincadeira...*

(Sujeito 3)

*Por exemplo, voltando à coisa da cooperativa, você tem que ter escala assim, por exemplo, a nível fiscal: uma cooperativa que tem um faturamento de 5 milhões de dólares de reais por ano, ela não pode ter os mesmos benefícios de uma cooperativa como a cooperativa das lavadeiras que deve ter o quê? 100 mil reais por ano, 200 mil reais por ano, nem sei quanto é que elas tão faturando por ano, mas deve ser mais. É a mesma coisa de você querer comparar a microempresa... Aí é o que eu digo, ter uma legislação específica no sentido fiscal, tributário, não sei o quê, não sei o que lá, que você tenha os impostos que é gradativo. Eu acho que é isso, eu acho que é como imposto em cima de fortuna também, eu acho que tem que ter. Na realidade quem paga imposto é o trabalhador, isso em qualquer país do mundo. Porque o empresário, ele sonega, ele paga o imposto que ele acha que dá pra, no final ele acaba sonegando. E o trabalhador, não, já vem descontado na folha dele aquele imposto, quer queira quer não. (Sujeito 4)*

*Olha, quer dizer, eu acho que, no cooperativismo popular, eu acho que tem que ter algumas modificações. Popular que eu falo é ligado às cooperativas de baixa renda, quer dizer, eu acho que determinadas alíquotas, determinadas formas pra que elas participem das licitações, eu acho que têm que ser modificadas pra elas. Elas têm que ter algumas regalias. Você não pode querer que eles participem numa licitação em que eles tenham que ter um capital de giro que na realidade jamais eles vão conseguir, se tratando de pessoas que pagam uma cota mínima apenas pra que a cooperativa sobreviva, né? Eu acho que se não houver uma modificação, vai ficar muito difícil, como eu te falei já na parte da legalização, na parte do alvará, nessa parte toda, eu acho que tem que haver alguma modificação, uma coisa específica pra esse tipo, dessa área de trabalho.*

(Sujeito 6)

*Olha só, ele, o Estado, principalmente tem que ter cultura cooperativista pra não se entregar a essas propostas dos nossos inimigos. E esse tal inimigo não tá dentro do movimento. Tá fora, tá sendo superado pelas cooperativas. São as empresas, esses empresários nessa área de serviços. Pra não ceder a esses argumentos tolos. E, segundo, é o Estado ter órgãos de apoio, pra não deixar o cooperativismo à mercê de aventureiros. Então, você ter bons órgãos de apoio, com técnicos esclarecidos, conhecedores. Você vê, por exemplo, São Paulo tem um bom órgão de apoio, como em todos os setores, São Paulo tem bons órgãos. (Sujeito 7)*

*Tá se dando passos, ainda tá longe. Mas a questão da criação das comissões municipais de emprego foi uma coisa importante. Em 1996, o Rio de Janeiro devolveu dinheiro ao CODEFAT, porque não tinha uma comissão municipal criada. E a comissão, mesmo que ela ainda seja um pouco capenga a nível democrático, a proposta dela é democrática porque ela é tripartite e paritária, tem o mesmo número de representantes do governo, do empresariado e das centrais sindicais. Então, isso é um passo importante que foi dado, é um fórum de discussão, tem que ser mais aprofundado, mas sem dúvida... Se ateuve muito aqui no Rio ao Plano de Qualificação Profissional, mas esse ano a proposta é se discutir as outras atividades do CODEFAT, que é o PROGER, né, que não sai pro Rio de Janeiro, um problema sério, que o repassador é a Caixa Econômica e o Banco do Brasil não repassa pro pequeno, quanto mais pro informal, não passa mesmo. (Sujeito 8)*

*Primeiro, tendo uma visão disso como uma das soluções pra questão nacional. Não é a única, é óbvio, tem que ter uma política industrial de peso, tem que ter essas coisas bem definidas, que o governo também não tem, mas dentro disso, pensando as cooperativas. Segundo, os parlamentares têm que fazer uma legislação melhor pro cooperativismo. As linhas de crédito têm que ser desburocratizadas e têm que ter critérios inteiramente diferentes do que têm, porque nego vai pedir 50 mil pro capital de giro de uma fábrica de parafuso, eles pedem garantias como se a Coca-Cola tivesse pedindo 1 bilhão de reais, quer dizer, tá tudo inadequado. Você tem que ter, nos municípios, você tem que ter uma visão de desenvolvimento local, integrado e sustentável, onde o cooperativismo entraria como um braço, que eu acho que uma das políticas seria fomentar esse tipo de centro que eu tava te falando, chamando localmente as universidades, as ONGs, os movimentos, tentando fazer uma otimização de saberes e esforços e tentando fazer sempre direções tripartites, você tem a sociedade civil, o próprio governo e o cooperativismo agindo. Ter continuidade nas políticas, não adianta um prefeito fazer isso e o outro entrar e anular. Gerar informações, ter bancos de dados. Isso aí, cada município tinha que ter: o que as cooperativas fazem, o que elas negociam, como é que elas se formaram, através de que apoio, mas você não tem nada disso sistematizado. O que você tem de cooperativismo mais oficial tá dentro da OCB e suas representações estaduais, e algumas são mais progressistas e as outras são horríveis... (Sujeito 9)*

*Olha, eu acho que o problema não é o cooperativismo. Pra mim, o problema é ser pobre ou ser rico, entendeu? É qual o papel que tem o Estado para fomentar atividades de população excluída, e não cooperativa ou não-cooperativa. Quais são os instrumentos para a não-exclusão? Por exemplo, o município reconhecer as áreas periféricas não é uma política cooperativista, é política de integração social. Reconhecer crédito pra quem não tem patrimônio não é uma política cooperativista, é uma política de exclusão econômica de grupo marginalizado. Então pra mim o papel não se dá pelo cooperativismo, se dá por uma política econômica de integração de grupos economicamente marginalizados e conseqüentemente socialmente marginalizados. Se esses grupos marginalizados não*

*tiverem força política para pegar parte da fatia desse bolo, não haverá ações, a não ser as compensatórias, de forma de minimizar os conflitos. Tem muito que fazer a nível legal, a nível creditício, abertura de mercado, quanto a isso não tenho a menor dúvida. Agora, tem que estar claro o seguinte, abriu pra um, fechou pra outro. Você tem um orçamento de 1 milhão, se você for dar crédito pra um, não dá pra outro. Agora, isso aqui não é uma vocação, nem uma coisa acordou de manhã... Isso é a força política desses grupos para conseguir pegar parte disso. (Sujeito 5)*

*Olha, o papel do Estado, eu acho que fica bem definido na Constituição de 88, que muita gente diz que tá já envelhecida, o pessoal diz que ela tá ultrapassada, está velha... A Constituição Federal de 1988, ela tem um artigo seríssimo, que é o artigo 174, parágrafo segundo, ela diz que a lei deverá apoiar e estimular o cooperativismo e isso é determinante pro poder público. Porque... o que que se vê? Se vê que nem estado, nem município, nem ninguém faz uso deste artigo, ou obedece este artigo, já que a Constituição Federal é a lei magna, ela é a bíblia. (...) Olha, aqui no Rio de Janeiro, nós temos 60% dos municípios interessados em acabar com a questão da administração pública e tornar uma administração prestativa. O que que significaria administração prestativa? Seriam contratações de cooperativas pra fazer o que a administração pública faz; é claro que não nos setores imprescindíveis da administração pública, esses permaneciam sendo de órgão público mesmo, como a área de fiscalização, essas coisas mais pesadas, financeiras, seriam exclusivas de concursados, mas por exemplo, saúde, a parte escolar, a parte de administração de apoio e base, né? Então, isso daí reduz e muito certas situações e tem como se contornar já que a cooperativa é uma coisa adequada ao mercado, então tem como ter isso, tem como se ter uma posição pra se trabalhar isso. Fora isso, o que a gente vê é apenas balela, a meu ver. Se vê o governo falando muito, vê muitas coisas acontecendo, mas ninguém procura a lei cooperativista. O Ministério Público do Trabalho tá perseguindo cooperativas sérias, legais, quando no Rio de Janeiro nós temos aproximadamente 275 cooperativas ilegais, porque no entendimento deles, elas são ilegais. (Sujeito 10)*

## 6.2.4 - Educação e cooperativismo

No desenvolvimento destes empreendimentos coletivos, há consenso de que a **EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA** desempenha um papel fundamental, seja ela compreendida como afirmação de valores participativos e solidários, seja ela entendida enquanto assimilação de uma mentalidade empresarial. A especificidade deste trabalho educativo reside na profunda mudança de mentalidade que ele objetiva, visto que o cooperativismo pretende fundir dimensões usualmente dicotomizadas: individual e coletivo, economia e política, igualdade e liberdade, cooperação e mercado, autonomia e consenso... Ademais, como muitos salientam, o padrão sociocultural brasileiro apresenta antecedentes históricos de segregação, autoritarismo e conformismo ainda muito presentes nas percepções e práticas dos indivíduos.

*Agora, o que caracteriza a organização cooperativa, o que é específico a ela, o que já a distingue da empresa capitalista? Qual é o elemento educativo que tem que ser estratégico? Qual é o padrão cultural cooperativo? (...) Então, por educação você entende, quando se trata de uma cooperativa, de quê? Da dimensão de aprendizagem, que é aquela tecnológica de processo de produto, uma dimensão de conhecimento, informação, análise, diagnóstico etc., que é aquilo que tá ligado, portanto, um elemento mais ligado ao saber sistemático para o tipo de negócio, o tipo de atividade que tá sendo desenvolvida e aquele elemento que nós chamamos mais da cultura cooperativista, onde você tem vários padrões, formatos, estilos etc. Onde você cria a subjetividade dos tipos ideais, dos comportamentos, dos regimentos, dos padrões jurídicos, onde são as suas opções de modos de funcionamento do ponto de vista da relação entre a empresa e a associação e o processo decisório, os estilos de comando etc. Tudo isso diz respeito ao que a gente poderia chamar de construção de uma subjetividade nos três planos: no plano técnico-operacional, no plano da tomada de decisões, gestões etc. e no plano do comportamento, no plano das posturas políticas, das relações culturais, da relação com o ambiente externo e dos valores cultivados. Quer dizer, nesse sentido, há uma dimensão de educação fortíssima. Até porque vai na contramão sistêmica. Mesmo capitalismo com cooperativa exige uma nova cultura de gestão, mesmo quando a gente fala da cooperativa capitalista, não é? (Sujeito 1)*

*Bom, a perspectiva que a gente trabalha é uma educação que parte da práxis dos trabalhadores, quer dizer, como, a partir da realidade deles, a gente pode avançar, criticando, questionando com eles mesmos a própria realidade onde eles são inseridos? (...) Então, a educação tem um papel fundamental no sentido de estar construindo junto esse projeto de sociedade autônoma, auto-gestionária e solidária, né? Porque você tem que transformar também a questão*

*dos valores, que na realidade são hábitos, costumes e tal, tudo isso que de uma forma geral a gente chama de cultura. Eu acho que tem uma barreira muito grande porque, como isso é o feijão com arroz - que a gente chama com uma linguagem mais simples - é o feijão com arroz de uma iniciativa econômica popular, como gerenciar, pensar o que fazer pra comercializar, quais as perguntas a serem colocadas, que é justamente o estudo de viabilidade econômica, isso, esse tipo de coisa foi sempre negada aos trabalhadores, quer dizer, sempre era coisa do empresário ou do Estado, mas nunca dos trabalhadores. Então, pra gente é fundamental que os trabalhadores possam saber por onde vão seguir o seu caminho, por onde vão percorrer esse caminho e como vão percorrer esse caminho. Não precisa saber tudo, mas pelo menos as perguntas, eles têm que saber fazer, que perguntas eles têm que responder. As respostas, eles podem buscar nos assessores, mas eles formularam as perguntas, eles refletiram sobre a realidade e fizeram a síntese e perguntaram, então é nessa perspectiva que a gente trabalha. (Sujeito 2)*

*No caso da Suécia, você tem escolas que trabalham essa questão, mas é uma visão muito formal, não é uma coisa de paixão, de você... É aquela coisa assim, o cara: "Bom, eu vou entrar na cooperativa." E o que acontece? Eu tenho que conhecer o que que é cooperativismo, então eu vou lá, assisto uma aula, faço um curso, o que é cooperativismo, que existem 7, 8 princípios, decora até aqueles princípios, e aí? Isso quer dizer que eu tou comprometida com...uma coisa bancária, mecanicista, uma coisa que não envolve, as pessoas não tão ali se sentindo... (Sujeito 4)*

*A gente fez um curso de contabilidade básica que foi razoável, as pessoas começam a tocar a cooperativa. Seja de que nível de escolaridade for, elas se vêem obrigadas às vezes a botar um contador na cooperativa porque elas não têm conhecimento. Então, seja médico, engenheiro, não é obrigado a conhecer contabilidade e caem nesse erro: botam contador, botam advogado na cooperativa para tocarem essas áreas e não pode ser assim. Acho que todo dirigente de cooperativa tem que ter noções razoáveis de contabilidade, noções de direito razoáveis, pra ele poder, inclusive, no dia-a-dia dele, saber o que fazer. É claro que ele não tem que ser um especialista, na hora que ele tiver um problema, talvez se ele souber alguma coisa, ele possa até escolher melhor o especialista dele, que ele possa te servir no momento que é necessário ter um especialista, o que às vezes não acontece. (...) Não adianta, se não tiver educação cooperativista, o cara não sabe nem o que que são os princípios cooperativistas. Então, boa parte das cooperativas aí carece disso. (...) Quantas cooperativas, até as que são consideradas boas, não têm trabalhadores reclamando na Justiça do Trabalho, querendo vínculo empregatício, né? Por quê? Porque falta educação. (Sujeito 7)*

*As pessoas vão pra cooperativa com cabeça de empregado. Sempre digo o seguinte: Vocês têm que tirar os óculos de empregado e colocar os\*óculos de empresário cooperativista, não é empresário capitalista, né? Então fica muito naquela de esperar que tenha alguém que faça as coisas por elas. Mas ao mesmo tempo, tem*

*entendimento, começa a ter entendimento de que aquilo é uma cooperativa. Então, quando interessa, é cooperativa, quando é pra reivindicar, quando é pra dizer: 'Ah, é porque eu tou no direito...' Mas quando não interessa, quando é na hora de empreender, ser empreendedor, então foge... (Sujeito 4)*

*O trabalhador, ele tem ainda muito pouco conhecimento de cooperativismo. A gente de vez em quando promove um cursinho, a gente agora nos últimos dois anos vem promovendo reuniões com os grupos operacionais, ou seja, a pessoa não tem só que operar um contrato. Ela tem que ir, seja enjoativo ou não, mas ela tem que ir a reuniões pra escutar, e às vezes escuta as mesmas coisas diversas vezes até o momento que a gente achar que eles incutiram o que que é participação. A gente tenta fazê-los ficarem motivados a participarem integralmente da cooperativa. (...) Apenas querer emprego, e isso daí, querer emprego apenas, pelo menos na COOPMAR, que é com quem eu convivo mais, e nas cooperativas que eu posso dar palestra, fazer seminários e tecer comentários, eu tento dizer o seguinte: Que todo trabalhador que chega numa cooperativa dizendo que quer um emprego, é melhor a cooperativa não aprovar a adesão dele, porque primeiro ele tem que se reciclar e entender que ele tá entrando pra uma sociedade que não vai dar emprego pra ele. Ele vai entrar pra uma sociedade da qual ele, junto com a sociedade, numa união, ele vai tentar formatar um campo de trabalho pra ele. Ele vai formatar um campo de trabalho que pode ser que tenha remuneração ou não. Por quê? Porque a cooperativa, ela se adequa ao sistema capital-trabalho, ela é maleável como a onda, né? Nós temos a onda com toda aquela elipse dela pra cima e pra baixo, porque ela sempre tá em constante...a água tá em constante condição com o vento, mas como ela se adequa, ela faz a onda, né? Então o cooperativismo é isso, no mercado capital-trabalho; ele se adequa, na hora que tem baixar preço, ele tem que baixar preço, não adianta chegar junto do capitalista e dizer que é o preço que você quer. É relação de mercado, oferta e procura; se a oferta tá demais, você vai ter que baixar o preço pra ofertar pra ter a procura, né? Então, se a oferta tiver de menos, então, naturalmente você vai aumentar o preço, porque a procura é demais, então você valoriza a oferta, porque a oferta é pouca. E a gente tem visto isso: Nós temos tido contratos onde o profissional ganha pouco, mas naquele contrato ele passa a ganhar muito, porque já não tem o profissional experiente que a pessoa quer. (Sujeito 10)*

*É trabalhar valores de solidariedade, de relação no trabalho, de respeito, de saber trabalhar a diversidade com unidade de objetivo, de tentar fazer com o grupo um trabalho de eles terem bem claro qual é o objetivo deles, da questão ética em relação ao outro dentro do grupo e em relação aos consumidores daqueles bens, da questão da solidariedade entre eles e para além deles: a gente chega até no mundo, mas a gente frisa mesmo é eles enquanto grupo e eles no entorno deles, no bairro, na região em que eles estão. A questão da objetividade, da eficiência, são coisas importantes. De como que cada um é tão importante no grupo quanto o outro, e como que as pessoas são diferentes; então, uns têm mais habilidade do que outros, e como é que a gente vai chegar a um denominador comum em relação a*

isso, porque isso traz consequências: se você tá lidando com costureiras, uma produz 10 camisas porque ela costura mais rápido, a outra produz 7 e trabalha o mesmo número de horas, como é que depois você vai fazer isso, na divisão das sobras? Essa questão que eu tava te falando de romper com a cultura do emprego, é difícil isso mas é uma coisa que a gente trabalha muito. E como que tem gente que adora ter um chefe, que não tem a iniciativa própria, então a gente tenta puxar essa coisa como uma característica interessante, importante pra eles. A questão da auto-estima, a gente trabalha muito isso, tentando mostrar que o ser humano é capaz de qualquer coisa no momento que ele queira, mas pra ele querer, ele tem que olhar pra si e dizer: "Eu sou capaz", e nós todos somos; é uma questão só de desbloquear as coisas e de se esforçar. A questão da polivalência no trabalho também, a gente trabalha no grupo. Quer dizer, aquele que tá na máquina, ele também tem que estar preocupado com a limpeza, pegar uma vassoura, fazer um café, saber um pouco de computador, que eles possam cada um circular. Tem um nível de especialização, tem, mas, hoje em dia, o que a gente acha é que o trabalhador tem que ser mais polivalente nesse sentido. Primeiro, porque é melhor, se for uma fábrica, que ele tenha uma visão e um certo saber do processo todo. Então, se ele tá ali no meio do caminho, da linha, que ele saiba onde é que começou, o que ele tá fazendo e como é que é esse processo todo pra que ele tenha a responsabilidade e o orgulho do produto final, quer dizer, que ele se integre com aquilo. Como é que você se integra com uma coisa se você não sabe direito como é que foi? Polivalente no sentido de que, se der um rombo aqui, ele possa ir, pra cá ou pra cá. Obviamente não tão bem quanto no que ele faz aqui, mas que ele possa... E isso facilita o grupo. Alguma coisa que aconteça, três sofrem um desastre, qualquer coisa, que a produção, que aquele serviço não se acabe. (Sujeito 9)

Você pegar um grupo de dez pessoas, como aquele dos parafusos, por exemplo, e analisar com eles a fábrica deles, analisar com eles a distribuição de tarefa e de poder entre eles, como é que tá feita, e analisar com eles a relação que existe entre essa distribuição e as encrencas e conflitos que tão acontecendo, a gente consegue fazer essa identificação. E a grande dificuldade pra tratar essa identificação é que nessa distribuição que tá aqui existe todo um jogo de poder informal e inconsciente entre eles que vai ser afetado. Então, a busca da autogestão é ao mesmo tempo a negação da concentração do poder. Então, muitas vezes, as pessoas tão procurando autogestão sem ter conhecimento de que isso aqui vai ter que acontecer, então isso não funciona. Autogestão é difícilima, é difícilima! É muito difícil porque é uma mudança cultural pras pessoas; a gente tá criado pra trabalhar sempre brigando por concentrar poder. Nem numa família existe. Então, você trabalhar com distribuição espontânea de poder num mundo - que não é nem cultura brasileira isso, é o mundo atual - num mundo que sugere a você toda hora, em todos os veículos de comunicação, concentração de poder, é você remar contra a maré, é muito difícil, é utópico. Autogestão é utópico; agora, tem que brigar por ela. (Sujeito 3)

O trabalho consiste em formar cidadão. Fora que tem noções de associativismo, resgatar coisas que tão sumidas na sociedade: como

*ética, princípio. Parte preparando para o trabalho, para a empresa, mas o principal: relação como gente, como cidadão. Tirar o cara que foi massacrado por todos esses instrumentos a vida inteira - que ele era preto, burro, incapaz, favelado... Ele foi imputado pela sociedade como um cidadão de segunda categoria - E se a gente não conseguir colocar a ele que ele é capaz, nada vai funcionar. Agora, não é um trabalho fácil, é uma mudança de cabeça. (Sujeito 5)*

*O trabalho tem sido bastante gratificante, a gente tá vendo que as pessoas tão trabalhando. O que eu acho mais importante, claro, essa coisa toda de trabalho, toda a parte econômica, é também você sentir a cidadania, eu acho isso muito gratificante, você ver como eles realmente se sentem cidadãos numa assembléia geral, no que ele pede a palavra e ele se posiciona, ele discute, ele se sente no direito de saber onde tá indo o dinheiro, por que que ele foi descontado por algum motivo, por que que o fulano saiu, por que que o outro não, tem a comissão de ética que também é muito importante que é pra ver a parte toda do procedimento... (...) E depois, o que a gente via nessas assembléias é que, por exemplo, as primeiras assembléias você sente que os técnicos da COPPE, no início eles tão na frente pra mostrar como é que funciona. Aí você passa um tempo, aí quando você vai, aí você vê o próprio presidente tomando a frente, se posicionando e o pessoal só na retaguarda. Você sente que realmente houve um crescimento, aquele cidadão que tá se posicionando junto à comunidade dele... (Sujeito 6)*

*Na minha avaliação, o processo de exclusão é irreversível e crescente. É claro que em algum momento, vai atingir um limite qualquer que a gente não sabe quando é nem como, se esse rompimento vai ser doloroso ou menos traumático, a gente não sabe, mas isso vai atingir um limite em algum momento. Na nossa visão, a contribuição que a gente pode dar, considerando as características do Brasil, para o enriquecimento dessa reação a esse processo, é jogar com aquilo que durante 500 anos foi destruído, que é a capacidade de iniciativa do pequeno. O pequeno, desde que os portugueses aqui chegaram - naquele tempo, os índios, depois os negros, depois os portugueses pobres e tudo - esse povo, ao longo desse tempo todo, sempre foi acostumado a ouvir: "Vocês trabalham, nós pensamos. Vocês não sabem pensar, quem toma iniciativa somos nós, você tá aí..." Essa frase é inclusive clássica na história dos empresários portugueses que vinham pra cá: "Você não tá aí pra pensar, você tá aí pra trabalhar, quem pensa sou eu." Isso é uma marca cultural muito forte em toda a população pobre do Brasil, em todos os pequenos. (...) Então, toda a nossa briga no sentido de sugerir, de induzir, de motivar o desenvolvimento de uma autogestão, é uma briga no sentido de vencer essa resistência, a ponto de, em alguns momentos, a gente ser obrigado a juntar a turma e dizer: "Vocês acham que rico vai brigar por pobre? Se pobre não se mexer, ninguém vai brigar por ele. Quem tem que brigar por pobre é pobre." É romper essa inércia desenvolvida a partir de uma exploração escravocrata, uma exploração de diminuição da auto-estima... de tudo, não é? O que dificulta, num primeiro momento, a implementação de processos de autogestão é isto, misturado com um subproduto disso, que é a eterna desconfiança um do outro. E não é outra a razão que faz com que o*

*povo não vote em Lula, porque “eu não vou votar pra presidente num cara que é igual a mim”, ou seja, “se eu não presto pra muito menos do que presidente, como é que um cara igual a mim vai ser presidente?” (Sujeito 3)*

Um fator dificultador da gestão cooperativa é o deficiente e baixo nível de **EDUCAÇÃO FORMAL** de amplos segmentos da população. O estímulo à reciclagem e à capacitação profissional aparece associado à necessidade de o trabalhador e empresário associado aumentar sua escolarização, o que de um modo geral encontra obstáculos na própria rotina de trabalho e vida do adulto trabalhador. Critica-se a escola, no entanto, em função dos conteúdos que ela transmite: desvinculados das necessidades do trabalhador e inadequados à formação de um cidadão crítico. Menciona-se, ainda, o fato de que, sem cooperativados capacitados, não há rodízio na administração da cooperativa e o grupo dificilmente se sustenta sem a figura do assessor.

*A educação é um instrumento fortíssimo de poder, pro bem e pro mal, igual ao cooperativismo. Você fez a primeira pergunta assim: Cooperativismo: é do capital ou do socialismo? Eu te perguntaria: Educação é do capital ou do socialismo? É o mesmo. Você pode usar a educação pra socializar as pessoas, como pode usar para hierarquizar, excluir, o que tu quiser. A educação formal, se ela não for repensada, ela vai acirrar... seja pelo racismo, seja por conteúdo ideológico que ele passa. (...) Os conteúdos deviam levar pro mundo real: vovô viu a uva... Eu acho que o instrumento gerado devia ser mais útil pro cotidiano. Quer dizer, a matemática... Não é profissionalizar, não é botar o cara: vai ser servente. Você já tá f..., você vai fazer um curso pra virar peão; não é isso. Agora, o que ele precisa aprender, devia enriquecer o aprendizado da educação. Educação formal é formal, ela não é técnica; agora eu gostaria que o conteúdo de matemática subsidiasse profissionais, pra ele ser garçom, pra ele ser costureira, pra ele ser qualquer coisa. Eu queria que o português que ele aprendesse fosse um português de leitura, entendimento do que tá escrito, muito mais do que uma redação formal do vestibular. Eu queria que a literatura tivesse um conteúdo de entendimento de novela, pra não ficar burro vendo a Globo, e não exatamente a diferença entre Machado de Assis e seja lá quem for, José de Alencar, que escreveu Iracema ou não. Não é desqualificar a educação formal, ela é importante, só que o conteúdo deveria subsidiar qualquer parada. A escrita é instrumento não pra pré-vestibular, pro cara ler uma planta de obra, ler um corte de roupa. (Sujeito 5)*

*Você chega numa comunidade em que as pessoas têm baixo nível de escolaridade, nenhuma capacitação específica e que se você realmente não der nenhuma capacitação pra eles fica muito difícil eles até entrarem no mercado de trabalho e também de melhorarem*

*ao longo do tempo. Então, eu acho que você tem que entrar, além da parte toda básica do cooperativismo, você tem que entrar com toda uma capacitação ligada não só... Porque você ainda encontra um índice de pessoas semi-analfabetas, então eu acho que é uma parte toda que tem que entrar junto com a cooperativa, uma parte do ensino básico, ensino médio, uma capacitação específica, todo um aumento de escolaridade e de capacitação profissional. Eu acho que, sem isso, é muito utópico, quer dizer, ele vai ficar eternamente um faxineiro, que não precisa quase nada. Então, realmente, ele, dentro do mercado de trabalho, ele tem que ter chance de desenvolver. Eu acho que se a gente não procurar dentro de uma incubagem, dentro de um apoio dando uma outra via de reforço, eu acho que essas cooperativas... fica muito difícil de elas serem desincubadas e andarem sozinhas. (Sujeito 6)*

*Eu acho que é fundamental pra todos os trabalhadores, essa evolução educacional. Porque quando você fala numa cooperativa de trabalho, você tá falando de uma cooperativa de trabalhadores. Uma cooperativa de trabalhadores que tem trabalhadores mal-educados no sentido formal da educação, o cara que tem segunda série primária, ele não vai ser um bom trabalhador e, com certeza, não vai ser um bom cooperativista, não vai ser um bom empresário. (Sujeito 7)*

*A necessidade do cooperativismo é educar, educar e educar. É a palavra de ordem do cooperativismo. Você primeiro tem, todo mundo dentro da cooperativa, como todo mundo é dono, todo mundo deveria ter as mesmas condições pra que haja a permanente substituição na direção da cooperativa, não ficar aquelas pessoas 40 anos, 20 anos, não é isso? Que todo mundo tenha condições porque todo mundo é dono do seu negócio e a constante formação porque se a pessoa não tiver, em qualquer profissão, em qualquer coisa, em constante formação, ela fica sem condições de concorrência, né? E a questão da filosofia cooperativista que é extremamente humana, isso tem que ser muito aprofundado, até como cidadão, eu acho que é uma escola de cidadania o cooperativismo, se ele for bem, né, claro, é uma escola de cidadania, pro homem ser um cidadão. Acho que a educação é tudo pro cooperativismo, não existe fator mais importante. Se uma cooperativa investir em educação, ela tá investindo na coisa certa. O mais importante é educação: educar, educar e educar. (Sujeito 8)*

Ainda em se tratando do espaço escolar, os entrevistados defendem a inserção de temáticas ligadas a associativismo / autogestão / mundo do trabalho / **COOPERATIVISMO NA ESCOLA**, já no primeiro grau, de modo a difundir, desde a infância e a adolescência, valores, práticas e experiências que ampliem a capacidade de percepção das várias formas possíveis de inserção e recriação da vida econômica e social. Neste sentido, o terceiro setor, aqui representado pelas ONGs, demonstra

interesse em inserir-se na escola para trabalhar a questão em parceria com os educadores.

*Porque, por enquanto, a gente não tem perna pra fazer isso, mas que no ano 2000 talvez a gente comece a fazer isso. É exatamente: produzir material didático, abrir a discussão com as escolas, pra começar a introduzir a questão da economia e as formas diferenciadas de você gerir a sua própria vida, se sustentar materialmente e trabalhar a questão da cooperativa, trabalhar a questão de formas de produção associada, abrir a discussão da economia desde criança, sei lá, 7, 8, 9 anos em diante. (...) Ou você começa com uma matéria específica sensibilizando as crianças pra isso, ou você começa com isso e depois tenta fazer esse corte transversal nas disciplinas, ou tenta combinar as duas coisas. A gente defende a idéia de que seja a partir do 1º grau. Pra começar a trabalhar uma nova cultura de trabalho também, né, não um trabalho assalariado, mas um trabalho livre. (Sujeito 2)*

*Eu acho que talvez na questão da educação básica, você não ter uma matéria chamada cooperativismo, porque eu acho que aí fica mais uma coisa que o cara aprende, aí estuda que foi lá na Inglaterra, aquela coisa. Eu acho que a escola tem que ser reformada pra ter uma abordagem interdisciplinar e aí sim, você tá trabalhando cooperativismo quando você estuda a história dos negros, a história dos índios, a história dos portugueses, daqueles que vieram realmente trabalhar, que não eram exploradores, dos imigrantes europeus, então é nessa perspectiva. Agora, na universidade sim, eu acho que é interessante, sem dúvida nenhuma, você ter uma linha que tá estudando essa coisa, como já existe, por exemplo, no nordeste tem uma pós-graduação numa universidade rural. (Sujeito 4)*

*Acho que o mundo do trabalho deveria ser curricular. As formas associativas deveriam ser curriculares. O que eu acho é exatamente o que eu tou falando, não deve induzir pro cooperativismo, é você saber que aquilo existe. Economia é uma matéria de primeiro grau. Se você entender que 90% larga a escola antes da oitava série, todo mundo deveria ter noções de economia porque economia é um instrumento de vida. O instrumental do mundo do trabalho não tá na escola de primeiro grau: Economia, contrato, direitos trabalhistas, coisas que dessem subsídios, que ele sentisse necessidade, quanto mais subsídio pra vida dele. Escola foi formada pra ter terceiro grau, a escola formal, ela é direcionada ao terceiro grau. Ela instrumentaliza o terceiro grau, ela não instrumentaliza o trabalhador. Que não vai chegar lá. (Sujeito 5)*

*Primeira coisa, é botar isso em pauta. Porque isso, eu nunca, que eu me lembre, na minha formação, eu dei lá, Saint Simon, você dá os socialistas utópicos, mas isso passa, você não tem nenhuma informação do que que é o cooperativismo, como é que é uma cooperativa, isso não entra em lugar nenhum, então, passar a entrar, pra que o jovem quando saia à busca de emprego, ele consiga perceber que existem outras alternativas e que, inclusive, mais libertadoras. Isso, não tem, não entra em lugar nenhum. Com esses*

*jovens, a gente falava de cooperativa e eles não tinham a menor idéia do que era. (Sujeito 9)*

*Todas as universidades tão bastante isoladas. Eu acho que o positivo de ter se trabalhado a COPPE é a inserção da universidade no tema. Eu acho que é muito importante ter bibliotecas específicas, e nas bibliotecas ter livros do cooperativismo que são fartos no mundo inteiro pra nutrir os estudantes, as faculdades de direito, de sociologia terem matérias específicas. (Sujeito 7)*

*Tem um grupo em Brasília chamado Educando, e no Espírito Santo nós temos uma cooperativa educacional chamada COOPEDUC, e já tem no currículo dela pras crianças e tudo mais a questão do cooperativismo. (...) Pequena. Há uma luta da OCB, ainda pequena, mas é uma luta. Falta de motivação? Eu não teria... (...) Em Goiás tem cooperativas educacionais que já tão fazendo isso. Nós temos até uma cooperativa que publica revistinhas sobre cooperativismo pra crianças, né? Existe uma cooperativa de gráficos, chamada COOPERGRAF, ela já faz essa questão pra publicação, com desenhinhos e tudo, pra criança entender o que que é a semente do cooperativismo. Isso é importante, a gente estará preparando o futuro do Brasil pra um mercado maleável e pra uma existência de vida, demonstrando pro trabalhador que ele tem as duas opções, de vínculo empregatício e de vínculo societário, que é o cooperativismo. (Sujeito 10)*

## 6.2.5 - O trabalho de assessoria

Muitas são as **PROPOSTAS E METODOLOGIAS DE ATUAÇÃO** das instituições investigadas. As ONGs têm uma atuação em várias escalas e funcionam como “intelectual orgânico” em diferentes situações, particularmente quando se dedicam a articular redes e fóruns dentro de uma proposta de desenvolvimento local. Menciona-se a preocupação em solidificar o desenvolvimento da democracia nos grupos, maior do que com alcançar resultados econômicos imediatos. Para alguns, é fundamental que o grupo associado busque o trabalho de assessoria, e não o contrário.

*Nós apoiamos a organização de comissões de emprego no sul da Bahia, nos municípios da região cacauzeira, principalmente a partir de Itabuna, Ilhéus e tal. Então, nessa região daí a gente conseguiu apoiar atividades que num dado momento geraram os distritos industriais, algumas atividades locais lá, inclusive uma olaria, um espaço produtivo ligado a uma área de assentamento urbano, aí a FASE participa da comissão de emprego, da comissão municipal e ajuda a coordenar essas relações com outras comissões e cria uma espécie de rede que atua lutando por políticas públicas de desenvolvimento local e de geração de emprego etc. (...) Quer dizer, nós não fazemos ações focalizadas, quer dizer, nós entendemos combate a pobreza articulado com o combate à desigualdade. Nós aceitamos fazer projetos demonstrativos, projetos localizados, mas quase sempre tá numa estratégia. (...) Aí teria que ver como se desenham os programas da FASE em cada região pra ver como a gente enquadra, qual é a relação que a gente tem entre saneamento básico e geração trabalho e renda e tal, e dependendo do lugar em que a gente tá atuando, ou é política de habitação ou é saneamento ou é a diversificação produtiva dos trabalhadores excluídos da produção de cacau ou da cana, aí vai variar o cenário. (Sujeito 1)*

*Fora do fórum, a gente faz parte, que também tá dentro do fórum também, que é o canteiro de socioeconomia solidária, onde a gente tenta articular diversas iniciativas a nível de Brasil e na América Latina. Iniciativas econômicas populares, ou seja, alternativas, formas de pensar e de implementar projetos de maneira alternativa. A gente participa também da rede Brasil sobre instituições multilaterais que é monitorar a ação do Banco Mundial aqui no Brasil, com seus projetos, chamados de desenvolvimento. E somos também do grupo articulador do Jubileu 2000 que é uma campanha internacional pelo cancelamento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Tamos aí na organização também do Tribunal da Dívida que vai acontecer em março aqui no Rio. Enfim, a gente trabalha a nível macro, a nível mezzo, que é o nível das redes, e o nível micro, atuando mais proximamente às iniciativas aqui do Rio. Fora assessorias, fora discussões, participação em eventos, tudo isso que a gente sempre também é convidado pra participar. (Sujeito 2)*

*Em primeiro lugar, nós não vamos a lugar nenhum por oferta nossa. Nós só vamos a grupos que solicitam a nossa presença. E esse detalhe é importantíssimo porque é esse detalhe que nos dá uma liberdade de expor a análise que nos vier à cabeça sem preocupação de que isso possa criar melindres, que isso possa fazer com que eles não nos chamem de novo. Se eles não chamarem de novo, ou nós não soubemos dar o recado ou eles não tão querendo o que nós temos pra dar. (...) Essa população, você tem é que ouvir deles e, a partir de uma conversa junto com eles, tentar formular soluções pros problemas deles. E não há respostas rápidas. Você levou 500 anos transformando esse pessoal... excluindo esse pessoal da sociedade. Você quer resolver em 5 anos, incluir eles todos na sociedade de uma vez? É um processo de mais de 500 anos, de 2000 anos. Ao longo de 2000 anos, essa população vem sendo excluída, excluída, excluída e aumentando o contingente cada vez mais. Agora, querem resolver num instantinho? Não resolve. E o pior é que botam na cabeça da gente a responsabilidade de participar desse processo, e frustra a gente porque são caminhos que eu não vejo a possibilidade de solução. É um absurdo e uma s..., você querer resolver o problema da exclusão obrigando o povo a trabalhar por si próprio. Nem camelô trabalha por si próprio. Esses camelôs todos aí, a mercadoria tem um dono centralizado. Aí de repente todo mundo vai tar preparado, com autonomia e discernimento suficiente pra conduzir seu próprio negócio? (Sujeito 3)*

*Nós preferimos que o resultado econômico custe mais a ser alcançado, os processos administrativos demorem mais a ser aperfeiçoados, mas a relação entre eles e o processo de domínio do conhecimento necessário pra que isso aconteça se dê com muito mais solidez. E dentro desse processo, o desenvolvimento da relação entre eles feito de uma forma democrática, não por uma questão ideológica qualquer, mas porque é a forma mais eficaz de você ter a consolidação desses conhecimentos. (Sujeito 3)*

*Da parte da contribuição cooperativista e a taxa de manutenção, vai uma parcela para a OCB que é 50%, ou seja, 0.1% da contribuição cooperativista vai pra OCB e a outra parte fica pra OCERJ. (...) Pra você ter idéia, essa gaveta aqui é de inadimplente, pessoas que montaram cooperativas e mudaram-se, mas algumas ainda estão em funcionamento, né? Então, a receita da OCERJ era muito pouca, a gente até atrasava os impostos dos empregados, pagamentos dos fornecedores, porque a receita era pouca. Então, a gente vem combatendo a inadimplência. O pessoal não quer aceitar, o pessoal acha que nós somos um órgão prestador de serviços e portanto só paga se a gente prestar serviço. Ele esquece que ao vir fazer uma consulta, ao querer pegar um parecer, ele tá ocupando tempo, tempo é dinheiro, o profissional tá gastando a massa cinza da cabeça, isso é custo; um parecer, uma consultoria custa muito no mercado... Nós oferecemos aqui assessoria, consultoria e orientações, sem cobrar nada. Assessoria jurídica, administrativa. (Sujeito 10)*

No que se refere aos aspectos metodológicos, é recorrente a menção a uma necessária adaptação da linguagem e da didática ao público com que se trabalha. A metodologia de Paulo Freire serve aos propósitos destes assessores no que eles procuram partir da realidade cotidiana dos grupos, construindo com os indivíduos os saberes relativos à autogestão, de forma lúdica, participativa e vivencial. Metodologias de capacitação para gestão de empresas privadas também são utilizadas, fazendo-se as devidas reformulações.

*E você tem por outro lado, uma formação nos cursos de administração que é completamente inacessível pra esse público que a gente trabalha. E mesmo quando essa universidade ou essa proposta vai lá na favela, ela tem uma linguagem muito fechada, muito distante, incompreensível. Então, qual é a nossa proposta? A gente vem fazendo, trabalhando, desde a questão do preço, formação de preço, pesquisa de mercado, em oficinas onde a gente tenta, num primeiro momento fazer uma metodologia bem simples, sem ser misteriosa, muito numa linha freireana, que é trazer aquele conhecimento que tá solto sobre aquele tema, e vai trazendo aquele conhecimento, puxa do pessoal o que eles sabem. A partir daí vai facilitando a sistematização desse conhecimento e agregando novos conhecimentos. E depois disso, a gente faz um trabalho de exercício prático pra tar trabalhando aquele tema. É essa a dinâmica que a gente usa. É uma coisa bem simples e que é interessante. (Sujeito 4)*

*Eu acho que o próprio Paulo Freire já deixou uma base de caminhos que seria interessante ser retomado, isso pra educação formal em qualquer nível e pra informal também. E o que nós aqui fazemos é a capacitação propriamente dita do grupo que quer formar uma cooperativa. Sobretudo mudança de comportamento, o cerne é esse. Então, a questão da cidadania, a questão dos direitos tanto dentro da cooperativa quanto na sociedade, é isso que a gente faz, todos esses valores básicos. E tem a informação lá, pra gente... Nessa capacitação, tem módulos que são só informação, desde a legislação até os fundos da cooperativa, isso tudo é passado, agora a gente trabalha mesmo são valores. Valores, comportamento, isso tudo é o foco da gente. (Sujeito 9)*

*A nossa metodologia, ela se baseia no CEFÉ, que é uma metodologia para micro e pequenos empresários individuais, é uma coisa ao contrário, ela é super competitiva. O que que a gente fez? A gente adaptou os jogos, basicamente, porque a gente acha que metodologias são instrumentos, então, ela é pra ser trabalhada e reinventada e a gente tá atento ao que as pessoas tão fazendo, então, a gente tenta ir incorporando novas coisas, cruzando outras metodologias. É o tempo inteiro participativa, através de jogos... Tem alguns blocos que não, tem alguns blocos que não tem jeito, você vai pro quadro negro e dá uma aula mesmo. Mas eu diria que 80% é lúdico, lúdico e participativo. (...) Eles têm que arrumar o local e a comida. E pra gente é importante que eles fiquem um número grande de horas juntos. Então, o almoço, é importante que seja junto, que ninguém saia pra ir almoçar em casa e tal. (...) Essa coisa que são*

*duas horas aqui, duas horas ali... É um público que tem dificuldade de concentração, por isso a gente usa muito os jogos. Eles se divertem muito com os jogos, porque eles acham: "Ah, vamos fazer mais brincadeira?" Depois, então, na hora de processar o jogo, aí eles vêm por que que tão jogando, entendeu? (Sujeito 9)*

*A nossa idéia é tar realmente fazendo um trabalho de formação pesado nessa área de capacitação de gestores de cooperativas populares, daí eu ter feito o meu trabalho pra tar estudando um pouco qual deve ser esse perfil, à luz do próprio conhecimento da gestão de empresas privadas que tá sendo proposto aí pras empresas privadas, que tem a ver com a nossa proposta, até porque essa proposta, essa nova abordagem gerencial, ela é apropriada de uma proposta, como eu te falei anteriormente, anarquista, humanista. Porque eles já viram que não dá certo mesmo a centralização do poder, a hierarquização das empresas, não é produtivo, né? Então, a gente fez esse estudo exatamente pra pegar isso, porque a idéia é estar fazendo nos próximos 6 anos, ter uma escola onde a gente tá trabalhando com essa proposta, capacitando mesmo os gestores de cooperativas populares. (Sujeito 4)*

*Então, o processo é esse: "Juntem um caminhão de laranja que aqui no Rio eu vendo por tanto." E feitas as contas, dá duas vezes o que ele tá recebendo lá. E então entra, quando eles solicitam, a CAPINA, assessorando a eles sobre como se organizar e se juntar pra fazer esse caminhão seguir pra lá. Compensa porque, não é novidade nenhuma, o atravessador que compra deles vem vender aqui também. Então, tá sendo repassado pra eles o ganho de um intermediário aí no meio. Agora, não é uma compensação que vá fazer com que eles se transformem de pobres em ricos de uma hora pra outra. E mais do que os 20, 30% que eles ganham, eles tão aprendendo a se organizar, eles tão aprendendo os mecanismos da comercialização, portanto eles tão aprendendo o que brigar com o governo para fazer com que, para os pequenos, esses mecanismos sejam simplificados. Então, o objetivo, muito mais do que comercial da presença desse vendedor aqui, é um objetivo educativo pra mostrar a eles a importância de se organizarem, se conhecerem e confiarem uns nos outros. (Sujeito 3)*

Quando a questão é desenvolver **PARCERIAS INSTITUCIONAIS** entre os diversos atores sociais que prestam assessoria na área, verificam-se dificuldades em praticar o cooperativismo propagado. São entraves de ordem institucional, de fundo ideológico, de posicionamento político e devidos à competição por recursos. As ONGs consultadas demonstram disposição em estabelecer parcerias entre si, inclusive, porque há uma relativa escassez de financiamentos internacionais. Com relação ao poder público, entretanto, algumas ONGs mantêm ainda um grande distanciamento, que outras já relativizam. O poder público, segundo representante do município, reconhece a

qualidade do trabalho das várias entidades atuantes e mostra-se disposto a estabelecer parcerias diversificadas. A universidade é lembrada como parceiro em potencial de grande importância para o desenvolvimento das cooperativas.

*Bom, eu acho o seguinte: nós estamos num momento que tem duas tendências fortes do ponto de vista da cultura das entidades, dos intelectuais e das organizações que trabalham com as temáticas de economia popular, cooperativismo, desenvolvimento local ou alternativas de emprego. Quer dizer, tem um cenário maior, uma busca de políticas que de certa forma joguem nas classes populares a responsabilidade sobre as suas soluções. Então, nós temos políticas que eu disse que são aquelas de empregabilidade e aquelas de desenvolvimento da sua autocompetência empreendedora, em alguns casos, inclusive, levando à idéia de que o acesso democrático a isso poderia se dar via o crédito. Então, quer dizer, os indivíduos ficariam devedores dessas condições e seriam co-responsáveis pelo risco com relação às suas oportunidades que buscassem e tivessem a gerar. (...) Então, aí há muitos atores, há toda uma disputa de atores, há toda uma transferência de responsabilidades, há toda uma redistribuição de recursos, há toda uma disputa de inovação, há toda uma crise do papel do Estado, crise das empresas, crise do mercado de trabalho, desregulamentação, então você tem um cenário variado que tem uma característica: ele combina forte fragmentação, forte individualismo... (...) Estão surgindo muitas tendências, algumas antagônicas, experiências e tal, numa enorme diversidade, mas o que acontece é que alguns atores... ONGs disputam entre si, seus métodos e recursos. Nós estamos falando de um espaço, de uma questão tão importante, mas com a crise de políticas públicas e as fraquezas da esfera pública de opinião e de organização e lidando com atores desorganizados, principalmente no mundo do trabalho, ou lutando com atores organizados em crise como os sindicatos que estão lutando pela sua posição dentro desse espaço, dentro dessa problemática, então, o que que acontece? Imediatamente, o cenário é um cenário de mercado, é um cenário de disputa e competição, um cenário de mercado predatório, essa que é a questão. (Sujeito 1)*

*Esse conceito de espaço, eu acho que com esse processo de redes, muda completamente, até a própria política institucional. Se antes, a instituição se dava ao luxo de trabalhar isoladamente, fazer o seu trabalho isoladamente de outras, de uma forma bastante particular, singular e própria, eu acho que hoje a questão é como manter essa singularidade e tal, mas ao mesmo tempo mantendo parceria, quer dizer, tem que abrir, tem que ventilar, tem que respirar, porque senão morre, atrofia e morre, degenera e morre. (...) Pelo menos aqui o PACS, a gente sempre trabalhou com muitas parcerias, né? Quer dizer, faz parte da cultura institucional do PACS trabalhar de forma... Primeiro que o PACS é muito pequeno também, e faz parte da sua própria filosofia, né, esse conceito de redes, de complementaridade, que nós não sabemos, não somos, não queremos dar conta de tudo, ao contrário, temos nosso campo específico de ação e dentro desse campo específico de ação, sabemos que podemos contribuir nesse, nesse e nesse assunto, e que outros assuntos a gente vai colaborando e vai construindo as parcerias com outros, né? Eu acho isso e as*

*ONGs também... Pra mim é claro que a ONG não é protagonista social, não é? ONG tem que ser, no máximo, coadjuvante, né? Protagonista social são os movimentos sociais. Eles sim têm que tar na vanguarda das coisas, os movimentos, os sindicatos, quem seja. A ONG tá aí pra apoiar, pra contribuir na discussão, pra construir o processo, mas não pra ser protagonista de nada; no máximo coadjuvante, de todo o processo. Então, eu acho que as ONGs mudaram bastante o modo de trabalhar, se vê que cada vez tão trabalhando com mais parcerias. Agora, a questão que eu acho que deve ser colocada é: até que ponto a gente permanece como coadjuvante, não quer ser protagonista, entendeu? Isso que eu acho que é um... Como a gente sempre trabalhou de uma forma muito voltada pros próprios projetos e com uma assessoria aos movimentos populares, quando agora a gente é chamado pra dialogar com os movimentos sociais e construir plataformas em comum, né, como adequar e como compor as forças dentro desse processo de articulação. (...) Quer dizer, eu acho que, quando a gente é convocado a entrar dentro de um processo de desenvolvimento alternativo pro país, tal, tal, tal, qual é o nosso papel nisso tudo? Acho que isso tem que ser uma discussão mais profunda, sabe? (Sujeito 2)*

*Em vez das ONGs se verem como parceiras de fato, existe essa coisa de cada um querer ficar no seu nicho, tocar as suas capacidades em separado, então eu acho que isso tem que ser revisto urgentemente até por causa da cooperação internacional que é minguante, a gente tem que ver como é que opera isso no Brasil, mas enfim... Isso é um percurso mais longo, é uma questão da cultura das pessoas... (...) Eu acho que é ainda a não-realização na cabeça das pessoas de que a gente tem primeiro que começar a operar com recursos nacionais, que eu acho que isso até nos legitimaria mais. Agora, nós já cortamos várias coisas, eu acho que todas as outras ONGs também, então a gente tem que começar a pensar em fusão, em parcerias efetivas: Por que que cada uma tem que ter uma revista, por exemplo, né? Por que que a gente não faz um pool e faz uma revista do terceiro setor, que entre nas bancas, que seja mensal pelo menos, quer dizer, que se junte as capacidades de cada uma e os recursos de cada uma pra fazer coisas de maior impacto na sociedade. (...) Tem outras áreas que eu acho que várias ONGs trabalham coisas semelhantes. Eu acho que tem afinar mais essas coisas, mas isso não depende só de uma ONG, né? Eu acho que o próprio processo, infelizmente, pela necessidade, essas coisas vão surgir; eu preferia que fosse por uma visão estratégica diferente, entendeu? Eu acho que dá pra trabalhar junto sem perder a identidade, é uma questão só de ver como é que faz isso... Agora, é complicado, é complicado pras empresas também, né, quanto mais pra uma ONG, porque aí entram questões culturais, ideológicas, de visão de mundo, visão por onde que a política passa, muito diversas, né? Cada um teve as suas trajetórias, teve os seus sofrimentos, as suas alegrias diferentes, então isso cunha personalidades... Tem que ver. (Sujeito 9)*

*O Chile tem todo um setor da sociedade que, políticas públicas inclusive, onde os grandes implementadores de políticas públicas no Chile são as ONGs, por exemplo, né? O Estado, ao invés de fazer o*

*trabalho, repassa pra ONG o recurso, e a ONG faz o trabalho. É uma forma de terceirização e de cooptação também, né? Porque você amarra com rédeas curtas o trabalho delas. Então, há uma perda de autonomia. Mas faz parte também da lógica do próprio desenvolvimento do capital, né? O capital trabalha com essa perspectiva também, de incorporar, de cooptar... (...) Comunidade Solidária? Até que estão fazendo coisa por aí, mas é uma coisa que não sei, não conheço, mas duvido um pouco. Da capacidade de isso provocar uma transformação social, porque eu acho que tudo que a gente faz, prevê e quer construir um processo de transformação social, não pra fazer reforma social, dar o pirulito na boca do pobre, não é isso que a gente quer. Então, eu acho que nesse sentido, essas políticas de incorporar, de cooptar as ONGs, etc., têm essa função. (Sujeito 2)*

*Primeiro, eu acho que há um fechamento das ONGs em trabalharem com o governo, isso tá mudando, isso tá mudando. Na minha visão, as ONGs deviam trabalhar com qualquer prefeitura, do partido que fosse, contanto que fosse uma prefeitura idônea, que não roubasse, que não-sei-o-quê; agora, fora isso, pra mim, pode ser do PFL... Então, nós enquanto ONG somos suprapartidários, então, pra mim é isso, o meu público é o povo, é a população daquele lugar, tou me lixando pra quem tá ali, se a população elegeu... Elegeu, escolheu o seu representante. (...) Olha, não tem muito como escapar... Quer dizer, em geral, os técnicos das ONGs são do PT e não é à toa que são do PT, não é à toa, porque eu acho que é partido que tem mais afinidade com as questões sociais. (...) Isso que eu tou te falando, eu acho que nos últimos 4 anos, isso mudou muito. Antes, você diria: Jamais!! Hoje em dia não, porque eu acho que a gente foi mudando a cabeça, a gente tá mais plural. E diria até que tá, bom, isso é um risco, tá valorizando menos os partidos como solução de tudo, então tá se voltando mais... (...) A visão da democracia, que era uma visão muito mais fechada, e hoje ela é muito mais aberta. E isso tem a ver com queda do muro de Berlim, com todas as coisas... Repensar o socialismo... Perda das certezas e repensar o socialismo, que a gente, bem ou mal, a gente achava que o socialismo era uma coisa que você vinha e você implantava; não é assim, né? É uma soma de mudanças que vão se dando e que um dia podem chegar a algum lugar. É, e não é mais um socialismo estatal. (...) Essa coisa do partido único, era uma coisa... Eu comecei assim, tinha partido único, não-sei-o-quê, o Estado com as suas mãos organizando tudo... Eu tou falando dos anos 60, lá atrás. (Sujeito 9)*

*A gente tem o Fórum de Desenvolvimento Local que a gente participa. É um fórum mais de reflexão e de articulação e tal. Onde o Comunidade Solidária tá dentro, por exemplo, também. (...) Porque por mais que a gente... Quer dizer, vendo a relação trabalho de ONGs e o Estado, tudo que a gente faz, se o Estado entrasse, isso aí se multiplica por mil, entendeu? Porque aí você tem toda uma máquina, você tem especializações, o trabalho vai muito mais rápido, vai muito melhor do que a gente ficar fazendo mil projetinhos demonstrativos, tudo picadinho. (Sujeito 9)*

*O objetivo aqui da Secretaria é que a gente também faça um trabalho com outras entidades, quer dizer, o nosso objetivo não é ficar só com a COPPE. Quer dizer, a gente começar a abrir também, como eu te falei, o nosso programa Favela-Bairro é com a COPPE, mas a gente ter também comunidades de baixa renda ligadas a outras entidades até pra gente fazer parâmetros. Eu acho que é muito importante você trabalhar com várias entidades até pra ver os resultados. (...) Então a idéia é a seguinte, a gente fazer um contato com as outras entidades e ver como é que a gente pode aumentar o nosso leque em termos de secretaria de trabalho, em termos de cooperativa. (Sujeito 6)*

*O cooperativismo necessita das cabeças na universidade de uma maneira enorme. Você precisa ter engenharia da produção, você precisa ter desenho industrial, você precisa ter gente da administração pra dar a questão da gestão da cooperativa, precisa ter cientistas sociais, pedagogos, psicólogos, muitos... assistentes sociais, e essa gente toda tem que entrar com o seu saber, que é o saber deles, mas tem que dar uma reciclada pra trabalhar com esse público. Então, não adianta, pode ser um excelente administrador, se chega lá, me dá aquela coisa da espinha de peixe, não é essa a linguagem, não adianta, vão ter que passar também por um treinamento pra poder lidar, né? Agora, se viessem, seria fantástico! Eu também não tou pensando um cooperativismo com a carroça, tou pensando um cooperativismo pra frente, pro trabalho ser uma coisa que fortaleça as relações sociais, grupais, afetivas, sentimentais, de todos os tipos dentro dos vários grupos, né, enfim... (...) Por isso que eu digo, eu queria montar um centro modelo desses, porque aí fazia um convênio com a ESDI (UERJ), pegava alunos como estagiários e tal... Porque você anda, qualquer lugar que você vá, que tem artesanato, aqueles vasos de barro, é tudo igual, horrível. Por que não pegar aquelas pessoas e ter um bom desenho, fazer vários produtos... O que tem de serralheiro nessa cidade, não é brincadeira, agora, nego só faz grade. Por que não pensar em outros produtos? Luminárias bonitas, puxadores de outro tipo, sei lá, tem mil coisas que você pode fazer, né? Agora, precisa ter alguém ali pensando isso. (Sujeito 9)*

Alguns sujeitos mencionam como sendo fundamental que se faça um **RECADASTRAMENTO DE COOPERATIVAS**. Alegam haver “cooperativas fraudulentas” e se dizem capacitados, inclusive, a assessorar o Estado na fiscalização daquelas contratadas para prestar serviços públicos. Menciona-se também a importância de um processo de certificação de cooperativas que as diferencie no mercado. Dentre os critérios a serem considerados nesta certificação estão: a existência de laços solidários no grupo, a prática de “preços justos” e o respeito à questão ambiental.

*Se houvesse consulta, se houvesse planejamento, poderiam surgir grandes cooperativas de qualidade, de boa qualidade, e trabalhar em apoio a esses hospitais. E não aquela máfia. Porque todo mundo fala: “Ah, não pode cooperativa trabalhar com hospital”. Mas o que mais*

*tem é empresa de terceirização trabalhando, inclusive fornecendo enfermeiros, fornecendo médico... Existem franco-atiradores aí que não tão organizados que ficam fazendo coisas aí e aí não dá pra distinguir se é por maldade mesmo, se é por vontade de explorar, roubar as pessoas, ou se é por falta de conhecimento. Isso é que a gente tem que fazer um grande recadastramento dessas cooperativas; muitas estão mortas, porque a maior parte dessas, elas morrem mesmo. O explorador acaba aparecendo e todo mundo se volta contra ele, então, fazer um grande recadastramento e aí o Estado pode nos ajudar, nos dar apoio pra gente recadastrar. E preparar essas cooperativas. Se são cooperativas fraudulentas, a gente denuncia no Ministério Público e a gente liquida elas, tá bom? Se não, a gente trabalha junto com elas. (Sujeito 7)*

*Algumas dessas cooperativas que ele tá combatendo na terceirização dos hospitais, ele tá correto. Mas por que, com base no próprio artigo da lei, ele não podia consultar a gente? Pra que a gente desse um diagnóstico pra ele? Porque, por exemplo, tem cooperativas que tão desenvolvendo um trabalho sério junto aos hospitais. Aí, só avaliando in loco. Primeiro, a gente iria ver a legalidade perante a lei, iria ver a legalidade documental, segundo, iria se ver a legalidade participativa. Porque a gente tem no estado do RJ cooperativas que pagam 30% do seu faturamento a escritórios de consultoria e assessoria. Isso é uma barbaridade, isso é uma grande safadagem, né? Então, você vê o seguinte, que nessa conjectura geral, nós temos fatos que não condizem com a realidade do cooperativismo, mas pra isso a gente tem que ver. (Sujeito 10)*

*Cumprir o que tá na Constituição. Se ele cumprisse o que tá na Constituição, já era um bom ponto, entendeu? Eu não quero que o Estado seja pai, mãe, que dê dinheiro, não, que incentive, que ele estimule. Não criando impostos e arrebentando. E que dê o poder de fiscalização pra gente. Porque só pode fiscalizar a gente mesmo. Eu acho que só quem pode fiscalizar o médico, é o próprio médico, ou seja, o CRM. Eu acho que quem tem que fiscalizar as cooperativas, são as cooperativas. (...) O pessoal não quer que o sistema cooperativista seja fiscalizado, não é interesse, porque tem muita cooperativa encoberta pelo próprio sistema, né? As cooperativas não têm fiscalização. Porque não interessa que quem entenda vá fiscalizar, porque vai descobrir as porcarias, vai descobrir um monte de sujeira. Agora é fácil, mandar um fiscal do trabalho fiscalizar, ele não entende nada. É fácil mandar um fiscal do INCRA fiscalizar uma cooperativa agrícola, ele não entende nada. Agora, manda quem entende, ele vai descobrir muita sujeira. E aí não é interessante. Por exemplo, algumas UNIMEDs já sofreriam baixa, né? Então não é interessante. O poder do capital infelizmente manda no mundo. O capitalismo acabou com o soviétismo, né, porque ali não era um comunismo, né, ali era um soviétismo. Então, o capitalismo acabou lá... O capitalismo sozinho é um vírus pior que o HIV. (Sujeito 10)*

*Primeiro que aquele produto esteja sendo fabricado, feito, ou aquele serviço, por trabalhadores em pé de igualdade, no sentido de que é o trabalho que tá sendo remunerado e não o capital, que é um dos princípios do cooperativismo, que as pessoas sejam solidárias entre*

*si, que os seus serviços e os seus produtos tenham qualidade, tenham preço justo... O que que é o preço justo? Que as pessoas recebam pelo trabalho o suficiente para a sua reprodução, para o seu lazer, para a sua cultura, pra poder aumentar a sua cultura, pra poder estudar se quiser estudar mais, enfim, que tenham esta oportunidade, e que tenha qualidade e que, obviamente, não fira nenhuma questão ambiental. Você teria que conviver com aquela cooperativa, você fica uma semana, dá um espaço, volta, fica mais uma semana, pra ver como é que essas relações se dão, porque a questão do poder dentro das cooperativas é uma questão complicada. Porque quem é eleito para a direção, muitas vezes se apropria daquele lugar e se torna um dono, entre aspas, da cooperativa. (Sujeito 9)*

## 6.2.6 - Desenvolvimento local e regional

A abertura comercial desta década de 90, no Brasil, trouxe consequências devastadoras para o **MERCADO DE TRABALHO**. A qualidade e a competitividade dos produtos nacionais vêm sendo postas à prova nos diversos setores produtivos, da indústria de bens de consumo duráveis às atividades primárias. O setor de confecções é um exemplo de mercado fortemente atingido, principalmente, pela concorrência chinesa, em virtude desta força de trabalho ser baixissimamente remunerada. A novidade e o preço - nem sempre a qualidade - atraem o consumidor, abatendo ainda mais a economia nacional, que padece com as altas taxas de juros. Escoar a produção torna-se um desafio para a maioria das cooperativas. Contudo, nem todos concordam com a avaliação de que o mercado esteja saturado.

*Uma pergunta que a gente vai ter que se colocar e trabalhar nos próximos anos é: O que produzir, o que que esses grupos podem produzir? Porque a gente tá vendo que com essa globalização do capital aí, né, a gente tá vendo que os produtos que muitos grupos produzem, aqui não têm mais competitividade no mercado, ou seja, os produtos, principalmente produtos têxteis, vestuário e tal. Chega um produto da China, entra e concorre, mata com tudo, né? Ou mesmo geléias etc., que entram da Noruega, da Dinamarca, que entram bem barato também no mercado brasileiro, e por aí vai. Então, a gente tem que pensar estratégia do que produzir. Mais voltado pra um mercado de demanda e não de oferta, então, a gente vincular a produção à demanda dos locais, dos bairros, das cidades, das regiões. (Sujeito 2)*

*Eu acho que em termos de estado do Rio... Até outro dia eu tava vendo o Garotinho dizendo que vai trazer algumas indústrias pro Rio de Janeiro, alguma coisa... Eu acho que enquanto não se pensar em abertura de novos mercados de trabalho aqui, eu acho que tá tudo muito difícil. Tanto na cidade do Rio como nos outros municípios, o que que tá acontecendo? Não tem mercado de trabalho. Se não tem indústria, não tem fábrica, onde é que você vai empregar essa gente? Quer dizer, por mais criatividade que se tenha, onde você vai colocar tanta gente? É aquela história, quer dizer, não é só a capacitação, não adianta você ter... A gente no Rio de Janeiro, foi comprovado numa pesquisa aí que o número de pessoas com nível superior maior é no Rio de Janeiro, é daí? Você vai colocar onde esse pessoal, se não existe mercado de trabalho? Então, na minha visão, enquanto não houver um plano, algum projeto que crie pra fazer um desenvolvimento como uns pólos... Não sei exatamente quais que podem ser, eu acho que realmente a tendência do mercado de trabalho é muito difícil. É a realidade mundial. (Sujeito 6)*

*Não existe mercado saturado pra produção, na quantidade do que os pequenos produtores produzem, não existe mercado saturado. Não*

*exis... se você produzir camisa, você vende camisa, se você produzir macarrão, você vende macarrão. O que existe é preço mais alto e preço mais baixo, mas vender, você vende. Não existe. Não são mil quilos de macarrão por mês que vão saturar o mercado, não existe, existe saber vender o que você produziu. Alguns produtos são mais competitivos que outros, mas dentro dos custos de uma empresa grande tem uma série de itens que pra você não são custos. Você não tem custo de propaganda, você não tem custo de uma estrutura administrativa pesada que eles têm, você não tem custos de pagamento de diretorias caras, tem uma série de custos que você não tem. E ainda mais, você tem os empregados dispostos a ganhar muito pouco no começo. Então, existe o espaço. O que não existe é o conhecimento suficiente pra trabalhar com eficiência, e mais do que isso, o pessoal pensa que o produto se vende sozinho e não parte pra vender. E muitas vezes não parte pra vender porque tem vergonha do produto que produz, porque acha que é produto de pobre, e as pessoas não gostam de produto de pobre. Eles às vezes até não dizem que é feito por eles, porque têm vergonha. (Sujeito 3)*

*Não é bastar formar a cooperativa e ter mercado, mas cooperativa significa união de forças, então você consegue, aquilo que você não consegue sozinho, você consegue com muitos. E buscar mercado, buscar material mais barato, situações mais baratas... E aí é o seguinte: Se eu reduzir o meu ganho, eu vou enfrentar o mercado e se eu enfrentar o mercado e mostrar que o meu produto é de qualidade, eu daqui a pouco posso aumentar o preço do meu produto, mas eu sei que ele é comprado porque ele já foi aceito pela qualidade dele, entendeu? Então, tem que mostrar a qualidade. Pra mostrar a qualidade, muitas das vezes, eu tenho que reduzir a minha ambição de ganho, eu tenho que enfrentar o mercado. (Sujeito 10)*

Alguns sujeitos insistem na existência de um potencial mercado de expansão para as cooperativas no Brasil. Aponta-se a prestação de serviços como setor promissor na medida em que o cooperativismo venha a substituir o “capitalismo selvagem” nos processos de terceirização a empresas. A inserção das cooperativas em setores como saúde e educação, através do repasse de recursos públicos, com maior participação das comunidades atendidas, é apontada como sendo bastante positiva, se não há intenção de lucro.

*Não, o mercado no Brasil não é saturado. O Brasil é um país que tem que se desenvolver, principalmente na área de serviços, muita coisa, né? O setor terciário no Brasil ainda não é tão forte, mas tá avançando. Nos Estados Unidos, talvez 80% da economia seja no setor de serviços, eu não sei bem o dado, mas é mais ou menos isso, muito forte. E a gente vai evoluir pra isso. E aí a gente pode entrar. (...) Eu vejo que o grande caminho estratégico é você acabar com o capitalismo selvagem na área de serviços, introduzindo as cooperativas. (...) Tem que acabar com isso, construir grandes cooperativas de prestação de serviços, que tenham os trabalhadores*

*conscientes de que eles não são donos daquele negócio, que tem a proposta do retorno, a proposta rochdaliana do retorno que não é lucro, retorno proporcional ao trabalho, seja encarada como um fato na cooperativa. (Sujeito 7)*

*Agora, a característica do Rio, diferente de outros estados, a maioria das empresas, devido a esses fatores que eu já disse, fora a revolução tecnológica, todos esses negócios, é a cooperativa de trabalho. Esse é o grande foco do crescimento do cooperativismo no Rio de Janeiro. Inclusive, a nível de agricultura, a gente não tem quase agricultura, é um setor pequeno no estado do Rio. (...) Telecomunicações, você quer um? Tá expandindo horrores e não tem gente formada em telemática. (...) Essa gente menos qualificada tá ferrada, né? Primeiro, tem que saber ler. Tem que ter a educação básica, porque não tá tendo mercado pra quem tem nível secundário, quanto mais pra quem é semi-analfabeto, aí que não tem mesmo, ele não sabe usar o computador, não sabe... Essa gente tem que ter uma educação de base. (Sujeito 8)*

*A gente tem que trabalhar em todos os níveis o autogerenciamento. Vamos supor, o que eu te falei na primeira pergunta, as políticas educacionais daquele bairro, naquela escola, podem ser definidas por um coletivo ali daquele bairro, levando em conta as especificidades dali, levando em consideração a história, a cultura daquele lugar. Claro que sem ser sectário, sem ser muito preso ao micro, numa perspectiva também de abertura, mas isso os educadores sabem melhor do que eu. O que eu acho é que, se a escola é uma cooperativa, um grupo de produção associado trabalha a gestão daquela escola, a gestão daquele posto de saúde, contanto que não visem a apropriação do lucro, que não haja esse elemento lucro aí, eu acho ótimo. O que eu não concordo é que essas cooperativas, principalmente essas cooperativas de saúde e educação funcionem transformando saúde e educação em mercadoria, né? (...) Eu não acho que isso é transformar a educação em mercadoria. Porque ali não tem nenhum capitalista se apossando, se apropriando do lucro, do trabalho dos professores, entendeu? Aí é diferente. A diferença é: cooperativa com dono, cooperativa sem dono. (Sujeito 2)*

Menciona-se ainda a enorme carência de infra-estrutura no Brasil como diferencial evidente entre a realidade brasileira e a de desemprego tecnológico na Europa. Nessa mesma linha, de atendimento às demandas de um mercado interno de grande potencial, aponta-se para a necessária adequação da produção destes microempreendimentos às demandas locais e às vocações municipais, mantida uma interação entre escalas locais e regionais que equacione a fragmentação intensificada com a globalização. Em meio a estas colocações, questiona-se, inclusive, a adequação da formalização jurídica em

cooperativas como positivas, na medida em que diminuiriam a fluidez de determinados mercados e atividades.

*O problema principal de todas essas atividades está na escala. Quer dizer, nós não temos ainda, não se pensa ainda essas estruturas, essa forma de organização no interior de um arranjo socioproductivo maior, que você pensasse o conjunto da economia, descentralizadamente, evidentemente, porque tem que ser descentralizadamente, por município. Quer dizer, como é que você pensa assim: qual é a relação entre pólos de grande economia estatal urbana, de infra-estrutura como Baixada Viva em São João do Meriti e as classes populares, a economia popular, a política de habitação e moradia, que gerariam emprego? (...) Os principais mercados pras classes populares, pra essas cooperativas são o quê? É o cotidiano da sociedade, ou seja, são as cadeias ligadas à reprodução, alimentares, assistenciais, domésticas e à economia urbana: infra-estrutura, os equipamentos, e é a moradia, os fornos de construção habitacional popular, a autoconstrução das classes populares, aí seriam os mercados principais. (...) Pode o cooperativismo entrar e dar mais sistematicidade e organicidade a isso que é precário, autônomo, difuso? Pode responder a isso ou, ao contrário, vai atrapalhar a fluidez desse mercado, vai trazer um excesso de ideologias e demandas de formalização que não dão conta? Então, tem que ter um certo equilíbrio pra não pensar no cooperativismo como panacéia. (Sujeito 1)*

*Como é que se deu a recuperação americana na crise de 1929? O presidente Roosevelt que botou o governo a empregar a população toda, criou obras pra tudo quanto o lado. Aí, pronto, você reativou a economia à custa de investimento, não é gasto, é investimento do governo. Aqui, você é obrigado a sacar dinheiro de todas as atividades pra pagar juros de dívida lá pra fora, então você tá cada vez mais sucateando o país e não fazendo o que eles fizeram, né? O grande problema é a decomposição dos gastos brasileiros, 35% é o custo do país, vamos dizer; 65% é juro e amortização de dívida. Aqui, não mexe. Se não tivesse que pagar esses juros e essa amortização, esse país não teria um tremendo superavit de dinheiro pra financiar todo o seu desenvolvimento? Aí você é obrigado a diminuir os gastos que já estão concentrados em só 35% porque os 65% são imexíveis - impossível. (Sujeito 3)*

*No ES, eles não são ainda com esse braço do 1º grau, então, eles pegaram nos bairros pessoas que tavam desempregadas, fizeram várias oficinas e depois foram formando grupos por aproximação geográfica, então as pessoas iam pra sala e começam a levantar o que que o seu bairro tinha, o que que tava faltando, por exemplo, pra tentar, a partir daí, ver o que se poderia gerar de trabalho e renda pr'aquele grupo. O grupo em que eu tava, por exemplo, eles notaram que não tinha correio, daí surgiu a idéia - porque correio é através de franquia - de eles montarem uma cooperativa para gerir uma franquia dos correios no bairro, que era um bairro de 70 mil habitantes, uma coisa assim, que não tem banco, então as pessoas tinham que pegar ônibus pra pagar as suas contas de luz, botar uma carta... Aí eles foram lá, aí eles fazem pesquisa: A franquia só vai ter*

*no ano 2000, então essa ideia já foi descartada, aí a gente levantou no grupo todas as profissões: doceira, pedreiros, eletricitas, isso, aquilo e tal, aí a ideia deles era montar uma central de serviços. Não é ainda uma cooperativa porque eu dei a ideia: "Olha, pra vocês montarem uma cooperativa vocês têm que ter com laços entre vocês mais fortes, vocês têm que ser, não um bando, mas vocês têm que ser um grupo, pra isso precisa de capacitação, então vamos com calma." Dei a ideia de eles montarem uma central que depois se tornaria uma cooperativa de trabalho. Então, o projeto pega isso aí e fica incubando. (Sujeito 9)*

Na busca pelo mercado de trabalho, os grupos que assessoram cooperativas afirmam participar ativamente, contando ou não com profissionais especializados para tal. A conquista de contratos para as cooperativas parece dever-se mais a capacidades pessoais que a saberes acadêmicos, inclusive porque a tarefa subentende contato com possíveis contratantes que trazem preconceitos com relação a cooperativas, ou porque cooperativados da classe popular não seriam bem recebidos sem a intermediação destes assessores, cuja instituição, de certa forma, legitima a cooperativa no mercado. Os obstáculos que as cooperativas encontram para participar de grande parte das licitações - inclusive em setores e órgãos públicos municipais, estaduais e federais que, contraditoriamente, patrocinam projetos de formação para o cooperativismo - também é mencionada.

*Eu considero o mercado no Brasil ainda em expansão, o mercado de serviços. Então, tendo um pouco de noção de mercado... Eu acho que essa noção de mercado, eu não sei se a universidade tem condição de dar... (...) A federação aqui tem uma coisa que ela chama assessoria comercial, que é o que? A gente assina todos os Diários Oficiais e assina dois informativos sobre licitação; um que vem na mão, um que vem via-Internet. Esses informativos são repassados pras cooperativas dentro da área de interesse. Se é uma cooperativa de limpeza, a gente repassa só o edital... Se a cooperativa quer o nosso apoio, a gente vai, participa até da licitação pra ela, tipo junta documentos... (...) A nossa parte comercial, essa parte comercial, não tem nenhum engenheiro de produção, não tem nenhum técnico especializado, tem gente com capacidade das cooperativas, gente que ganha contratos. Eu trabalhei muito na área comercial na cooperativa que eu sou egresso, fui diretor dela, então tenho capacidade... Uso muito meus esforços próprios, porque a federação ainda é um grupo muito pequeno, nós não temos ainda... (Sujeito 7)*

*A outra, se a gente não indicasse, sequer passaria na porta do Metropolitan. Se a gente não fosse lá e cavasse trabalho, sequer passaria na porta. Talvez se passasse na porta, o segurança: "Ópa, o que que é isso aí, o que que você quer aqui?" (...) Vamos por ela e com ela. Primeiro, a gente faz o contato da federação com o tomador: "Olha, nós vamos indicar pra você uma cooperativa saudável, uma*

*cooperativa que tem dificuldades, mas a gente tem uma forma de enquadrar ela pra que ela faça o melhor trabalho pra você e você fique satisfeito. Porque, o que eles tinham lá, uma questão de cooperativa? Uma coisa desorganizada, sem nenhuma capacidade de honrar os compromissos, porque eles contrataram uma cooperativa lá de garçom - tá solta por aí, a gente não conhece - e deu um desastre, houve um desastre. Nós conseguimos reparar o desastre e agora vamos começar dia 1º de dezembro. Agora, se você for no Metropolitan... (Sujeito 7)*

*Uma coisa interessante é a seguinte: nessa primeira fase, todo o mercado de trabalho foi realmente conseguido através da COPPE, na UFRJ, mas eles já começaram a participar de licitações. Então essas cooperativas que já estão legalizadas, elas já vão partir pra essa fase, elas já tão saindo da incubagem. Tem algumas licitações que eles podem participar. Agora, eles também lutam muito pra que realmente alguns obstáculos na licitação, eles sejam sanados. Então, a gente tá contando aqui com o apoio do secretário e até mesmo com o do prefeito. Eles já tiveram, acho que, duas reuniões com o prefeito, com o Conde, no qual ele também tá muito aberto pra que faça as adequações necessárias pra que as cooperativas participem das licitações. E eles hoje também conseguem ter um acesso, é constante aqui, o secretário sempre os recebe e até o prefeito também. Quando eles marcam alguma reunião em conjunto, o prefeito tá aberto inclusive a recebê-los. Isso é bem positivo, né? (Sujeito 6)*

**RIO DE JANEIRO: DESAFIOS.** Segundo os entrevistados, a realidade fluminense apresenta questões de difícil enfrentamento. O interior do estado encontra-se abandonado há décadas e o contexto metropolitano comporta sérios problemas, como o poder do narcotráfico.

*O problema é que o interior foi abandonado no estado do Rio de Janeiro, concretamente. Então tem que haver uma política de interiorização porque ele foi abandonado. Desde a crise do Rio de Janeiro, que já dura 40 anos, desde a fusão do estado, se agravou nessa época, quando eles se juntaram. O interior saiu perdendo mesmo. Então, tem que ter uma política de fixação e até de retorno dessa gente. Os meninos de rua aqui do Rio vêm do interior, eles não são aqui do Rio. Você pega na rua, não são daqui, são da região noroeste. Então se você desenvolver trabalho, quer dizer, criação de empresas, de várias coisas de cooperativas, do que for, na região noroeste, essas pessoas vão ficar lá, que é muito melhor pra elas. Por isso é importante a interiorização, até porque tem essa falha no Rio de Janeiro. São Paulo desenvolveu o interior muito bem, existem cidades fortíssimas no interior de São Paulo. (Sujeito 8)*

*O problema é que o cooperativismo passou muito tempo no Brasil uma coisa muito pequena e muito ligada ao campo e com muito desvio, muito desvio. Pra você ver, as cooperativas de crédito no Rio de Janeiro, crédito rural, principalmente ligadas ao setor leiteiro,*

*acabaram porque já iam vendidas pros bicheiros, pra lavar dinheiro, e o Banco Central acabou. E é uma coisa importantíssima, o de envolvimento do cooperativismo de crédito. Você pega o dinheiro emprestado sem sofrer agiotagem e sem sofrer esse absurdo dos juros bancários. Então, depende muito do governo, mas depende muito do cooperativismo também, achar os seus caminhos. (Sujeito 8)*

*Aqui no Rio, eu acho que tem um problema, que começa de certa forma lá no nordeste, da organização do tráfico, mas é um tráfico que ainda tem peixeira; então não tem armamento pesado. Porque eu acho que a diferença, por exemplo, pegando aqui o Rio de Janeiro - talvez São Paulo, que deve ser semelhante, eu não sei, nunca trabalhei em São Paulo - mas aqui você tem uma coisa muito complicada que é o tráfico. Lá tem algum tipo de violência de gangues, tem surgido muito essas gangues, que é uma coisa que tá por aí, né? E tá tomando conta do Brasil, da América Latina, mesmo dos países ricos, essa coisa de gangue. Então, lá tem coisa de gangue, muito. Tem alguma coisa de tráfico, mas de maconha, não é coisa pesada, profissional, como é aqui no Rio de Janeiro. Aqui no Rio, você tem uma coisa mesmo que tá pari passu com a polícia, é muito mais bem apetrechada do que a própria polícia. (Sujeito 4)*

A excessiva concentração demográfica e econômica em torno das capitais é uma característica de países subdesenvolvidos e verifica-se no estado do Rio de Janeiro. A reversão do quadro, através do estímulo à interiorização, encontra obstáculos, mas é considerada importante por vários sujeitos.

*Olha, eu acho isso tão complicado porque...migrar é um negócio tão difícil, né, as pessoas, não sei, não teria opinião sobre isso não. Eu acho que o ideal seria isso, mas quem somos nós pra dizer que as pessoas tem que... (...) Segundo Celso Furtado, o Brasil é o único país do mundo que as pessoas querem voltar pra terra, né? Então, eu acho que seria o ideal, né, porque, puxa vida, as circunstâncias de vida na cidade grande tão uma coisa absurda, né, desumana, sub-humana. (Sujeito 2)*

*Bom, se a gente tiver uma cabeça de controle, gestão, manejo urbano etc. e uma visão de zoneamento ou o que seja, evidentemente que isso é indispensável, isso é indispensável, agora, e que é evidente que se você endogeniza nas localidades, você distribui capacidade, você potencializa capacidade, evidentemente que pode ter até uma coordenação local, coordenação global disso, evidentemente que você produz efeito. Quer dizer, aliás, a recíproca é verdadeira: ou seja, há efeitos derivados da ação global sobre a local, quer dizer, então nesse sentido a articulação do global é no local, quer dizer, ou seja: onde eu vivo o global? Eu vivo o global na cidade que eu vivo, no bairro em que eu estou etc. e eu vivo nas redes virtuais que eu me integro e acesso desde os lugares em que eu estou. (Sujeito 1)*

*Mercado, você não inventa, na verdade é o quanto você conquista e isso não tá claro ainda não. (...) No interior não tem capital. (...) Mas*

*não há uma concentração populacional, há uma concentração de capital, o resto é consequência. Eu não acredito em desconcentração, eu não acredito não. Não acredito, o capital tá aqui. Só se você tiver uma redistribuição de capital, se não é falso. Tá havendo uma interiorização, as empresas de Santo André tão indo pro Ceará isso não é interiorização. É pra baixar custo de produção, o mercado tá aqui no Rio... (...) A cooperativa não tá fora do sistema... Ela não tá fora. Ela trabalha junto do mercado, no interior não tem mercado, não tem moeda... (...) Eu não acredito que você consiga despertar pessoas para projetos que o reduzam a um ser biológico. Eu não acredito nisso. Que que você troca no interior? Você conhece o interior do estado do Rio? Você troca queijo minas por bife.*  
(Sujeito 5)

*Agora, o cooperativismo aqui no SEBRAE é um dos projetos. Eu tenho o PRODER, por exemplo, Programa de Emprego e Renda do SEBRAE nacional, que é desenvolvido no Brasil inteiro, que eu atuo com outras formas: com associativismo, microempresa, fundo de quintal... PRODER é o Programa de Emprego e Renda do SEBRAE, também tem um folder sobre isso, que é um programa que exatamente ele atua, tem uma metodologia pra atuar, é um programa visando o desenvolvimento do interior principalmente, a interiorização, ele atua sempre num acordo com as prefeituras locais e a gente faz um diagnóstico da situação, da história, os dados todos, que normalmente a prefeitura não tem, tem muita dificuldade de fazer esse tipo de estudo e depois a gente monta um plano de ação junto com a prefeitura, escolhe um projeto que gere emprego e aí a gente parte pra ver quais são as formas em cada município. (...) PRODER a nível nacional, procurando dar ênfase à interiorização, à fixação do homem no seu local, criar alternativas lá, exatamente pra que ele não saia.* (Sujeito 8)

O trabalho em escalas menores é considerado mais viável que a atuação em escalas metropolitanas, onde o incentivo a **PODER LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA** tende a se diluir. Há referência também à importância de uma aliança entre campo e cidade, que promova intercâmbios econômicos e sociais.

*Os modelos de desenvolvimento hegemônicos, a esquerda e a direita são contrários à estratégia de desenvolvimento local, mas é preciso ver também que na estratégia de desenvolvimento local há uma disputa entre a concepção do tipo Banco Mundial/PNUD etc. e uma concepção que vem de organizações que lutam com isso. Há uma disputa interna no campo, há um debate sobre desenvolvimento local.*  
(Sujeito 1)

*Olha, eu fico meio assim de desenvolver isso porque eu acho que o cooperativismo, ele poderia ter mais resultado em municípios menores, já que eu vinculo isso, o cooperativismo, ao desenvolvimento local. Quer dizer, onde você pudesse fazer um laboratório inicial, que você chama e a prefeitura, os secretários, as universidades, os movimentos, intelectualidade, as lideranças, as*

*iguais, enfim, você chama isso pra tentar, primeiro ter uma visão da própria região, do próprio município, ou dos municípios em torno, você tentar fazer uma pesquisa das vocações que aquilo tem, das necessidades, o que que tá entrando de fora, o que que tá saindo, uma visão de conjunto. E que daí, então, você começasse a operar. Eu tenho uma visão... Não tou dizendo que seja impossível fazer isso numa metrópole, agora, eu tou falando do lugar onde eu tou, eu tou na FASE e eu acho que a gente operaria melhor em pequenos e médios municípios. Porque aqui é outra coisa, é um mundo, nada aparece, tudo se dilui, as relações são mais cristalizadas nos seus laços, então, eu acho mais difícil. Porque são 5 mil e poucos municípios; 4 mil e muitos têm menos de 20 mil habitantes. Olha a festa que a gente podia fazer! A festa... (Sujeito 9)*

*(...) tem uma visibilidade melhor, porque a distância entre a gestão da cidade e a população é menor. (...) Eu não tenho dúvida que o efeito disso em cidades menores, onde a maioria da população chama o prefeito de "você" porque antes de ser prefeito tomava café na esquina, aí a coisa pode se dar, esse processo de descoberta da sua própria força pode se dar de uma forma mais fácil, não tenho dúvida disso não. Quanto mais pequena, mais fácil. Por outro lado, quanto mais pequena, mais atrasada a população também, né? A coisa das oligarquias também joga contra, mas, de qualquer forma, em universos menores é mais fácil você trabalhar o amplo do que em universos maiores, onde o amplo é muito grande, comparado com o individual que tá dentro dele, não tenho dúvida disso não. (Sujeito 3)*

*Bom, porque eu acho que todos nós somos produtores e consumidores de alguma coisa, seja bem, sejam serviços, né? E nós, sociedade organizada, podemos de certa forma suprir todas as necessidades que a gente tem, como ser humano, ou seja, produção de alimento, produção de bens de consumo não-duráveis. Talvez a confusão ainda seja nos bens de consumo duráveis, né? Mas, enfim, eu acho que a gente pode trabalhar numa perspectiva de como os grupos, tanto rurais como urbanos, grupos associados, podem, através de processos de redes, não só trocar experiências, mas também trocar produtos. (...) Então, é uma estratégia, a gente ir cortando os vínculos políticos e os vínculos econômicos através do ato de comprar dessas multinacionais. Cortar o vínculo com essas multinacionais que são as que mandam aqui; tá o governo Fernando Henrique tá aí capacho delas. O capital financeiro internacional é de quem? E as bolsas funcionam como, com dinheiro de quem? Então, são dessas empresas, né? Um grupo que domina tudo. Então, é por aí que a gente tem que atacar, né? E eu acho que essa aliança campocidade é interessante porque complementa, não só do ponto de vista de a gente construir uma sociedade que tenha uma visão de desenvolvimento diferente do campo e da própria cidade, mas também do ponto de vista econômico, de a gente ir criando essas relações, essas redes, a partir do fruto do trabalho de cada um dos grupos. (Sujeito 2)*

### 6.2.7 - Outros aspectos relevantes

Abordando-se trabalho e cooperativismo, emerge a questão do **GÊNERO**. A mulher aparece como injustiçada no contexto de uma economia monetária, visto que sua participação em diversas atividades cotidianas não se traduz em remuneração financeira.

*A maioria das relações que acontecem no mundo, entre as pessoas, entre a população, não são relações monetárias, ou seja, que têm envolvida moeda; são relações de troca que não necessariamente passam por moeda. Eu não sei quanto por cento, mas é muito por cento. 40, 50 por cento, não sei ao certo dizer. Costuma-se transformar o que é econômico em monetário, mas nem tudo que é monetário é econômico e nem tudo que é econômico é monetário, eu acho que existem relações. Se a gente transforma a economia, entende a economia de outra forma, a gente pode incluir, dentro do orçamento familiar, por exemplo, muitos elementos, muitos indicadores que necessariamente não são monetários. Não é só o salário que entra, ou então não é só a venda de um produto que entra. Tem uma série de custos, uma série de despesas que entram como valores econômicos não-monetários. O trabalho da mulher em casa, por exemplo, o cuidado das crianças, o cuidado dos idosos. Na agricultura familiar, por exemplo, toda a produção de animais domésticos, galinha, porco, por exemplo, tudo isso é da mulher. As hortaliças, frutas, que tudo isso não entra no cálculo do orçamento familiar, por exemplo. Não é que você vá monetarizar tudo, eu acho que aí que tá o impasse, não é que você vá transformar isso aí tudo em moeda e atribuir àquilo um valor monetário, mas ao mesmo tempo, você tem que transformar aquilo em um valor, e hoje em dia, um bom referencial que a gente tem é a moeda corrente e aquilo se transforma num valor econômico pra ter até visibilidade. Mas tendo claro, fazendo bem a crítica, que não é que você transforme aquilo, que aquilo se transforme em dinheiro. Mas pra dar visibilidade nesse estágio em que a gente tá vivendo, tem que transformar em moeda. E eu acho que as mulheres são as principais vítimas dessa economia monetária, porque na realidade a lógica econômica é uma lógica de morte, né? (Sujeito 2)*

Também se faz menção à destacada participação feminina em projetos cooperativos, a despeito de suas dificuldades. Efetivamente, em muitas cooperativas urbanas, as mulheres estão em número bastante superior. Apesar de suas múltiplas funções paralelas, e mesmo em virtude delas, o cooperativismo aparece como uma possibilidade de inserção no mercado, com alguma possibilidade de negociação das condições de trabalho, e a partir de valores mais solidários que reinventam a cultura e o modo de organização da economia hegemônicos e “masculinos”. As cooperativas “só de

mulheres” cumpririam uma função estratégica de fortalecimento deste grupo ainda minoritário politicamente. Outro aspecto levantado diz respeito à importante função de socialização que empreendimentos que reúnem mulheres têm, relativizando-se os objetivos meramente econômicos.

*A gente, coincidentemente, não é tão coincidência assim, a gente trabalha mais com mulheres. Até porque são as mulheres as que são mais disponíveis, apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os conflitos que na prática elas têm pra desenvolver o projeto cooperativo delas, elas são as mais disponíveis e são a maioria das chefes de família mesmo, são elas que são as que... Têm filhos de vários homens, ou então porque o cara deixou elas, são elas que assumem a casa. Quando sai, se separa, quem é que fica com os filhos? Pode ser grande, pode ser pequeno... (...) Cooperativa de mulheres. é um princípio nosso. Cooperativa de mulher, só mulher, não mistura homem com mulher. Por quê? O que acontece é o seguinte, essas mulheres, seja aquela lá do nordeste, seja essa aqui do Rio, tão acostumadas com uma relação machista, porque a gente vê isso até nas ONGs... homem querendo dar uma de João-sem-braço... Daí serem importantes cooperativas só de mulheres, pra que elas reforcem sua auto-estima, sua autonomia. (Sujeito 4)*

*O trabalho coletivo com mulheres tem uma porção de valores que não têm nada a ver com resultado econômico. Tem mulheres que vão ao trabalho porque gostam de estar junto com outras pra discutir uma porção de coisas que elas não têm outra pessoa no mundo pra conversar: questões pessoais suas, questões de relação com o seu marido, questões mesmo de como faz uma receita disso, conversar com gente, se socializar. Então, o grande valor desses trabalhos é permitir isso a essas mulheres, e uma porção delas, inclusive, diz explicitamente: “Eu não quero ganhar nada, eu quero ter chance de vir aqui duas vezes por semana encontrar com essas mulheres”. Então, isso é uma grande conquista. (Sujeito 3)*

De algumas falas, emergem **VISÕES DO HUMANO**. A dimensão do trabalho aparece relativizada na perspectiva da “escala humana”. Recordam-se outras esferas de vida para além da material, do “reino da necessidade”. Porque o homem não pode ser considerado mero trabalhador em constante luta pela sobrevivência física.

*Então, a gente pensa a escala humana muito nessa linha, quer dizer, você criar espaços onde a pessoa, ela se realize, ela melhore a sua qualidade de vida sem dúvida nenhuma, ela atenda uma demanda da sociedade sem dúvida nenhuma, mas ela também se realize como pessoa. Ao se realizar como pessoa, também ela tá trazendo realização pra sociedade e você tem um jogo do ganha-ganha, que todo mundo tá ganhando. É utopia? É, é utopia, mas eu acredito nessa utopia. Eu acho que a gente acredita e a gente luta por ela. É fácil? Não é fácil, você tem muitos desafios e tudo isso que a gente já*

*falou: Falta de cultura de trabalho coletivo, uma sociedade... Quer dizer, você não pode criar ilhas, evidentemente, mas eu acho que você pode estar criando aí uma proposta que se contraponha a isso que tá aí. (...) A gente trabalha com esse princípio, que pra gente é fundamental em tudo; desde a coisa do trabalho, ele tem que ter na escala humana, quer dizer, você não pode trabalhar 14 horas por dia, porque, se não, e aí, como é que fica? Tem gente que adora: 'Tô trabalhando 14 horas por dia!' Eu detesto trabalhar 14 horas por dia, ou só fazer lazer 14 horas por dia. Eu acho que a gente tem que mesclar aí a coisa. (Sujeito 4)*

*Ninguém foi feito só pra trabalhar, trabalhar, trabalhar, pra ganhar dinheiro pra comer e dormir e vestir, a gente foi feito pra muito mais. Pra amar, pra cantar, pra dançar, pra curtir, pra viver a vida com outras pessoas também; não só... Se dedicar à arte, se dedicar ao esporte, claro! E tem tudo isso dentro da gente, tem que desenvolver também. (Sujeito 2)*

## Capítulo 7 - Reflexões finais

Pensar a realidade atual brasileira e o potencial de projetos educativos a ela adequados é o desafio subjacente a este estudo, que reconhece a importância de se refletir sobre outras realidades em busca de inspiração e subsídios concretos. Neste sentido, importa que se supere posturas pouco científicas e muito emocionais que defendem, ou o mimetismo absoluto, ou o ufanismo cultural, fixando-se em modelos esquemáticos e inadequados aos problemas nacionais.

Certamente, o Brasil enfrenta seus próprios dilemas e conta com suas próprias potencialidades. Diagnósticos sempre serão parciais e prognósticos sempre refletirão tendências virtuais, mas é tarefa do pesquisador discriminar os elementos correlacionados, apresentando a realidade em suas indefinições e não como uma estrutura coerente, composta a partir de uma leitura monolinear. Importa, também, que ele reconheça a importância de atores e fenômenos que fogem à base conceitual que lhe serve de parâmetro, assumindo os limites próprios deste referencial e não deformando ou omitindo aspectos da realidade.

A releitura que Habermas propõe de Marx ilustra como se pode reconstruir um referencial teórico sem a ele atribuir *intenções ocultas em leituras simplistas*, numa visão conspiratória da história do conhecimento. Habermas reconhece a necessidade de atualização de certos esquemas conceituais a partir do que as transformações históricas e a própria trajetória científica vão apresentando de inédito. Neste sentido, Marx deve ser resgatado em certos aspectos e revisto em outros. Não se poderia esperar que uma determinada leitura de mundo permanecesse irretocável após um século particularmente acelerado e revolucionário na história da humanidade como foi o século XX.

Por maior que seja a profundidade e a abrangência analítica de certos autores, a história continua sendo escrita cena a cena. Quando Marx poderia imaginar que seus ideais serviriam de justificativa para sistemas político-econômicos tão impeditivos à

emancipação humana? Mesmo que sejam preditos caminhos potencialmente libertadores na teoria, haverá sempre a possibilidade de apropriação indébita destes caminhos em nome de outros significados, não declarados, na prática. Assim, uma *mesma* atitude pode encobrir múltiplas significações não imediatamente perceptíveis.

O declinante socialismo de Estado e o (ainda) hegemônico capitalismo absolutista refletem, igualmente, os perigos de diferentes formatos de totalitarismo que prometem o que não podem cumprir. Diante do arremedo de liberdade concedido no capitalismo e do arremedo de igualdade facultado no socialismo, chega o momento de a humanidade fazer o balanço, separando créditos e débitos. Considerando-se que o lema da Revolução Francesa de “liberdade, igualdade e fraternidade” para todos continue representando um autêntico ideal, é preciso encontrar formas novas de vivenciá-lo, individual e coletivamente. Muito provavelmente, surgirão, não um, mas vários consensos a respeito de como estes valores devam ser redefinidos na teoria e na prática. Esperar por um único consenso ou querer construí-lo à força significa legitimar o impulso totalitarista que caracteriza os movimentos fundamentalistas da atualidade, abdicando do pluralismo democrático e olvidando os erros do passado.

A moralização dos temas públicos de que fala Habermas torna-se vital, na medida em que a redefinição dos projetos de homem e de sociedade parte, necessariamente, da eleição de certos princípios éticos. Habermas aposta na capacidade de a solidariedade se impor como medida orientadora frente ao dinheiro e ao poder administrativo.

Voltando à experiência de Israel, pode-se perceber como uma base ética religiosa comum se manifesta em diferentes projetos individuais e formatos de coletividade, que associam liberdade e igualdade de modos distintos. A dificuldade em se redefinir o papel do Estado, tanto em países social-democratas quanto em países subdesenvolvidos / “em desenvolvimento”, reside, entre outros fatores, no fato de que a lógica do grande mercado / grande capital ainda representa o principal setor de produção / circulação de bens e serviços.

Desta forma, o Estado, e conseqüentemente a sociedade que ele representa (ou deveria representar), ficam atrelados às determinações deste mercado. Uma estrutura de poder de tal modo total - na qual um ator monologa e os outros passam a cenário mudo ou, na melhor das hipóteses, a coadjuvantes com pouca fala e quase nenhum direito a voto nas mais relevantes questões cotidianas - não pode ser considerada democrática.

Em países onde a social-democracia se implantou, a garantia de acesso à participação política, bem como à sobrevivência material (DEMO, 1994: 59-61), está na base do compromisso selado entre sociedade e Estado e entre este e o capitalismo. Nos países periféricos, entretanto, a social-democracia jamais se estabeleceu, visto que este mínimo nunca foi assegurado a todos e que o Estado fez um pacto com o capitalismo dito selvagem (selvageria que reflete, em parte, a concorrência desigual intercapias de primeiro e terceiro mundos, no intercâmbio comercial e financeiro internacional). Assim, nestas sociedades, ou ratifica-se a seleção natural da *lei da selva*, o “salve-se quem puder” que caracteriza o individualismo (diminuindo a cada dia o número daqueles que conseguem se salvar); ou se conduz o Estado a honrar - pelas vias legais - com seus compromissos constitucionais, levando-o a reconhecer o ônus político, social e econômico que tal submissão representa e a investir no potencial de novos agentes produtivos capazes de gerar postos de trabalho, bens e serviços para o atendimento prioritário das mais evidentes demandas nacionais.

À medida em que o processo de globalização capitalista mostra sua crescente incapacidade de absorver a todos no interior de sua dinâmica de produção e consumo, e que o Estado não assegura o mínimo constitucional a que se compromete, a sociedade tem o legítimo direito de reaver o poder delegado. Isto pode e precisa ser feito de dois modos complementares: combatendo-se os excessos da lógica de mercado hegemônica (através de sindicatos, partidos e outras formas de representação) e, paralelamente, instituindo-se espaços autônomos de produção e vida (já existentes no interior da sociedade brasileira), em torno de consensos éticos e a partir de valores outros que não a competição e o lucro a qualquer preço.

O avançar desta que se poderia chamar de *lógica alternativa* depende, em grande parte, do sucesso obtido na primeira estratégia de embate - a macro, frontal -, já que desta depende a democratização do acesso a certas pré-condições, como terra, saúde, educação, meios de comunicação etc. Por outro lado, também a estratégia de embate micro, lateral - que vai conquistando poder de modo paralelo e relativamente independente, pelas beiradas e brechas do sistema, revolucionando profundamente modos de viver, pensar e sentir - contribui para a redistribuição de forças ao tornar a lógica do grande mercado menos absoluta, menos detentora do poder de vida e morte sobre todos.

Tais movimentos, no micro e no macro, dependem, inevitavelmente, da existência de espaços públicos nos quais haja respeito à pluralidade e à livre comunicação. Dogmatismos de direita e de esquerda atrasam o processo de formação de consensos representativos da vontade popular. Por essa razão, no Brasil, paralelamente à democratização do acesso aos meios de comunicação, devem ser revalorizados outros canais de transmissão e troca, em nome de uma democracia mais direta, efetivamente interativa e dialógica.

Enquanto a lógica do grande capital for praticamente absoluta, de pouco adiantará *bater o pé*. O Estado continuará *refém* da principal rede geradora de bens e serviços e, o que é ainda mais desastroso, do capital financeiro especulativo internacional, e a sociedade permanecerá sem poder, dependendo das migalhas do Estado e da condescendência do grande capital empregador, a cada dia mais oligopolizado. Uma oposição apenas reativa, em tempos de globalização, é tão débil quanto um certo socialismo utópico cristão que apostava apenas na sensibilização dos capitalistas; o que hoje nem se pode esperar deles, se pretendem sobreviver na selva extremamente competitiva dos grandes negócios.

O momento exige uma atuação lateral, no micro, pelas beiradas do sistema, tão importante quanto o macroenfrentamento. Este, para o desatamento de nós centrais como preconizam algumas das reformas em tramitação e para a normatização das relações de trabalho, evitando que direitos trabalhistas retrocedam. Qualquer renovação

da vida social, para ser substantiva e duradoura, precisa passar pelo micro, mas certas pré-condições para isto dependem do macroprocesso político, evidentemente. Equivocado é não apresentar alternativas à lógica macrocapitalista. Partidos políticos precisam ter plataformas bem mais ambiciosas que sindicatos e centrais sindicais. Formular um projeto de desenvolvimento para o país implica em equacionar os problemas de quem (ainda) está inserido no mercado de trabalho formal e da imensa parcela dele excluída. Cumpre questionar aqui as metodologias utilizadas para o levantamento das taxas de desemprego, certamente reducionistas.

Diante deste quadro de pouca ou nenhuma perspectiva para tantos brasileiros, a própria educação, hoje e sempre apresentada como potencial redentora, acaba perdendo muito de sua razão de ser: Socializar para que sociedade? Quando os professores sabem que seus alunos dificilmente serão incluídos dignamente na sociedade, já que eles mesmos não o são, passam a falar em conquista da cidadania sem muita convicção, como que repetindo algo vazio; vindo a achar natural que a escola se converta em mero depósito de crianças, que oferece alimento, afeto e afasta-as, como no caso concreto do Rio de Janeiro, da violência e do tráfico de drogas, enquanto ali estão.

Através do estímulo a uma rede de produção e circulação de bens e serviços paralela à do grande mercado e que propicie a sobrevivência econômica e cultural de municípios hoje isolados e carentes, pode-se imaginar um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, assentado sobre duas lógicas: a do grande mercado competitivo global e a dos pequenos e médios mercados cooperativos. Cooperação que, no caso de um país de dimensões continentais como o Brasil, deve explorar - com respeito à questão ambiental - todas as vantagens comparativas que a diversidade natural e cultural possibilita.

A co-existência das duas lógicas econômicas, do grande e do pequeno capital, do macro e do micromercado - este, com o estímulo a iniciativas que socializam lucros e desafios e contribuem para o fortalecimento social das comunidades, como associações e cooperativas de produtores, de consumidores, de crédito etc. - é um golpe na onipotência da economia globalizada e na inescrupulosidade de grupos políticos. Pré-condição fundamental para um promissor e vasto desenvolvimento desta *nova lógica*,

que viabilizaria a descentralização econômica e política, com consequente redistribuição de poder político e florescimento de uma sociedade assentada em outros valores e prioridades: uma reforma agrária justa, pacífica e inserida num projeto de desenvolvimento que daria aos novos assentados uma função econômica e social da maior importância: fornecer alimentos básicos à sobrevivência física das localidades a eles circunvizinhas.

O cumprimento desta missão exige que a reforma agrária venha acompanhada de uma racionalização da gestão e das técnicas produtivas, o que a organização cooperativa da produção também favorece, sendo inclusive estimulada pela coordenação do Movimento dos Sem Terra - MST, movimento nacional pela reforma agrária, que oferece cursos de administração cooperativa aos assentados.

Este projeto maior de sociedade deve abranger, não apenas os excluídos do campo, mas também os excluídos da cidade, não-qualificados e qualificados. É preciso que se compreenda, valorize e integre sem preconceitos, numa nova sociedade com maior justiça social, igualdade de oportunidades e valorização do humano pleno, os diferentes saberes manuais e intelectuais, as diferentes tradições culturais e religiosas, a partir do que poderíamos chamar de uma disposição humanista para o encontro. O Brasil deste final de século XX não é mais aquele exclusivamente formado pelas três raças originais: o índio, o negro e o branco português. Por que a leitura histórico-antropológica ainda não incorporou efetivamente a rica e diversificada contribuição cultural dada por italianos, alemães, espanhóis, japoneses, judeus, eslavos, árabes etc. que para cá imigraram em quantidade desde o século passado?

Está em questão a construção de um socialismo de base ou comunitário, viável e relativamente autônomo, sem órgãos planejadores, mas apoiado por instâncias consultivas (que poderiam, inclusive, ser acessadas pela Internet, colocando-se a tecnologia a serviço da solidariedade humana) para otimizar a complementaridade produtiva e as relações produtor-consumidor. Atualmente, o agricultor brasileiro vende seus produtos a intermediários por preços, na maior parte das vezes, ínfimos diante do preço final ao consumidor no varejo. Numa nova lógica, valorizadas as municipalidades

- e descentralizado o modelo excessivamente concentrador nas capitais estaduais - o produtor teria outras possibilidades de escoamento que não os grandes centros, já que a distribuição demográfica tenderia a uma maior uniformidade. Tal alteração permitiria inclusive, ao produtor, acessar diretamente o consumidor, suprimindo a figura do intermediário e praticando preços bem mais interessantes tanto para si quanto para o consumidor. Medidas neste sentido já obtêm sucesso na região sul do Brasil, levadas adiante por associações de produtores rurais. Na realização destas possibilidades, os governos locais podem - desde que o queiram - gerar formas de valorização deste novo circuito produtivo e distributivo.

A energia e os recursos gastos para se fazer remendos na atual estrutura seriam melhor empregados na tecelagem de um novo pano. Não se trata de destruir tudo o que se tem, mas, de paralela e pacificamente - com base nos princípios *liberais* de liberdade, igualdade e fraternidade - se construir um novo viver: *“É preciso que se faça um cuidadoso redimensionamento das prioridades, onde o velho e o novo, sem anacronismos ou expectativas fantasiosas, possam coexistir.”* (VOLPATO, M., 1995: 12)

As mudanças de natureza educativa que começam nos corações e mentes dos indivíduos, e ocorrem paralelamente às macrotransformações, antes de serem pejorativamente taxadas de idealistas e utópicas, devem ser compreendidas como as mais realistas, porque vão à essência do Homem e visam a resultados duradouros, possibilitando a formação dos livres consensos - de que fala Habermas - não em torno de meras denominações institucionais, mas em torno de valores, prioridades e práticas que se mostram comuns ao coletivo na práxis cotidiana. Em síntese, *“o projeto coletivo deve ser manifestação de uma mudança qualitativa, que começa no indivíduo, e vai determinar sua participação social. (...) Ouvir com atenção, como Maria, se faz necessário para que, como Marta, nos coloquemos em movimento”*. (VOLPATO, M., 1997)

Para que este projeto de descentralização se efetive, é de fundamental importância uma já mencionada reforma agrária, capaz de democratizar o acesso ao bem de produção

mais elementar e de desestruturar o quadro histórico de coronelismo no campo, assentado na posse da terra. E, ainda, a discussão da reforma tributária, já que os governos municipais devem ter recursos para manter aqueles serviços - educação, saúde, segurança pública etc. - que a Constituição de 1988 reforçou como sendo de sua alçada.

Na medida em que tais processos sejam incrementados, certamente não serão poucas as pessoas - jovens e idosos, de diferentes níveis sociais - que acorrerão a pequenos municípios - econômica e culturalmente dinamizados - em busca de uma melhor qualidade de vida para si e para as futuras gerações. As grandes cidades incharam porque concentram investimentos públicos, oportunidades de trabalho, serviços, oferta cultural e lazer. Com relação à questão metropolitana no Brasil, analisa o geógrafo e professor Milton Santos, em recente entrevista (MAYRINK, 1999):

*Houve um enorme crescimento da população no país, nas cidades e nas grandes cidades. A população que vinha para essas cidades ou que nascia nelas não podia ser atendida nas coisas essenciais da vida, como habitação, trabalho, remuneração, educação, saúde, transporte. É uma situação crítica, mas que não era vista como tal, porque só se passou a falar de crise no Brasil a partir dos anos 80. Começou-se a falar de crise no momento em que os economistas consideraram que havia uma crise econômica. A crise urbana antecede a crise econômica. Mas, no primeiro momento, nos anos 70 e nos anos 80, essa crise econômica era acompanhada de uma certa esperança. Havia a idéia de crescimento, de desenvolvimento. Tanto no plano mundial quanto no plano nacional existia certa generosidade, uma busca de solidariedade. Depois, a crise foi crescendo, se expandindo, ocupando mais aspectos da vida econômica, social, cultural, política, até desembocar no que temos hoje. Diferentemente das crises anteriores, que resultavam da estrutura da economia, a crise atual resulta em grande parte do fato de que outros dados ligados à exclusão se manifestaram. No primeiro momento, havia uma pobreza incluída, ou que a gente imaginava que podia incluir. Agora nós temos uma pobreza excluída, dentro da cidade. Há um empobrecimento geral, que não é apenas um empobrecimento das pessoas. O poder público se empobrece, pois não tem meios para enfrentar a desordem urbana.*

O equacionamento de uma dinâmica redistributiva cabe ao governo federal, no que se refere às diferentes regiões, e aos governos estaduais, no que se refere às realidades estaduais, excessivamente voltadas para o desenvolvimento das capitais. O Rio de Janeiro é um exemplo típico deste fenômeno, agravado pela fusão com o antigo estado

da Guanabara, bem como o nordeste oligárquico. Em São Paulo, o grande capital dinamizou o interior e, no sul do Brasil, a tradição de pequenas propriedades familiares também propiciou um desenvolvimento menos concentrador, econômica e demograficamente.

Além de promover este mercado consumidor interno de grande potencial que é o brasileiro, uma lógica calcada num desenvolvimento mais endógeno e descentralizado estimula a proliferação de novos sujeitos produtivos coletivos que, organizados em associações de formatos jurídicos vários, poderão efetivamente rever suas escalas de prioridades, elegendo a produção de determinados bens e serviços que considerem de maior relevância social e rompendo com a cadeia de alienação e estímulo ao consumismo de supérfluos que caracteriza em grande parte a sociedade de consumo.

Isto, entretanto, não significa recusar os inúmeros benefícios e facilidades que a tecnologia proporciona. Certos equipamentos poderiam ter um uso coletivizado, em centros comunitários. Vasculhando o inventário de experiências da humanidade, pode-se encontrar, nos *kibbutzim* israelenses (Centro de Informação de Israel, 1993), por exemplo, inspiração para se pensar a validade de bibliotecas com computadores, lavanderias, restaurantes e outros serviços que, gerenciados pela comunidade, põem os aparatos mais modernos a serviço de todos, poupando tempo de trabalho e energia. Aliás, neste tocante, outro exemplo de avanço tecnológico a ser incorporado num país tropical como o Brasil é a energia solar. Soluções humana e ecologicamente corretas.

Esta revisão de prioridades deverá, inclusive, recolocar o importante papel da educação e da cultura - não apenas para crianças e jovens, mas também para adultos, aproveitando-se o tempo livre que a produção de excedentes, com adequada incorporação de tecnologias, venha a permitir, para que os indivíduos possam se dedicar ao lazer e à cultura, realizando o ideal politécnico de desenvolvimento da omnilateralidade humana. Este desenvolvimento cultural é essencial à emancipação dos homens, na medida em que, apenas através dele, poderão libertar-se da tirania, da ignorância e dos preconceitos que há tantos séculos dividem a humanidade em guetos.

Paralelamente à circulação de bens e serviços em escala municipal, intermunicipal, inter-regional e mesmo internacional, que já ocorre na forma de ajudas humanitárias e está prevista em convênios firmados para intercâmbio técnico e cultural entre países, devendo ser incrementadas estas trocas. Imagine-se o que técnicos israelenses, em parceria com a EMBRAPA, não poderiam fazer no Nordeste, se plantam com produtividade no deserto. Deve-se ressaltar a importância de um intercâmbio de recursos humanos e experiências (novas tecnologias como o vídeo podem ser bastante utilizadas para este fim), tanto no que se refere à mão-de-obra técnica especializada nas diferentes áreas do conhecimento científico, quanto no que se refere a produtos e agentes culturais. O acesso ao teatro e ao cinema, por exemplo, não mais ficaria tão restrito, como hoje, às grandes e médias cidades. Com o incremento demográfico e o trabalho educacional de base, novos públicos culturais surgiriam em pequenos municípios, onde os principais divertimentos ainda são: a bebida e o futebol para os homens, a novela e a igreja para as mulheres.

Educação e cultura são fatores essenciais ao desenvolvimento de uma cidadania que sabe escolher e desbravar seus caminhos, com capacidade crítica e propositiva. Para tanto, escolas e centros de lazer e cultura comunitários atenderiam a públicos de todas as idades, e projetos volantes de bibliotecas, laboratórios, oficinas profissionalizantes, teatros e salas de cinema sobre rodas poderiam ser incentivados (PINTO, 1994).

A realização destas atividades depende de uma cidadania com *idealismo realista* e força de trabalho. Motivados por alternativas de desenvolvimento viáveis, certamente não serão poucos os *Bandeirantes do Século XXI* que surgirão de diferentes procedências sociais e regionais (e mesmo internacionais) dispostos a investir suas capacidades por todo este imenso país, não na condição de tutelados ou mal assistidos, como verificou-se em projetos "integracionistas" da década de 70, como as precárias agrocolas da Amazônia, mas na condição de cidadania desejosa por emancipar-se econômica, política e existencialmente.

O desejo de conquistar outra qualidade de vida, resgatando valores como a solidariedade e a coerência como referências básicas, a partir de uma postura mais

propositiva que reativa, existe em muitos. Falta-lhes, contudo, um concreto e viável *projeto de reconstrução nacional* (e não uma pauta de reivindicações pontuais), capaz de mobilizar diferentes esforços em nome da tecelagem do novo, e não do mero remembo de uma realidade caótica.

Importa enfatizar a valiosa contribuição que pode dar, neste processo, o crescente exército (de uma reserva não mais necessária ao modelo produtivo hegemônico) de excluídos qualificados - que se diplomam nas universidades, que são cortados pelas chamadas reengenharias ou que se aposentam com rendimentos de fome e são postos à margem da vida social como entulhos. Estão aí, a atrofiar suas habilidades e seus ideais de realização profissional, existencial e social, reciclando-se como podem, preparando-se para garantir vagas escassas e *milionárias* nos últimos concursos para TTN e AFTN que ainda são abertos para dar continuidade a uma burocracia quase kafkaniana. Ou abrindo qualquer “negócio que dê dinheiro”, quando se conseguiu, ao longo de uma vida, economizar algum, ou com o capital das aposentadorias e demissões voluntárias.

Se a classe média brasileira comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária não teve, historicamente, um papel mais transformador, deve-se reconhecer as pressões materiais e psicológicas que enfrenta num país instável e sem projeto coletivo, dada a singularidade de sua condição de frágil equilíbrio entre os extremos sociais do sistema: de um lado, a grande maioria desassistida; de outro, elites políticas, econômicas e culturais largamente corrompidas pela alienação individualista e oportunista. “Fazer a hora” não depende apenas do saber e do querer, porque, como bem diagnosticou Maquiavel: *“Nada mais difícil de manejar, mais perigoso de conduzir ou de mais incerto sucesso que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas. Pois o inovador tem contra si todos os que se beneficiavam das antigas condições e apoio apenas tímido dos que se beneficiarão com a nova ordem.”*

Quando da formulação de um *projeto de reconstrução nacional brasileiro*, estes recursos humanos não devem ser esquecidos e desperdiçados. Para que tenham uma qualidade de vida plena, os antigos e futuros assentados no campo, por exemplo, dependem daqueles professores, médicos, advogados, arquitetos, administradores e

tantos outros profissionais qualificados que também hoje são vítimas da exploração e da desesperança, levando uma *qualidade de morte* (e não de vida) em tantas cidades brasileiras. Também estes trabalhadores poderiam se autonomizar através da criação de associações e cooperativas que prestassem serviços, inclusive públicos, terceirizados pelo Estado. Neste aspecto, um bom exemplo de certas posturas dogmáticas que precisam ser revistas: Será que toda terceirização é um mal em si ou não poderiam, inclusive, elevar a qualidade dos serviços prestados, se socialmente avaliados? Certos formatos não são necessariamente bons ou ruins, podendo estar mal gerenciados, o que é bastante diverso.

Vislumbrar as possibilidades de emancipação que o presente coloca requer que se amplie a capacidade de percepção das múltiplas e interligadas formas de opressão a que os indivíduos estão submetidos. O reconhecimento exclusivo da opressão material mais evidente dos miseráveis não-qualificados encobre outras formas de dominação e alienação, fragmenta as lutas e aborta um projeto integrador, potencializado pela síntese sinérgica das múltiplas habilidades humanas, desenvolvidas por uns e outros oprimidos.

A natureza humana é pluridimensional, assim, todos os homens têm capacidades e necessidades materiais e espirituais. O sentimento de auto-suficiência de uns e outros é um dos primeiros obstáculos que precisa ser superado ao nível das consciências individuais e coletivas. Neste momento histórico, a superação de dicotomias analíticas e valorativas mostra-se vital. Exercitar a capacidade dialética para se perceber o elo que liga o espiritual ao material, o individual ao coletivo, o micro ao macro, o manual ao intelectual, o humano ao natural é o início do processo de desalienação.

Emancipar-se é transcender à relação de opressão. Da histórica contribuição deixada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, mentor da “Campanha da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida”, fica uma afirmação lapidar: “*Ninguém é dominado sem manter uma relação com o dominador.*”

*Construirão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer, porque a vida do meu povo será longa como das árvores, meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem. Ninguém trabalhará inutilmente, ninguém gerará filhos para morrerem antes do tempo, porque todos serão a descendência dos abençoados de Javé, juntamente com seus filhos.*

Is 65, 21-23

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AQUINO, Rubim Santos Leão de (e outros). *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- ARENDT, Hanna. Da Violência. In: *Religião e Sociedade*. Nº 15, 1990.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1977.
- BARRETO, Vicente. Exclusão social e violência: reflexões preliminares. In: *Sociedade civil e educação* (colet.). Campinas: Papyrus, 1992.
- BAZÍLIO, Luiz C. Educação e Democracia: virtudes e limites de uma escola que quer fazer história. In: *Educação e Democracia*. Rio de Janeiro: Centro João XXIII-IBRADES, nº 38, 1995. (Col. Atualidade em debate)
- BONAMINO, Alícia, BRANDÃO, Zaia. Posfácio. In: BRANDÃO, Zaia (org.). *A crise dos Paradigmas e a Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: MICELLI, Sérgio (org.). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARVALHO, Alice, MILLER, Laurie. Orçamento Participativo: a experiência do Distrito Federal. In: *Proposta*. Ano 27, nº 78, 1998.
- CASTELLO, José. A cultura da razão cínica. In: *Idéias, Jornal do Brasil*, 21/mai/1988.

Centro de informação de Israel. *Realidades e Israel*. Jerusalém, 1993.

*Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992 (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, v. 51).

CRESPO, Samira, LEITÃO, Pedro. *O que o brasileiro pensa da Ecologia*. Rio de Janeiro: MAST/CETEM/ISER, 1993.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

*Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

ELSTER, Jon. Auto-realização no Trabalho e na Política: A concepção marxista da boa-vida. In: *Revista Lua Nova*. Nº 25, 1992.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: dez consensos. In: *Proposta*. Ano 27, nº 78, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRFIRE, Roberto, FIGUEIREDO, Vilma, A MAÚJO, Caetano E. P. *Contemporâneos do Futuro*. Brasília: Editora UnB, 1997.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- GARCIA, Alexandre. Solidários com o crime. In: *Classe*. 1996.
- GOLDEMBERG, Jacob B. *Arquitetura: Escritos*. Rio de Janeiro: Princeps, 1998.
- GOMES, Laurentin e TRAUMANN, Thomas. Procura-se gente para trabalhar. In: *Veja*. 19/fev/1997.
- GRANATO, Teresinha A. C. *Fundamentos Filosóficos da Utopia Cooperativista e suas Implicações Pedagógicas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação/UFRJ, 1976 (Tese de Livre-Docência em Filosofia da Educação).
- GUILLON, Orlando. Lei da Informação Democrática: uma questão de cidadania. In: *Proposta*. Ano 17, nº 58, 1993.
- GUIMARÃES, Eloísa. *Escolas, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação/PUC-Rio, 1995 (Tese de Doutorado).
- HABERMAS, Jürgen. Que significa socialismo hoje? In: *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 30, jul/1991.
- \_\_\_\_\_. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições Setenta, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. *Para a reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HERZ, Daniel. Fórum pela democratização da comunicação quer sacudir a sociedade civil. In: *Proposta*. Ano 17, nº 58, 1993.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - COPPE/UFRJ. *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. Rio de Janeiro, 1998.

JAY, Martin. A imaginação dialética 25 anos depois. In: *Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), nº 0, 1996.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Col. Primeiros Passos)

KUENZER, Acácia Z. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1962.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAYRARGUES, Philippe P. *Cortina de Fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da poluição*. Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, 1996. (Tese de Mestrado)

LEAL, Luiz Octavio P. *Agricultura de Israel: Soluções que o Brasil pode aproveitar*. Rio de Janeiro: JR Editora Técnica, 1985.

- LEIS, Hector. *Ética Ecológica: Análise Conceitual e Histórica de sua Evolução*. In: RUBIO, A. G. et al. *Reflexão Cristã sobre o Meio Ambiente*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LESTIENNE, Bernardo. *Tecnologia e Trabalho: mudanças no mundo do trabalho*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira-REB*. Petrópolis, março/1994.
- LISBOA, Armando de M. *A economia popular como horizonte para sociedades sem rumo*. In: *Tempo e Presença*. 1996.
- LOUREIRO, Carlos F. B. *Panorama Histórico e Ideológico da Educação Ambiental*. In: *Anais do Seminário Educação Ambiental e a nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos em Educação Ambiental-GEA/Faculdade de Educação/UFRJ, 1996.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1992.
- LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MAIA, Eline D. *Pobreza e crime: a crença naturalizada*. Trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia. GT 14: Infância, juventude e cidadania. 1995.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARKERT, Werner. Introdução. In: MARKERT, W. (org.). *Trabalho, Qualificação e Politecnicidade*. Campinas: Papirus, 1996-a.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, comunicação e subjetividade em Marx e Habermas*. In: *Contemporaneidade e Educação*. Nº 0, ano I, set/ 1996-b.

- MARZAGÃO, Augusto. Os excluídos na nova era. *Jornal do Brasil*, Opinião, 9, 21/jul/1997.
- MATA, Speranza F. da. Meio Ambiente: Entre a Vida e o Verde. In: *Anais do Seminário Educação Ambiental e a nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos em Educação Ambiental - GEA/Faculdade de Educação, UFRJ, 1996.
- MAYRINK, José M. O homem produz as catástrofes. *Jornal do Brasil*, p.12, 14/mar/1999.
- MENEGAT, Elizete. Movimentos Sociais e Inovações na Democratização da Gestão Urbana em Porto Alegre. In: *Proposta*. Ano 27, nº 78, 1998.
- MOURIN, Edgar. *O Paradigma Perdido: a natureza humana*. Portugal: Publicação Europa-América, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- OCB. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Brasília: OCB, 1994.
- OCESC. *O cooperativismo ao alcance de todos*. Florianópolis, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. Globalização e antivalor: uma antiintrodução ao antivalor. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PAIS, José M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. (s/ data)
- PARAF, Pierre. *A vida quotidiana em Israel*. Lisboa: Edição Livros do Brasil. (s/ data)
- PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. ( História geral da civilização brasileira, t.3, v.4)

- PINHO, Diva B. (org.). *As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro*. Brasília: OCB/Coopercultura, v.I, 1991.
- PINTO, Bernardo V. M. *Fazendo Brinquedo*. Rio de Janeiro: ESDI/UERJ, 1994.  
(Trabalho de Formatura)
- PLASTINO, Carlos A. A crise dos paradigmas e a crise do conceito de paradigma. In: BRANDÃO, Zaia (org.). *A crise dos Paradigmas e a Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- PRADO, Ricardo C. Tempo de violência. In: *Superinteressante*. Ano 10, nº 11, nov/1996.
- RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.
- SILVEIRA, Caio, AMARAL, Carlos, MELLO, Ricardo. Crédito Popular: iniciativas em andamento no Brasil. In: *Proposta*. Ano 26, nº 75, 1997.
- SOTO, Orlando N. *La economía popular asociativa y autogestionaria*. Managua: CIPRES, 1996.
- STORNILO, Ivo, BALANCIN, Euclides M., BORTOLINI, José (org.). *Bíblia Sagrada: Edição Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- TAVARES, Carlos A. P. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Col. Primeiros Passos)
- VALENÇA, Dayse. *Cadernos de Cooperativismo Popular*. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

VIOLA, Eduardo, BOEIRA, Sérgio. A Emergência do Ambientalismo Complexo Multissetorial no Brasil nos anos 80. *Publicação do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Florianópolis, nov/1990.

VIOLA, Eduardo, LEIS, Hector. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio-92: O Desafio de uma Estratégia Globalista Viável. In: VIOLA (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

VOLPATO, Beatriz. Oxigenando a Superestrutura. In: *Anais do Seminário Educação Ambiental e a nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos em Educação Ambiental-GEA/Faculdade de Educação/UFRJ, 1996.

VOLPATO, Maria L. *Um olhar latino-americano: feminino, singular e plural*. 1995.  
(mimeo)

\_\_\_\_\_. A salvação é pessoal e social. In: *Folha Paroquial*  
(Paróquia da Santíssima Trindade). Ano IV, nº 25, p.8, mar/1997.

WACQUANT, Lóic J. D. O retorno do recalcado: violência urbana, 'raça' e dualização em três sociedades avançadas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.  
Nº 24, 1994.

WARDE, Mirian J. *Educação e estrutura social*. São Paulo: Moraes, 1983.

## ANEXO 1

TIPOS DE CIDADANIA FRENTE A ALGUMAS DIMENSÕES SOCIAIS			
CIDADANIA	TUTELADA	ASSISTIDA	EMANCIPADA
relações de mercado	mais-valia absoluta; submissão	mais-valia relativa; "civilização"	meio, instrumento
relações sociais	pobreza econômica e política	pobreza política	competência
fases históricas	capitalismo perverso	welfare state	sociedade alternativa
papel do mercado	regulador absoluto	regulador final	meio
pobreza	marginalização das maiorias	classes médias majoritárias no centro	residual
Estado	subserviente	protetor	serviço público
Democracia	para o capital; clientelismo para a sociedade	para o centro do sistema; social-democracia	popular; equalização das oportunidades
tamanho do Estado	mínimo	máximo	necessário-legítimo
Direitos Humanos	concessão	assistência/proteção	conquista
organização popular	reprimida	controlada/protegida	base política
ética	nenhuma	dos mínimos	equidade
ideologia	liberal	neoliberal	democrática
políticas sociais	controle e desmobilização; setorialista-residual	direitos sociais ampliados; setorialista-assistencial	desenvolvimento humano sustentado; matricial

CUADRO COMPARATIVO POR CATEGORIAS DE LOS PROYECTOS CAPITALISTA,  
SOCIALISTA-ESTATISTA, ASOCIATIVO-AUTOGESTIONARIO

CATEGORIAS	CAPITALISMO	SOCIALISMO DE ESTADO	PROYECTO ASOCIATIVO-AUTOGESTIONARIO
Motivación	Libertad individual	Libertad social Distribución	Libertad individual y social Realización comunitaria
Inspiración filosófica	Mano invisible Liberalismo Contrato social	Materialismo histórico	Socialismo popular
Propiedad	Privada burguesa	Estatal	Cooperativa/Asociativa/Estatal
Concepción de clases	La burguesía es necesaria	El proletariado debe sustituir a la burguesía	Tercera fuerza de Productores-Trabajadores sin burguesía ni asalariados
Relaciones de producción	Asalariados del sector privado	Asalariados del sector público	Autogestión/Cooperación Productores-Trabajadores
Mercado	Libre mercado Competencia perfecta	Planificación estatal del mercado	Neutralización y eliminación progresiva del mercado
Estado	Burocracia capitalista	Burocracia partidaria	Cogestión social del poder y las instituciones
Régimen político	Democracia parlamentaria	Centralismo democrático	Democracia económica y participativa
Formas de lucha	Elecciones Parlamento Competencia	Huelga Insurrección Toma de aparatos del estado	Apropiación de la propiedad, el capital, el mercado y los valores por diferentes formas Competencia económica

---

## PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COOPERATIVISMO:

1. Adesão livre: Numa sociedade cooperativista, todos têm o direito de entrar e sair, desde que respeitados os estatutos e suas normas de serviço.
2. Controle democrático: Cada cooperado tem direito a um voto, independente do capital que possui.
3. Neutralidade política e discriminação social, racial e religiosa: As idéias políticas e religiosas do indivíduo não são consideradas pela instituição, que deve respeitar as diferenças ideológicas e religiosas de cada um.
4. Estímulo à Educação: A educação é um dos princípios mais importantes do cooperativismo. A ação coletiva e o debate aberto permitem a transformação da mentalidade no sentido real de organização e de solidariedade, como meios de alcançar o bem comum.
5. Retorno das sobras aos associados: As sobras constituem as economias da cooperativa para os associados e, no final do exercício fiscal, são distribuídas de acordo com o valor da produção de cada um, ou reinvestidas na melhoria da estrutura, desde que tal medida seja aprovada pela maioria em assembleia.
6. Solidariedade/mutualidade: Intimamente relacionado com todos os princípios anteriores, constitui a compreensão de que a ação coletiva traz mais benefícios ao indivíduo, à cooperativa e à comunidade do que a ação isolada.

## ANEXO 4

## COOPERATIVAS EM ATIVIDADE — 30.06.1994

UNIDADE DE ATIVIDADE	PRODUÇÃO		CONSUMO		ELETRICIDADE E/OU TELEFONIA RURAL		ESCOLA		ESCOLAR		TRABALHO		HABITACIONAL		CRÉDITO		TOTALS
	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	SING	CENT. FLD. CONF.	
Acre	04														05		
Amapá	08		01												01		21
Paraíba	24		04		01										02		48
Ilhéus	15		01														21
Alagoas															02		04
Roraima	01		01														03
Tocantins	07																08
<b>Região Norte</b>	<b>59</b>		<b>07</b>		<b>01</b>		<b>03</b>						<b>04</b>		<b>11</b>		<b>110</b>
Alagoas	12		01		03										03		27
Bahia	97		08		01										01		187
Ceará	51		04		13										06		111
Maranhão	57		06		09										02		91
Paraíba	49		03		10										04		86
Pernambuco	76		03		18										11		156
Piauí	23				08												42
Rio G. do Norte	26		02		07										05		61
Sergipe	11				01										02		26
<b>Região Nordeste</b>	<b>402</b>		<b>27</b>		<b>70</b>		<b>03</b>		<b>19</b>		<b>06</b>		<b>33</b>		<b>55</b>		<b>787</b>
Espírito Santo	27		06												25		72
Minas Gerais	194		60		07										203		610
Rio de Janeiro	56		25		05										95		340
São Paulo	149		58		20										193		621
<b>Região Sudeste</b>	<b>426</b>		<b>149</b>		<b>32</b>		<b>02</b>		<b>02</b>		<b>08</b>		<b>62</b>		<b>516</b>		<b>1.643</b>
Paraná	61		12		14										37		185
Rio Grande do Sul	172		44		17										91		409
Santa Catarina	50		18		20										26		181
<b>Região Sul</b>	<b>283</b>		<b>74</b>		<b>51</b>		<b>03</b>		<b>32</b>		<b>04</b>		<b>20</b>		<b>155</b>		<b>775</b>
Goiás	34		11		19										17		116
Mato Grosso	48		01		02										01		91
Mato G. do Sul	32		07		04										17		74
Distrito Federal	04		03		01										07		85
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>118</b>		<b>22</b>		<b>26</b>		<b>03</b>		<b>04</b>		<b>01</b>		<b>63</b>		<b>64</b>		<b>366</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.288</b>		<b>279</b>		<b>180</b>		<b>11</b>		<b>80</b>		<b>758</b>		<b>182</b>		<b>801</b>		<b>3.681</b>



## ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA:

1. Como você construiu a sua trajetória profissional em direção ao cooperativismo?
2. Neste contexto de globalização, como você vê a articulação Estado/Mercado/Sociedade no que se refere a: trabalho, qualidade de vida e desenvolvimento comunitário?
3. Cooperativismo: sobrevivência do capitalismo ou atualização do socialismo real?
4. Qual poderia ser o papel do Estado, nos vários níveis de governo, no incentivo ao cooperativismo?
5. Qual a função da educação frente às tendências e perspectivas do cooperativismo?
6. Em que consiste o trabalho de formação para o cooperativismo por vocês desenvolvido ou apoiado?
7. Como é desenvolver este trabalho no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro?